



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PESQUISA DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM BRASILEIRA**

ALEXANDRE BARBOSA DE OLIVEIRA

**ENFERMEIRAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO *FRONT* DO
PÓS-GUERRA: O PROCESSO DE REINCLUSÃO NO SERVIÇO MILITAR ATIVO
DO EXÉRCITO (1945-1957)**

Rio de Janeiro

2010

ALEXANDRE BARBOSA DE OLIVEIRA

**ENFERMEIRAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO *FRONT* DO
PÓS-GUERRA: O PROCESSO DE REINCLUSÃO NO SERVIÇO MILITAR ATIVO
DO EXÉRCITO (1945-1957)**

Relatório final da Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Enfermagem.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Cristina Franco Santos

Rio de Janeiro

Dezembro 2010

Oliveira, Alexandre Barbosa de.

Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no *front* do pós-guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957) / Alexandre Barbosa de Oliveira – Rio de Janeiro: UFRJ / EEAN, 2010.

xvi, 299f.

Orientadora: Tânia Cristina Franco Santos.

Tese (Doutorado em Enfermagem) – UFRJ / Escola de Enfermagem Anna Nery, 2010.

Referências: f.270-299.

1.Enfermagem. 2.História da Enfermagem. 3.Enfermagem Militar. I. Santos, Tânia Cristina Franco. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. III. Título.

CDD 610.73

**ENFERMEIRAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO *FRONT* DO
PÓS-GUERRA: O PROCESSO DE REINCLUSÃO NO SERVIÇO MILITAR ATIVO
DO EXÉRCITO (1945-1957)**

Alexandre Barbosa de Oliveira

Relatório final da Tese de Doutorado apresentado à Banca Examinadora como exigência do Curso de Doutorado em Enfermagem da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Tânia Cristina Franco Santos - Orientadora
Presidente da Banca (Escola de Enfermagem Anna Nery – UFRJ)

Profa. Dra. Maria Celina Soares D'Araujo
1ª Examinadora (Departamento de Sociologia e Política – PUC/Rio)

Profa. Dra. Maria Itayra Coelho Padilha
2ª Examinadora (Departamento de Enfermagem – UFSC)

Profa. Dra. Gertrudes Teixeira Lopes
3ª Examinadora (Faculdade de Enfermagem – UERJ)

Profa. Dra. Ieda de Alencar Barreira
4ª Examinadora (Escola de Enfermagem Anna Nery – UFRJ)

Profa. Dra. Maria Lelita Xavier
Suplente (Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Antônio José de Almeida Filho
Suplente (Escola de Enfermagem Anna Nery / UFRJ)

Rio de Janeiro

2010

Dedicatória

À minha amada família!

Agradecimentos e Homenagens

Ao meu Deus, co-autor fundamental da minha História.

À minha mãe, Maria de Lourdes Barbosa de Oliveira, pelo seu imensurável amor. Ao meu pai, Evaldo Batista de Oliveira, pelo exemplo e suporte. E à minha irmã, Érika Barbosa de Oliveira, por sua presença viva.

À minha esposa, Angelica Ribeiro Pinto de Oliveira, por muitos e muitos motivos: amor, dedicação, respeito, carinho, paciência, companhia, escuta atenta... E aos nossos filhos, Lucas e Leandro, que inspiram, alimentam, fortalecem e felicitam nossas vidas com sua abençoada existência.

Aos meus amigos (de breve e de longa data) e familiares presentes na (da) minha vida.

À Escola de Enfermagem Anna Nery: Direção, Coordenação de Pós-Graduação, professores e alunos de Graduação e de Pós-Graduação, funcionários, e aos professores do Departamento de Enfermagem Fundamental, os meus mais novos colegas de trabalho.

À professora Tânia Cristina Franco Santos que, com sua gentileza constante, investiu seu tempo e energia intelectual nas minhas idéias. Nesta caminhada que trilhamos juntos, tive a honra e a sorte de tê-la como orientadora e partícipe das minhas conquistas.

Aos professores da Banca Examinadora: Ieda de Alencar Barreira, Gertrudes Teixeira Lopes, Maria Itayra Coelho Padilha, Antônio José de Almeida Filho, Maria Celina Soares D'Araújo, Maria Lelita Xavier e Sílvio de Almeida Carvalho Filho, pela atenção especial e apoio intelectual na construção deste trabalho.

Aos membros do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras), que ajudaram (in)diretamente no desenvolvimento do estudo.

Ao Exército Brasileiro pela boa, marcante, vantajosa, inspiradora e inquietante presença na minha trajetória pessoal e profissional.

Aos meus amigos de caserna: Josefar Reis de Toledo, por ter me apresentado ao Nuphebras e comungado de boas idéias e análises sobre a pesquisa em História da Enfermagem; e Leonardo José de Souza Matos, pela disponibilidade e ajuda fundamental na descoberta de preciosidades nos guardados do Colégio Militar de Belo Horizonte.

À professora Margarida Maria Rocha Bernardes, parceira e colaboradora na obtenção de proveitosas fontes de pesquisa.

Ao Roberto Graciani, que dedicou os seus últimos anos de vida ao resgate da memória dos veteranos brasileiros que participaram da Segunda Guerra Mundial, e que, com fidalguia, ajudou-me a encontrar documentos importantes para esta pesquisa.

Às enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira, Carlota Mello e Roselys Teixeira Gazzinelli, que me ajudaram sobremaneira na realização deste estudo; em especial à Elza Cansanção Medeiros (*in memoriam*) e Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, pela acolhida, carinho, atenção e disposição nas inúmeras visitas e telefonemas que fiz. Sem dúvida, as senhoras proporcionaram a este relatório um lucro ímpar!

Na medida em que o tempo vai se distanciando e os acontecimentos vão ficando para trás, muitas memórias se tornam anuviadas e outras se perdem completamente. Há algumas, no entanto, que ficam gravadas nitidamente para a eternidade.

(Enfermeira Carlota Mello)

RESUMO

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. **Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no *front do pós-guerra***: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957). 2010. 299f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

Estudo histórico-social, que tem como objeto: o processo de reinclusão de enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no Serviço Militar Ativo do Exército, após o término da Segunda Guerra Mundial. Objetivos: descrever as circunstâncias que antecederam o processo de reinclusão de enfermeiras da FEB no Serviço Militar Ativo do Exército, após o término da Segunda Guerra Mundial; analisar as estratégias empreendidas por elas para serem reincluídas no Serviço Militar Ativo do Exército; e discutir a reinclusão dessas enfermeiras no Serviço Militar Ativo do Exército. As fontes primárias se constituíram de documentos escritos, orais e iconográficos, enquanto que as fontes secundárias, de acervo bibliográfico existente sobre a referida temática. Os achados foram classificados, contextualizados e analisados à luz da Teoria do Mundo Social de Pierre Bourdieu e dos estudos sobre a História das Mulheres de Michelle Perrot. Os resultados evidenciaram que, na história da profissão de enfermagem, as enfermeiras da FEB representam o primeiro grupamento feminino que foi oficialmente incorporado às Forças Armadas Brasileiras. Em 1944, elas seguiram para a Itália junto com a FEB, onde trabalharam nos hospitais de campanha norte-americanos. Durante a guerra, e apoiadas pelo discurso patriótico, operaram rupturas nos discursos tradicionalista e paternalista que afirmavam o lugar da mulher no lar e o seu papel de procriadora. Por isso, não foram poucas as dificuldades e adversidades que enfrentaram, inclusive a de serem todas excluídas do estado efetivo do Exército Brasileiro logo após o término do conflito, em 1945. No contexto político-social do pós-guerra imediato, de pacificação e democratização, o que passou a estar em jogo foi a busca pelo reconhecimento e mérito de sua atuação nos hospitais de campanha, a ponto de servir de justificativa para uma possível reinclusão delas no Serviço Militar Ativo do Exército. Para tal, elas mobilizaram diversas estratégias que, por fim, foram eficazes na objetivação de seu reaproveitamento como “oficiais enfermeiras”, o que se efetivou com a promulgação de uma lei federal em 1º de junho de 1957. O estudo concluiu que a reinclusão de enfermeiras da FEB no Serviço Militar Ativo do Exército Brasileiro foi determinada pela articulação dos diferentes tipos de capital acumulados por elas, mediante o efeito de demonstração de percepções e apreciações atualizadas sobre o seu grupo em tempo de paz. Outrossim, elas acabaram promovendo uma imagem-tipo de enfermeira militar no país, que se colocou em evidência no Estado Novo, e que, guardadas as devidas proporções, tenderia a se consolidar num contexto desenvolvimentista (década de 1950) como um sinal do caráter modernizador que as Forças Armadas Brasileiras passaram a perseguir após a Segunda Guerra Mundial, inclusive, no avanço de sua enfermagem. Com efeito, as enfermeiras da FEB deixaram um legado para a história da enfermagem militar brasileira ao terem dado uma nota prévia do que seria a admissão de mulheres nas Forças Armadas a partir da década de 1980.

Palavras chave: Enfermagem. História da Enfermagem. Enfermagem Militar.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. **Nurses of the Brazilian Expeditionary Force in front of the post-war**: the process of reinsertion in the Active Military Service of the Army (1945-1957). 2010. 299f. (PhD in Nursing) - School of Nursing Anna Nery, Center of Sciences of the Health, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

Historical-social study, which has as its object: the process of reinclusion nurses of the Brazilian Expeditionary Force (BEF) in active service in the army, after the Second World War. Objectives: to describe the circumstances that preceded the process of re-inclusion of nurses of the BEF in Active Service Army, after the Second World War, analyzing the strategies used by them to be recredited in Active Service Army, and discuss the reinclusion of these nurses in Active Service Army. The primary sources consisted of written, oral, and iconographic, while the secondary sources of bibliographic existing on that theme. The findings were classified, analyzed and contextualized in the light of Pierre Bourdieu's World Social Theory and Michelle Perrot's studies on *Women's History*. The results showed that in the history of the nursing profession, the nurses of the BEF are the first female grouping which was officially incorporated into the Brazilian Armed Forces. In 1944, they went to Italy along with the BEF, where they worked in hospitals in North America. During the war, and supported by patriotic speech, operated breaks in the traditional and paternalistic discourse that affirmed a woman's place in the home and its role in procreation. Therefore, there were many difficulties and hardships they had endured, including being excluded from any effective state of the Brazilian Army soon after the conflict in 1945. In the social-political context of the immediate post-war, peacemaking and democratization, which is now at stake was the quest for recognition and merit of their performance in field hospitals as to serve as justification for a possible re-inclusion of them in Active Military Service of the Army. For this purpose, they mobilized a number of strategies that ultimately were effective in the objectification of its reuse as "official nurses", which came to fruition with the promulgation of a federal law on June 1, 1957. The study concluded that the reinclusion of nurses of the BEF in Active Military Service of the Brazilian Army was determined by the articulation of different types of capital accumulated by them through the demonstration effect of perceptions and assessments updated about your group in peacetime. Also, they ended up promoting an image-type military nurse in the country, which has highlighted the "Estado Novo", and that, mutatis mutandis, would tend to consolidate in a developmental context (1950's) as a sign of character modernizing the Brazilian Armed Forces started to chase after the Second World War, including the advancement of their nursing. Indeed, nurses of the BEF left a legacy for the Brazilian military nursing history to have given a statement ahead of what would be the admission of women in the Armed Forces from the 1980's.

Keywords: Nursing. History of Nursing. Military Nursing.

RESUMEN

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. **Enfermeras de la Fuerza Expedicionaria Brasileña en frente de la post-guerra**: el proceso de reinserción en el Servicio Militar Activo del Ejército (1945-1957). 2010. 299f. (Doctorado en Enfermería) – Escuela de Enfermería Anna Nery, Universidad Federal do Río de Janeiro, Río de Janeiro. 2010.

Estudio histórico-social, que tiene por objeto: el proceso de readmisión enfermeras en la Fuerza Expedicionaria Brasileña (FEB) en Servicio Activo en el Ejército, después de la Segunda Guerra Mundial. Objetivos: describir las circunstancias que precedieron el proceso de re-inclusión de las enfermeras de la FEB en Servicio Activo del Ejército, después de la Segunda Guerra Mundial, analizar las estrategias utilizadas por ellas para la reinserción en Servicio Activo del Ejército, y discutir la nueva inclusión de estas enfermeras en Servicio Activo en el Ejército. Las fuentes primarias consistía en escritos, orales, iconográficos y, mientras que las fuentes secundarias de bibliográfica existente sobre ese tema. Los resultados fueron clasificados, analizados y contextualizados a la luz de la Teoría del Mundo Social de Pierre Bourdieu y los estudios sobre la Historia de las Mujeres de Michelle Perrot. Los resultados mostraron que en la historia de la profesión de enfermería, las enfermeras de la FEB es la primera agrupación femenina que se ha admitido oficialmente en las Fuerzas Armadas Brasileñas. En 1944, se fueron a Italia junto con la FEB, en las que trabajaban en los hospitales en América del Norte. Durante la guerra, y con el apoyo de discurso patriótico, rompe operado en el discurso tradicional y paternalista que afirmó lugar de la mujer en el hogar y su papel en la procreación. Por lo tanto, había muchas dificultades y penurias que había sufrido, además de ser excluidos de cualquier estado efectivo del Ejército Brasileño poco después del conflicto en 1945. En el contexto socio-político de la inmediata post-guerra, de paz y democratización, que ahora está en juego es la búsqueda de reconocimiento y mérito de su desempeño en hospitales de campaña como para servir como justificación para una posible inclusión de ellas en Servicio Militar Activo del Ejército. Con este fin, se movilizó una serie de estrategias que, en definitiva fueron eficaces en la objetivación de su reutilización como "enfermeras oficial", que se materializó con la promulgación de una ley federal de 01 de junio 1957. El estudio concluyó que la nueva inclusión de las enfermeras de la FEB en Servicio Militar Activo del Ejército Brasileño se determinó mediante la articulación de los diferentes tipos de capital acumulados por ellas a través del efecto de demostración de las percepciones y evaluaciones actualizadas sobre su grupo en tiempo de paz. Además, terminaron la promoción de una enfermera militar imagen de tipo en el país, que ha puesto de relieve el "Estado Novo", y que, mutatis mutandis, que tienden a consolidarse en un contexto de desarrollo (década de 1950) como un signo de carácter modernización de las fuerzas armadas brasileñas comenzaron a perseguir a la Segunda Guerra Mundial, incluido el adelanto de su enfermería. De hecho, las enfermeras de la FEB dejó un legado para la historia de la enfermería militar brasileña le han dado un comunicado previo de lo que sería la admisión de mujeres en las Fuerzas Armadas desde la década de 1980.

Palabras clave: Enfermería. Historia de la Enfermería. Enfermería Militar.

LISTA DE FIGURAS

Nº	Descrição	Pág.
1	Life Magazine Cover, January 5, 1942	068
2	Fim da Segunda Guerra Mundial - Times Square, New York, 1945	070
3	Capa da Revista <i>O Cruzeiro</i> , 1943	071
4	Cerimônia de formatura de alunas da Cruz Vermelha, Rio de Janeiro, 1942	075
5	Cerimônia de batismo do avião-ambulância <i>Anna Nery</i> , Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro, 1943	076
6	Capa da revista <i>A Noite Ilustrada</i> , 1944	086
7	Clara Louise Kieninger com as enfermeiras e médicos do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, 1944	098
8	Enfermeiras Antonieta Ferreira e Ilza Meira Alkmin em entrevista ao <i>O Jornal</i>	116
9	Diploma honroso da 2º tenente enfermeira Ligia Fonseca, 1945	124
10	As enfermeiras febianas e seus ex-comandantes em solenidade no Clube Militar, 194[?]	126
11	Missa de Ação de Graças, Igreja de Nossa Senhora da Candelária, 1945	134
12	Carta patente da 2º tenente da Reserva de 2ª Classe Ligia Fonseca, 1950	157
13	Parada cívico-militar de Sete de Setembro, Belo Horizonte, 1953	160
14	Residência do general Emmanuel Marques Porto, s.d.	169
15	“Um tostão de cada brasileiro” (recorte de jornal), 195[?]	171
16	Solenidade durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar, 1954	182
17	A enfermeira Elza Cansanção e o marechal Mascarenhas de Moraes no lançamento do livro <i>Nas barbas do tedesco</i> , 1955.....	185
18	Apresentação de enfermeiras da FEB convocadas para o Serviço Militar Ativo, 1957	206
19	Itens do fardamento das febianas convocadas para o Serviço Ativo do Exército	209

20	Emblema da farda das oficiais enfermeiras convocadas pelo Exército Brasileiro	210
21	Enfermaria do Colégio Militar de Belo Horizonte, 1958/1959	227
22	Pose grupal durante as comemorações do terceiro aniversário do Colégio Militar de Belo Horizonte, 12 de setembro de 1958	234
23	Cerimônia de concessão da Medalha de Bons Serviços (bronze) da Cruz Vermelha Brasileira, Rio de Janeiro, 1958	240
24	Despedida do Serviço Ativo da enfermeira Elza Cansação Medeiros, 1976	251
25	Objetos produzidos pelo COEGUE	252
26	Enfermeiras da FEB na Itália - Segunda Guerra Mundial (capa de periódico)	256

LISTA DE QUADROS

Nº	Descrição	Pág.
1	Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira entrevistadas	048
2	Relação das enfermeiras febianas que requereram convocação para o Serviço Militar Ativo do Exército	212

ABREVIATURAS

ICBMM – Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar

IICBMM – Segundo Congresso Brasileiro de Medicina Militar

ICNEF – Primeiro Congresso Nacional de Enfermeiras da FEB

ABEn – Associação Brasileira de Enfermagem

BE – Boletim do Exército

BI – Boletim Interno

CBEn – Congresso Brasileiro de Enfermagem

CEERE – Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército

CMBH – Colégio Militar de Belo Horizonte

COEGUE – Clube de Oficiais Enfermeiras de Guerra

CVB – Cruz Vermelha Brasileira

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DF – Distrito Federal

DGE – Diretoria Geral do Ensino

DIE – Divisão de Infantaria Expedicionária

DO – Diário Oficial

EB – Exército Brasileiro

EAN – Escola Anna Nery¹

EEAN – Escola de Enfermagem Anna Nery¹

EMFA – Estado Maior das Forças Armadas

FAB – Força Aérea Brasileira

FEB – Força Expedicionária Brasileira

HCE – Hospital Central do Exército

HESFA – Hospital Escola São Francisco de Assis

JK – Juscelino Kubitschek

MB – Marinha do Brasil

NUPHEBRAS – Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Palácio Duque de Caxias

PL – Projeto de Lei

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

QERE – Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército

RBE – Revista Brasileira de Enfermagem

RM – Região Militar

SESP – Serviço Especial de Saúde Pública

TO – Teatro de Operações

UDN – União Democrática Nacional

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

VS – Voluntária Socorrista

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	016
A Delimitação Temática da Pesquisa	017
Introdução	017
Problema	022
Objeto	025
Objetivos	026
As Justificativas	027
O Quadro Teórico	033
Tese	043
As Fontes e os Métodos	044
A Estrutura da Tese	057
 CAPÍTULO I – A marcha de enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira para o Serviço Militar Ativo do Exército	 058
 CAPÍTULO II – Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira em ‘tempo de paz’: as estratégias para a reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército	 120
 CAPÍTULO III – De volta à caserna: a reinclusão de ‘oficiais enfermeiras de guerra’ no Serviço Militar Ativo do Exército	 187
 Considerações Finais	 263
Fontes Primárias	270
Fontes Secundárias	282
 ANEXO/APÊNDICE	 295
Anexo I – Postos e Graduações das Forças Armadas	296
Apêndice A – Listagem nominal das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira	297

Considerações Iniciais

ENFERMEIRAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO *FRONT* DO PÓS-GUERRA: O PROCESSO DE REINCLUSÃO NO SERVIÇO MILITAR ATIVO DO EXÉRCITO (1945-1957)

Introdução

Ao longo de sua história, a enfermagem quase sempre esteve direta, pública e simbolicamente envolvida com as guerras. Nesses momentos de caos, decisivos e importantes da história da humanidade, inúmeros são os exemplos em que as mulheres se alinham à prática de enfermagem, o que serviu de bom argumento para tornar possível sua aparição e atuação pública.

Outrossim, é lugar comum do discurso político e da literatura a idéia de que as guerras mudaram, e até mesmo radicalmente, as relações entre os sexos, e deram às mulheres novos poderes (PERROT, 2005, p.435; QUÉTEL, 2009). Seguramente, as guerras, destacadamente a Segunda Mundial, modificaram um pouco as regras do jogo e o rumo dos acontecimentos.

Assim é que no Brasil, nos idos da década de 1940, e durante o Estado Novo (1937-1945), as demandas sociais, políticas e sanitárias favoreceram às mulheres enfermeiras o exercício público de suas qualidades tipicamente femininas, através de sua mobilização para o cuidado aos doentes, principalmente em situações de calamidades e de guerras, o que contribuiu para a visibilidade de um modelo de profissional respaldado em aspectos religiosos e patrióticos. Além disso, as enfermeiras, religiosas ou leigas, eram regidas por códigos bem precisos relativos à sua indumentária e à maneira de usar o corpo, de modo a construir uma ética e uma estética consoante com a condição feminina da época.

Nesse sentido, os atributos intrínsecos à natureza feminina e necessários ao cuidado do ser humano, ao mesmo tempo em que expressavam e reafirmavam as oposições fundantes da ordem simbólica através da dicotomia entre o masculino e o feminino, contribuíram para a atuação honrosa da mulher no espaço público, mediante a visibilidade das qualidades

consideradas dignificantes da imagem feminina (SANTOS et al., 2008; BOURDIEU, 2003, p.45).

Aliás, o Estado Novo, e principalmente os anos da Segunda Guerra Mundial, são certamente marcos importantes na trajetória da afirmação profissional e institucional do modelo anglo-americano de enfermagem no Brasil, implantado na década de 1920 pelo governo federal e Fundação Rockefeller¹ (OLIVEIRA, 2007; CYTRYNOWICZ, 2002).

E é justamente nesse ínterim [década de 1940] que surge a primeira iniciativa oficial de criação de um grupamento feminino de enfermeiras para ser incorporado às fileiras do Exército, com o intuito de se prestar auxílio de saúde àqueles que atendessem ao chamado da Nação para combaterem incorporados à Força Expedicionária Brasileira (FEB), tropa que contou com a participação do Exército, Marinha e Aeronáutica, e que chegou a mobilizar 25.334 cidadãos brasileiros, a fim de fazerem parte de um acordo político-militar selado entre o Brasil e os Estados Unidos da América no esforço de guerra contra os países nazi-fascistas.²

Então, a 13 de dezembro de 1943 foi assinado o Decreto-Lei nº 6.097 que criou o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército. Logo em seguida, voluntárias de todas as partes do país, solteiras, viúvas e casadas, e com os cursos mais diversos na área de enfermagem, foram apressadamente convocadas para realizarem o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército³. Dentre as inúmeras voluntárias que realizaram o curso, apenas 67 foram selecionadas para seguirem para o Teatro de Operações⁴.

A aparição deste grupamento serviu para reforçar os moldes da metáfora da “Pátria-Mãe”, a qual promoveu a transposição dos valores imagéticos da vocação feminilizante da mulher do seio familiar para o recrutamento de enfermeiras-soldado, que iriam atuar nos

¹ Sobre a Fundação Rockefeller, consultar o artigo “A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República”, de Martha Cristina Nunes Moreira (1999).

² A Aeronáutica também contou com um efetivo de seis enfermeiras, que serão tratadas oportunamente neste estudo, e a Marinha do Brasil não chegou a convocar mulheres para os seus quadros durante a Segunda Guerra Mundial.

³ Portaria nº 5.855, de 03/01/1944, publicada no DO nº 02, de 04/01/1944.

⁴ Nas guerras, os *teatros de operações* são vastas áreas físicas que, em geral, concentram as forças militares, as fortificações e as trincheiras, e onde se travam as principais batalhas.

hospitais de campanha durante a guerra. Tal ideação foi alvo de diversas publicações jornalísticas, que enalteciam a figura feminina para os esforços de guerra, na tentativa de modular a produção da opinião e do julgamento social dos brasileiros, o que, de certa forma, acabou por distinguir e valorizar simbolicamente essas enfermeiras que se apresentaram como voluntárias para a guerra. Por certo, o discurso patriótico, que anunciou a necessidade de enfermeiras, e a propaganda a serviço do regime estadonovista, predispuseram razoável parcela de jovens a aceitar, ou mesmo a desejar, participar do universo militar (CYTRYNOWICZ, 2000; OLIVEIRA, 2007).

Sua singularidade foi a de se fazerem ingressas num campo praticamente tido como inóspito às mulheres. Representaram, pois, o primeiro e único grupamento feminino a participar efetivamente e profissionalmente nas composições dos quadros de serviço das Forças Armadas no Brasil em tempo de guerra, o que, de certo modo, concorreu para que se desse certa visibilidade à profissão de enfermagem, devido à mesma ter sido feita necessária em um conflito de ordem mundial de grande alcance político-social (OLIVEIRA et al., 2009a). Com efeito, a enfermagem assumiu um caráter militar como antes nunca havia assumido na história do país.

Conforme era de se esperar, a opção aparentemente excêntrica feita por essas jovens de se alinharem num conflito bélico junto aos homens do Exército não chegou a ser bem aceita à época, tanto pelas suas famílias, quanto pela sociedade brasileira, e também pelo próprio meio militar, que culturalmente sempre havia se feito reconhecer como um espaço masculino e masculinizante, onde se impunha a incorporação de certos comportamentos calcados pela imposição de algumas restrições, visíveis e invisíveis, através de normas rígidas, fortalecidas pelas idéias-pilares de tradição, disciplina e hierarquia (OLIVEIRA, 2007).

Além da verificação de alguns preconceitos e restrições, as enfermeiras que foram incluídas no Exército não formaram um grupo uniforme. Eram evidentes as diferenças

derivadas das classes sociais às quais pertenciam, o que faziam divergir, em dados momentos e ocasiões, seus julgamentos, opiniões e posições sobre o próprio grupo e sobre sua representação no espaço público.

Após embarcarem em frações para o *front*, tiveram como destino a Itália, onde atuaram em diversos hospitais do V Exército Norte-Americano, ocasião em que obtiveram alguns ganhos simbólicos e adquiriram certas competências, uma vez que elas passaram a travar contato direto e contínuo com o moderno serviço de saúde em campanha dos Estados Unidos da América, o que viabilizou a atualização de seu *habitus* e promoveu lucros para seu capital social, simbólico, e específico de enfermagem militar operativa. Inúmeras são as menções honrosas que destacam a atuação delas nos cuidados aos soldados durante o conflito, mas também vale ressaltar os julgamentos de alguns registros que apontam o despreparo e as falhas no processo de formação e de atuação de algumas dessas enfermeiras brasileiras na guerra (BERNARDES, 2003; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

De certo modo, a atuação dessas enfermeiras brasileiras ampliou as possibilidades femininas no espaço público, posto que perdurava a idéia de que, via de regra, os homens deveriam ser destinados para as frentes de batalha, e as mulheres, geralmente, ficariam em casa para os cuidados aos filhos e, por extensão, empregadas na garantia do adequado funcionamento da sociedade civil. Assim é que, durante a Era Vargas (1930-1964)⁵, alguns limites foram reafirmados, outros rompidos, ou ao menos alterados, especialmente os existentes entre homens e mulheres no campo militar.

Entretanto, logo após o término da guerra, a FEB foi dissolvida pelo governo⁶ e, do mesmo modo, as enfermeiras foram por ele desmobilizadas. Esta ação trouxe embutida a consolidação da exclusão dessas mulheres do Exército Brasileiro, uma vez que, ideologicamente, enfermeiras de guerra mobilizadas não seriam mais necessárias em um novo

⁵ A explicação dessa periodicização de 1930 a 1964 para a Era Vargas está em Carvalho (1999).

⁶ Aviso Ministerial nº 217-185 (reservado), de 06/07/1945.

mundo de paz. Seu “novo” destino seria o retorno ao lar. Com efeito, tal situação terminaria por obscurecer a representação delas nos campos militar e social, o que traria como consequência um débil (re)conhecimento acerca do que fora a atuação deste primeiro grupamento feminino de enfermagem no âmbito do Exército Brasileiro (OLIVEIRA et al., 2009b).

Desse modo é que este grupamento passou a estar inscrito no *hall* das histórias que conjugam “enfermagem” e “guerra”, sendo, neste estudo, as agentes preferenciais das apreciações e interpretações cá (re)construídas. No transcorrer do texto, foram identificadas com as seguintes denominações: “enfermeiras da FEB”, “enfermeiras febianas” ⁷, “enfermeiras do Exército”, “enfermeiras de guerra”, “expedicionárias” ou “veteranas”.

Até aqui, as versões históricas sobre a atuação das enfermeiras da FEB foram, de um modo ou de outro, abordados anteriormente em outros estudos (SILVA, 1995; BERNARDES, 2003; OLIVEIRA, 2007), os quais se limitaram em recortes que iniciaram na mobilização delas em 1943, passaram pelo cotidiano delas nos hospitais de campanha, e não chegaram a ir além da desmobilização do grupamento ocorrida em 1945. Ou seja: O que aconteceu com essas enfermeiras no pós-guerra? O que passou estar em jogo? Como conseguiram ser reincluídas no Serviço Militar Ativo do Exército⁸? Que tipo de estratégias elas utilizaram? Quais os resultados de sua reinclusão no Serviço Ativo? Como foi a retomada de suas posições no campo militar? O que elas representaram no passado e representam hoje para a enfermagem brasileira? Eis aí alguns dos questionamentos que este estudo tentou resolver.

⁷ O termo *febianas* é um siglônimo adaptado, derivado da sigla “FEB”, e utilizado neste estudo para adjetivar as mulheres que compuseram o Quadro de Enfermeiras do Serviço de Saúde do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

⁸ Geralmente, os militares das Forças Armadas podem se encontrar em uma das seguintes situações: 1) na ativa: os de carreira, os incorporados para prestação de serviço militar inicial, os componentes da reserva (quando convocados, reincluídos, designados ou mobilizados), os alunos de órgão de formação de militares da ativa e da reserva, e, em tempo de guerra, todo cidadão brasileiro mobilizado para o Serviço Ativo; e 2) os inativos: os da reserva remunerada (quando pertençam à reserva e percebam remuneração da União, porém, sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização), e os reformados (quando, após terem passado por uma das situações anteriores, estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União) (parágrafo 1º do Artigo 3º do Estatuto dos Militares, 1980).

O Problema de Pesquisa

Se a relação de enfermeiras com os exércitos foi de certa forma possível e até requerida durante as guerras, o mesmo não ocorreu com tanta semelhança quando a questão era a incorporação de segmentos femininos de enfermagem nas corporações militares em tempos de paz. Mesmo porque, pelo que alerta Perrot (2005, p.441), “em todo o caso, as brechas abertas pelas guerras são rapidamente fechadas quando volta a paz, sobretudo no que se refere ao trabalho e aos papéis privados.”

Isto posto, as agora “ex-enfermeiras da FEB”, compreendidas num contexto político-social diferente, de redemocratização e pacificação, passaram a adotar uma série de medidas estratégicas em diversos momentos e situações, num novo *front*, isto é, num *front* que objetivou sua reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército, no pós-guerra.

Assim, o capital social representado pelas alianças com militares de alta patente, eclesiásticos, membros de associações de ex-combatentes e clubes militares, oficiais médicos e políticos influentes, além da publicação de alguns textos e da presença persistente delas em desfiles, solenidades, eventos e congressos militares, tudo isso serviu de fortaleza para esmaecer o ceticismo que, a princípio, envolveu a idéia de um possível reaproveitamento dessas enfermeiras no Serviço de Saúde do Exército.

Assim, tais estratégias, que em certas ocasiões até mesmo pareceram pouco importantes e diminutas, visaram reverter uma situação que já se havia esboroadado: a da permanência delas no Exército; e, ainda, demonstraram a tentativa de irrupção delas nos jogos sociais que se apresentaram após o término da guerra, ocasião em que tentariam modificar um pouco o rumo dos acontecimentos.

Em seus pleitos, as febianas não chegaram a contar com o apoio declarado de enfermeiras profissionais (diplomadas)⁹, uma vez que estavam praticamente em contramarcha aos interesses em jogo dessa categoria à época. Diz-se em contramarcha, porque foram inclusas no Exército durante a Segunda Guerra para exercerem, como voluntárias, a função de “enfermeira”, e depois de excluídas pela desmobilização, desejavam ser reinclusas nesta mesma condição, a despeito do capital profissional (de enfermagem) que pouco ou mesmo não tinham posse.

Ademais, na década de 1940, por força da demanda que existia, era significativo o número de pessoas leigas que atuavam tanto nos hospitais como nos serviços de saúde pública do país. Apesar da variação de funções que essas pessoas exerciam, eram praticamente todos conhecidos do público como “enfermeiros(as)”, a exemplo do que, inclusive, também se verificava no Serviço de Saúde do Exército, que formava cabos e sargentos ditos “enfermeiros”, mas com tempo e qualidade de formação insuficiente para tal (PINHEIRO, 1951).

Com o intuito de se corrigir esta situação é que, por intermédio da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, porta-voz de um discurso autorizado sobre o exercício da enfermagem à época, foi promulgada a Lei nº 775/49, que regulamentou o ensino de enfermagem em todo o território nacional, dando novos estímulos para o desenvolvimento da profissão. Entre outras aspirações, este dispositivo legal serviria às enfermeiras profissionais (diplomadas) para se esclarecer socialmente as diferentes funções do pessoal de enfermagem, protegendo, com isso, a identidade da enfermeira diplomada, ao tempo que marcaria os diferentes espaços e funções de enfermeiras e auxiliares de enfermagem (BARREIRA et al., 2010; SANTOS et al., 2002).

⁹ Neste estudo foram consideradas *diplomadas* ou *profissionais* aquelas enfermeiras formadas por escolas oficiais reconhecidas como padrão à época, o que foi regulado pelo Decreto nº 20.109, de 15/07/1931, que tratou das exigências acerca do preparo profissional e de habilitação técnica para o exercício da enfermagem no país.

Ao mesmo tempo em que se tentava regulamentar a prática e a identidade dos exercentes de enfermagem no país, as febianas conseguiram a aprovação de uma lei que as beneficiaria sobremaneira para “transgredirem” os estatutos, prescrições e culturas dos hierarquizados campos militar e da enfermagem. Trata-se da Lei nº 1.209/50, que as classificou como “segundo tenente [enfermeira] da Reserva de 2ª Classe do Exército”, mas que não chegou a lhes viabilizar seu reaproveitamento no Serviço Militar Ativo do Exército.

Não obstante, as articulações de algumas enfermeiras febianas com generais e parlamentares renderiam os lucros galgados, cujos argumentos e justificativas foram essencialmente pautados num discurso patriótico, idealizado, e legitimador de sua atuação pública nos tempos de guerra, que se aproveitou do capital simbólico que elas conseguiram acumular e rentabilizar com várias estratégias. Assim é que um projeto de lei apresentado em 1953, de autoria do consagrado deputado federal do PTB Fernando Ferrari, conseguiria ser transformado na Lei nº 3.160/57 que, enfim, as incluía em definitivo no Serviço Ativo do Exército.

Desse modo, as enfermeiras febianas tiveram sua permanência assegurada nesta Força após um período de doze anos de afastamento do Serviço Ativo, e passaram a gozar dos direitos, vantagens e regalias inerentes aos oficiais da ativa sendo distribuídas por diversas organizações militares de saúde do Exército espalhadas pelo país.

Com efeito, esta reinclusão foi verticalmente estabelecida por força de uma lei, mas não reconhecida horizontalmente e a contento pelos exercentes de enfermagem da época, o que reforçou certas práticas de interiorização da exclusão delas mesmas nos espaços da enfermagem. Sob esta óptica, a representação da “enfermeira improvisada” que, de certa forma, se resolvera razoavelmente no campo militar, não teve o mesmo desfecho no campo da enfermagem, onde não detinham o capital institucionalizado, que tem no diploma a sua garantia.

Ao se atentar aqui para uma temática que envolve a memória desse grupo de enfermeiras, reconheceu-se concorrentemente a existência, em contrapartida, do esquecimento, dos silêncios e dos não-ditos sobre este grupo. Aliás, o esquecimento pode ser uma opção de restringir ao essencial certos fatos ou informações, mas também pode ser o resultado de uma ação deliberada de ocultamento. Diante dessa dupla possibilidade, pode ser útil a proposta de Burke (2000) de examinar a organização social do esquecer, as regras da exclusão, supressão ou repressão e a questão de *quem quer que quem esqueça o quê e por quê*. Essa é a fórmula, para ele, da amnésia social, dos atos de esquecimento (PADRÓS, 2002).

Em suma, a problemática aqui apresentada trata de uma situação recortada que ocorreu em dois campos, o do Exército e o da enfermagem, e, também, encerra em si questões da subjetividade das enfermeiras da FEB, que tiveram que utilizar as estratégias que estiveram ao seu alcance para darem cabo de seus intentos e para (re)construírem suas identidades nos espectros profissional e social.

Como resultado desse processo, as febianas acabaram promovendo uma imagem-tipo de enfermeira militar no país, que se colocou em evidência no Estado Novo (1937-1945), e que, guardadas as devidas proporções, tenderia a se consolidar num contexto desenvolvimentista, como um sinal do caráter modernizador que as Forças Armadas Brasileiras passaram a perseguir após a Segunda Guerra Mundial, inclusive, no avanço de sua enfermagem.

Enfim, foi sob tais indícios que se desenvolveu este trabalho, de caráter histórico-social, e que teve como objeto de estudo: **o processo de reinclusão de enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no Serviço Militar Ativo do Exército, após o término da Segunda Guerra Mundial.**

Desse modo, o recorte temporal do estudo teve como marco inicial o ano de 1945, quando as enfermeiras febianas foram desmobilizadas ao término da guerra e, por

consequente, excluídas do estado efetivo do campo do Exército. Doravante, elas passaram a mobilizar estratégias que visaram o seu reconhecimento, dada à sua atuação nos hospitais de campanha, e que visaram ainda o seu reaproveitamento no Serviço de Saúde do Exército, em tempo de paz, o que, concretamente, só viria a acontecer no ano de 1957, por força de uma lei federal, sendo este o recorte final.

Para dar conta do problema de pesquisa apresentado, foram derivados os seguintes **objetivos:**

- 1- Descrever as circunstâncias que antecederam o processo de reinclusão de enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no Serviço Militar Ativo do Exército, após o término da Segunda Guerra Mundial.
- 2- Analisar as estratégias empreendidas por elas para serem reincluídas no Serviço Militar Ativo do Exército.
- 3- Discutir a reinclusão dessas enfermeiras no Serviço Militar Ativo do Exército.

AS JUSTIFICATIVAS

Como não existem, de fato, parâmetros oficiais para mensurar a relevância de um dado tema (BARROS, 2007, p.35), fico à vontade para expressar, nas próximas linhas, as minhas impressões acerca das relevâncias que, pretensiosamente, julgo ter este trabalho alcançado.

Esta pesquisa nasceu de uma inquietação originada durante o Curso de Mestrado em Enfermagem na Linha de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira, que realizei durante o período de 2005 a 2007, na Escola de Enfermagem Anna Nery, onde defendi a dissertação *Signos do esquecimento: os efeitos simbólicos da participação de enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1943-1945)*, que abordou a história da mobilização de enfermeiras para a FEB até a sua desmobilização, além de tratar de alguns efeitos simbólicos que advieram da participação delas no Teatro de Operações Europeu. Assim, este foi o embrião desta pesquisa que ora apresento sobre o processo de reinclusão de enfermeiras da FEB no Serviço Militar Ativo do Exército, no pós-guerra.

O impulso tomado na direção deste investimento foi dado pela magnitude de elementos a serem ainda considerados na história dessas enfermeiras, mesmo estando elas pouco evidentes socialmente em relação ao tempo que apareceram publicamente para o esforço de guerra, e ainda, pelo grande interesse que o tema desperta, seja na academia, seja noutros espaços sociais onde tive a oportunidade de apresentá-lo; além disso, estão os próprios alicerces que facilitaram e inspiraram a construção desse estudo, sustentado na curiosa história das mulheres, e na história de uma profissão que ainda tem muito o quê contar: *a enfermagem*.

Outrossim, cabe mencionar que a história das enfermeiras da FEB quase sempre foi contada por elas mesmas, onde se fizeram ver quase sempre como heroínas ou vítimas. Elas mesmas produziram sua história, selecionando, pois, o que deveria ser lembrado. No

entanto, muitas zonas mudas subsistiram, principalmente no que se refere ao pós-guerra, um período onde elas foram pouco lembradas, onde foram mesmo esquecidas, como se destinadas à obscuridade, como se estivessem fora do tempo, ou ao menos fora dos acontecimentos, e à primeira vista, excluídas do interior do Exército e do próprio campo da enfermagem (PERROT, 2005).

Vale o ressaltado de que, nas rodas de conversas entre os próprios militares (homens e até mulheres), é fácil diagnosticar, pelos seus juízos e retenções, que a atuação delas na guerra ainda tem estado muitas vezes sob um enfoque de humor e de deboche, a exemplo do que também acontece, apesar de em menores proporções, com as enfermeiras que incorporam às Forças Armadas atualmente. Tal constatação muito tem a ver com a persistência das questões de misoginia, além dos estereótipos e preconceitos que ainda envolvem a profissão de enfermagem. Soma-se a isso o valor dúbio e improvisado pelo qual o Exército lidou (e ainda lida) com o seu Serviço de Enfermagem.

Apesar desses pesares, considero a história das enfermeiras febianas, cunhada entre aparições públicas e zonas mudas, um epicentro da história das mulheres brasileiras nas Forças Armadas. História esta que, ao estar contida no campo da História da Enfermagem Brasileira, não se constituiu em uma história isolada por si só e insulada dentre de suas fronteiras. Ao contrário, ela conserva um traço comum com a história das mulheres na enfermagem, a qual revela uma pluralidade de condições dificultosas que se assemelham com aquelas que, há muito, as enfermeiras brasileiras tiveram que enfrentar, e ainda enfrentam (OLIVEIRA, 2007, p.136).

Outro aspecto a ser considerado é o de que este estudo vem se juntar a outros já produzidos com o intuito de amplificar a história da profissão de enfermagem, os quais auxiliam na compreensão do que somos hoje como profissão e como profissionais, pois "todas as lutas atuais rodam em torno de uma questão: *quem somos nós?* Elas são uma recusa às

abstrações, uma recusa do estado de violência econômico e ideológico, que ignora que somos indivíduos” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005; FOUCAULT, 1995, p.235).

Sobre as repercussões afetivas da História da Enfermagem Brasileira, Regina Santos (2003, p.10) encarece que:

Estes estudos têm a possibilidade concreta de despertar o sentimento de pertença à classe, envolver a pessoa na trama do seu cotidiano com paixão e orgulho, podendo ser o alicerce para o estabelecimento de um compromisso com a profissão; a História tem o poder de envolver e comprometer as pessoas.

Nesse sentido, é que o estudo da História da Enfermagem Brasileira vem favorecer a aquisição de uma cultura geral profissional que serve de lastro ao domínio do conhecimento técnico-científico, ao desenvolvimento do raciocínio crítico, reflexivo e criativo, e ao entendimento de visões e interpretações dos tempos históricos e suas demandas (BARREIRA, 1999).

Dadas as justificativas e relevâncias ora pontuadas, espero que este estudo possa contribuir de modo a fornecer *insights* para novas pesquisas neste campo temático: *da história da enfermagem militar*. E, a partir dos objetivos definidos, que sejam reveladas parte das dimensões invisíveis, incógnitas, submersas, recônditas, múltiplas, sensíveis e complexas, que envolvem a temática no sentido de se definir metodologicamente, teoricamente, originalmente, mas modestamente, as nuances e (re)leituras envoltas à construção deste trabalho acadêmico. Assim, é que se almejou alcançar, além da feitura desta tese, satisfação intelectual servível e possibilidades de torná-la uma pesquisa mais ampla futuramente (ECO, 1977).

Sem dúvida, o desenvolvimento deste trabalho foi um grande desafio. O ponto de partida envolveu a necessidade de entendimento de um contexto político-social complexo, de término da Segunda Guerra Mundial, de auge da crise do Estado Novo, e de início da democratização do país. O campo eleito, do Exército Brasileiro, complexo e multifacetado, e

a fase de mudanças paradigmáticas experimentadas pela profissão de enfermagem no país, foram também aspectos ardilosos a serem considerados. Desta perspectiva maior, passou-se para um plano de análise mais recortado, onde considerações e reconsiderações singelas e sensíveis a detalhes tiveram que ser tomadas, para (re)montar parte da trajetória de um grupo *a priori* esquecido naquele contexto, um grupo que quase não se fez ver no pós-guerra, e que não teria lugar expressivo décadas depois, nem nos preocupados e meritórios estudos acadêmicos sobre a história e memória da FEB, conforme pode ser notado no trecho a seguir, que foi extraído de uma tese de doutorado em História:

Embora esta tese, desde seu título, evoque os membros egressos da FEB, por ex-combatentes entendo todos os que participaram da Campanha da Itália, como membros da Força Expedicionária Brasileira, do 1º Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira e do Corpo de Enfermeiras. Quantitativamente, o número de membros destes dois últimos grupos é bastante reduzido, em relação aos da FEB; historicamente, participaram da mesma guerra, no mesmo Teatro de Operações, e compartilham memórias de guerra comuns; por fim, pertencem às mesmas associações, participam das mesmas cerimônias e não se distinguem uns dos outros pelas unidades das quais fizeram parte. Todos estavam na mesma guerra. Se esta tese privilegiou os expedicionários da FEB, foi por sua proporção numérica durante e depois do conflito, e não pela avaliação da importância ou não de cada grupo dentro da guerra que travaram na Itália (FERRAZ, 2003, p.10).

Alvo de constantes reflexões foi a viabilidade desta investigação, uma vez que o acesso e a descoberta das fontes de pesquisa, que fossem efetivamente adequadas e servíveis para assegurar a construção deste estudo, deu-se de forma gradual e muito trabalhosa. Diversos arquivos, centros de documentação, bibliotecas e acervos institucionais e pessoais foram consultados. Ao término das primeiras buscas, a constatação da existência de poucos registros publicados sobre as enfermeiras febianas serviu para motivar ainda mais a pesquisa, e a defender a idéia de que tal escassez vem demonstrar mesmo o seu esquecimento (OLIVEIRA, 2007). Outra constatação é a de que não pude utilizar-me de registros de sua prática laboral no cotidiano das unidades militares onde foram incorporadas, após terem sido reincluídas no Serviço Ativo, pois, ao que parece, pouco era registrado da prática de enfermagem no recorte

e lócus escolhidos. Por isso também, não pude explorar em extensão o cotidiano delas com a propriedade que desejei.

Afora tais apontamentos, praticamente todas as enfermeiras febianas que consegui entrevistar relataram dificuldades em rememorar certos acontecimentos pretéritos de interesse para esta pesquisa. A título de ilustração, são delas as seguintes falas:

Essa parte eu não estou lembrada. (...) A gente vai se esquecendo das coisas, porque não é pouco o que nós passamos. (...) Por causa da idade que eu tenho [94 anos], alguns dizem assim: *Roselys, você tem uma cabeça!* Bem, cabeça eu tenho, agora o que está lá dentro é que eu não sei se está funcionando direito... (risos). (Enfermeira Roselys Teixeira Gazzinelli)

Eu estou com a memória fraca. (...) Não me lembro. (...) Eu me esqueci. (...) (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Não me lembro. A minha cabeça está meio... Não grava tudo, não. (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Outros entraves foram a falta de ajuda de custo para o desenvolvimento da pesquisa, o curto tempo do Curso, que foi agravado pelas atividades profissionais e pelos compromissos sócio-familiares durante a elaboração da pesquisa, entre outros imprevistos que, ao longo, foram se apresentando. Imperiosamente se fez a necessidade de ceder a uma proposta de trabalho mais exequível, e, por extensão, mais recortada e menos ambiciosa.

Com efeito, as primeiras intenções visavam à abrangência de um maior número de pessoas a serem entrevistadas, a fim de se construir uma história vista por outros ângulos, por outros agentes, que não só pelas próprias enfermeiras febianas, o que, pelos limites apresentados, não foi possível. Por certo, isto traria como produto a concepção da memória social não só das febianas, mas também de como sua presença e atuação no campo militar repercutiu simbolicamente na história de vida de seus familiares, amigos, colegas de trabalho, chefes, subordinados, e exercentes de enfermagem da época.

Outrossim, as preocupações iniciais eram as de desenvolver uma pesquisa que atentasse para o entendimento das formas com que as enfermeiras febianas moldaram suas memórias

particulares e coletivas, as formas com que a enfermagem brasileira interpretou o papel dessas enfermeiras desde sua inclusão até a reinclusão no Serviço Ativo do Exército, e, por fim, a complexa relação entre todas essas dimensões da memória social da participação inédita dessas primeiras mulheres, que adentraram os muros dos quartéis. Não obstante, esta intenção de pesquisa revelou-se ser maior do que é possível realizar dentro dos limites atuais de uma pesquisa de doutorado em História da Enfermagem Brasileira (FERRAZ, 2003).

Apesar dessas limitações que se mostraram, não posso deixar de mencionar que contei, ao longo desse tempo, com o apoio de pessoas interessadas nos meus propósitos, direta ou indiretamente, pessoal ou virtualmente.

Resta-me ainda fazer algumas menções sobre a originalidade do estudo e, nesse sentido, trazer a constatação de que os poucos estudos históricos desenvolvidos sobre a enfermagem militar vem, aos poucos, ganhando proporção dentro da área de conhecimento da História da Enfermagem Brasileira.¹⁰

Ao iniciar esta pesquisa, até onde foi do meu conhecimento, não existia publicada nenhuma outra que tivesse se ocupado com a história das enfermeiras da FEB no pós-guerra, além das três dissertações de mestrado desenvolvidas num recorte de tempo que contemplou o período em que atuaram na guerra (1943-1945), na linha de pesquisa de História da Enfermagem Brasileira.¹¹ Esta “outra história” que apresento é, pois, distinta do conjunto de obras anteriormente escritas sobre as febianas, seu recorte temporal e temático é novo, e ainda não explorado. Foi por este caminho que me direcionei, e me aventurei...

¹⁰ Os autores que trabalharam com esta temática em programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil foram: Na Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ): Maristela Freitas Silva (1995), Carla Christina Passos (2000); Ana Paula Carvalho Orichio (2006); e Alexandre Barbosa de Oliveira (2007). Na Faculdade de Enfermagem da UERJ: Margarida Maria Rocha Bernardes (2003); e Lilian Silva de França (2010).

¹¹ As três dissertações, em ordem de publicação, são: *Resgatando a memória: a história das enfermeiras da Força Expedicionária*, de Maristela Freitas Silva, defendida na Escola de Enfermagem Anna Nery, em 1995; *O grupamento feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante 2ª Guerra Mundial: uma abordagem sob o olhar fotográfico (1942-1945)*, de Margarida Maria Rocha Bernardes, defendida em 2003 na Faculdade de Enfermagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; e *Signos do esquecimento: os efeitos simbólicos da participação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1943-1945)*, de autoria deste autor e defendida em 2007, na Escola de Enfermagem Anna Nery.

O QUADRO TEÓRICO

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, é de natureza histórico-social e, por isto, compreende a análise de grupos humanos num determinado espaço geográfico e temporal. Para desenvolvê-la, optou-se pelo campo óptico da micro-história, que

tem a virtude de servir à história geral por meio do exemplo particular e único. Não a nega, nem desqualifica suas explicações gerais, mas prioriza a personagem singular e a trama minúscula. É como examinar o passado através de um microscópio, para tanto é necessária pesquisa documental minuciosa, porque tudo interessa a uma análise microscópica (...). A micro-história ousa, assim, fazer uma história total no miúdo e no varejo. Mas é de história que trata. (...) A micro-história trouxe, portanto, novidade importante à pesquisa e à escrita da história (VAINFAS, 2004, p.98).

Outrossim, este estudo insere-se no campo de pesquisas sobre a História da Enfermagem Brasileira, campo este de caráter interdisciplinar situado na interseção das áreas de Enfermagem e História, e que vem pluralizando suas possibilidades mediante o apoio de outras áreas de conhecimento, tais como a da Sociologia, da Antropologia e da Filosofia. Assim, na esteira da História Nova é que a História da Enfermagem Brasileira vem reunindo um cabedal de elementos distintivos, que tendem a ampliar as competências de sua construção.

Nesse processo, é notável a constatação dos estreitamentos que existem entre a História da Enfermagem e a História das Mulheres, que tomam enfermeiras e mulheres como matéria-prima, agentes e objetos de relato de histórias que imbricam questões de gênero e de relações de poder e dominação. Desse modo é que as interpretações construídas neste estudo utilizaram-se da perspectiva traçada pela História Nova, no sentido de amplificar a voz de algumas atrizes sociais. Aqui, a voz e a vez é a das enfermeiras brasileiras veteranas da Segunda Guerra Mundial, no recorte do pós-guerra.

Ora, pois, o caminho teórico-metodológico escolhido tem respaldo na prática proposta pela História Nova que, além de dar voz a quem se encontra em silêncio, alterou significativamente o conceito de documento através da diversificação de objetos de estudo como foco de interesse historiográfico. Assim, passaram a ganhar vulto (para a História da Enfermagem): a identidade profissional, os uniformes, as relações de poder, as questões de gênero, o processo de trabalho, entre outros (BURKE, 1992, p.9-14; PADILHA; BORENSTEIN, 2006, p.535), elementos estes que se fundem coincidentemente, e proficuamente, no tipo de abordagem pretendida neste trabalho.

Para se analisar e se discutir os resultados, foram utilizados alguns conceitos da Teoria do Mundo Social de Pierre Bourdieu, entre eles, os de: campo, espaço social, capital, *habitus*, poder, luta e violência simbólica, e, especialmente, o de dominação masculina, conceitos estes que foram desenvolvidos na perspectiva de que a ação social é governada por disposições adequadas pela imersão contínua em jogos sociais. Ademais, Bourdieu compreende que os agentes estão imersos espacialmente em determinados campos sociais, e que a posse de grandezas de certos capitais e o *habitus* de cada agente condiciona seu posicionamento espacial e, na luta social, identifica-se com sua classe social. Ele também defende a idéia de que, para o agente ocupar um espaço é preciso que ele conheça as regras do jogo dentro do campo social, e que esteja disposto a lutar (jogar).¹²

Sem dúvida, os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo, que pretendem transformar ou conservar (BOURDIEU, 1991, p.112).

¹² Como bases epistemológicas, foram aproveitadas as seguintes obras de Pierre Bourdieu: Questões de Sociologia (1983); Razões e práticas: sobre a teoria da ação (1996); A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer (1998); Meditações pascalinas (2001a); Contra fogos 2: por um movimento social europeu (2001b); A dominação masculina (2003); A economia das trocas simbólicas (2005); O poder simbólico (2006); A distinção: crítica social do julgamento (2007a); A miséria do mundo (2007b); e Escritos de educação (2007c).

No que diz respeito à aplicabilidade dos conceitos da Teoria do Mundo Social, elegeu-se o **campo do Exército Brasileiro** como o campo preferencial, por terem sido, as enfermeiras febianas, incluídas, excluídas e reincluídas neste mesmo cenário, de caráter multidimensional, que tem como pilares a tradição, a hierarquia e a disciplina, e onde as posições são categoricamente classificadas e ocupadas.

A título de esclarecimento, há que se mencionar que os militares da ativa são os cidadãos que, a serviço das armas, nas Forças Armadas, delas fazem profissão exclusiva permanente ou em caráter transitório (como os militares da reserva, quando convocados ao Serviço Ativo, e os cidadãos incorporados às Forças Armadas para a prestação do Serviço Militar Obrigatório).¹³ Por tal, as enfermeiras da FEB, antes do embarque para a guerra, não tiveram direito a posto militar. Depois, já no Teatro de Operações, elas passaram a oficial da reserva. Mas, ao serem desmobilizadas, deixaram de sê-lo. Por força de lei, mais tarde, em 1950, elas foram classificadas como oficiais da reserva de 2ª classe (sem remuneração). Já em 1957, as febianas que requereram a reinclusão foram convocadas para o Serviço Militar Ativo do Exército, quando passaram a gozar dos direitos e prerrogativas de oficial da reserva de 1ª classe.

Na hierarquia militar, os *postos* são destinados aos oficiais e as *graduações* às praças, enquanto os soldados não possuem graduação. Estas classificações servem para instituir uma dada identidade que prescreve padrões e normas de comportamento ao seu portador, além de garantir-lhe tratamento diferenciado e direito de ser tratado socialmente conforme a posição hierárquica que ocupa. O Anexo I ilustra as posições das diversas personagens que este estudo elencou.

É necessário alertar que, em diversas passagens do texto é considerado também o **campo militar**, o que não invalida e desqualifica as pretensões em considerar

¹³ Decreto-Lei nº 9.698, de 02/09/1946 (Estatuto dos Militares).

preferencialmente o do Exército neste estudo, uma vez que possuem especificidades muitas próximas, quase indistintas.

Outros campos também são aqui considerados, entre eles: o **campo social** e o **campo político**, aonde alianças foram firmadas com o intento de se estabelecer certas vantagens ao grupo de enfermeiras febianas; o **campo da Força Aérea Brasileira**, onde também foram incorporadas enfermeiras para a guerra, e onde elas também foram reincluídas no seu Serviço Ativo, a exemplo do que ocorreu com as do Exército; e o **campo da Enfermagem Brasileira**, destacado no estudo por ter influenciado também nos rumos da mobilização de enfermeiras brasileiras para a guerra, e, inclusive, no reconhecimento da reinclusão de febianas no pós-guerra.

A consideração destes campos visou contemplar a idéia de que os agentes neles se distribuem segundo o volume global do capital que possuem e a composição do seu capital, ou seja, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses (títulos de propriedade econômica, cultural, militar e social) (BOURDIEU, 2006, p.135).

Para Bourdieu (2005), a dinâmica social se dá no interior de campos que possuem lógicas próprias. O que vai delimitar o campo são os valores e as formas de **capital** que lhe dão sustentação. Nesse sentido, a dinâmica social que acontece no interior de cada campo passa a ser regida pelas **lutas** que os agentes praticam para manter ou para alterar as relações de força, e pela distribuição das formas específicas de capital.

É, pois, mister mencionar que, o conceito de **capital simbólico** é geralmente relacionado às idéias de prestígio, reputação, fama, distinção; é, assim, a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (**profissional, cultural, econômico, social e militar**). Com efeito, os possuidores de capital simbólico são dotados de **poder simbólico**, espécie de poder quase natural e incessantemente naturalizado, que confere aos seus detentores a possibilidade de acesso aos ganhos específicos que ele ocasiona. Os

indivíduos passam a ser classificados em função da posse ou do déficit de capital simbólico, que dissimula as relações de força materiais (BOURDIEU, 2006).

Sendo assim, o capital simbólico é o capital com base cognitiva, apoiado sobre o conhecimento e o reconhecimento (BOURDIEU, 2007b). “Não é uma coisa, e sim uma relação social, muito particular, na medida em que contém as condições de sua reprodução.” Assim, se a honra cabe àquele que já a tem e que pode, por meio de estratégias [alianças] fazer frutificar seu capital simbólico é porque o capital simbólico contribui, à sua maneira, para a reprodução das relações sociais, uma vez que o capital simbólico é constituído pelo crédito simbólico que o grupo abona ao homem honrado (PINTO, 2000, p.134).

Consequentemente, a valorização do capital simbólico - isto é, a realização de ganhos simbólicos mediante ofertas gratuitas e generosas que obrigam a retribuir sob forma de trabalho, mas que, ao dissimularem essa verdade objetiva, conservam a reputação honrada -, tende simplesmente a reprodução de suas próprias condições. Se o capital simbólico "produz" mais valia simbólica, e se a mais valia simbólica “produz capital simbólico”, é porque o capital simbólico gera a si mesmo, “dá filhotes” (PINTO, 2000, p.134).

No que tange especificamente ao **capital social**, conceito aqui também bem aplicado, Bourdieu explicita que este é o resultado de uma tentativa de tornar explicáveis certas propriedades inerentes às relações entre os agentes (mas também entre as instituições):

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, (...) mas também, são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2007c, p.67).

No tocante à estrutura do capital social, Bourdieu indica que esta seria composta basicamente pelas ligações entre os agentes de um campo (bem como por ligações entre agentes de campos diferentes), sendo que: "(...) essas ligações (...) são fundadas em trocas

inseparavelmente materiais e simbólicas". Em relação ao volume do capital social, Bourdieu indica que: "O volume que um agente individual possui depende, então, da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (cultural, econômico ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 2007c, p. 67)". Partindo dessas premissas, o efeito “catalisador” do capital social (e a possibilidade de sua conversão em capital simbólico) de que as enfermeiras febianas tinham posse tendeu a favorecê-las na posição que elas buscaram reocupar no pós-guerra, posto que elas conseguiram se mover bem no campo do Exército através da construção e manutenção de redes de relações em seus espaços.

Por isso, Bourdieu considera que todo campo é um campo de forças e de lutas para conservar ou transformar o próprio campo de forças. No entanto, os limites e as possibilidades de ação dos agentes dentro desse campo dependem da estrutura das relações objetivas dentro das quais o agente está posicionado e engajado. Assim, os campos não são espaços de horizontalidade, mas de verticalidade, ou seja, de hierarquias que determinam como e em que circunstâncias os agentes podem atuar no sentido de proporcionar mudanças ou favorecer a manutenção do *status quo*. Em outras palavras, cada agente é dotado de determinado capital, que é crucial na determinação do seu peso diante dos outros agentes.

Outra concepção que este estudo elencou foi a pautada no **capital profissional**, propriedade que tende a ofertar uma distinção a quem o possui mediante a certificação e legitimação de hierarquias sociais, além de uma qualificação técnico-científica que confere rentabilidade social e, portanto, a possibilidade de se ter familiaridade com certos bens culturais simbólicos, o que abre o acesso a determinados direitos e deveres por seus portadores que, a qualquer momento, dentro do círculo profissional que freqüentam, poderão ser intimidados a exibi-lo. Mas, os que não o possuem a contento também poderão ser intimados a apresentar seus “comprovantes”, fundamentando uma espécie de “hierarquia de

natureza”, que faz com que os agentes estejam votados a dados estatutos e prescrições de um determinado campo. Assim, na definição tácita do diploma, ao assegurar formalmente uma competência específica (neste estudo, o diploma de enfermeira), está inscrito que ele garante realmente a posse de uma “cultura geral”, tanto mais ampla e extensa, quanto mais prestigioso for esse documento (BOURDIEU, 2007a).

Por esta lógica, no corpo das análises aqui tecidas é atestado o apontamento dos efeitos produzidos pelas diferentes formações em enfermagem, que possuíam as febianas. Tal situação foi continuamente evocada em dadas ocasiões (antes e depois da guerra), que visavam, geralmente, legitimar as classificações e hierarquias escolares e as possibilidades da maioria das febianas, que possuíam curso de voluntária socorrista, de apenas três meses de duração.

É também no campo que acontece a estruturação ou objetivação do *habitus*, disposições socialmente constituídas que orientam as ações dos agentes. Bourdieu (2005) afirma que os agentes específicos, sejam eles seres humanos ou instituições, são estruturados e estruturantes no processo de naturalização da dominação. Isto é, os agentes, ao mesmo tempo em que têm o poder de moldar a sociedade, são por ela moldados, uma vez que se trata de uma relação dialética entre a conjuntura e a estrutura do campo.

A inclusão de enfermeiras no campo do Exército Brasileiro fez com que elas incorporassem um *habitus militar*, que fosse consoante com o tipo de trabalho e relações que iriam desenvolver no cenário de guerra. Entendido aqui como produto do aprendizado e da inculcação de certas normas e ideologias do Exército, a incorporação do *habitus* militar, que foi “prescrita” às febianas, esteve condicionada aos esquemas de dominação que o Exército, enquanto instituição total, bem soube operar. A atualização deste *habitus* militar se mostraria, ainda, como uma estratégia a ser utilizada no pós-guerra, quando algumas enfermeiras febianas mostraram-se engajadas num processo de reconstrução social de uma imagem

positiva de “mulher militar”, ao se mostrarem publicamente, numa luta (disciplinada) pela retomada de posições no campo do Exército (BOURDIEU, 2006, p.199).

Com efeito, o *habitus* reúne os atributos que um grupo tem de exhibir para ter acesso a um campo específico. Assim, no jogo social, os agentes do grupo e seus aliados se valem de seus diferentes tipos de capital e da aplicação proveitosa desse capital.

As impressões de Bourdieu sobre a **dominação masculina** foram também frutuosas neste estudo. O autor explicita que este tipo de dominação está presente em todas as sociedades e legitima-se do fato de todas essas sociedades constituírem-se de uma perspectiva androcêntrica, a qual pressupõe e prescreve a dominação do princípio masculino (ativo) sobre o princípio feminino (passivo). Logo, a dominação masculina é uma dominação simbólica que implica a naturalização dessa dominação na sociedade, exercendo sobre os corpos um forte poder, sem haver necessidade de força física. Assim, a dominação é imposta e vivenciada pela presença da **violência simbólica**, uma “violência doce e quase sempre invisível” (BOURDIEU, 2003).

Outrossim, ao estar inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve nos corpos de diferentes maneiras, das rotinas da divisão do trabalho aos rituais coletivos ou privados, como a exclusão das mulheres dos espaços identificados como masculinos. E aí, o caso das enfermeiras da FEB, que foram desmobilizadas após a guerra, é exemplo razoável.

Sem dúvida, a sociedade ocidental é caracterizada por uma clara dominação masculina e, conseqüentemente, por uma subordinação da mulher no domínio do social, do político, do econômico e do simbólico. Nesse sentido, o pensamento de Françoise Héritier (1989) se coaduna com o de Pierre Bourdieu, quando destaca o campo do simbólico, evidenciando a existência de valores que ressaltam as diferenças entre os sexos, de forma hierarquizada (valorativa para o homem e depreciativa para a mulher), e as coloca como naturalizadas na

vida social. Assim, há uma espécie de discurso simbólico que remete a uma natureza “feminina” biológica, morfológica e psicológica, que legitima a sujeição das mulheres.

Isso posto, é de interesse o entendimento das relações que ocorrem entre homens e mulheres, e não a atuação da mulher à revelia da atuação do homem na história. Dessa forma é que a questão da diferença sexual pode ser entendida como resultado de uma construção social dos papéis dos homens e das mulheres. O essencial a ser observado não é a oposição termo a termo, uma definição biológica e histórica de oposição masculino/feminino, mas antes identificar, em cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como “natural” (portanto biológico) a divisão social (portanto histórica) dos papéis e das funções (CHARTIER, 1994, p.109).

Tais considerações sobre a questão de gênero têm grande relevância aqui, uma vez que o Exército Brasileiro é uma instituição tradicionalmente sexualizada (misógina), cujo sistema mítico-ritual ratifica e amplia os princípios da inferioridade e da exclusão da mulher. E aí, mesmo que a teoria de Pierre Bourdieu não contemple o aspecto da complementaridade entre os gêneros, defendida por outros estudiosos, a apreciação das obras deste autor foi importante para se refletir a dominação masculina notada no campo desta instituição.

A fim de potencializar as reflexões que surgiram sobre alguns aspectos ligados à questão de gênero, foi visitado outro ponto de vista exterior ao de Bourdieu. Assim, é que este estudo reuniu algumas impressões sensíveis da historiadora Michelle Perrot. Em sua obra intitulada *Minha história das mulheres*, ela enfatiza que

a história das mulheres passou por um processo de evolução, tanto em seus objetos, quanto em seus pontos de vista, que partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (PERROT, 2007, p.16).

O empenho de Michelle Perrot (1988; 1998; 2005; 2007) em escrever uma “história das mulheres”, articulando o conceito de gênero aos diversos episódios históricos que marcaram as mudanças políticas, econômicas e sociais da humanidade, faz ver a mulher como agente privilegiado subvertendo a ordem masculina. Porém, ao fixar o olhar apenas na “mulher” ou na “condição feminina”, além de anular a influência do *outro* (homem) na construção da subjetividade feminina, também deixa a impressão de que os homens existem em algum lugar além do social, como se – mais uma vez – o masculino constituísse um parâmetro extra-histórico e universalizante (MATOS, 2001, p.46).

Não obstante, estes constatados limites sobre a questão de gênero, tanto nas abordagens de Pierre Bourdieu quanto nas de Michelle Perrot, não foram impeditivos para as análises e discussões aqui encaminhadas. Aliás, ao se fazerem conjugadas no que coube, as impressões desses dois autores favoreceram o entendimento das zonas de poder e dominação, e seus efeitos sobre as enfermeiras da FEB, apesar das diferenças teórico-metodológicas que configuram suas pesquisas. Assim é que se definiu como não cabida a necessidade de busca de outras diferentes leituras sobre a questão de gênero além destas de Bourdieu e Perrot, que foram tratadas como preferenciais.

Portanto, é através do legado sociológico de Pierre Bourdieu e das observações substanciais de Michelle Perrot, que se encontrou a sustentação teórica para satisfazer o processamento das descrições, análises e discussões, que aqui foram desenvolvidas, posto que suas idéias e formulações ocuparam sintomaticamente uma posição confortável neste estudo.

Orientado pela reflexão que busquei sistematizar acerca do problema de pesquisa e quadro teórico apresentado, elegi algumas hipóteses ao longo do processo de investigação que foram, por certo, abandonadas em favor de outras, em virtude do amadurecimento das idéias e da incorporação de contribuições ao estudo. Assim, após reflexões e reconstruções individuais e coletivas, o estudo que ora apresento sustenta a seguinte **tese**:

A articulação dos diferentes tipos de capital acumulados pelas enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira, que atuaram no Teatro de Operações Europeu durante a Segunda Guerra Mundial e que foram desmobilizadas logo após o seu término, contribuiu para que elas fossem oficialmente reincluídas no Serviço Militar Ativo do Exército Brasileiro como “oficiais enfermeiras” no pós-guerra, mediante o efeito de demonstração de percepções e apreciações atualizadas sobre o seu grupo, em tempo de paz.

Assim, é que esta tese foi enxergada como um elemento norteador preciso, que serviu de guia à investigação proposta. Exerceu também um papel delimitador, que recortou mais o objeto de estudo, ao tempo que exerceu ainda um papel interpretativo profícuo, que auxiliou na proposição de soluções provisórias para o problema de pesquisa, além de ter proporcionado bases para a argumentação. Por fim, a tese sustentada articulou as diversas dimensões da pesquisa proposta no que diz respeito ao tema, quadro teórico, fontes e métodos eleitos.

AS FONTES E OS MÉTODOS

Como esclarece Ferraz (2003, p.19), os debates sobre as relações entre história, memória, identidade e representações sociais, que ocuparam um relevante espaço no debate historiográfico, foram fundamentais para o desenvolvimento dos estudos sobre os veteranos de guerra, e chegaram até a moldar as suas principais problemáticas. Nessa vertente, ele classifica os estudos, que têm os veteranos de guerras do século XX como “objetos” de pesquisa, em dois grupos: a) o veterano como sujeito da memória social da guerra em que tomou parte; b) o veterano como agente social em uma sociedade pós-guerra.

O primeiro conjunto de estudos, que concentra o maior volume de pesquisas publicadas, objetiva o entendimento do papel dos ex-combatentes na memória social das guerras nas quais participaram. Neste conjunto, as fontes documentais são geralmente utilizadas para melhorar os entendimentos de como o evento “guerra mundial” foi e é lembrado pelas gerações posteriores, e como as memórias e esquecimentos são produtos de negociações permanentes entre os vários sujeitos envolvidos, principalmente após o fim das hostilidades. Destacam-se, pois, na massa documental de tais pesquisas, os dispositivos de rememoração, tais como a construção de monumentos e memoriais aos mortos, as visitas turísticas aos campos de batalha e aos cemitérios militares, a iconografia de pós-guerra, as publicações e rituais das associações de ex-combatentes, a exposição das variadas representações históricas contidas nos museus dedicados às guerras, e a historiografia profissional e amadora sobre as guerras (FERRAZ, 2003, p.20-1).

A outra vertente das pesquisas históricas sobre veteranos visa compreendê-los como sujeitos sociais depois de sua desmobilização e retorno às rotinas sociais e profissionais dos tempos de paz. Em contraste com o primeiro grupo, que visa construir uma “história da memória da guerra”, estas pesquisas objetivam elaborar uma espécie de “história social dos

veteranos de guerra”. A desmobilização, o retorno ao lar, a (re)construção de laços sociais com os não-combatentes, as trajetórias profissionais, as opiniões e ações políticas individuais e coletivas, as estratégias de agrupamento e defesa dos interesses desta categoria social são os principais tópicos abordados pela historiografia que se ocupa deste tema (FERRAZ, 2003, p.21).

Assim é que esses dois conjuntos de abordagens foram reunidos e adaptados no presente estudo, que elabora o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército das únicas mulheres veteranas do país, no pós-guerra. Reinclusão esta que dependeu dos fatores conjunturais, das influências de suas representações nos espaços públicos e privados, de como foram percebidas pela sociedade, de como se deu a construção da memória social delas, de suas relações com os exercentes de enfermagem à época, de como conseguiram utilizar os diversos tipos de capital que acumularam em suas lutas pretéritas. Assim, o corpo documental utilizado aqui se diversificou, incorporando fontes de diversas naturezas.

Boa dose de paciência, tempo e um trabalho minucioso foram necessários para se encontrar as fontes para esta pesquisa. Na “guerra” pela descoberta de documentos, que fundamentassem satisfatoriamente o desenvolvimento deste estudo, tive que ser cauteloso para evitar a dispersão e a perda de tempo, e para manter organizado o conjunto de possíveis fontes que se foram acumulando ao longo da coleta de dados.

Para dar conta de uma história construída no seio da história das mulheres, foram buscadas fontes que tivessem uma historicidade suficiente para facilitar o entendimento do murmúrio que os documentos escritos tendem a provocar nesse tipo de história. Assim, as narrativas orais (imprescindíveis), as biografias e autobiografias, as fotografias, os elogios, os poemas, os bilhetes, os diários, e inclusive os guardados pessoais (vestimentas, medalhas, objetos), todos estes elementos ajudaram a dar sustentação aos interesses da versão histórica aqui construída.

Não obstante, foram também considerados os documentos escritos oficiais e não-oficiais, que também tiveram grande utilidade no estudo, entre eles: constituições, decretos, leis, portarias, projetos de lei, estatutos, diários oficiais, avisos ministeriais, regulamentos, atas, boletins internos, ofícios, partes, anais de congressos, memoriais, programas, álbuns, livros raros, prospectos, catálogos, jornais, revistas, relatórios, entrevistas escritas, textos de discursos, letras de música, folhas de alterações, diplomas, certificados e currículos.

Nesse processo de coleta, tive que travar contato com muitas pessoas (pesquisadores, enfermeiros, historiadores, bibliotecários, arquivistas, militares, ex-combatentes, familiares de algumas enfermeiras febianas e as próprias febianas), as quais me prestaram valiosas informações sobre lugares e contatos que poderiam auxiliar na reunião de fontes. A internet e o correio eletrônico também foram imprescindíveis na aceleração de todo este processo.

No intervalo de setembro de 2007 a outubro de 2010 foram visitados os seguintes locais: Biblioteca Nacional, Biblioteca do Exército (Unidade PDC); Biblioteca Setorial da Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ); Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (UFRJ); Biblioteca do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial; Centro de Documentação da Escola Anna Nery (UFRJ); Centro de Memória Nalva Pereira Caldas (UERJ); Casa de Oswaldo Cruz; Arquivo Histórico do Exército (PDC); arquivo do Colégio Militar de Belo Horizonte; arquivo “morto” da Policlínica Militar do Rio de Janeiro; acervo da Academia Brasileira de Medicina Militar (Rio de Janeiro); Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (Seção Rio de Janeiro); Acervo da Casa da FEB (Belo Horizonte); Museu da FEB (Rio de Janeiro); Acervo da FEB (PDC), organizado pela febianas Elza Cansanção Medeiros; acervo pessoal das febianas: Carlota Mello, Elza Cansanção Medeiros, Roselys Teixeira Gazzinelli e Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero; além de guardados particulares disponibilizados pela sobrinha da febianas Olímpia de Araújo Camerino.

As decisões tomadas para o processamento das fontes envolveram o uso de três métodos: o de história oral temática, o de análise fotográfica, e o de análise documental, sobre os quais passo a fazer algumas considerações:

Escrever história sem o contato com os agentes que a vivenciaram e moldaram é uma tarefa difícil. Para este estudo, tive a felicidade e a boa sorte de conseguir entrevistar e me aproximar amistosamente de quatro das 67 enfermeiras que compuseram a FEB. Todas elas foram muito solícitas e criaram uma atmosfera toda favorável para que esta pesquisa obtivesse os dados necessários, a fim de se entender um pouco mais de suas histórias.

Ademais, o uso do método da história oral temática neste trabalho se justifica por ter se mostrado como um meio de conhecimento profícuo do tema aqui explorado, uma vez que tive a oportunidade de voltar minha atenção para as versões das febianas, sem prescindir de outras fontes.

Apesar de serem pessoas muito idosas, não foram empecilhos, de modo geral, suas condições físicas ou mentais. Devo ressaltar que também cheguei a contatar um familiar de uma enfermeira febiana, Maria Celeste Fernandes, que mora no Rio de Janeiro, e o de outra, que mora em Salvador chamada Jandira Bessa de Meirelles. Entretanto, devido suas situações precárias de saúde, não pude contar com seus testemunhos.

Uma vez realizados os contatos iniciais e estabelecidos os roteiros de entrevista, além de estudadas as biografias das que seriam entrevistadas e também de suas companheiras de guerra, iniciei o processo de entrevistas com as seguintes enfermeiras: Carlota Mello, Elza Cansação Medeiros, Roselys Teixeira Gazzinelli e Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero. O quadro a seguir especifica outros detalhes sobre o grupo de febianas, que participaram mais diretamente do desenvolvimento deste estudo:

Quadro nº 01 - Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira entrevistadas¹⁴:

Participantes	Ano e local de nascimento	Organizações Militares onde serviram após a reinclusão no Serviço Ativo do Exército	Datas e locais de realização das entrevistas
Carlota Mello	1914 (Salinas, MG)	Colégio Militar de Belo Horizonte	03 e 06/11/2008 Belo Horizonte - residência
Elza Cansanção Medeiros	1921 (Rio de Janeiro, RJ)	Policlínica Militar da Praia Vermelha e Policlínica Central do Exército	10/10/2006, 28 e 29/10/2008 (Rio de Janeiro - Acervo da FEB/PDC); e 23/06/2009 (Rio de Janeiro – residência)
Roselys Teixeira Gazzinelli	1914 (Araguari, MG)	Colégio Militar de Belo Horizonte	04/11/2008 (Belo Horizonte - residência)
Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero	1917 (Rio de Janeiro, RJ)	Policlínica Central do Exército	31/08/2006, 26/09/2006 e 15/09/2009 (Rio de Janeiro – residência)

Durante as entrevistas, deixei que elas falassem à vontade, mantendo um tom mais coloquial, e procurando não me ater a horários. Os encontros com todas elas foram muito agradáveis e proveitosos, mas também densos e até cansativos, pois o exercício mental de trazer à luz questões adormecidas não foi fácil, sem contar a atenção que se deve dar não só aos ditos, mas também aos não-ditos, que tais questões evocam. Outrossim, uma dificuldade que notei foi a de ter que remetê-las para um recorte temporal de pós-guerra, menos glamoroso que o da guerra. Por vezes, a impressão que tive foi a de que suas histórias no pós-guerra, foco da atenção maior desta pesquisa, não era, para elas, de tanta importância para ser reproduzido. Mas, com esforço e tempo certo, buscava retomar as “rédeas” da condução da entrevista para o pós-guerra, até o próximo movimento delas de volta aos campos de batalha.

Efetivamente, o método em si traz o sentimento de inquietação de tornar públicas conversas privadas. E a quantas confidências recolhidas tive acesso! Aliás, se a história oral

¹⁴ As entrevistas realizadas em 2006, constantes deste quadro, foram produzidas especialmente para a dissertação de mestrado de autoria deste autor intitulada: “Signos do esquecimento: os efeitos simbólicos da participação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1943-1945)”, e, neste estudo, foram também aproveitadas, vantajosamente.

possui predicados, um deles é a surpresa. Mas, nem tudo elas aceitaram que fosse gravado e publicado. Histórias de paixões arrebatadoras e trágicas, de curiosas intrigas e brigas pessoais tiveram que ficar no silêncio. Aliás, desde o início dos encontros expliquei todas as garantias que tinham no que diz respeito aos procedimentos e prescrições éticas numa pesquisa que envolve o método de história oral.

Outrossim, em dados momentos, foi difícil obter delas afirmações que escapassem às diretrizes da hierarquia e da disciplina das organizações militares. Depreciações à instituição ou aos seus membros, por exemplo, foram raríssimas. Mas, com o *rapport* e um pouco de insistência, consegui que ficassem um pouco mais livres e menos constrangidas em irem um pouco além nas suas falas. Aliás, este movimento foi facilitado pelo roteiro da entrevista, que ofereceu deixas para que exprimissem algum descontentamento ou até alguma revolta sobre as situações de misoginia e estereotipia que passaram.

Desde os contatos iniciais, deixei que as participantes escolhessem o melhor local para as entrevistas, de acordo com suas possibilidades e disponibilidade. Entretanto, nem sempre pude contar com locais adequados para a gravação, que reunissem privacidade e boas condições de pureza do som a ser gravado. Das quatro enfermeiras entrevistadas, três optaram por suas residências e uma por seu ambiente de trabalho. Cabe a menção de que, por vezes, a presença de familiares, militares e pesquisadores afetaram positivamente ou não os resultados da entrevista.¹⁵ Sem dúvida, foram nos encontros a sós onde reuni os dados mais surpreendentes e secretos.

No tocante ao tratamento das entrevistas gravadas, foram realizados, sistematicamente, os seguintes procedimentos: duplicação e catalogação digital, a fim de salvaguardar o material reunido; transcrição literal e cabal do que foi gravado, onde se mantiveram as perguntas, respostas, repetições, ruídos, gírias, estrangeirismos, termos chulos e erros; conferências de

¹⁵ Em três entrevistas realizadas em 2009 (duas com a enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero e uma com Elza Cansação Medeiros) contei com o proveitoso e amigável apoio da professora Margarida Maria Rocha Bernardes.

fidelidade da transcrição (do falado para o escrito); e, por fim, o copidesque, quando as perguntas foram excluídas e os erros gramaticais suprimidos, e integrados à textualização (quando coube) os risos, as lágrimas, os silêncios, as entonações, as contradições, as vacilações, os sentimentos, ou seja, os não-ditos que acabam por amplificar a dimensão física daquilo que foi reunido em uma entrevista de história oral (MEIHY, 2007).

Ao utilizar o método da história oral temática, senti-me não só autor, mas também mediador de uma história a ser contada, de uma história viva a ser divulgada, com especificidades de uma comunidade pouco comum, de uma minoria de mulheres militares “vencidas”. De certo, não foram buscadas “exatidões históricas”, “testemunhos de verdades”, ou mesmo “realidades comprovadas”, e sim visões, construções, narrativas, idealizações, que se mostraram definidas na exposição das falas (ALBERTI, 2008; MEIHY, 2007).

A fim de atender aos aspectos ético-legais, foi encaminhado às participantes um termo de consentimento livre e esclarecido, a fim de orientá-las sobre os objetivos da pesquisa e informá-las sobre os aspectos contidos na Resolução nº 196/96 (sobre pesquisa envolvendo seres humanos), do Conselho Nacional de Saúde. Também foi documentada a cessão das entrevistas para o Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O projeto de pesquisa recebeu parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem Anna Nery e Hospital-Escola São Francisco de Assis, sob o número de protocolo 68/08, em 27 de agosto de 2008. Cabe participar que as enfermeiras febianas concordaram em serem identificadas nesta pesquisa por seus próprios nomes.¹⁶ Em apoio a este estudo, utilizo-me das garantias previstas na Lei nº 7.524/86, que assegura liberdade de opinião para militares da reserva e/ou reformados sobre pensamentos ou opiniões de cunho político ou filosófico.¹⁷

¹⁶ Ao longo de quase todo o texto, fiz uso do nome que as enfermeiras da FEB tinham quando da sua convocação para a guerra, para que não houvesse confusões com as alterações de nome que tiveram no pós-guerra.

¹⁷ Assinada em 17 de julho de 1986, esta lei considera o seguinte em seu artigo primeiro: “Respeitados os limites estabelecidos na lei civil, é facultada ao militar inativo, independentemente das disposições constantes dos

Além das entrevistas, foram utilizadas fotografias e ilustrações como fontes primárias. As fotografias, em especial, ofereceram acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançaram, especialmente nos casos em que os textos disponíveis ou foram poucos ou insuficientes. Assim, as fotos funcionaram como registros que possibilitaram o estabelecimento de diálogos, indagações e estudos (BURKE, 2004). Com efeito, os discursos que as fotografias reúnem sinalizam lógicas diferenciadas de organização do pensamento, de ordenação dos espaços sociais, e de medição de tempos culturais, minimizando um pouco as lacunas e silêncios, e sacralizando o momento histórico (BORGES, 2005; PAIVA, 2004).

Sendo assim, a interpretação do texto fotográfico comportou o exame das condições de produção, reprodução e o próprio estudo da materialidade fotográfica, uma vez que o texto fotográfico comporta uma série de estratégias discursivas, uma intencionalidade do autor e de quem o guarda, assim como o contexto de sua produção.

Para análise das fotos, foram consideradas as seguintes características: expressividade (representação plástica, visual, estética); ambigüidade/fidedignidade (prova ou não do fato); ideologia (significado embutido); intencionalidade (pretensão de perpetuação e divulgação da imagem de um grupo); distribuição espacial (definida pela cultura, capital, hierarquia); texto fotográfico (enquadramento, disposição dos planos e das pessoas, representações objetais, efeitos de lugar); e invisibilidade (conteúdo interno da fotografia) (BOURDIEU, 1965; SANTOS; BARREIRA, 2002).

Andrade (1990, p.1), ao tratar do processo de análise fotográfica, pontua que [há que se perceber]

as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora, e principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo.

regulamentos disciplinares das Forças Armadas, opinar livremente sobre assunto político, e externar pensamento e conceito ideológico, filosófico ou relativo à matéria pertinente ao interesse público”. Não obstante, no parágrafo único deste mesmo artigo está a ressalva de que a faculdade assegurada “não se aplica aos assuntos de natureza militar de caráter sigiloso”, e que “independe de filiação político-partidária”.

A maior parte das fotos selecionadas foram obtidas dos acervos pessoais das febianas entrevistadas, com especial destaque (pela disponibilidade pública e organização) para as do Acervo da FEB, localizado no Palácio Duque de Caxias (Rio de Janeiro), e que esteve sob o comando da major enfermeira Elza Cansanção Medeiros até dezembro de 2009, ocasião de seu falecimento. As outras fotos foram acessadas através de familiares de febianas, acervos institucionais, livros, periódicos e internet.

Um conjunto razoável de documentos escritos também foi selecionado. Dentre eles, entrevistas com as próprias enfermeiras febianas, localizadas em livros ou arquivadas em acervos institucionais¹⁸. Estas receberam *status* de documento escrito e tiveram especial destaque no estudo.

Outras fontes preciosas foram os registros deixados pelas próprias febianas, como o testemunho de Bertha Moraes publicado no livro *Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB* lançado em 1947, de autoria de vários expedicionários (além de Bertha); o livro *Nas barbas do tedesco* de Elza Cansanção, de 1955; e o “caderninho de impressões” não publicado da enfermeira Roselys Teixeira¹⁹; além do diário de guerra de Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero²⁰. Aliás, esses registros trazem expressões bem pessoais sobre a guerra em que elas atuaram, e conservam, ao tempo que consagram, suas vozes.

Dentre as obras biográficas e autobiográficas utilizadas estiveram: *Álbum biográfico das febianas: pesquisa da II Guerra Mundial* (1976), organizado por Altamira Pereira Valadares; *A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial* (1983), de Olímpia de Araújo Camerino; *E foi assim que a cobra fumou* (1987) e *Um! Dois! Esquerda! Direita! Acertem o passo!* (2003), de autoria de Elza Cansanção.

¹⁸ Essas entrevistas estão no Centro de Documentação da Escola Anna Nery (UFRJ) e Centro de Memória Nalva Pereira Caldas (UERJ), na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁹ O acesso a este caderno foi proporcionado pela própria autora no dia 04/11/2009 em sua residência, na cidade de Belo Horizonte. Não se trata de sua versão original, mas de uma versão revisada e digitada por seus sobrinhos “Dedé” e “Silvana”, que a presentearam por ocasião de seu aniversário.

²⁰ Ao longo da pesquisa, auxiliiei a enfermeira Virgínia na guarda de seu rico diário de guerra no âmbito de uma instituição do Exército Brasileiro, mas não obtivemos sucesso nisto. Entretanto, hoje, este acervo encontra-se depositado na Casa de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, onde está disponível para pesquisa.

Raras são as biografias e autobiografias dessas enfermeiras. E isto seria de se esperar numa história em que elas se vêem e se reconhecem como coadjuvantes, o que é ressaltado em suas falas quando atestam o valor dos soldados combatentes, para quem os olhares e honras devem estar voltados. Apesar de resumidas e seletivas, as biografias e autobiografias das enfermeiras da FEB ofereceram subsídios para elucidar alguns aspectos de suas vidas, ao tempo em que evocam um pouco da memória de seu tempo. De qualquer forma, estas fontes serviram para a construção dos roteiros de entrevista, e de quadros e de listas para o desenvolvimento do estudo.

Não pude deixar de considerar também os documentos aparentemente mais simplórios, como os elogios, as cartas, os poemas, os bilhetes, e os guardados pessoais. Aliás, foram nos arquivos privados onde tive as melhores chances de encontrar os melhores vestígios dessas mulheres.

Dos documentos escritos oficiais e não-oficiais, destaco os da biblioteca do Congresso Nacional, obtidos em edições publicadas em diários oficiais, através da internet. Pelas atas das sessões pude acessar as curiosas justificativas e discussões de parlamentares sobre as proposições dirigidas às febianas, no processo de reinclusão delas no Serviço Ativo do Exército.

Outro tipo de documento que auxiliou muito o desenvolvimento do estudo foram os anais de eventos, no caso, os do primeiro e segundo congressos brasileiros de medicina militar, ocorridos em 1954 e 1959, respectivamente; fontes ricas de julgamentos e análises de cunho acadêmico, onde foram publicados trabalhos que versaram sobre a enfermagem militar, e, inclusive, sobre o caso particular das febianas. Outras fontes acadêmicas de relevância foram as publicações da revista *Anais de Enfermagem* (primeiro periódico de enfermagem do Brasil, mais tarde chamado *Revista Brasileira de Enfermagem*), cujos artigos, notas e relatórios nela

publicados permitiram um melhor entendimento dos limites entre as enfermeiras da FEB e as enfermeiras diplomadas.

Por fim, ressalto os textos e fotografias que advieram de jornais da época, verdadeiros “lugares de memória”, capazes de gerar e fixar representações acerca de fatos, pessoas, espaços e datas, e que, para as enfermeiras febianas, mostraram-se como espaços privilegiados, onde suas vozes e rostos apareceram publicamente. Com efeito, as reportagens selecionadas que as rerepresentaram como “oficiais enfermeiras”, quando divulgaram sua reinclusão no Serviço Ativo do Exército e expressaram publicamente a conquista que elas conseguiram materializar, tiveram um bom proveito neste estudo.

No que diz respeito às fontes secundárias, este estudo valeu-se de teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos, bem como de trabalhos diversos e livros que abordassem a História da Enfermagem Militar, a História da Enfermagem, a História das Mulheres, a História Militar e a História do Brasil. Tais fontes foram tratadas criticamente e selecionadas sistematicamente, de acordo com sua aderência temática e temporal. Ademais, elas serviram para trazer à tona elementos para debate, que potencializaram a intertextualidade construída, inscrevendo as interpretações desenvolvidas em uma rede de idéias que impulsionou as análises e discussões apresentadas.

Em certas ocasiões, tive que garimpar fontes nos ditos “arquivos mortos”, em condições muito precárias, que “guardam”, por parte de quem os administram, a insensibilidade e ignorância de sua importância. No que pude, tentei sensibilizar os responsáveis e alertar àquela comunidade de que esses documentos, ali esquecidos, são preciosidades que, sem o adequado armazenamento, conservação e restauração, estarão condenadas à destruição.

Outrossim, não posso furtar-me de mencionar a sensação que tive em certos momentos, ao inesperadamente encontrar documentos relevantes para a pesquisa. Como isso é bom! Pois, impulsiona, anima e retroalimenta o processo para novas descobertas.

Para a análise adequada dos documentos escritos foi utilizado um instrumento, que fez constar os seguintes itens: local de acesso, natureza do documento (original/cópia), tipo de assunto, data, procedência/autoria, posição social e funcional de quem o assinou, propósito de sua produção, legitimidade, relação do conteúdo do documento com o objeto de estudo, relação do documento com outras fontes, entre outros aspectos.

Fiz uso de outros instrumentos também, como: (1) *caderno de campo para as entrevistas*, onde tomava nota dos limites, silêncios, idéias repentinas, intercorrências, e impressões sobre as entrevistas e sobre as entrevistadas; (2) *roteiros de entrevista*, construídos a partir da categorização dos dados; (3) *gravador digital (mp3) e analógico*; (4) *ilustrações*, para apoio nas entrevistas (evocação da memória); (5) *máquina fotográfica digital*, para cópia de documentos; e (6) *internet*, para encontrar familiares de febianas, contatar pesquisadores, e localizar fontes e referências bibliográficas atualizadas.

Conforme foram sendo reunidas as fontes de pesquisa, procedi o seu registro, classificação e organização, a fim de facilitar o processo de análise (GIL, 1994, p.166). Assim, a análise dos dados ocorreu de forma quase simultânea à coleta, enquanto era revisada a literatura, escrito o relatório, e identificados os conceitos e categorias afins àquilo que era encontrado, num processo de retroalimentação constante. Ademais, para facilitar o processo de análise, foi adotada a técnica de triangulação das fontes coletadas pelos vários instrumentos proposta por Triviños (1994).

No processo de crítica interna e externa dos documentos selecionados, ao se exercer um olhar atento e ao se proceder à sua contextualização, foram identificadas imprecisões e até mesmo falsificações, que me fizeram perceber a existência de interesses outros de quem os produziram, mas que também serviram para algumas reflexões. Sobre isso, Capelato (1988, p.24) diz que

os documentos são, ao mesmo tempo, falsos e verdadeiros. A tarefa do pesquisador consiste em desmistificar o seu significado aparente, explicitando que sua roupagem resulta de uma construção. Demoli-la implica analisar as condições em que o documento foi produzido. É necessário antes de mais nada saber: quem o produziu? Para quê? Como e quando?

O próximo passo foi a teorização e síntese, ou seja, a interpretação propriamente dita, à luz dos conceitos de apoio, no sentido de atender aos objetivos estabelecidos, através de movimentos entre concreto/abstrato, concreto/imaginado, concreto/refletido, totais/parciais, construções/desconstruções, assimilações/alterações. Tais movimentos culminaram num conhecimento aproximado, mas temporário sobre o objeto de estudo, por limitações existentes em relação aos aspectos de ordem individual deste autor e às limitações inerentes a um trabalho científico. Assim, as versões e interpretações aqui desenvolvidas, que encaminham a síntese deste estudo, não são mais que verdades provisórias, já que o vivido é irrecuperável.

Parte destas verdades provisórias foi discutida em sessões do Seminário Permanente do Núcleo de Pesquisa de História da Enfermagem Brasileira (Nuphebras), espaço de produção de conhecimento que reúne semanalmente pesquisadores, alunos de pós-graduação, bolsistas de iniciação científica, candidatos aos cursos de pós-graduação, ouvintes e demais interessados na linha de pesquisa de História da Enfermagem Brasileira. Este grupo contribuiu para levantar, potencializar, e aprofundar certas questões. Muitas das escolhas que fiz foram possíveis por estar incluso em uma comunidade de pesquisadores bem aparelhados intelectualmente, e que, em diversas oportunidades, comungaram de seus conhecimentos, apoio e amizade.

Além deste Seminário, os membros da Banca Examinadora da Tese, do grupo de pesquisa em que se insere este projeto, os professores e alunos das disciplinas do Curso de Doutorado, os eventos científicos que participei, as palestras e aulas que proferi, os artigos que publiquei no âmbito do desenvolvimento desta pesquisa, além de conversas com pessoas nos corredores das academias, todos foram ativos colaboradores e legitimadores do

desenvolvimento desta pesquisa, sem contar com a fundamental parceira que nutri com minha orientadora e amiga Tânia Cristina Franco Santos, cujas críticas, apreciações e contribuições foram importantes no processo de construção, desconstrução e reconstrução do texto apresentado que, ao final de todo esse processo, estruturou-se em três capítulos:

No primeiro, intitulado *A marcha de enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira para o Serviço Militar Ativo do Exército*, trato de alguns aspectos sobre a inclusão das febianas no Exército, quando foram mobilizadas para o Serviço de Saúde da FEB, e de sua exclusão, quando foram desmobilizadas ao término da guerra. Tais abordagens são antecedentes do processo de reinclusão delas no Serviço Ativo, que se encetou logo após terem sido desligadas da Força.

Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira em 'tempo de paz': as estratégias para a reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército é o título do segundo capítulo, que fez desfilar as estratégias que elas tomaram para a conquista desta reinclusão.

E, no terceiro e último capítulo, *De volta à caserna: a reinclusão de 'oficiais enfermeiras de guerra' no Serviço Militar Ativo do Exército*, são discutidos alguns resultados advindos deste processo, tais como: as reações sentidas nos campos militar, social e da enfermagem; além de alguns aspectos sobre o cotidiano de trabalho delas nas diversas organizações militares onde foram classificadas, bem como certos efeitos sobre a memória e a história coletiva dessas oficiais enfermeiras de guerra numa luta delas próprias contra o esquecimento.

CAPÍTULO I

A marcha de enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira para o Serviço Militar Ativo do Exército

Ato viril por excelência, as guerras têm, sobretudo, a tendência de consolidar os papéis tradicionais. Em uma disciplina reforçada, apoiada em um discurso voluntariamente culpabilizador, notadamente para as mulheres, cada sexo é distintamente mobilizado a serviço da Pátria: os homens na frente, as mulheres na retaguarda (PERROT, 2005, p.311).

Na prática, e com raras exceções, tal divisão sexual do trabalho nas guerras bem definiu as possibilidades e limites entre homens e mulheres. Aliás, quando se fala em guerra, tradicional esfera de poder e de empoderamento masculino, raramente se pensa no feminino. Na teoria, as guerras são tidas como universos de homens, armas, cavalos, luta, fome, doenças e mortes (COOK, 2006).

Muitas mulheres gostariam de ter sido combatente assim como Clorinda, Joana d'Arc, Anita Garibaldi ou Maria Quitéria de Jesus, ter subido em muralhas, ter vestido fardas, portado medalhas, manejado espadas ou fuzis. Mas, as armas lhes foram proibidas. Assim é que os hospitais foram o que, geralmente, lhes coube nas guerras, lutas e revoluções, até a volta da paz, quando deveriam, *a priori*, sair de cena (PERROT, 2005).

Desse modo é que a enfermagem, dentre todas as outras profissões geralmente tidas como femininas, foi a que mais se fez aceita para o aproveitamento de mulheres nas misóginas e masculinizadas organizações militarizadas, sejam como *agregadas*, as que acompanhavam os exércitos para cuidar dos feridos, sejam como *convocadas*, incluídas oficialmente às instituições militares nos períodos de guerra, sejam ainda como *incorporadas*, efetivadas em tempos de paz, quando passavam a ter direito a uma carreira, promoções e condições muito próximas das dos homens, mas ainda com restrições à ocupação de funções de prestígio, tais como às relacionadas ao combate e ao comando (ROSA; BRITO, 2008, p.5).²¹

²¹ Classificação utilizada por Alexandre Reis Rosa e Mozar José de Brito (2008), que foi adaptada da proposta por Raymond Caire (2002).

Por certo, a atuação de mulheres enfermeiras em situações de guerra não era fato novo. Vem da inglesa Florence Nightingale, expoente maior da enfermagem, e de Ana Néri, o nosso exemplo nacional, a referência prévia que bem serviu para demarcar a presença, viabilidade e necessidade de enfermeiras em situações bélicas, mesmo que na retaguarda. Assim, as aparições de mulheres enfermeiras, comumente respaldadas e legitimadas pelo poder masculino e masculinizante de governos e instituições, regalaram possibilidades que recondicionaram a invisibilidade delas nos espaços públicos e modificaram, por vezes, a ordem das coisas.

Não obstante, é notável na história das mulheres do Brasil, marcada pela importação das idéias e ideologias do mundo europeu e norte-americano, um esforço em se alterar as desigualdades de gênero, mediante a luta pela desmistificação da separação entre o público e o privado, entre o pessoal e o político. Tais separações eram fundamentadas pelo caráter estrutural da dominação masculina, o qual era expresso nas relações da vida cotidiana, mediante acordo tácito que, exercido mediante violência simbólica, obscurecia ao mesmo tempo em que expressava as razões que reafirmavam a necessidades de tais diferenciações.

Recuando no tempo, especificamente nas primeiras décadas do século XX, no entre guerras, a luta das mulheres ganhou vulto: com a fundação da Liga pela Emancipação Internacional da Mulher (1919) no Rio de Janeiro²², grupo de estudos liderado por Bertha Maria Júlia Lutz e Maria Lacerda de Moura, com o intento de lutar pela igualdade das mulheres; com a Semana da Arte Moderna (1922), marco do modernismo brasileiro, que contou com a participação de renomados(as) artistas e intelectuais²³; e com a criação do Partido Comunista Brasileiro (1922), que contou com expressiva atuação feminina (KUNZLER, 2008).

²² Em 1922, a Liga passou a se chamar Federação pelo Progresso Feminino.

²³ Entre as mulheres, estavam Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e Zina Aita (Tereza Aita).

Tais movimentos fizeram parte de uma evolução crescente em busca de igualdade e inclusão, e que gerou reflexos em diversos âmbitos. No do trabalho, por exemplo, a inserção de mulheres fez florescerem entre os homens certas precauções e preocupações pela possibilidade de efeitos perturbadores na divisão material e simbólica de seus espaços circunscritos no mundo social.

A título de ilustração, uma publicação jornalística de 1930 explorou a suposta masculinização das mulheres que reivindicavam direitos, um dos estereótipos que lhes era mais atribuído; e informou que essas esquisitas “senhoras que estão levantando pelo mundo todo o clamor pela conquista dos ‘direitos da mulher’, não se deveriam chamar *feministas*, mas *masculinistas*. Isto porque, tais pioneiras vestiam-se ousadamente como homens. Nessa subversão da ordem social, essas que “se masculinizavam no tipo e que desejavam masculinizar-se nos direitos”, propunham uma perigosa igualdade política e jurídica dos dois sexos, e estava claro que mais tarde proporiam também a equiparação proliferante, inclusive no campo militar. Além de tais idéias, o cronista mencionou ainda o seguinte (SOIHET, 2000):

Insensível para as coisas do coração, inacessível às ruínas e superior às pequeninas vaidades próprias do seu sexo – a mulher moderna, sem que o perceba, se masculiniza para assombro nosso, que espreitamos estupefatos a brusca transformação verificada nos últimos anos. O tipo incrível da Virago – aí temo-lo agora, multiplicado e espalhado por todos os cantos da terra... (...) Mulheres nos governos, nas repartições públicas, nos exércitos, nas fábricas – em tudo, enfim, onde havia homens antigamente...²⁴

Nos primeiros decênios do século XX, tais discursos buscavam legitimar a reclusão da mulher nos espaços que fossem privados, ao tempo que buscava consagrar sua subordinação e inferioridade em relação ao homem, esforço este que fazia evidenciar certo receio e descontentamento. A consagração da inferioridade das mulheres no meio jornalístico, através

²⁴ Publicação no jornal Folha da Noite, 27/09/1930, autor não identificado. Grifo meu.

de insinuações cômicas e maliciosas, constitui-se em uma violência simbólica, porque difunde o despropósito das tais preocupações femininas, ao contrário das masculinas.

Em compensação, a verificada crise do Estado Oligárquico, que foi derrubado com a Revolução de 1930, gerou uma possibilidade de se redefinir e de se reorganizar a vida política do país, ocasião que se mostrou propícia à participação feminina. Nessa conjuntura, a mulher, desde que regida pelos princípios religiosos e morais católicos, teria uma contribuição única e original a dar (ARAÚJO, 2003).

Mesmo à revelia dos discursos e pilhérias masculinas, as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto com a publicação do Decreto nº 21.076, em 1932, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro, cujo artigo 2º disciplinou que era eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo”.²⁵ Pela primeira vez, as mulheres tornavam-se eleitoras e elegíveis.²⁶

Sobre esta conquista, as mulheres sofreram reações que passavam geralmente pelas sátiras, numa clara intenção de se menosprezá-las para assim mantê-las em seu lugar - a casa - e, principalmente, com sua identidade sexual inalterada - inferior e oposta aos homens. Essas sátiras e charges mostravam a feminista como feia e masculinizada, ou seja, como não-feminina (MARSON, 1995/1996). O artigo *As mulheres, a política e a defesa nacional* da revista paulistana *Careta* é um bom exemplo. Nele, noticia-se a proposta de um general, segundo o qual as mulheres, se desejassem votar, deveriam também servir ao Exército.²⁷ O comentário dele, publicado em 1933, é o seguinte:

²⁵ Vale mencionar que as disposições transitórias, constantes no artigo 121 do Código Eleitoral Brasileiro, dispunham que os homens com mais de 60 anos e as mulheres em qualquer idade podiam isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral. Portanto, o voto feminino não tinha caráter obrigatório.

²⁶ A discussão sobre o voto feminino chegou ao Congresso Nacional brasileiro pela primeira vez em 1891. Influenciados pelo movimento das americanas e inglesas, alguns deputados propuseram estender o direito de voto às mulheres, que possuísem diploma de curso superior e não estivessem sob a custódia do pai. O resultado de tal proposta foi desastroso, uma vez que os congressistas consideraram a emenda “anárquica”. Entre seus argumentos, pontuaram a inferioridade da mulher e o perigo de dissolução da família (SOIHET, 2000).

²⁷ “As mulheres, a política e a defesa nacional”. In: *Careta*, n.1.282. São Paulo, 14 jan. 1933. p.20.

Sendo, como se sabe, em geral pouco bonitas as mulheres que andam metidas em política, conduzi-las ao serviço militar obrigatório seria dotar o Exército, com economia e facilidade, de vastas baterias de artilharia pesada. Toda a gente sabe que é impossível fazer a guerra moderna sem canhões.

Não obstante, a conquista do voto foi incorporada mais tarde à nova Constituição Brasileira, promulgada em 1934. Em adição a este ganho, vale também o registro de que, até 1934, as constituições tão somente afirmavam, de forma genérica, o princípio da igualdade de todos perante a lei, sem, contudo, citar expressamente a proibição da discriminação em função do sexo, como fixou o artigo 113 em seu parágrafo primeiro: “Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou idéias políticas.” Em contrapartida, no que se refere à questão do serviço militar feminino, foi pontualmente definida no texto constitucional de 1934, a exceção das mulheres:

Art. 163 - Todos os brasileiros são obrigados, na forma que a lei estabelecer, ao Serviço Militar e a outros encargos, necessários à defesa da Pátria, e, em caso de mobilização, serão aproveitados conforme as suas aptidões, quer nas forças armadas, quer nas organizações do interior. As mulheres ficam excetuadas do Serviço Militar.

Assim, pelas vias legais do país, a possibilidade da presença de mulheres no campo militar seria inviável, apesar da participação recente e expressiva de mulheres nas duas frentes da Revolução Constitucionalista de 1932²⁸, em São Paulo, que visou à derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas (FAUSTO, 1999, p.343-51; ALMEIDA FILHO; SANTOS, 2003).

²⁸ A Revolução Constitucionalista de 1932 foi o movimento armado ocorrido em São Paulo, de julho a outubro de 1932, que objetivou a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o Brasil. Foi uma resposta paulista à Revolução de 1930, a qual acabou com a autonomia de que os estados gozavam durante a vigência da Constituição de 1891. A Revolução de 1930 impediu a posse do governador de São Paulo Júlio Prestes na presidência da República e derrubou do poder o presidente da república Washington Luís, que fora governador de São Paulo de 1920 a 1924, colocando fim à República Velha (FAUSTO, 1999).

Aliás, a experiência prévia e, *a priori*, bem sucedida de aproveitamento da enfermagem na Revolução Constitucionalista²⁹ seria a base para a escolha da enfermeira como um emblema em torno do qual o Estado Novo (1937-1945) constituiria um ideal de mulher e de mobilização feminina (CYTRYNOWICZ, 2000).

Outrossim, a atuação de enfermeiras nessa Revolução foi bem reconhecida por parte das altas autoridades militares do Exército. O atestado honroso à proficiência profissional delas pode ser entendido como sinal de prestígio junto à corporação, que desfrutava de indiscutível *status* junto ao Governo Vargas. Aliás, a atuação de enfermeiras nessa guerra civil contribuiu para ampliar e projetar a enfermagem no imaginário da sociedade brasileira, como já acontecia em outros países, avançando para além das atividades de prevenção de doenças, eis que manifestavam alguma competência para compor as equipes de saúde em situações de conflito bélico (CYTRYNOWICZ, 2000; ALMEIDA FILHO; SANTOS, 2003, p.585).

Enquanto o país experimentava efetivas aproximações de enfermeiras com os cenários e práticas militares, idéias de aparente aversão ao serviço militar feminino irrompiam à época, como as expressas no estudo de Nunes (2001) sobre a história de Antonieta Barros, mulher negra que alcançou a primazia de ter sido eleita deputada na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina em 1934 e que, de certo modo, quebrou estereótipos relacionados à etnia, classe social e gênero.

Nos escritos de Antonieta Barros, datados de 25 de setembro de 1932, o mundo, mesmo com os avanços registrados, e mesmo com o progresso adentrando as casas à época, estava “velhíssimo, decrepito, falido, com uma moral problemática, uma civilização em farrapos, e um futuro comprometido e assustador”. Para melhorá-lo, somente os ensinamentos dos bons livros, dos bons instrutores. Em dezenas de crônicas, discorria Antonieta sobre tais problemas

²⁹ Na ocasião da Revolução Constitucionalista, foi organizado um corpo de enfermeiras em São Paulo, o Batalhão Fernão Salles, bem como foi ativa a participação voluntária de alunas e professoras da Escola Anna Nery do lado do governo federal (DONATO, 1982, p.194-5; ALMEIDA FILHO; SANTOS, 2003).

e as possíveis soluções, todas apontando para o campo da educação institucional (NUNES, 2001, p.51).

Já em 1933, ao comentar notícias que vinham do Rio de Janeiro em uma crônica, comemorou Antonieta Barros que, em Convenção Eleitoral Feminina, as mulheres unanimemente votaram contra o serviço militar feminino, repudiando-o (NUNES, 2001, p.52-3). Ora, do recorte abaixo se pode observar o desencanto dela com a ciência e a conduta das criaturas do século XX. Ela diz:

(...) E não será, dentro das trincheiras, sob o matracar das metralhas, e o trovejar surdo dos canhões, frutos da ciência, postos à disposição da ganância dos homens, que conseguiremos fazer despertar na alma dos que ainda não divisaram, não compreenderam a maravilhosa finalidade da vida, todo o encanto feiticeiro da fraternidade. Não será nesse ambiente de destruição que se hão de formar caracteres puros e que se produzirá a luz, sobre as trevas que sitiam as criaturas do século XX. (...) Assim, não é medo de cumprir o dever, mas a compreensão nítida, clara, desse dever, que a obriga a rebelar-se.

À primeira vista, o discurso empolgado desta deputada, que negou com veemência a participação de mulheres nas trincheiras, também, de certo modo, reforçou os papéis que cada um (homem e mulher) deveria assumir na sociedade e, em especial, no cenário de guerra. Guardadas as devidas proporções, e a despeito de suas idéias humanitárias, algum tempo depois este tipo de discurso se estreitaria com as estratégias de manipulação ideológica que seriam utilizadas pelo governo brasileiro na mobilização de homens para combaterem no *front*, e de mulheres para atuarem na retaguarda da Segunda Guerra Mundial como enfermeira. Tal situação remete à idéia de que a mulher faz parte de um exército de reserva, sempre em prontidão para atender quando solicitada, inclusive em “ambientes de destruição”.

Aliás, esse período compreendido entre as duas guerras mundiais foi de grande desassossego, em virtude dos países derrotados da Primeira Guerra (1914-1918) se mostrar

insatisfeitos com sua sorte. A Grande Depressão (1929) ³⁰ levou as pessoas a aceitarem qualquer tipo de liderança que desse condições de lhes devolver a prosperidade. Os bolcheviques conquistaram a Rússia; Benito Mussolini e o fascismo tomaram o controle da Itália; Hitler e o Partido Nazista se tornaram cada vez mais poderosos na Alemanha; na Espanha, instalou-se a Guerra Civil; enquanto a Inglaterra e França estavam embebidas em desavenças internas. Não era de se estranhar que surgiria e floresceria uma era ditatorial em muitos países, como inclusive aconteceu no Brasil com a instalação do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937. Além disso, também se produziriam grandes mudanças de alianças, pois a Itália e Japão, que antes haviam estado do lado aliado, se uniriam à Alemanha para formar o chamado Eixo, acordo com fortes características militares e com planos de conquistas territoriais elaborados em comum acordo (DONAHUE, 1985, p.410; FAUSTO, 2001).

Como resultado da deterioração progressiva das relações internacionais, das crises econômicas, dos milhões de desempregados, além do surgimento desses governos totalitários com fortes objetivos militaristas e expansionistas é que, durante a segunda metade da década de 1930, voltou-se a instalar a guerra na Europa, que se tornou a mais bárbara, cruel e pavorosa hecatombe da história da humanidade, que se fez não só por diferenças ideológicas entre as grandes potências envolvidas, mas principalmente pela busca do domínio econômico por parte daqueles mesmos países³¹ (FALCÃO, 1999; VIVEGANI, 1986). Uma guerra total

³⁰ A *Grande Depressão* foi uma depressão econômica que teve início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. É considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX, por provocar altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas significativas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo medidor de atividade econômica, em diversos países no mundo (FAUSTO, 1999).

³¹ A Segunda Guerra Mundial foi um conflito militar que teve início em 1º de setembro de 1939 e findou em 14 de agosto de 1945, e envolveu a maioria das nações do planeta – incluindo todas as grandes potências – organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados e o Eixo. Foi a guerra mais abrangente da história, com mais de 100 milhões de militares mobilizados. Em estado de "guerra total", os principais envolvidos dedicaram toda sua capacidade econômica, industrial e científica a serviço dos esforços de guerra, deixando de lado a distinção entre recursos civis e militares. Marcado por um número significativo de ataques contra civis (vide Holocausto) foi a única vez em que armas nucleares foram utilizadas em combate, sendo o conflito mais letal da história da humanidade, com mais de 70 milhões de mortos (SOMMERVILLE, 2008).

que traria conseqüências radicais à enfermagem e aos serviços de saúde, já que o conflito afetaria a cada homem, mulher e criança dos países beligerantes (DONAHUE, 1985, p.410).

Com a declaração de guerra dos Estados Unidos ao Japão, motivada, a princípio, pelo bombardeamento aéreo japonês à base naval americana em Pearl Harbour, Hawai, e com a declaração de guerra da Alemanha e Itália, em represália aos Estados Unidos, planos norte-americanos passaram a ser formulados a fim de promover um registro de enfermeiras, de determinar seu papel e o da enfermagem no programa de defesa dos Estados Unidos, e de proporcionar serviços de enfermagem suplementares aos hospitais e organizações de saúde pública daquele país (DONAHUE, 1985, p.410-1; McCANN, 1995).

À época (1941/42), as lideranças de enfermagem norte-americanas entenderam ser necessário persuadir o governo de que a necessidade de ajuda de fundos federais para a formação de enfermeiras era uma medida legítima e imperativa de defesa, o que foi acatado pela primeira vez na história daquele país. Mais tarde, em 1943, foi criado o *Corpo de Enfermeiras Cadetes dos Estados Unidos*, que consistia num programa básico de 30 meses, com cotas, estudos e uniformes gratuitos, pagamento mensal, e bolsa de estudo de pós-graduação para as enfermeiras graduadas. As inúmeras estudantes que realizaram o curso se comprometiam a servir onde fossem requeridas (tanto em organizações civis quanto militares), durante o tempo que se prolongasse a guerra e os seis meses posteriores (DONAHUE, 1985, p.411-3).

Nos anos do conflito, chama a atenção o extensivo apelo propagandístico dirigido às mulheres no sentido de recrutá-las, e que ressaltava as necessidades do tempo de guerra vivido e as oportunidades educativas para as jovens interessadas na enfermagem, conforme pode ser percebido na ilustração que se segue:



Figura 01 – Life Magazine Cover January 5, 1942 (Arquivo disponível em: <http://www.life.com/image/71846528>. Acesso em: 18 fev. 2010)

Esta capa da extinta *Life Magazine* traduz um pouco do que foi a intensa convocação de enfermeiras para as necessidades de guerra. Pelo que foi impresso nela, a necessidade de enfermeiras para o país girava em torno de 50.000. Nesse sentido é que não foi pequeno o investimento propagandístico, a fim de dar conta dessa carência.

Com efeito, as capas de revistas, os jornais, os *outdoors*, os cartazes foram meios muito utilizados de comunicação visual, escolhidos para dar publicidade ao recrutamento para a Segunda Guerra Mundial. Meios estes que precisavam transmitir valores, emoções, idéias e motivações de forma eficaz, através de uma mistura de imagens e palavras em um limitado espaço. Ademais, tais recursos serviam para manipular a imagem da enfermeira, na tentativa de criar um estereótipo de pessoas nesse ramo de serviço ou mesmo uma boa reputação para a profissão (RUBINO, 2007).

Como pontuado por Donahue (1985, p.414-5), o papel da enfermagem nas guerras se havia revolucionado quase por completo desde os tempos de Florence Nightingale, na Guerra

da Criméia. Na Segunda Guerra Mundial, por sua vez, as enfermeiras norte-americanas passaram a ser expressivamente recrutadas por organizações militarizadas. Com o avanço do conflito, elas se acostumaram à organização militar, obtiveram conhecimento do trabalho em tempo de guerra, e mostraram-se preparadas para atender as necessidades da guerra moderna. Sem dúvida, o alcance global desta guerra definiu um enorme desafio para as enfermeiras militares. Ao final da contenda havia enfermeiras estacionadas em 50 países, da Islândia ao Pacífico.

Em termos numéricos, Raymond Caire (2002, p.101) afirma que os Estados Unidos mobilizaram cerca de 60 mil enfermeiras no exército terrestre e 11 mil na marinha, e que trabalharam e viveram em instalações militares, arriscando suas vidas em hotéis e estruturas adaptadas, barracas de aquartelamento, hospitais-tenda, cabanas de material pré-fabricado, navios-hospitais, aviões de transporte, trens, e ambulâncias no *front*. Serviram tão perto das operações que, as que partiram para o Pacífico, foram também treinadas para o combate, receberam o mesmo equipamento que os GI³², e chegaram a saltar até de barcas de desembarque sob fogo inimigo. Todas foram corajosas e sobreviveram, prova que tinham recebido uma excelente formação, como defendeu o referido autor.

Pelos textos consultados, pode-se inferir que os Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial, alcançaram notoriedade quando o assunto em pauta é o da sua enfermagem militar. (DONAHUE, 1985; NORMAN, 1992; BELLAFIRE, 1993; COOK, 2006; CAMPOS, 2006). Sua assistência rápida e a qualidade dos cuidados prestados aos soldados enfermos e feridos foi fator crucial que manteria os índices de mortalidade abaixo dos da Primeira Guerra. Aliás, como observou Donahue (1985, p.414), a valentia das enfermeiras submetidas a situações mais rigorosas e exigentes seria atestada por muitos soldados, que escreveriam mais tarde suas experiências.

³² Soldado americano.

Em proveito desse olhar é que é lançada a seguir uma fotografia, que talvez seja a mais memorável iconografia sobre o fim da Segunda Guerra Mundial, pelo seu simbolismo e fama. De autoria de Alfred Eisenstaedt, fotógrafo da *Life Magazine*, a imagem captada traz um beijo caloroso entre uma enfermeira e um marinheiro americano, que ficaria registrado para a eternidade. Na ocasião, dia 14 de agosto de 1945, muitos se juntaram para celebrar a rendição do Japão e o fim oficial da Segunda Guerra, em Times Square. Decerto, o final de qualquer guerra tende a ser uma experiência sem par, apoteótica, uma descarga de emoções: de risos, de choros, de festa.³³



Figura nº 02 – Fim da Segunda Guerra Mundial - Times Square, New York, 1945 (Arquivo disponível em: <http://www.life.com/image/53368163>. Acesso em: 18 fev. 2010)

³³ Apesar das controvérsias sobre sua identidade verdadeira, a enfermeira Edith Shain, que aparece na foto, faleceu aos 91 anos em 20/06/2010. A identidade da enfermeira não era conhecida até o final dos anos 1970, quando Shain escreveu ao fotógrafo Alfred Eisenstaedt dizendo que ela era a mulher da foto tirada no dia 14 de agosto na época em que trabalhava em um hospital da cidade de Nova York (Arquivo disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2010/06/morre-enfermeira-da-2a-guerra-de-famosa-foto-de-beijo-em-ny.html>. Acesso em: 30 jun.2010).

Em proporções mais discretas que o caso norte-americano, o Brasil também envolveria suas enfermeiras às urgências e aos apelos da Segunda Guerra Mundial, fazendo com que respondessem a uma política que associava o serviço ao próximo ao serviço à pátria, uma política que permitisse consolidar um *front* interno, e impor um regime de mobilização e subordinação da sociedade às pretensões do governo, fazendo convergir políticas de saúde e saneamento com políticas de militarização e enquadramento forçado da população (CYTRYNOWICZ, 2000).

Nessa missão, a propaganda se fez ponto de apoio fundamental no sentido de conclamar as enfermeiras do país, seja em capas de revistas, seja em jornais. Era a imprensa estadonovista a serviço dos interesses da Pátria para a criação de uma atmosfera auspiciosa de guerra (VELLOSO, 1982, p.72), situação bem parecida com a que se deu no chamamento de enfermeiras norte-americanas para as Forças Armadas dos Estados Unidos. Como exemplo, segue a capa de uma revista semanal da época:



Figura nº 03 – Capa da Revista *O Cruzeiro*, 1943 (Arquivo disponível em: http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/2gm_brasil/cruzeiro_2.htm. Acesso em: 11 mar. 2010)

Nesta capa vê-se a imagem de uma jovem e bela enfermeira que, de algum modo, lembra o tipo físico de enfermeira veiculado nas revistas e pôsteres norte-americanos da mesma época (RUBINO, 2007). Está ela bem maquiada e penteada, seus traços são expressivos, veste uniforme branco, e está sorridente. À sua retaguarda está a imagem de uma cruz vermelha, e na borda inferior, a inscrição “enfermeiras para o Brasil”. A expressão sorridente dessa figura feminina aliada à inscrição na capa dessa revista permite às leitoras (mulheres brasileiras) a adoção do pensamento (inculcação) de que, ao aderirem ao chamado, teriam a garantia de que também ficariam satisfeitas com esta decisão: de servirem à Pátria como enfermeira. Ademais, o próprio uso de seu uniforme e a estampa da cruz vermelha evidencia os tempos de guerra.

Vele ressaltar que a Segunda Guerra Mundial definiu a constituição de um processo de total indistinção entre os campos civil e militar, de forma que todos os setores da vida da população tornaram-se sujeitos à mobilização e, igualmente, alvo de ataques com armas de destruição em massa. Outrossim, algumas fronteiras, entendidas aqui como metáfora, entre Estado e sociedade, entre cultura oficial e popular, entre classe média e de operários, entre homens e mulheres, foram rompidas, acionadas e mobilizadas pelo governo de Getúlio Vargas. Aliás, muitas destas iniciativas foram, de fato, efeitos de mobilização ou efeitos de alinhamento pró-Estado Novo. Assim é que tais ações sobrepuseram-se aos objetivos políticos do regime e sua concepção de sociedade, e tomou, genericamente falando, a guerra como um álibi e um modelo de sociedade militarizada (CYTRYNOWICZ, 2002).

Nessa vertente, a constituição desse *front* interno no país serviu à consolidação de uma ordem interna, que tinha como modelos pedagógicos, por exemplo, escoteiros para os meninos e enfermeiras para as meninas, ambos entendidos como disponibilidade total de servir em um sistema de disciplina militar e de devoção incondicional à pátria (CYTRYNOWICZ, 2002).

Por isso, o Estado Novo tornou a profissão de enfermagem uma importante meta nacional e, em consequência da guerra, houve uma intensificação do preparo de enfermeiras profissionais e voluntárias, o que pode ser verificado através das notícias divulgadas pelos jornais que enalteciam a mulher e a profissão de enfermagem (BARREIRA, 2005, p.482). A estratégia da divulgação da benemérita imagem da enfermeira brasileira, na lógica de guerra que se esquadrihava, se associava ao imaginário da presença materna nos campos de batalha, que aliviaria a dor e o sofrimento dos soldados feridos. Por esta forma, a guerra aparecia como um momento de máxima dramaticidade, capaz de pôr à prova todas as características altruísticas de servir ao Estado e à Pátria (CYTRYNOWICZ, 2002).

Desse modo, a enfermagem brasileira, enquanto profissão predominantemente feminina, e diante das rupturas ensejadas pelo Estado Novo e pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o que se deu em 1943, encontrava-se marcada por contradições, uma vez que tanto o Estado quanto a Igreja Católica convergiam no sentido de produzir um discurso de confinamento da mulher no espaço privado, o qual refletia as construções simbólicas mais tradicionais das diferenças entre os sexos (SANTOS et al., 2010).

Na empreitada de chamamento e prontidão de enfermeiras para a Segunda Guerra, a Cruz Vermelha Brasileira teve uma função destacada e reconhecida na formação de um contingente para atuar em situações de conflito, a quem era reproduzido um discurso de cumprimento do compromisso sagrado de oferecer o quanto houvesse de esforço, caridade, abnegação e carinho para bem servir, amparar e assistir aos que, indistintamente, recorressem às suas enfermeiras (CYTRYNOWICZ, 2002).

Como um dos exemplos da amplitude desse intento mobilizatório, Maria Esolina Pinheiro, professora de Serviço Social da Escola da Cruz Vermelha, chegou a planejar a instituição de um *Corpo de Enfermeiras Auxiliares*, que seria composto por cem mil mulheres treinadas para auxiliar as enfermeiras profissionais, além de um *Corpo de Enfermeiras*

Domésticas, com quinhentas mil mulheres, preparadas para resolver simples casos domésticos, além ainda de um *Corpo de Nutrição*, um *Corpo de Braille* para transcrever livros para deficientes visuais, e um *Corpo de Motoristas* com 18 mil pessoas preparadas para o transporte de trabalhadores, refugiados e médicos. Mesmo fantasiosos em sua desmesurada pretensão, estes números permitem estabelecer uma idéia sobre o lugar que a enfermagem passou a assumir no discurso mobilizatório da época, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (PINHEIRO, 1942; CYTRYNOWICZ, 2000).

Exemplo mais ainda pertinente da atuação da Cruz Vermelha nesse momento foi o preparo de voluntárias, intensificado com cursos de emergência como os de socorristas e de samaritanas.³⁴ Aliás, como mencionou Medeiros (2001), até as princesas Maria Francisca e Maria Tereza Órleans e Bragança chegaram a se inscrever como alunas na Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira. Assim, a adesão de mulheres das classes média e alta emprestava à profissão de enfermagem um *status* que bem a distinguiu no campo social.

A ilustração a seguir, extraída da capa do jornal *Diário de Notícias* publicado num dia de domingo, é exemplar no sentido de manifestar para a sociedade carioca a formação e prontidão de novas enfermeiras e samaritanas da Cruz Vermelha para a Pátria:

³⁴ Nessa época também surgem as voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea, um dos corpos de voluntariado organizado pela Legião Brasileira de Assistência, que foi criada por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, logo após a declaração da participação do Brasil no conflito mundial, ocorrida em agosto de 1942.



Figura nº 04 – Cerimônia de formatura de alunas da Cruz Vermelha, Rio de Janeiro, 1942 (Acervo da FEB, Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro)

Ao ter sido estampada na capa do jornal *Diário de Notícias*, a formatura de novas enfermeiras e samaritanas que, *a priori*, teria caráter mais particular, transformou-se num evento público que acabou por demonstrar a prontidão das mulheres, que o Estado Novo almejava em prol da nação. Esta e outras propagandas visavam produzir frutos para que as mulheres viessem a se inscrever nos cursos de enfermagem de guerra, e, após freqüentá-los, transformarem-se em voluntárias.

Além da Cruz Vermelha, outra instituição que se fez ver neste contexto foi a Escola Anna Nery que, desde 1941, iniciara o primeiro curso de voluntárias com a finalidade de convocar moças da sociedade carioca para aprender a lidar com doentes nos hospitais e, aproveitando o clima de tensão, com a possibilidade de o país enviar tropas para combater na Europa, treiná-las para os hospitais da cidade, quando ocupariam o lugar de enfermeiras que, possivelmente, se engajariam para servir na retaguarda das tropas, no *front*. Nessa atmosfera de guerra, o governo também passou a treinar pilotos, e empresários brasileiros doaram aviões

para o Ministério da Aeronáutica. Um deles foi denominado *Anna Nery* e batizado por Laís Netto dos Reis, diretora da Escola à época, e por seus doadores (COELHO, 1997, p.193), conforme é ilustrado na fotografia a seguir³⁵:



Figura nº 05 – Cerimônia de batismo do avião-ambulância *Anna Nery*, Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro, 1943 (In: COELHO, Cecília Pecego cols. **Escola de Enfermagem Anna Nery: sua história, nossas memórias**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1997, p.193)

Além da contribuição dessas escolas para a guerra, foi criado em 17 de julho de 1942, em decorrência de um acordo firmado entre os Estados Unidos e o Brasil, o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) que, com o avanço da Segunda Guerra Mundial, visou atender aos trabalhadores que atuavam na extração de materiais estratégicos ao esforço de guerra, e que

³⁵ No centro da fotografia está Laís Netto dos Reis, e à sua direita, o magnata Assis Chateaubriand. A cerimônia de batismo desse avião-ambulância da Força Aérea Brasileira contou também com a presença de uma comitiva de professoras e alunas da Escola Anna Nery (COELHO, 1997, p.193).

estavam sendo vitimados pela febre amarela e malária³⁶. Este acordo também previa a ocupação do litoral norte-nordeste do território brasileiro por bases militares norte-americanas, por configurarem-se em áreas geograficamente estratégicas para impedir o acesso nazifacista à América Latina. Nesse sentido, fazia-se necessário que se assegurassem também as condições de saúde dos militares que viessem a atuar nessas bases (OLIVEIRA; BARREIRA, 2000, p.209-211; CAMPOS, 2006).

O SESP contou com a participação da enfermeira Claire Louise Kieninger, primeira diretora da Escola Anna Nery (1922-1925), como interlocutora entre as enfermeiras brasileiras e o Serviço. À época, Kieninger se reportava ao discurso patriótico, enaltecendo o papel da enfermeira na guerra, ao tempo que denunciava a escassez dessa profissional no Brasil (RENOVATO; BAGNATO, 2008; BARREIRA; BAPTISTA, 2002).

Essas demonstrações de afinidades entre a enfermagem e as coisas do universo militar eram estratégicas para ambos os lados. No caso da enfermagem, a adesão ao apelo patriótico dava visibilidade à profissão, mediante a divulgação de sua importância em situações de conflito. Nesse sentido, se fez explícita a incorporação de representações objetivas das estruturas militares, como o sentido de prontidão, de alerta, de marcha e de abnegação. Ademais, constata-se em diversos registros fotográficos de rituais das escolas de enfermagem da época, a presença habitual e destacada de oficiais de alta patente³⁷. Do lado militar, tais aproximações poderiam garantir a intensificação do preparo de enfermeiras profissionais e voluntárias que, pela contingência de guerra, serviriam aos interesses da Nação, o que foi

³⁶ Além dos trabalhadores que atuavam na selva amazônica na extração de borracha, houve também o apoio do SESP aos que atuavam na extração do minério no Vale do Rio Doce. O SESP teve como financiadores a Fundação Rockefeller e o Instituto para Assuntos Inter Americanos (IAIA), subordinados ao Ministério da Educação e Saúde (BARREIRA; SAUTHIER; BAPTISTA, 2001, p.161; ALMEIDA FILHO, 2004, p.85).

³⁷ Patente é sinônimo de posto militar.

concretamente fortalecido quando o Brasil colocou-se em definitivo do lado dos países Aliados (leia-se: Estados Unidos) durante a Segunda Guerra Mundial.³⁸

Aliás, a decisão de declaração de guerra do Brasil ao Eixo veio acompanhada da idéia de fazer o país presente na frente de luta mediante o envio de um corpo expedicionário aos campos de batalha. Para tal, o Brasil teve que se haver com a sua dura realidade de nação subdesenvolvida, posto que, naquele momento, contava com um exército pequeno, mal armado, obsoleto e pouco treinado. Grandes foram os obstáculos que se apresentaram para se tentar transformar, em tempo recorde, este débil exército numa força mais moderna, apta a enfrentar uma guerra na Europa (MOURA, 2005, p.16).

Nomeado comandante da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, a primeira das três divisões inicialmente previstas para formarem a Força Expedicionária Brasileira (FEB), o general João Baptista Mascarenhas de Moraes recebeu a árdua missão de organizar a tropa, dando-lhe condições de combate para enfrentar uma das mais eficientes máquinas bélicas do mundo: a alemã (MOURA, 2005, p.17).

O número insuficiente de capitães e tenentes para completar a tropa fez com que aspirantes da Academia Militar e oficiais formados pelos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva fossem convocados e ingressassem diretamente na FEB. Os oficiais da reserva eram quase todos profissionais liberais. Assim, médicos e dentistas, entre outros profissionais, viraram oficiais combatentes repentinamente. Vale mencionar que cursos de emergência foram organizados na Escola de Saúde do Exército e em algumas universidades para médicos civis (MOURA, 2005, p.17).

Também na base do imprevisto é que seria organizado o quadro de enfermeiras que acompanharia os soldados brasileiros ao Teatro de Operações. Mesmo porque, o Exército Brasileiro não possuía uma reserva feminina de enfermagem em condições de ser mobilizada,

³⁸ O *estado de guerra* [contra a Alemanha e a Itália] foi declarado em todo o país no dia 31/08/1942 pelo presidente Getúlio Vargas através do Decreto nº 10.358, artigos 74 (letra k) e 171 da Constituição Federal. A declaração de guerra do Brasil ao Japão só ocorreu em 1945.

a exemplo do que ocorria nos exércitos de outros países. Em contrapartida, contava com um efetivo masculino de sargentos e cabos enfermeiros que chegaram a ser mobilizados, mas que, pelo que refere Cansção (1987, p.64), não atenderam ao padrão do Exército Norte-Americano, a quem a FEB iria se integrar, de se ter mulheres enfermeiras incorporadas e treinadas.³⁹

A título de esclarecimento, esses cabos e sargentos enfermeiros, que constituíam o pessoal subalterno do Serviço de Saúde do Exército, eram formados desde 1921 pelas Escolas de Formação Sanitária Divisionária⁴⁰. Outrossim, eles adquiriram direito legal para o exercício da profissão de enfermagem em 1932, através do Decreto nº 21.141, que aprovou o regulamento para o Quadro de Enfermeiros do Exército, e conferiu aos concludentes do Curso de Enfermeiros da Escola de Saúde do Exército os mesmos direitos de exercício profissional que possuíam as enfermeiras formadas pela Escola Anna Nery, que havia sido elevada à condição de Escola Oficial Padrão⁴¹ em 1931, através do Decreto nº 20.109, a qual todas as demais escolas do país deveriam ser a ela equiparadas⁴². Tal situação livrou o Exército da obrigatoriedade de, enquanto órgão formador de pessoal de enfermagem, ter que se equiparar à Escola Anna Nery, o que pode ser entendido como um preciso indicador do prestígio que o Exército gozava junto ao Governo Vargas à época (CARVALHO, 1976; ALMEIDA FILHO, 2004, p.4).

Sobre os sargentos enfermeiros do Exército que, como as febianas, também integraram o Serviço de Saúde da FEB, estão as falas de duas delas:

³⁹ O Serviço de Saúde da FEB foi organizado com um efetivo de 1.369 militares, que atuaram em diversos órgãos. Ao todo foram: 198 oficiais médicos, dentistas, farmacêuticos e intendentes; 225 sargentos enfermeiros e de administração; 176 cabos e 721 soldados, além de 67 enfermeiras (REIS, 1969).

⁴⁰ O Decreto nº 15.230/21 regulamentava a formação de enfermeiros no Corpo de Saúde do Exército.

⁴¹ A expressão *Padrão Anna Nery* (PAN) relaciona-se à aluna formada pela Escola Anna Nery, responsável e idealizadora pela construção da figura tipo de uma enfermeira profissional formada com base no ensino da Enfermagem Moderna, que seguiu o modelo anglo-americano, no país (SAUTHIER; BARREIRA, 1999).

⁴² Esta situação perdurou até o ano de 1949, quando foi promulgada a Lei nº 775.

(...) Eles eram competentes. Eram enfermeiros formados. [Na guerra], eles ficaram numa situação [hierárquica] inferior à nossa. Mas, eles eram muito bons (...) (Enfermeira Bertha Moraes).

Os sargentos enfermeiros que trabalharam comigo no *Evacuation Hospital* foram verdadeiros anjos e muito competentes. (...) Eu achava eles mais competentes que os médicos. Trabalhavam que era uma beleza, e não tinham recalque nenhum comigo. Eles me chamavam de tenente, pediam licença para sair e para voltar. (...) Foram formidáveis. Não tive atrito com eles. (...) Quando tinha alguma dúvida na enfermaria, eu recorria a eles. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero).

Tais menções são importantes para demonstrar que, apesar do Exército contar com profissionais de enfermagem, que possuíam amparo legal para o exercício da profissão, além de alguma competência e *habitus* militar já incorporado, houve, mesmo assim, a convocação atropelada de mulheres enfermeiras para seus quadros por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Cabem as perguntas: Por que a pressa? E qual a necessidade real de uma reserva feminina de enfermagem para o Exército? Elza Cansanção (1987, p.64) tenta explicar da seguinte maneira:

Embora a profissão de enfermagem seja eminentemente feminina, o Exército só tinha, até então, enfermeiros masculinos. Alertados pelos americanos de que a FEB deveria levar o seu próprio corpo de enfermeiras, não só para facilitar o entendimento entre pacientes e enfermagem, como também porque as suas profissionais já estavam sobrecarregadas de serviços, foi aí então que o Brasil se viu premido a organizar o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército e, dentre as que terminaram esses cursos, selecionou as que seguiram para a Itália.

Sobre isso, Bernardes (2003, p.57) infere que o poder norte-americano foi claramente exercido quando o Brasil acatou a sua solicitação. Por ora, salvo melhor juízo, parece ser esta a explicação mais plausível para a necessidade de se criar um quadro feminino de enfermagem no seio do Exército, o do reconhecimento das relações de poder entre dominantes, que impõem, e dominados, que se domesticam. Ademais, os exércitos fazem uso do poder que possuem de forma clara e explícita.

É cabível complementar esta idéia, da suposta necessidade de se criar um corpo feminino de enfermagem no Exército, com as alegações de melhor se atender aos soldados brasileiros feridos e doentes que baixassem nos hospitais militares durante a guerra pela reprodução da idéia da mãe-pátria, ideal apregoado pelo Estado Novo; pelo avanço dos movimentos feministas, que mobilizou os pensamentos para a possibilidade de atuação feminina nos exércitos; e de se reproduzir o padrão norte-americano, que somente contava com a presença de mulheres nos quadros de enfermagem de seu sistema militar.⁴³

E foi assim, sobre estes possíveis (provisórios) argumentos, que o Exército Brasileiro passaria a ter enfermeiras em seu Serviço de Saúde. Disso, vem a questão-problema: como é que o Exército, com todas as suas inúmeras e constatadas dificuldades, iria criar, organizar e treinar, de uma hora para outra, uma reserva feminina de enfermagem em condições de atuar em hospitais de campanha norte-americanos?

A saída que poderia se fazer razoável para resolver parcialmente esta questão, e que realmente chegou a ser alvo de negociação, seria a de um provável acordo do Exército com a Escola Anna Nery, referência nacional de enfermagem à época. Sobre isso, uma enfermeira que vivenciou este processo disse:

O Exército chegou a pedir à Escola Anna Nery [para integrar o Serviço de Saúde da FEB], porque esta escola tinha mais cartaz do que a da Cruz Vermelha na parte de enfermagem. A “enfermeira de Anna Nery” era mais considerada no preparo do que a da Cruz Vermelha... (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Altamira Pereira Valadares, ex-aluna desta Escola, complementa a informação:

⁴³ Outras alegações, não tão relacionadas ao aspecto de gênero, mas da necessidade mesma da enfermagem em si, seja ela masculina ou feminina, eram: de se driblar as possíveis barreiras lingüísticas que poderiam ocorrer entre os soldados brasileiros a serem assistidos e as enfermeiras norte-americanas; de se haver a previsão de um número relativamente considerável de soldados brasileiros que seguiriam para o *front* e se aliariam à estrutura do V Exército Americano, o que aumentaria a demanda de profissionais de enfermagem; e até mesmo as influências do *apartheid*, posto que, na guerra, o Exército Norte-Americano segregou seus soldados e enfermeiras pela cor, o que seria também esperado que acontecesse com os mestiços soldados e enfermeiras brasileiras (CANSANÇÃO, 2001).

Fiquei sabendo que a diretoria da Escola Anna Nery foi procurada pelo Exército para formar o quadro de enfermagem [da FEB]. Não houve acordo, porque a diretoria queria que as enfermeiras fossem como oficiais, o que não foi aceito pelo Ministério da Guerra. (VALADARES, 2001, p.78).

Sobre tal conflito de interesses, Bertha Moraes (1949, p.406-7) interrogou:

Por que teria ocorrido isto, por que esse desinteresse das enfermeiras diplomadas ou profissionais em cooperar com a FEB? Muitas razões existirão, certamente, porém, uma devemos lembrar, porque ponderável, invocada, com razão, pela Escola Ana Néri, a escola-máter de enfermagem em nosso país e, sem dúvida, ainda a mais importante. Segundo informações ouvidas por nós das próprias autoridades superiores da Saúde do Exército, a diretoria da Escola Ana Néri, ao tomar conhecimento das condições de aproveitamento das enfermeiras e dos seus vencimentos, se recusou a colaborar por considerá-las abaixo do nível mínimo de amparo em que são universalmente admitidas profissionais dessa natureza. Tal a precariedade das condições oferecidas pelo Exército, que aquela Escola deu o assunto por encerrado!

Depreende-se, pelas alegações apresentadas e por outras fontes também consultadas, que as circunstâncias em que se deu esse “desacordo” foram caracterizadas por uma forma algo suspeitosa, que deixavam ver que o Exército não estaria tão disposto em adequar, de modo pleno, uma inserção feminina em seus quadros, situação que provavelmente tenha sido condicionada pelos limites e possibilidades nas relações entre os homens e as mulheres à época, no campo social e mesmo no militar. Por outro lado, tal desfecho era de se esperar de uma Força que ainda estava em vias de se fazer (OLIVEIRA et al., 2009a, p.690).

Assim, desde o início, as enfermeiras que tomariam parte do contingente da FEB estariam fadadas ao não reconhecimento das líderes da enfermagem brasileira, pois estas não concordaram com as condições de aproveitamento de enfermeiras desta Força e não conseguiram valer os princípios de divisão do trabalho, o que manteria seu distanciamento do pessoal sem formação profissional. Por isso, ao que se crê, estas lideranças não se envolveriam com as causas das febianas no campo militar. Sendo assim, no campo da enfermagem brasileira, as enfermeiras da FEB não teriam voz e vez, o que será objeto de análise mais à frente (BARREIRA; BAPTISTA, 2002, p.213).

Dentro de tais relações de força, os agentes que monopolizam um capital específico tendem a adotar estratégias que objetivam a conservação da ordem estabelecida. Por conseguinte, os agentes que detêm menos capital, opostamente, tendem a estratégias de subversão e rompimento dos limites que essa ordem tenta impor. A transposição desses limites, portanto, pode determinar a exclusão dos mesmos do campo. Assim, as transformações operadas por esses agentes são revoluções parciais, ou seja, são revoluções que não colocam em questão os fundamentos do objeto de disputas (jogo), ao menos com evidência (BOURDIEU, 1983, p.91).

Nessa vertente, a fala que se segue traz uma crítica de uma febiana não ao Exército, mas à forma com a qual Laís Netto dos Reis conduziu a questão:

(...) Quando foi dada ordem para que o Exército organizasse o seu corpo de enfermeiras, este mandou chamar a diretora da Escola Oficial, para que, com suas alunas, o organizasse. Esta, a primeira coisa que perguntou foi “quanto vão ganhar essas enfermeiras?” E, ao saber que o soldo⁴⁴ seria apenas quinhentos e vinte réis, respondeu que suas alunas não se sujeitavam a ganhar tão pouco. Foi então que o Exército teve que aceitar voluntárias que não perguntaram quanto iam ganhar, mas que sentiram que seus irmãos que iam para a luta precisavam de sua ajuda. (CANSANÇÃO, 1987, p.66-7).

Se este julgamento encontra algum sentido, deve ser ressaltado, entretanto, que Laís Netto dos Reis, e por extensão, a Escola Anna Nery, demonstraria outras formas de colaboração direta com as Forças Armadas Brasileiras na constituição de efetivos de enfermeiras para a Segunda Guerra, não com o Exército propriamente, mas com a Aeronáutica efetivamente.⁴⁵

Aliás, sobre esse não atendimento de Laís à solicitação do Exército, há que se considerar que, à época (e desde sempre), as enfermeiras diplomadas perduravam na luta para serem bem reconhecidas seja no campo da saúde, seja no campo social. Caberia mesmo à Direção daquela Escola a defesa dos interesses da profissão, no sentido de não fazê-los

⁴⁴ Soldo é o termo alusivo à remuneração de militar. Quantia básica, de referência, à qual se acrescentam percentuais que variam com a categoria hierárquica, especialidade, tempo de serviço etc.

⁴⁵ Essa colaboração com a Aeronáutica será objeto de apreciação mais adiante.

prejudicados ou desconsiderados, mesmo sob aquelas circunstâncias de guerra e de apelo patriótico.

Não obstante, era entre os ideais de servir à pátria, de servir ao próximo, de concepção da profissão como sacerdócio divino e, ainda, como extensão do papel de mãe e de uma idéia sobre o lugar que caberia à mulher (subordinada ao homem, e por extensão, ao médico), que se definiam valores e ideais para a enfermagem, tanto no discurso oficial, como na própria auto-imagem da profissão. É evidente que esta imagem, por fora e por dentro, tinha fissuras, e a própria possibilidade de as mulheres conquistarem um lugar junto ao Exército e ter uma profissão respeitada tornava este processo muito mais complexo e ambíguo, com conseqüências sobre o processo de conquista de direitos e espaços na sociedade por parte delas. A questão aqui não é definir uma linha resultante única, mas apontar os parâmetros em torno dos quais se podem analisar este processo (CYTRYNOWICZ, 2000).

Infelizmente, toda essa situação resultou num desajeitado remendo, onde as primeiras intenções não foram suficientes para mascarar a fragilidade do grupamento feminino de enfermagem do Exército, que seria apressadamente criado e organizado, debilmente treinado, e reservadamente reconhecido.

Assim é que, para dar conta da organização do quadro de enfermeiras, o Exército resolveu abrir voluntariado, cuja divulgação foi realizada através dos principais jornais da época (VALADARES, 2001, p.78). A transcrição a seguir ilustra bem as circunstâncias em que se deu essa convocação:

A nossa situação de enfermeira na FEB iniciou-se, exatamente, no dia 9 de outubro de 1943, através de uma pequena nota do jornal *A Noite* sobre a abertura de inscrição para as enfermeiras que acompanhariam o Corpo Expedicionário... Na segunda-feira, dia 11 de outubro, dirigi-me à Diretoria de Saúde do Exército, no Palácio da Guerra, e, por uma dessas circunstâncias honrosas na vida de cada um de nós, tornei-me, para desassossego meu, a voluntária nº 1, objeto, a partir daí, da bisbilhotice dos jornalistas cariocas: Onde nasceu, sua idade? Conhecimentos? Que faz na vida? Por que se inscreveu?... No meu entusiasmo e ingenuidade de voluntária, eu declarava, então, a um repórter: *Sinto-me orgulhosa e espero que todas as mulheres de*

*nossa terra venham colaborar no nosso esforço de guerra para que, onde houver um contingente brasileiro, haja um hospital brasileiro e enfermeiras brasileiras. Naqueles dias, nem de longe iria supor que para 25.000 brasileiros enviados à Itália, mal haveria 67 patricias ao lado deles! E que num hospital avançado, durante a guerra, seria preciso acomodar numa escala de serviço apenas 10 enfermeiras em 12 enfermarias, cada enfermaria com 64 homens acamados! (...) Quatro meses se passaram: nada mais se disse sobre o assunto... Certo é que, em 11 de janeiro de 1944, foi novamente aberta a inscrição e novamente apresentaram-se centenas de moças... E, em 28 de janeiro, era solenemente iniciado o *Curso de Emergência da Reserva do Exército*. (MORAES, 1949, p.405-6).*

No processo seletivo organizado pelo Exército, as exigências iniciais foram: ser brasileira nata, solteira ou viúva sem filhos, ter no mínimo 20 e no máximo 40 anos de idade, possuir diploma de enfermeira ou certificado de curso de samaritana ou voluntária socorrista expedidos por escola de reconhecida idoneidade, ou ainda, ser enfermeira profissional portadora de atestado fornecido pelo estabelecimento em que servia, entre outras condições⁴⁶. Entretanto, dois meses depois, parte das condições foi alterada: mulheres desquitadas passaram a ser também aceitas, a faixa etária mudou para 22 a 45 anos, e foram admitidas mulheres casadas, desde que tivessem consentimento do marido⁴⁷, também era válido o Curso de Socorrista Voluntária de Guerra oferecido pela Escola Anna Nery.

Este relaxamento sobre as condições exigidas no processo seletivo possivelmente traduz a insuficiência de inscritas, pelos mais diferentes motivos, dos quais há que se considerar a constatada deficiência numérica de enfermeiras no país, e, além disso, o exercício comum da tutela masculina sobre as mulheres à época, o que dificultava a apresentação de um número maior de mulheres àquele voluntariado (CYTRYNOWICZ, 2000, p.80-1; SILVA, 1995, p.153).

As voluntárias que se apresentaram foram inscritas no Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE)⁴⁸, organizado pela Diretoria de Saúde do

⁴⁶ Revista Nação Armada, n.51, fev.1944, p.163-4, 166-8.

⁴⁷ Revista Nação Armada, n.53, abr.1944, p.120-1.

⁴⁸ A Portaria nº 5.855, de 03/01/1944, aprovou instruções para este Curso, sendo publicada no DO nº 2, de 04/01/1944, e transcrita no BE nº 2-S/1, de 08/01/1944. Durante a realização desta pesquisa, não foi possível

Exército, condição obrigatória para integrar o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército (QERE), criado em 13 de dezembro de 1943. Sobre isto, Cansanção (2003, p.28) refere que quatro turmas concluíram o CEERE no Rio de Janeiro⁴⁹, uma turma foi formada na Bahia, da qual foram aproveitadas cinco enfermeiras⁵⁰, outra turma em Minas valeu-se de três⁵¹, e uma em Curitiba aproveitou oito⁵² enfermeiras.⁵³

O preparo, principalmente o das turmas formadas no Rio de Janeiro, foi bem noticiado através dos jornais e revistas, onde fotografias do treinamento físico e de instrução militar serviam de estampa. Exemplo disso é a próxima ilustração, que traz a capa da revista *A Noite Ilustrada*:



Figura nº 06 – Capa da revista *A Noite Ilustrada*, 1944 (In: CAMERINO, Olímpia de Araújo. **A mulher brasileira na segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: Capemi, 1983)

acessar fontes que definissem o número exato de voluntárias que se apresentaram ao Exército para integrarem o Serviço de Saúde da FEB, bem como o número exato das que chegaram a realizar o referido curso. Sobre isso, vide comentários de Elza Cansanção (1987, p.44-8; 2003, p.30).

⁴⁹ No Rio de Janeiro, capital federal do país, 113 alunas concluíram o CEERE (CANSANÇÃO, 1987, p.44-8).

⁵⁰ São elas: Aracy Arnaud Sampaio, Isabel Novaes Feitosa, Jandyra Faria de Almeida, Joana Simões de Araújo e Lenalda Lima Campos.

⁵¹ Carlota Mello, Ilza Meira Alkimim e Roselys Belém Teixeira.

⁵² Acácia Cruz, Edith Fanha, Guilhermina Rodrigues Gomes, Hilda Ribeiro, Jacy Chaves, Maria Conceição Suarez, Wanda Sofia Magewsky e Virgínia Leite.

⁵³ Além dessas enfermeiras, outra também realizou o CEERE pela 10ª Região Militar (Ceará) chamada Maria Hilda de Mello, que só chegou ao *front* em 02/05/1945, e retornou ao país em 21/07/1945 (VALADARES, 1976, p.85).

O cenário da fotografia é o Forte São João, localizado no bairro da Urca, Rio de Janeiro. Nela estão três alunas do CEERE durante um exercício de falsa baiana⁵⁴. Todas estão vestidas com uniformes de treinamento físico militar e mostram-se sorridentes, demonstrando aparente interesse e até mesmo prazer na execução da atividade.

Esta foto foi publicada num dos veículos de comunicação que bem falava a língua do regime estadonovista: a revista *A Noite Ilustrada*. Com efeito, a escolha desta imagem para a capa da revista pode ser entendida como uma tentativa de explicitar a predestinação de voluntárias enfermeiras aos feitos de guerra. Aliás, como ressalta o sociólogo e antropólogo Georges Balandier “o poder potencializado da mídia torna ainda mais forte o processo de teatralização do poder político”. Assim, pelo tipo de discurso e de recurso imagético utilizados pela propaganda, com o intuito de impressionar e convencer, detectam-se as formas de manipulação do poder nas suas entrelinhas, que o Estado Novo soube utilizar para facilitar o funcionamento de suas instituições, aqui, o Exército (BALANDIER, 1982, p.42). Com efeito, a propaganda autoritária tem nas suas características a fusão das ideologias com a política, de uma política em movimento, uma constante vontade de conversão das massas (DOMENACH, 1955, p.23).

Sobre o curso, algumas dificuldades foram expressas pelas alunas como, em parte, é exposto no trecho a seguir:

Eram dadas aulas em vários lugares do Rio de Janeiro: Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, Hospital Central do Exército, Cruz Vermelha, Forte São João. Quando chegava a noite, eu estava exausta. Havia aulas que eu achava desnecessárias, de ordem unida, de educação física, de fazer continência. Depois, na Itália, eu percebi que as coisas importantes não haviam sido ensinadas, como fazer a conversão dos graus Fahrenheit, dos termômetros americanos, em graus Celsius dos nossos. Os médicos americanos, lá, desconfiavam da tomada de temperatura por nossas enfermeiras... (VALADARES, 2001, p.78-9).

⁵⁴ A falsa baiana é uma atividade de deslocamento entre dois pontos, que utiliza duas cordas amarradas e suspensas paralelamente ao chão e entre si numa altura média para que uma pessoa utilize os pés e as mãos para a travessia. Esse exercício exige concentração e controle, pois as cordas tencionadas tendem a balançar fazendo com que a pessoa se desequilibre.

Apesar das deficiências apontadas, esse treinamento inicial representou uma estratégia de homogeneização do comportamento das candidatas, que viabilizou a incorporação de um *habitus* militar para aquelas enfermeiras (BERNARDES; LOPES; SANTOS, 2005). Com efeito, ao se fazerem partícipes do campo do Exército, elas passaram a internalizar certos valores de disciplina, hierarquia, precisão, vigor, rapidez, entre outros, que, antes mesmo de serem valores militares, são geralmente tidos como valores masculinizantes (SILVA, 2007).

O trecho abaixo corrobora esta assertiva:

Foram dezesseis moças de Minas que fizeram este curso militar. Dessas dezesseis, umas nove passaram, porque este curso era muito chato! Tinha que fazer tudo o que o militar fazia... Havia aula teórica, de educação física militar, aulas para aprender a atirar, aprender a marchar, aprender a fazer tudo o que o soldado faz no Exército... (Enfermeira Carlota Mello)

O caráter heterogêneo é um dado sobre este primeiro grupamento de enfermeiras do Exército que salta aos olhos. A constatação disto se deu sob diversos aspectos: idade, naturalidade, etnia, formação profissional, cultura, origem sócio-familiar, procedência, condição econômica e financeira, geração, inclusive as relações prévias que tinham no campo militar. Todos esses aspectos, reunidos num só grupo, formavam um mosaico construído pelas suas diferentes trajetórias pregressas e pelos seus potenciais nos espaços sociais. Com efeito, o grupo de longe era visto como um bloco uno, mas, de perto, as diferenças eram bem percebidas. Aliás, a própria heterogeneidade sugere a não diluição em partes, o que faz aflorar num grupo como este, as classificações e as distinções de acepções entre suas partícipes sobre sua própria representação (imagem).

No que diz respeito à formação prévia em enfermagem das alunas selecionadas, o próximo recorte é revelador desta heterogeneidade do grupo:

Pela definição do regulamento interno, o Curso destinava-se à formação de enfermeiras militares, mediante um trabalho de adaptação das profissionais civis, recrutadas entre moças diplomadas e entre aquelas que possuíssem longa prática de enfermagem devidamente comprovada. Porém,

na rotina do Curso de Emergência, uma coisa logo se tornou visível: a heterogeneidade das candidatas quanto à instrução, pois, não tendo havido uma seleção inicial na abertura de inscrição, havia gente de nível intelectual abaixo das classes médias do curso primário. Espantará dizer, porém será oportuno lembrar, que algumas, mesmo nessas condições, foram aprovadas, convocadas e enviadas à Itália! (...) Só uma pequena proporção era composta de moças diplomadas ou de profissionais de longa prática, a maior parte compondo-se de meras voluntárias socorristas sem nenhuma prática hospitalar, sem mesmo conhecimentos básicos da arte de enfermagem (MORAES, 1949, p.406).⁵⁵

A seleção das enfermeiras fez-se também por meio de exames físicos, como relata uma das enfermeiras entrevistadas:

Houve uma seleção muito forte. E a gente não podia ser muito bonita, nem muito feia, nem muito alta, nem muito baixa, nem muito preta, nem muito... Várias voluntárias não tinham altura suficiente, não tinham peso, ou tinham qualquer problema... Apareceu até uma que era casada e estava escondendo que era casada! Mas, eles descobriram que ela era casada. Então, ela foi dispensada. Eu só sei que ficaram 67 moças, mulheres formadas, quase todas formadas com curso de enfermagem. Mas, o curso de enfermagem do Exército era o mais importante para irmos para a guerra... (Enfermeira Carlota Mello)

A aparição pública de um grupamento feminino de enfermagem no Exército Brasileiro, coisa inédita até então, não seria fácil de ser assimilada. Aliás, não foi por acaso que certas reações se esboçaram com esta inesperada e inusitada inclusão feminina nos quartéis, que iam do deboche à humilhação.

As primeiras voluntárias do Brasil sofreram difamações horríveis. Até a mulher de um militar de alta patente do Exército [a Sra. Santinha Dutra] tachou-nos de *prostitutas que queriam ir para a guerra para fazer a vida*. A nossa guerra, na realidade, começou aqui mesmo (CANSANÇÃO, 1987, p.224).

Sobre este fragmento, evoco Michelle Perrot (2007, p.146) quando afirma que “agir no espaço público não é fácil para as mulheres, dedicadas ao domínio privado, criticadas logo que se mostram ou falam mais alto; com frequência, elas apóiam-se em seus papéis tradicionais, e aí tudo vai bem; entretanto, tudo se complica quando tentam agir como

⁵⁵ Grifo meu.

homens”. Além disso, segundo esta mesma historiadora, “a mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria” (PERROT, 1998, p.47).

Na esteira desses pensamentos, há que se questionar: como tornar inteligível e aceitável, até mesmo pelas próprias mulheres brasileiras na década de 1940, a inclusão de enfermeiras no campo do Exército? Como elas poderiam ter o acesso franqueado a este espaço público? Não obstante, os limites entre o público e o privado tendem a mudar em decorrência, principalmente, de circunstâncias que requerem a participação feminina, ainda que para representar o privado no espaço público, mesmo porque, nem todo espaço privado é feminino e nem todo espaço público é masculino (PERROT, 1988).

Em contrapartida, essa “mobilização de fronteiras”, que enquadra a guerra e o Exército Brasileiro como espaço público, não se mostrou tão estimulada e fácil. Mesmo porque, nos cenários militares daquela época, era impraticável e impensável a coexistência dos sexos. Ora, como o código militar é culturalmente e essencialmente masculino, aquelas primeiras mulheres militares foram vistas como transgressoras ao ousarem vestir a farda, e, em consequência desta “infração”, foram por vezes tidas ou como “prostitutas que queriam fazer a vida” ou como “militar homem” (SILVA, 2007).

Com efeito, parafraseando a própria Michelle Perrot (2005), os primeiros e pesados preconceitos contra a aparição pública daquelas primeiras enfermeiras do Exército, que foram tidas como “fora de lugar”, fazem nexos com o caso dos preconceitos e pilhérias que as enfermeiras que seguiam os exércitos noutros tempos sofreram, ao tempo que comprova a idéia de que os estereótipos culturais têm vida longa, o que faz da recusa pública a elas algo natural e precavido.

De fato, não só no espaço público elas encontraram dificuldades, como também no privado, quando tiveram que enfrentar a aceitação de seus familiares e pessoas próximas, conforme se nota no trecho a seguir:

Na minha família [a reação] foi muito triste, muito contraditória, porque eu mantive uma posição inabalável. Eu queria, faria e iria. Eles achavam que eu era uma menina maluca. (...) A minha mãe ficou horrorizada! Quando eu me apresentei, ela estava em Goiás, porque tinha ido ver a outra filha que estava esperando neném. Então, quando a mamãe chegou, eu disse: *‘Eu me apresentei, e vou fazer o curso de enfermagem de guerra.’* *‘Minha filha, o que é isso? Ficou maluca?’* *‘Não, mamãe. Eu estou fazendo isso com plena consciência do que eu quero.’* [A reação foi] negativa. Eu só tive o apoio de um irmão. Ele achava que, se eu queria servir, eu devia ir... Ninguém mais achou isso... (Enfermeira Roselys Teixeira Gazzinelli).⁵⁶

Como compreende Perrot (2005, p.462), “a casa é, com certeza, o lugar das mulheres, mas também o da família, e fronteiras complexas regulamentam a sua circulação e a distribuição de suas peças”. É no lar aonde se faz a divisão sexual do trabalho e do espaço social, onde se tecem as especificidades dos papéis de cada sexo, aonde se definem o lugar e as possibilidades da mulher. Com base neste tipo de menção, não é difícil entender os motivos em que se apoiaram as famílias de algumas enfermeiras ao se oporem à adesão naquele voluntariado.

É bem verdade que, no caso de outras enfermeiras, a luta pelo convencimento familiar foi bem mais amena e discreta, ou até não chegou a existir. Aliás, o voluntariado, como condição inteiramente excepcional, criou oportunidades para as aventuras, de se romper os elos que as mantinham distantes do mundo da guerra, e de se colocarem “fora de lugar” e engajadas na construção de uma história diferente.

É aceitável presumir que o Exército não estava preparado para receber mulheres enfermeiras em seus quadros, pois tudo foi feito às pressas, como o treinamento e o uniforme, além disso, o comando da Força não conferiu a elas posto militar, o que significa dizer que

⁵⁶ Trecho de entrevista arquivada no Centro de Memória Dra. Nalva Pereira Caldas da Faculdade de Enfermagem da UERJ.

elas eram tidas como voluntárias uniformizadas, e não oficialmente e concretamente militarizadas. Ou seja, elas foram classificadas e nomeadas como *enfermeiras da Reserva de 3ª Classe do Exército*⁵⁷ ao término do Curso [CEERE], o que não conferia a elas a titulação (identidade) de oficial ou de praça (CANSANÇÃO, 2003). Tal questão é colocada nos relatos das enfermeiras que atuaram na FEB como sendo vexatória:

Nós saímos do país sem posto! Tínhamos um ‘tracinho’ no braço e éramos enfermeiras de 3ª Classe. O americano não entendeu essa palhaçada! Chegou a um ponto que nós não podíamos ir para o restaurante de oficiais, porque não éramos oficiais; não podíamos ir para o de praças, porque não éramos praça; e para o de civis muito menos... Então, durante a viagem, nós, [as primeiras cinco enfermeiras que embarcaram para a guerra]⁵⁸, ficamos muitas vezes indo tomar só um chá na Cruz Vermelha, porque nem comida tínhamos direito. E o major Ernestino Gomes de Oliveira que ficou conosco, estava pouco se lixando com a nossa situação! (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Mais tarde, elas foram arvoradas no posto de segundo tenente. Com certeza, não havia como continuar no Teatro de Operações sem estarem inseridas numa cadeia de comando, já que a presença delas não era reconhecida pela falta de graduação/posto, o que tornava insustentável a relação com as enfermeiras norte-americanas, uma vez que a falta de uma definição hierárquica as fazia passar por desagradáveis humilhações (CANSANÇÃO, 2003, p.65).

Uma enfermeira entrevistada mencionou alguns nomes de chefes militares que, de certo modo, tomaram parte nesta causa, entre eles o do coronel Emmanuel Marques Porto, com quem as enfermeiras da FEB iriam manter uma eficaz aliança noutra “luta”, a da reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército, após o término da guerra.

Quando nós fomos para a guerra, o nosso chefe Marques Porto, que estava à frente do Serviço de Saúde da FEB, ponderou com a cúpula, Mascarenhas de Moraes e Zenóbio da Costa, de que não ficava bem o Brasil

⁵⁷ Esta classificação (Reserva de 3ª Classe) foi criada especificamente para as enfermeiras da FEB, não existindo atualmente na hierarquia militar (Fonte: Diário pessoal da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero).

⁵⁸ São elas: Antonieta Ferreira, Carmem Bebiano, Elza Cansanção Medeiros, Ignácia de Mello Braga e Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero. Todas cursaram o CEERE no Rio de Janeiro.

mandar as enfermeiras sem um “título” para trabalhar junto ao Exército Norte-Americano e suas enfermeiras... Então, eles resolveram por bem nos dar o posto de 2º tenente. (...) Mas, o ordenado que nós recebíamos não era relacionado a este posto. O posto foi só pro forma. (...) Nós, o tempo todo, tínhamos o posto de segundo tenente, mas recebíamos como sargento... (Enfermeira Carlota Mello)

Toda essa confusão revela não só o despreparo do Exército em lidar com a questão, como também a sua falta de previsão sobre a possibilidade real de se estender o Serviço Militar às mulheres, o que já era objeto de consideração desde 1939, quando foi promulgado o Decreto-Lei nº 1.187⁵⁹, que dispôs sobre o Serviço Militar. Por este dispositivo foi firmado, logo no seu artigo primeiro, que as mulheres seriam aproveitadas nesse serviço somente em caso de mobilização em encargos compatíveis com a sua natureza, seja nos hospitais no serviço de assistência nosocomial, fora das zonas de operações, seja nas indústrias e misteres correlatos com as necessidades de guerra.

Já em 1941 era promulgado o Estatuto dos Militares⁶⁰ que, dentre diversos aspectos relacionados à profissão militar, definia que as mulheres brasileiras estariam isentas dos serviços das armas, sendo, entretanto, em caso de mobilização, aproveitadas em outros trabalhos, quer nas ambulâncias e nos hospitais, para o serviço de assistência hospitalar, quer nas indústrias e nos misteres em correlação com as necessidades de guerra, e, fora do Teatro de Operações.

Apesar de (re)definirem bem as fronteiras entre as funções masculinas e femininas, quando o ponto era a mobilização para conflitos de caráter militar, a publicação desses decretos-lei deixava bem clara a possibilidade de se aproveitar as mulheres no Serviço Militar, inclusive nas funções de enfermagem, bem antes da atropelada convocação de voluntárias para a FEB.

⁵⁹ Decreto-Lei nº 1.187, de 04/04/1939, publicado no DO nº 100, de 03/05/1939 (p.10.055), transcrito no BE nº 20, de 15/04/1939 (p.1.419).

⁶⁰ Decreto-Lei nº 3.084, de 01/03/1941 (parágrafo único do Artigo 11), publicado no DO nº 54, de 06/03/1941 (p.3.977), transcrito no BE nº 10, de 08/03/1941 (p.647).

Das moças que se apresentaram ao Exército, apenas 67 foram efetivamente incorporadas no Serviço de Saúde da FEB. Dessas, 61 atuaram nos hospitais de campanha, e seis realizaram um curso para se especializarem em transporte aéreo de feridos na Base de Parnamirim, na cidade de Natal, trabalho que realizaram ao longo da guerra, transportando os soldados brasileiros da Itália para o Brasil e para os Estados Unidos.⁶¹ (SILVEIRA, 2001, p. 108).

É relevante ressaltar que o tipo de formação em enfermagem que possuíam, ou seja, o capital cultural/profissional de que tinham posse, além da experiência prévia que tiveram na profissão, funcionaram como *leitmotiv* que se faria notável nos julgamentos acerca do próprio grupo. Com efeito, a observação desta condição se reveste de valor, uma vez que os diversos tipos de capital são instrumentos de acumulação que, quanto maior o volume possuído e investido pelo indivíduo em um determinado campo, maiores serão suas possibilidades de ter um bom retorno (BOURDIEU, 2007a). Assim, o seguinte excerto é exemplar no sentido de evidenciar as repercussões desta situação na qualidade dos cuidados prestados pelas enfermeiras da FEB aos enfermos de guerra:

Isso foi ruim para a imagem das enfermeiras brasileiras. Algumas das escolhidas tinham pouca ou nenhuma formação. Num caso que tomei conhecimento, a enfermeira americana anotou no prontuário de uma brasileira: *not good nurse, not good girl, not good to stay here*. (VALADARES, 2001, p.80-1).

Pela consulta de alguns resumos biográficos e cruzamento com outros documentos, das 67 voluntárias selecionadas, seis eram diplomadas/profissionais: três pela Escola Anna Nery [Altamira Pereira Valadares, Nair Paulo de Melo e Olga Mendes], uma [Antonieta Ferreira] pela Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha (Rio de Janeiro); uma [Ondina Miranda de Souza] era formada pela Escola Alfredo Pinto, e mais uma [Maria Aparecida França] pela

⁶¹ As enfermeiras que trabalharam no transporte aéreo foram: Dirce Ribeiro da Costa Leite, Joana Simões de Araújo, Lenalda Lima Campos, Maria José Vassimon de Freitas, Sara de Castro e Semiramis de Queiros Montenegro.

Escola de Enfermagem de São Paulo⁶². Com o Curso de Samaritanas, 16. A maioria (42) apresentou certificado de curso de voluntária socorrista. Não foi possível a identificação da formação de três delas (CANSANÇÃO, 2003; VALADARES, 1976).

Cansação (2003, p.24) argumenta que o número de enfermeiras profissionais no país era muito pequeno, por isso é que o Exército acabou aceitando qualquer diploma de curso de enfermagem, fosse o de *profissional/diplomada*, cuja duração era de três anos, o de *samaritana*, que era considerado uma espécie de supletivo em enfermagem, que durava um ano, ou o de *voluntária socorrista*, cujo curso durava apenas três meses; e que, no curso que seria ministrado pelo Exército [CEERE] é que seriam feitas a seleção e aperfeiçoamento específicos para a guerra.

Outrossim, a incorporação de grande número de voluntárias socorristas no grupamento de enfermeiras da FEB revelou a carência de pessoas (mulheres) preparadas para o exercício da enfermagem de guerra. Ademais, alguns estudos sobre a história da enfermagem brasileira consideram fontes que demonstram mesmo uma necessidade grande de enfermeiras profissionais nessa época, como o de Almeida Filho (2004, p.73) que revela que

(...) até o final da década de 1940, todas as escolas de enfermagem conseguiram formar apenas 1.211 enfermeiras o que, obviamente, não atendia aos requisitos de assistência à saúde da sociedade brasileira, nem no âmbito da saúde pública, nem na área hospitalar, que começava a intensificar-se no Brasil. Essa realidade colocava em questão a capacidade das escolas de enfermagem de formar mão-de-obra qualificada para atender aos serviços de saúde em todo território nacional. Esse total não considera apenas as escolas de enfermagem que adotavam o modelo anglo-americano⁶³, se assim o fosse, o total de enfermeiros ficaria reduzido a 373.

⁶² A enfermeira Heloísa Batista, formada pela Escola Anna Nery, fez parte da segunda turma do CEERE, no Rio de Janeiro, mas não chegou a seguir para o Teatro de Operações (Itália). O mesmo aconteceu com outras duas alunas da Escola Alfredo Pinto: Luiza de Souza Botelho e Marina Serra de Melo Rolemberg, que participaram da primeira turma do CEERE.

⁶³ O modelo nightingaleano, implantado no Rio de Janeiro na década de 1920, criado na Inglaterra vitoriana e repassado ao Brasil pelos Estados Unidos, guardava as marcas das organizações militares e das instituições religiosas para mulheres. O modelo de escola de enfermagem trazido pelas enfermeiras americanas tinha como novidade, em relação ao modelo nightingaleano, eminentemente hospitalar, a inspiração do movimento de saúde pública, que após a Primeira Guerra ganhou grande impulso nos Estados Unidos (SAUTHIER; BARREIRA, 1999).

Há que se mencionar que, com o Estado Novo e a Segunda Guerra, acirraram-se certos conflitos entre as enfermeiras *profissionais* e as enfermeiras consideradas *amadoras*, *tradicionais*, *práticas*, ou as que trabalhavam sem um curso formal (como muitas irmãs de caridade) (CYTRYNOWIZ, 2000). Com efeito, esta situação foi uma das mais significativas sobre as reações negativas que se abateram sobre a aparição pública das enfermeiras da FEB: a do não reconhecimento pelas enfermeiras profissionais (diplomadas) da época, posto que a grande maioria das enfermeiras febianas (62,7%), possuía apenas a formação de voluntária socorrista. Assim é que a heterogeneidade sobre o capital cultural/profissional (de enfermagem), que pouco tinha posse, não permitiu neste momento, e não permitiria mais tarde, o efetivo reconhecimento da representação do grupamento, e que, ainda, provocaria alguns prejuízos simbólicos futuros.

Este tipo de reação encontra alguma explicação ao se observar a forma pretendida de institucionalização da profissão de enfermagem no Brasil na década de 1920, que se preocupava em termos de inserção e aprovação social em resposta ao desprestígio histórico com o qual a sua prática foi atrelada. Até então, o saber da enfermagem no país era visto como um saber manual desprovido de qualquer embasamento científico, intelectual ou político, enquanto outras profissões da área eram caracterizadas como saber intelectual e científico, sendo este pensamento e esta postura de extrema importância no atraso do desenvolvimento político e social da enfermagem (GALLEGUILLLOS; OLIVEIRA, 2001; SANTOS, 2008).

Diante da necessidade de reconhecimento social, várias estratégias foram adotadas pelas lideranças da enfermagem em prol dos interesses de desenvolvimento da profissão, desde a implantação do modelo anglo-americano no Brasil (SAUTHIER; BARREIRA, 1999; SANTOS, 2002; PORTO, 2007; ALMEIDA FILHO, 2004).

Com efeito, esta predisposição foi reproduzida na gestão de Laís Netto dos Reis enquanto dirigiu a Escola Anna Nery, e, inclusive sentida durante os preparativos da criação do Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército, quando Laís optou por não atender a solicitação desta Força em virtude da questão do posto e do soldo que julgou insatisfatório, como dantes já comentado. Em contrapartida, a despeito do contra-senso que se deu com o Exército, encaminhamentos mais satisfatórios foram feitos nas negociações para a convocação de enfermeiras da Escola pela Força Aérea Brasileira (FAB) que, a exemplo das enfermeiras do Exército, também atuaram no Teatro de Operações Europeu, porém, de modo supostamente mais destacado.⁶⁴ E é sobre elas que foram redigidas as próximas linhas, no sentido de se estabelecer alguns pontos de análise com o caso das enfermeiras do Exército.

Como registrou Coelho (1997, p.194-5), em maio de 1942, aproximadamente sete meses antes mesmo da criação do QERE, estando no Brasil a primeira diretora da Escola Anna Nery (gestão 1922-1925), Clara Louise Kieninger, foi-lhe solicitado que aqui permanecesse para organizar os cursos de defesa passiva e de voluntárias de guerra na Cruz Vermelha Brasileira. Nesse ínterim, a FAB valeu-se de sua influência e conhecimentos e, justamente com a Escola, proporcionou treinamento no país e, a seguir, nos Estados Unidos, para seis enfermeiras da própria Escola Anna Nery, que partiriam para a Itália em julho de 1944, para assistirem exclusivamente ao pessoal brasileiro do 1º Grupo de Caça⁶⁵ nos hospitais da retaguarda (CANSANÇÃO, 2003, p.33-53). A fotografia que se segue ilustra a participação de Kieninger no processo de preparo de enfermeiras *ananéri* para a guerra:

⁶⁴ A Marinha do Brasil não convocou mulheres para os seus quadros durante a Segunda Guerra Mundial.

⁶⁵ Criado em 18/12/1943, o 1º Grupo de Caça foi comandado pelo major aviador Nero Moura durante a Segunda Guerra Mundial.

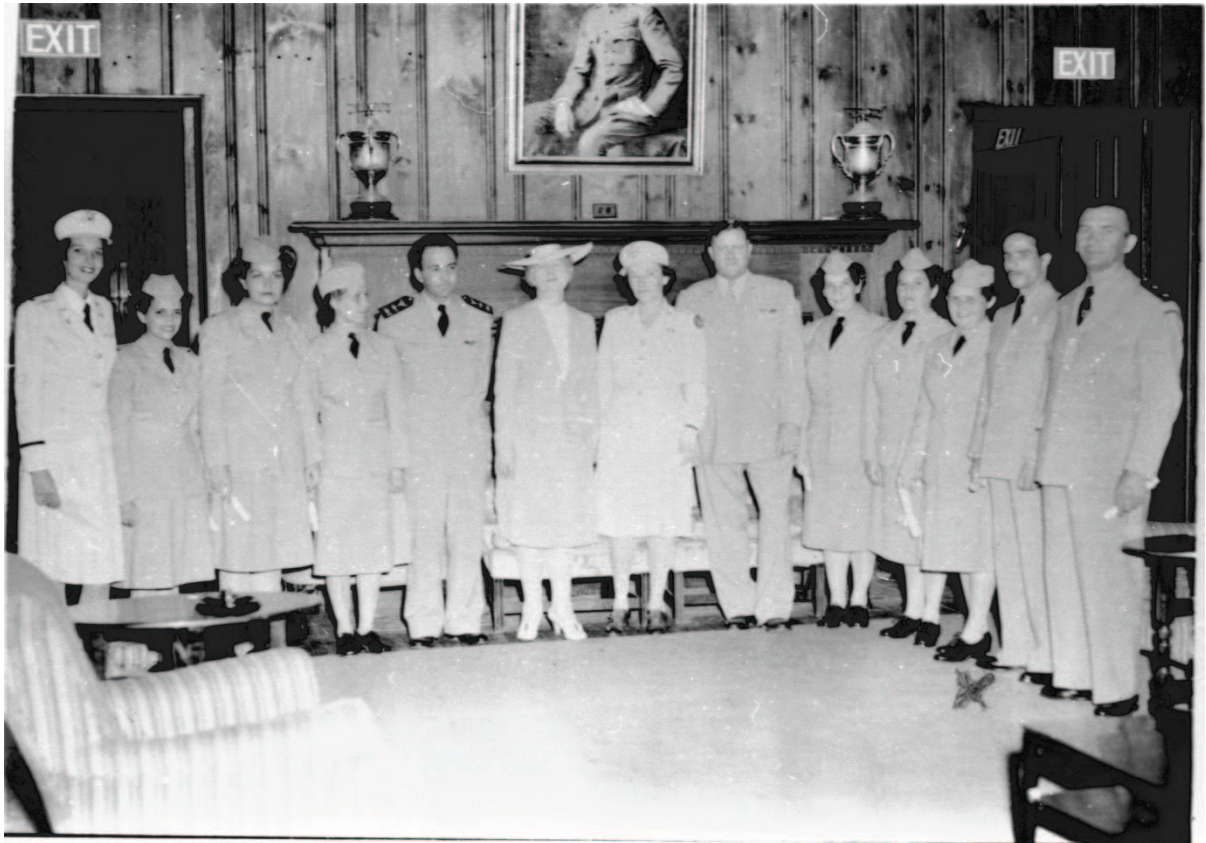


Figura nº 07 – Clara Louise Kieninger com as enfermeiras e médicos do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira, 1944 (Acervo da FEB, Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro)

No espaço fotográfico, da esquerda para a direita estão: uma mulher uniformizada não identificada (enfermeira norte-americana?), seguida das enfermeiras Ocimara Ribeiro, Regina Cerdeira Bordallo e Izaura Barbosa Lima (que foi a chefe do grupo de enfermeiras brasileiras). Na sequência está Lutero Vargas (médico, filho do presidente Vargas), ao lado de Clara Louise Kieninger e de mais uma mulher não identificada (enfermeira norte-americana?) e de um homem (médico). Depois, estão: Judith Arêas, Antonina Holanda Martins e Maria Diva Campos, seguidas de mais dois médicos.

Pelas informações colhidas, o cenário desta fotografia é possivelmente o de uma instituição militar norte-americana. Aliás, o fato do treinamento dessas seis enfermeiras ter sido realizado nos Estados Unidos, não somente a instrução militar propriamente dita como também a técnica, veio a lhes facilitar o seu desempenho durante a campanha, pois lá chegaram já conhecendo toda a rotina hospitalar e de trabalho (CANSANÇÃO, 2003, p.33-

54).⁶⁶ Ademais, pela análise da imagem, a presença de Kieninger e do filho do presidente da República ao lado daquelas enfermeiras promoveu o acúmulo de bens simbólicos para um grupo que estreava no campo militar, quando deu legitimidade à sua existência.

Embora as enfermeiras do Exército tenham ingressado como enfermeiras de 3ª Classe (sem direito a posto/graduação), as da Aeronáutica já começaram na 2ª Classe.⁶⁷ Assim, estas gozaram dos direitos e regalias de oficial. O trecho a seguir complementa esta informação:

As enfermeiras da [Escola] Anna Nery não se sujeitaram a ganhar quinhentos e vinte réis! [Elas ganharam] mil e duzentos réis. A Aeronáutica ofereceu posto e soldo de tenente, por isso é que elas foram para a Aeronáutica! (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Desde as providências inerentes ao treinamento diferenciado das enfermeiras da Aeronáutica, percebe-se a valorização do diploma da enfermeira egressa da Escola Anna Nery que, além de assegurar formalmente o aprimoramento de uma competência específica, também determinou a ocupação de posições prestigiosas no cenário militar, uma vez que as diferenças oficiais produzidas pelos títulos escolares tendem a produzir ou fortalecer, nos indivíduos, a crença na naturalização dessas diferenças. O próximo excerto ilustra a aceitação tácita de que os portadores de diplomas “são intimados a assenhorar-se realmente dos atributos que, estatutariamente, lhes são conferidos” (BOURDIEU, 2007a, p.29):

Ah, não havia convivência! A única [enfermeira do Exército] que tinha um contato com elas era eu, porque eu vivia muito na base aérea. Mas, isso era muito raro. (...) Como elas eram *ananéri* e nós éramos voluntárias socorristas e samaritanas, elas não davam valor e não se misturavam conosco! Eu é que sempre mandei passear, e não dava bola a elas! (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

⁶⁶ Elas seguiram para os Estados Unidos em 12/07/1944, por via aérea, em companhia de quatro médicos, com destino à Base de Mitchel Field Hospital, em Long-Island, para treinamento militar, ocasião em que tiveram uma capitã americana como oficial de ligação. Após, foram transferidas para a base de Suffolk Field no Estado de Virginia, e, em seguida, para o campo de Patrick Henry, donde seguiram de navio, em 19/09/1944, para Livorno (Itália). No Teatro de Operações, elas chegaram em 06/10/1944, onde tiveram como oficial de ligação a capitã Jouela Patterson (CANSANÇÃO, 2003).

⁶⁷ A Portaria nº 178, de 10/07/1944, do Ministro da Aeronáutica, nomeou-as *enfermeiras de 2ª Classe* para o Quadro de Enfermeiras da Reserva da Aeronáutica.

Retomando o caso particular das enfermeiras do Exército, além das diferenças constatadas acerca de sua formação profissional, outros aspectos também as diferenciavam, tais como os de origem sócio-familiar e de condição financeira.

Com efeito, no grupo que seguiu para o Teatro de Operações havia as que gozavam de prestígio social, derivado da boa posição de suas famílias, tais como as enfermeiras: Carmem Bebiano, que era uma das maiores acionistas da América Fabril, filha de industrial; Jacyra de Souza Góes, filha de fazendeiro; Elza Cansanção Medeiros e Elza Miranda da Silva Souto Maior, filhas de médicos; Helena Ramos e Heloisa Cecília Villar, filhas de almirantes da Marinha; Maria Luiza Vilela Henry, filha de engenheiro; Maria Conceição Suarez, filha de construtor; Graziela Affonso de Carvalho, filha de coronel, ex-governador do Amazonas; Lenalda Campos, filha de juiz de Direito de Capela e ex-deputado em Sergipe; Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, filha de general; e Lúcia Osório, sobrinha-neta do general Osório, patrono da Arma de Cavalaria; as duas últimas oriundas de tradicionais famílias de militares do Exército Brasileiro (CANSANÇÃO, 2003; BERNARDES, 2003, p.96-7).

Em complemento a isto, Cansanção (1987, p.40) afirma que algumas dessas enfermeiras fizeram parte da turma de Samaritanas de 1942, e que esta foi uma turma de choque da sociedade. Dela fizeram parte moças das mais representativas famílias brasileiras e até estrangeiras.

Destas citações, advém a idéia de que o capital social herdado por parte das enfermeiras que acompanharam a FEB, simbolizado, por exemplo, por um sobrenome importante e pela posição vantajosa no campo social, inscreveria uma distinção a elas que contribuiu para que fossem bem aceitas no campo do Exército, tornando-o mais dócil a estas “recém-chegadas”.

Guardadas as devidas proporções, percebe-se que tal distinção se fez extensiva ao resto do grupo, àquelas que não gozavam de boas posições sociais, uma vez que a maioria das enfermeiras, dentro de seus limites, participou no acúmulo do capital simbólico (coletivo) do

grupo, ao mostrarem-se aparentemente uníssonas em seus discursos, esforçadas em suas ações, e atentas para honrarem o nome do grupamento. Assim, a identidade coletiva das enfermeiras da FEB, acompanhada de uma definição explícita das responsabilidades, tenderia a limitar um pouco as conseqüências das deficiências individuais explicitadas, enquanto que a delegação difusa, decorrente do fato de pertencer a um grupo, assegura aos seus membros a responsabilidade do capital coletivamente possuído, mas sem colocá-los sob risco de descrédito do conjunto (BOURDIEU, 2007c).

Assim, os detentores de maior capital (social, simbólico) devem empenhar-se em defender a honra coletiva na honra dos membros mais desprovidos do seu grupo (BOURDIEU, 2006). Nesse sentido, é dado destaque ao trecho abaixo, escrito por uma das líderes do grupamento de enfermeiras, Olímpia de Araújo Camerino, que reforça tal ilação:

Entre os hinos da raça entoados, neste instante vibrante da nossa História, em que o Corpo Expedicionário hasteia as bandeiras gloriosas da desafronta rumo ao inimigo, lá em Berlim onde ele se encastela, no delírio do crime e no desvario do ódio, da destruição e do obscurantismo, ergue a mulher brasileira, na afirmação solene de marchar lado a lado aos soldados de Caxias, tal como Ana Néri nas batalhas do passado (...). Aqui estamos envergando a farda de enfermeiras expedicionárias para ir além, muito além dos mares, afrontando os perigos da guerra, partilhar a glória de também lutar pelo Brasil. Não é a aventura que nos seduz. Não é o esnobismo que nos anima. Não é a vaidade que nos entusiasma. Mais profunda é a voz da nossa consciência e mais serena e perfeita é a convicção do nosso dever (...) (CAMERINO, 1944).

Do trecho apresentado, há indícios de reverência e culto à Ana Néri, como modelo a ser perseguido pelas febianas, o que é mesmo uma constante em várias das fontes consultadas, como neste fragmento do prefácio ao livro da enfermeira Olímpia de Araújo Camerino, escrito pelo general Carlos de Meira Mattos: "nossa enfermeira militar, 75 anos após a guerra do Paraguai, reviveu em todo o esplendor e beleza a figura heróica de Ana Néri"

(CAMERINO, 1983, p.27). Ou ainda, como o general Tito Portocarrero frisou na primeira estrofe do *Hino da Enfermeira da Reserva do Exército*⁶⁸, de sua autoria:

Ao lado da falange brasileira,
Sempre altaneira,
Sempre viril,
Marchamos pela glória da enfermeira
Sob a bandeira
Do meu Brasil.
De Anas Néris, Quitérias, Ludovinas,
As heroínas
Nossos padrões,
Herdamos a bravura
E a ternura
Que se agasalham em nossos corações.

Com efeito, a figura legendária de Ana Néri⁶⁹, por representar bem a imagem da mãe-pátria, foi referência de exemplo a qual as febianas precisavam “enquadrar” no processo de encarnação de um *habitus* de enfermeira de guerra (mesmo não sendo enfermeiras, como a própria Ana Néri não o foi). Ademais, até a data de promulgação do decreto-lei que criou o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército coincidiu com a do nascimento de Ana Néri, o que já demonstrava, de certa forma, este intento.⁷⁰

Os discursos idealizados, construídos para produzir representações e imagens positivas de um dado grupo, têm um papel que se faz importante para a existência e subsistência do próprio grupo, quando manifestam valorações de que ele precisa para mostrar que sua existência serve para alguma coisa. Com essa espécie de trabalho simbólico, os que se viam como detentoras do poder de falar em nome do grupo, esforçavam-se para constituí-lo e

⁶⁸ A letra e a música deste hino são de autoria de Titto Portocarrero, pai da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero.

⁶⁹ O Diário Oficial da União de 03/12/2009 publicou lei que inscreveu Ana Justina Ferreira Néri no Livro dos Heróis da Pátria. O livro está depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. O Livro dos Heróis da Pátria foi criado em novembro de 2007, por lei assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Cultura Gilberto Gil. Nele estão registrados perpetuamente os nomes dos brasileiros e de grupos de brasileiros que tenham dado a vida pela pátria "defendendo ou construindo, com dedicação e heroísmo". A distinção é feita depois de 50 anos da morte ou da presunção de morte do homenageado. (Arquivo disponível em: <http://www.munean.com/espaco-da-enfermagem/noticias/360-anna-nery-entra-para-o-livro-dos-herois-da-patria>. Acesso em: 26 jul. 2010).

⁷⁰ A data é 13 de dezembro. 1943 é o ano da criação do QERE. 1814, o ano de nascimento de Ana Néri.

consagrá-lo. De certa forma, é possível que as febianas tenham mesmo alcançado alguma eficácia nisso, devido às inclinações favoráveis das partícipes e pelas disposições e interesses delas em se reconhecerem mutuamente nesse mesmo projeto de mobilização para a guerra, de defesa da Pátria (BOURDIEU, 1996, p.51). Essa idéia é reforçada com o seguinte comentário: “Nossas colegas todas trabalharam bastante e com muita honra, não houve escândalos, não houve nada que pudesse desabonar o nosso desempenho, graças a Deus” (NERICI, 2001, p.211).

É também de Bertha Moraes Nerici (2001, p.199) a fala que aponta certos “obstáculos” que tiveram as enfermeiras que não eram possuidoras do mesmo capital social, que tinham as anteriormente mencionadas:

Uma das coisas que me trouxeram alguma dificuldade foi a falta de “apadrinhamento”, já que uma das colegas, Virgínia Portocarrero, era filha do general Portocarrero, um general de nome ilustre, e havia ainda uma neta do general Coutinho, que era médico, e a maioria possuía alguma relação com o Exército, só que eu não tinha uma ajuda sequer. O pessoal apadrinhado estava “nas alturas”. A que era funcionária do Banco do Brasil, por exemplo, não era enfermeira, era uma alta funcionária do Banco, mas neta do general Coutinho, e um tio era presidente do Banco do Brasil, e outro, ministro da Fazenda, então, bastava um bilhete. Mas, eu teria que trabalhar mesmo, e foi para isso que fui para lá. (NERICI, 2001, p.199).

Outro recorte complementa o anterior:

A Maria do Carmo Correa Castro ficou em primeiro lugar [no CEERE] empatada comigo. Ela era voluntária socorrista. Era sobrinha do presidente do Banco do Brasil. Já viu, né!? (...) Nunca fez educação física! Ela já tinha um início de Parkinson antes de entrar para a FEB, mas era sobrinha do presidente do Banco do Brasil... (risos). (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Sendo assim, a herança familiar de algumas enfermeiras que compuseram a FEB lhes possibilitou facilidades, conforme a percepção das enfermeiras entrevistadas. Nesse sentido, o pensamento de Bourdieu se coaduna com essas percepções, quando afirma que a transmissão de poderes distintivos entre membros de uma mesma família caminha *pari passu* com a

possibilidade de transmitir, através da herança sociológica, bens, aptidões, cargos e até mesmo prestígio (BOURDIEU, 2007a). Desse modo, tal herança sociológica funciona como uma “espécie de vantagem inicial e de crédito ou de usufruto antecipado” (BOURDIEU, 2007a, p.70), que assegura às herdeiras melhores oportunidades de reconhecimento social.

Salvo todas essas diferenças, se alguma coisa precisava ser comum e uniforme a todas elas, esta seria, teoricamente, a formação militar, atributo que foi perseguido principalmente durante a realização do CEERE, no sentido de que conseguissem reunir um conhecimento das coisas militares a contento, para estarem em condições de se incorporarem não só ao Exército Brasileiro, como também ao Norte-Americano, uma vez que trabalhariam nos hospitais de campanha junto às enfermeiras desta Força.

As fontes analisadas levam a crer que, na breve carreira militar que tiveram acesso, as enfermeiras febianas foram compelidas, desde sua chegada no campo do Exército, a adquirirem e a internalizarem alguns valores essenciais para a formação, dignificação e distinção delas enquanto portadoras de uma identidade militar. Outrossim, sua inclusão numa instituição total, nos moldes precisados por Erving Goffman⁷¹, passou por esquemas de homogeneizações de condutas e de pensamentos, a fim de que incorporassem um “espírito de corpo”, um senso que se traduziria em apego e zelo pela instituição e, por extensão, à Pátria. O trecho a seguir, extraído de uma mensagem da enfermeira Olímpia de Araújo Camerino, escrita às vésperas do embarque para a guerra, demonstra um pouco das apropriações que elas tomaram para si nessa aparição pública para a guerra:

Mas temos a certeza de que os sofrimentos, a cansaça, as agruras que possamos sofrer de ânimo levantado, serão igualmente sentidos e vividos por todas as nossas irmãs que ficaram no lar, na fábrica, na escola, em plena batalha, para que fecundo e luminoso seja o destino histórico do Corpo Expedicionário. Nunca que desertaríamos deste lugar, mais do que um pedestal onde fulgura a glória, ele é um altar onde nós, as enfermeiras expedicionárias, iremos, resolutamente, comprovar diante da Pátria as

⁷¹ Um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 2003, p.15, 19).

virtudes da mulher patricia, na bravura, na renúncia, no sacrifício, no endoidecido amor pelo Brasil (CAMERINO, 1983, p.31).

Pelos ditos e não-ditos, dentre as motivações da adesão de mulheres brasileiras ao voluntariado e possível participação delas na guerra estavam: o desejo de atender ao chamamento pátrio, o mais comum em seus discursos; o ímpeto aventureiro de se lançar numa guerra; a possibilidade de emancipação feminina; a inclusão num campo que, antes, não admitia mulheres, o do Exército; a falta de opção no mercado de trabalho; e, ainda, e não menos importante, a urgência de seguir, por paixão/amor, seus namorados que iriam para a guerra. Outrossim, o que se percebe genericamente, seja de suas falas, seja de seus registros escritos e fotográficos, é um senso de dedicação e contentamento à prontidão para a guerra. Aliás, historicamente, as guerras patrióticas tendem a provocar o entusiasmo das mulheres, apesar de serem atividades das quais elas sempre e em todos os lugares foram excluídas, ocasião, inclusive, em que elas nunca figuraram como protagonistas, salvo algumas poucas exceções (PERROT, 1998, p.136).

Sobre esse entusiasmo constatado e deveras reproduzido em seus discursos, está destacado o seguinte excerto:

E foi assim que a mulher brasileira, que sempre foi alicerce desta pátria livre e forte, não podia nesse momento cruciante se furtar ao chamamento pátrio... Em meu caso particular, a revolta foi grande. Não havendo mais em minha família homens que pudessem combater o inimigo, pois meu irmão já havia falecido e meu pai estava bastante idoso, conscientizei-me, pois, de que cabia a MIM a obrigação de ajudar no desagravo da afronta sofrida. Como combatente, seguramente não me deixariam ingressar, e a única forma seria como enfermeira... (CANSANÇÃO, 1987, p.39).⁷²

Ainda sobre o excerto acima, vale destacar que as enfermeiras da FEB aceitavam e reafirmavam as divisões de papéis sociais entre homens e mulheres, ao reconhecer que sua participação somente deveria ser como enfermeira. Tal percepção pode ser explicada pela

⁷² Destaque em maiúsculo da autora.

aceitação tácita de que as mulheres estavam mais identificadas com tarefas humanitárias – a qual, em nome da oposição entre razão e sensibilidade, coloca o homem no lado da cultura e as mulheres à semelhança do povo, para o lado da natureza (BOURDIEU, 2003).

E, assim, partiu para a guerra um grupamento de enfermeiras brasileiras sem preparo e competência técnica para vivenciarem situações de *crash* (situações extremas de enfermagem operativa de guerra⁷³), heterogêneo em sentido estrito, mas moldado para se fazer ver homogêneo, com a missão de atuar nos hospitais de campanha norte-americanos, na Itália.

Todas essas novidades provocaram grande ansiedade nelas, como pode ser percebido em alguns trechos do caderno de impressões da enfermeira Roselys Teixeira, durante sua viagem para a Itália, que fez escala na África:

(...) Quanta emoção experimento. Seriam páginas e páginas para descrever tudo sobre a nossa condição de enfermeiras de guerra (...). Quando poderei rever a minha mãe, o meu querido pai e irmãos? Estou em Casablanca tão longe... Voltarei? (...) Somos ousadas, acho eu. (...) Como mudou a minha vida. Como tenho desenvolvido atividades que eu nunca julgara capaz. Que força! Estou sentada à espera da ordem de embarque. Enquanto isso, escrevo. Escrevo para guardar quentinhas as minhas emoções. Ouço vozes em todos os tons e línguas de várias espécies... Sinto-me sozinha e enlevada com tudo isto que se passa em meu redor. Procuro captar o que posso. (...) Que cansaço! (...) A turma inteira numa “revoada” seguiu em direção ao avião que, pronto, nos esperava... Chegamos a Argel. (...) Estamos nos aproximando cada vez mais dos inimigos. Sinto a mesma coragem, ou talvez, ainda maior, para levar avante a missão a que me dispus realizar (TEIXEIRA, 2006, p.19-22).

Sem dúvida, o desconhecimento real de ambientes onde há guerra ativa gera um turbilhão de ânsias e preocupações nas pessoas que optam pelo exercício da enfermagem militar. Tais sensos as levam a se sentirem sem o adequado preparo para atuarem efetivamente nesses cenários (ALCANTARA, 2005). É instigante imaginar o quanto aquelas mulheres se questionaram em seus âmagos sobre suas competências e aptidões para estarem ali, e o que fizeram para amenizar tais dificuldades. Não é à toa que recorreram mesmo ao

⁷³ Expressão utilizada por Leila Milman Alcantara em sua tese de doutorado intitulada “A enfermagem militar operativa gerenciando o cuidado em situações de guerra” (2005).

auxílio divino, como demonstra o trecho a seguir, na iminência da chegada de um grupo de enfermeiras ao Teatro de Operações Europeu:

Peço a Deus neste momento: dê-nos força capaz de suportarmos todos os embates que se nos apresentarem. De hoje em diante, sei, passaremos dias cruéis e teremos que aumentar cada vez mais os nossos corações, a fim de termos ânimo para ver e deparar juntas todas as misérias que sei, serão inúmeras (...) Entrego-me inteiramente às mãos de Nossa Senhora, pedindo-lhe proteção sobre mim e sobre todas as minhas colegas, que tão profundamente admiro, pelo seu sacrifício e dedicação incomparáveis. (...) Sinto neste momento um entusiasmo estranho e lágrimas de emoção vêm-me aos olhos, de satisfação íntima, por estar cumprindo o meu dever de brasileira (TEIXEIRA, 2006, p.23).

Assim que chegaram, as febianas passaram a trabalhar em diferentes tipos de hospital do V Exército Norte-Americano, onde ficaram subordinadas às enfermeiras-chefe norte-americanas (*chief nurses*), que transmitiam suas ordens para as febianas através da oficial de ligação, que era brasileira e que, para exercer tal função, deveria ter maior domínio da língua inglesa.

Durante o trabalho nesses hospitais, as enfermeiras febianas se depararam com novos desafios, entre os quais: o vestuário de má qualidade, pouco prático e inadequado ao inverno europeu; a novidade de ter que se haver com a chefia de sargentos enfermeiros do Serviço de Saúde do Exército; as relações assimétricas com as enfermeiras norte-americanas, com maior capital militar e profissional e incorporadas ao exército que comandava a guerra; as dificuldades de comunicação na língua oficial; a realidade cruenta dos hospitais de campanha; e o contato com o mundo estrangeiro (SILVEIRA, 2001; VALADARES, 2001).

Os relatos a seguir, evidenciam algo da necessidade de adaptação e assimilação da rotina norte-americana pelas brasileiras:

(...) Enquadradas no V Exército Norte-Americano, tivemos que seguir suas normas. Com o extraordinário poder de adaptação, que é uma das qualidades principais dos brasileiros, pudemos desempenhar a delicada e importante missão que nos foi confiada, conseguindo, diversas de nós,

elogios não só do comando brasileiro como também do americano. (PORTOCARRERO, 1957).⁷⁴

(...) Eu trabalhava igual a elas [norte-americanas]. Eu sempre dizia: (...) *Quero ver como vocês fazem primeiro, porque não sei se meu jeito combina.* (...) Achava que era eu quem tinha que se adaptar (...). Eu atendia junto com elas (...) (Enfermeira Hilda Ribeiro).⁷⁵

A posição desvantajosa em que as febianas foram incorporadas aos hospitais de campanha, em relação à das norte-americanas, decorreu de diversos fatores, os quais envolveram competência técnica, incorporação de *habitus* militar, domínio do idioma “oficial”, aparência pessoal [padrão étnico, hábitos de consumo, qualidade dos uniformes e da *lingerie*], além de questões relativas à hierarquia.⁷⁶ Portanto, no Teatro de Operações, as enfermeiras brasileiras ocuparam os espaços sociais consentidos pelos detentores do poder, o que se configurou como uma estratégia de condescendência, pela denegação simbólica do poder (BARREIRA; BAPTISTA, 2002, p.211-2; BERNARDES; LOPES; SANTOS, 2008).

Ademais, as enfermeiras brasileiras passaram a usar os produtos dos norte-americanos [uniformes, equipamentos, medicamentos, artigos de toalete etc.], o que acabou por influenciar simbolicamente na configuração de sua prática, uma vez que o contato contínuo com o padrão americano tendeu a inculcar disposições as quais determinaram a incorporação de novos signos, ou seja, tudo aquilo englobado na rubrica das maneiras de se comportar, de se vestir, de trabalhar, de se postar; pois, ao longo do tempo, as melhores estratégias acabam por ser adotadas pelos grupos e são incorporadas pelos agentes como parte de seu *habitus* (SANTOS et al., 2008).

⁷⁴ Trecho da reportagem jornalística intitulada *Virgínia Maria Portocarrero serviu na guerra mundial*. Do que se conseguiu identificar desta fonte, encontrada no acervo pessoal da enfermeira destacada na reportagem, é: o nome da coluna, *A entrevistada da semana*, a data da publicação, *8 de dezembro de 1957*, o nome da provável repórter que a entrevistou, *Domiciana*, e o possível nome do jornal, *Shopping Notícias*.

⁷⁵ Trecho de entrevista arquivada no Centro de Memória Dra. Nalva Pereira Caldas da Faculdade de Enfermagem (UERJ).

⁷⁶ As enfermeiras norte-americanas que trabalharam com as febianas tinham patente de coronel, major, capitão e tenente, segundo consta em algumas das fontes consultadas.

Inevitavelmente, o *habitus* das enfermeiras febianas passou por um processo de atualização, que foi fruto, em grande parte, da assimilação de outras culturas, de novas tecnologias para desenvolver o trabalho profissional de enfermagem, de terem trabalhado com equipes norte-americanas preparadas e organizadas para o enfrentamento de situações de guerra. Naquela ocasião, as brasileiras tiveram acesso ao moderno sistema de saúde americano, onde a penicilina, o sangue, a anestesia e os novos aparelhos eram até então desconhecidos. Além disso, nos hospitais de campanha, elas atenderam indistintamente brasileiros, americanos, ingleses, alemães e italianos (OLIVEIRA, 2010, p.887-9).

Assim, não foi somente o choque cultural o que se verificou naquela ocasião, mas também os choques moral, psicológico, ideológico, e, sobretudo, material, com a gente e com as coisas do mundo desenvolvido. As diferenças eram evidentes. Na atualidade, nossos hospitais ainda são fechados por falta de verba, enquanto que há praticamente 60 anos atrás, os americanos mantinham os seus operando na Itália de tal forma que podiam receber mais de 1.000 feridos num dia, sem que faltassem enfermeiras, conforto e comida (NEVES, 1992).

Um pouco do cotidiano desses hospitais pode ser percebido nos seguintes recortes:

Vinham surdos, artérias rompidas, grandes chocados, fraturas diversas, loucos, neuróticos, pés de trincheira e “clínica médica”. Depois de atendidos pelos médicos na sala de operação, eram entregues às enfermeiras que lhes aplicavam o sangue, o plasma e os medicamentos. O trabalho era estafante! A equipe de enfermagem, composta de enfermeiras brasileiras e americanas, sargentos e soldados em ação contínua, não media sacrifício par que o ferido fosse bem atendido (CAMERINO, 1983).

Hospitais de Pisa e Pistóia: combatentes de Camaione, do Vale do Serchio, dos ataques frustrados ao Castello, das vitórias de Castelnuovo, Montese, Zocca! Era a fila interminável de ambulâncias em comboio, trazendo a sua carga de sofrimento. Era o sofrimento no que ele tinha de mais doloroso ao coração. Sofria-se vendo nossos rapazes esmagados, morrendo numa caridosa indiferença proporcionada pelos grãos de morfina do “primeiro socorro”, creio nunca ter rezado com mais sinceridade e fervor: *Senhor! Fazei que se acabe esta guerra. Poupei-nos desse sofrimento sem par!* (MORAES, 1949, p.416).

Parafraseando Portocarrero (2001), por melhor que se procure relatar o trabalho de uma enfermeira nos campos de batalha, sempre se deparam dificuldades para um relato mais preciso. E há que se alertar ao leitor que existe muita história a ser contada sobre isso. Outrossim, não foi dada prioridade neste estudo ao cotidiano dessas enfermeiras na guerra, para o que se necessitaria não só de mais espaço e tempo, como também de reajustes ao desenho desta pesquisa.⁷⁷

No que se refere à atuação da FEB no Teatro de Operações, após um curto período de treinamento e adaptação, os soldados brasileiros iniciaram suas ações contra as defesas alemãs. Durante as primeiras operações [nos últimos meses de 1944], a FEB amargou pesadas derrotas ao tentar conquistar Monte Castelo. Entretanto, passada a fase inicial de “má sorte”, conseguiu tomar o Monte em fevereiro de 1945, e inaugurou uma série de vitórias que passaram a destacá-la expressivamente. Um aspecto marcante foi a rendição alcançada pelos brasileiros de 20.573 soldados germânicos, os quais faziam parte da 148ª Divisão de Infantaria Alemã, que possuía um arsenal de guerra bastante superior e preparo mais aprimorado de seu pessoal em relação à FEB. Além disso, os brasileiros libertaram dezenas de vilas e cidades italianas. Após um período de 239 dias de atividade ininterrupta, a FEB encerrou suas operações na Itália alcançando o mérito de ter obtido inúmeros elogios por parte dos comandantes do Exército Norte-Americano (BRANDI, 2001, p.5.936; LACOMBE, 1979, p.229; MORAES, 2005, p.217-8).

Em julho de 1945, antes mesmo do fim da contenda, enquanto os soldados brasileiros aguardavam seu regresso ao Brasil, o governo, percebendo que a nova visão de mundo dos expedicionários poderia ser incompatível com seu regime ditatorial, resolveu desmobilizá-los, apesar da vontade expressa dos aliados americanos de tentar influenciar a decisão de tornar a

⁷⁷ Sobre a história da atuação das enfermeiras febianas nos hospitais de campanha, destacam-se as seguintes publicações: *E foi assim que a cobra fumou*, de Elza Cansação, *A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial*, de Olímpia de Araújo Camerino, e os relatos de febianas nos tomos 5, 6 e 7, da coleção *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial* (2001).

FEB uma unidade modelo para instrução, reorganização e modernização do Exército Brasileiro. Tal determinação pode ser entendida como resultante de uma preocupação com as prováveis consequências do retorno da vitoriosa e prestigiada FEB ao Brasil, uma vez que os expedicionários poderiam utilizar-se de sua força material e simbólica sobre a estrutura política do país, devido à autoridade e à distinção que reuniram no decorrer das lutas que travaram, e pelas eventuais repercussões políticas que trariam (NEVES, 1992).

Outrossim, com o término da guerra, a FEB, ao invés de constituir-se motivo de orgulho para o Exército e meio de modernização da organização e instrução militar brasileira, tornou-se um incômodo, um estigma. As proibições não demoraram a aparecer, e iniciativas foram tomadas pelo Ministério da Guerra para restringir o impacto da chegada dos expedicionários, a ponto de se proibir que eles comentassem sobre qualquer episódio passado ou presente sobre a FEB⁷⁸. Tal ato de censura, não de segurança, expressa muito mais uma mentalidade sedimentada no alto oficialato brasileiro sobre o caráter e as consequências políticas e militares da FEB do que uma medida efetivamente necessária e exeqüível. Ademais, condicionar qualquer declaração a uma autorização do Ministério da Guerra revela que o único discurso aceitável era o institucional, desautorizando qualquer outro. Não obstante, era de se esperar que, com os expedicionários licenciados e longe dos quartéis, nada poderia garantir o silêncio dos ex-combatentes sobre os episódios de guerra. Na verdade, o objetivo parece ter sido “quebrar o impacto” da chegada da FEB, evitando as declarações que pudessem embaraçar a instituição militar ou envolvê-la nas questões políticas que fermentavam naquele momento (FERRAZ, 2003, p.113-5).

Todas as tentativas de explicação dessa dissolução e desmobilização apressadas são associadas com o processo de crise do Estado Novo e deposição de Vargas. A versão mais comum é aquela que coloca a FEB como uma espécie de vanguarda armada e/ou simbólica da oposição ao Estado Novo. Por este raciocínio, Vargas temeria a volta da FEB, tanto pelo que

⁷⁸ Aviso nº 197-166 (reservado), de 11/06/1945.

ela significava para a população, quanto pelo perigo concreto de uma ação armada dos expedicionários contra o regime (FERRAZ, 2003, p.130; NEVES, 1992).

Entretanto, nem a FEB derrubou Vargas, tampouco este a temia. As maiores resistências à FEB, antes do seu envio e depois, em seu retorno, partiram justamente do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e do chefe de Estado-Maior, Góes Monteiro, que teriam mais a perder do que Getúlio Vargas (FERRAZ, 2003, p.138).

O trecho abaixo, da fala de uma febiana, vem um pouco ao encontro desta idéia, ao ressaltar o modo como foi operada a desmobilização da FEB:

Houve uma revolta grande! Foi muita patifaria o que fizeram com as enfermeiras e com o pessoal da FEB... Até o pessoal de carreira, que continuou na ativa, foi pagar castigo no interior, nas fronteiras (...) Os febianos não podiam andar fardados. (...) O Dutra era fascista, era nazista... Ele seguia a cartilha do Hitler... Aí, todos eles ficaram com medo quando nós voltamos. Houve um pavor geral! (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Qualquer que seja a versão historiográfica escolhida sobre os motivos da desmobilização da FEB, alguns pontos são constantes: a ameaça que representava para o exército que ficou no país esse novo tipo de exército febiano mais liberal e democrático; o medo de que os oficiais febianos pudessem tornar-se a fiel da balança político-eleitoral; mas, principalmente, o temor de que os pracinhas, entre os quais Vargas desfrutava de grande popularidade, pudessem apoiá-lo e empolgar a população para soluções diferentes daquelas do pacto conservador das elites políticas brasileiras para a sucessão de Vargas, através de Dutra ou de Eduardo Gomes (FERRAZ, 2003, p.138-9).

Quando o primeiro navio-transporte ainda estava deixando a Itália, várias censuras foram ordenadas aos expedicionários, como o prazo limite de oito dias para usar uniformes e/ou distintivos da FEB e as restrições a comentários públicos sobre as ações na Itália, antes comentada. Porém, seduzidos com a idéia da volta para casa, a maioria dos pracinhas preferia prestar atenção à aproximação da Baía de Guanabara, e às festas que os esperavam (FERRAZ,

2003, p.139). Desse momento, o trecho que se segue é de importância para se ter um pouco a noção de alguns desses sentidos:

Depois, a melancólica arribada ao porto do Rio: chegar tropa da Itália já era coisa vista e não interessava mais. O desejo insopitável era agarrar a bagagem o mais cedo possível e sumir. E foi assim que, ali, no Armazém 13 do Cais do Porto do Rio, desliguei-me para sempre, melancólica e silenciosamente do que restava da FEB. Ainda envolvi o [navio] *James Parker* num último olhar de pesar e de saudade: ele representava o ponto final numa história de sacrifícios, sem nenhuma paga, a não ser a consciência do dever cumprido (MORAES, 1949, p.418).

Neste recorte, residem vestígios que fazem ver certo descontentamento e pesar sobre a pouca visibilidade que foi atribuída às enfermeiras febianas em seu retorno ao país. E, pelos seus discursos, pouco foi feito para tornar conhecida e reconhecida, oficial e publicamente, a atuação delas. Assim, parafraseando Michelle Perrot (2007), uma mulher que desaparece não representa muita coisa no espaço público.

A insatisfação de uma das febianas com a desmobilização pode ser aqui atestada:

Eu fiquei muito triste porque a minha família é toda de militares, e eu tive um orgulho enorme de ter trabalhado como militar. (...) Mas, depois de passar o que eu passei, fui desmobilizada. (...) Tivemos muitos elogios dos jornais e das pessoas amigas... E, eu vim empolgada com o agradecimento dos meus doentes... Então, eu não me arrependi de ter ido. Eu senti orgulho de ter tratado dos soldados da FEB. (...) [Mas, quando chegamos], nem agradecimento tivemos. Só nos dispensaram. (...) Eu vim embora muito sem graça, porque eu quis e pensei que fosse continuar. (...) [Meu pai] ficou com os olhos cheios d'água, porque ele era "Caxias" demais. E ele disse assim: *Minha filha, você tem seu pai e seu emprego. Esquece isso! Você está feliz por ter ido e ter tratado desses homens. Então, basta isso para preencher este momento.* Foi assim... (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

A desmobilização fez com que as febianas passassem a estar privadas dos títulos e identidades de outrora, de enfermeiras de guerra, de mulheres militares, de oficiais do Exército Brasileiro. Notado em certas proporções, tal ato viria a reafirmar a ordem previamente estabelecida no campo militar sobre a divisão sexual do trabalho, além de abarcar para o grupo certos prejuízos de ordem social, financeira e moral.

Também, o retorno ao lar das enfermeiras febianas acabou sendo consagrado simbolicamente como o retorno das mães, das donas-de-casa, das esposas devotas, cabendo-lhes, neste momento, a retomada das funções advindas do universo feminino. Sobre tal espectro, tem-se o simbolismo que envolveu a atuação de Ana Néri na Guerra do Paraguai (1864-1870) que, após o término do conflito, foi cognominada a *mãe dos brasileiros* pelo Instituto Histórico e Geográfico. Dessa forma, as guerras reiteram as representações mais tradicionais e simbólicas das diferenças entre os sexos. (OLIVEIRA et al., 2009b, p.1.054; CARDOSO, 1996).

Outro recorte, que trata da desmobilização das febianas, é também merecedor de ressalte:

Quando chegamos ao Brasil, já viemos desmobilizadas... Entregamos o material que tinha que entregar e: *Tchau, tchau! Vai embora pra casa!* (...) Aliás, nós todas ficamos muito aborrecidas com a situação, porque era obrigação do Exército nós termos continuado, e não ter jogado a gente na rua... Os hospitais [do Exército] necessitavam de nós, pois já tínhamos um treinamento grande! (...) Não tem uma profissional dessas daqui que tenha conhecimento da metade do que nós tivemos durante a campanha... (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Deste trecho, percebe-se que a enfermeira entrevistada ilustrou enfaticamente o peso e o volume da experiência [de enfermagem militar operativa] que julgou terem acumulado as febianas durante a guerra, em situações de emergência clínico-cirúrgica que exigiram habilidade e prontidão intelectual.

Aliás, a apropriação desse capital específico se constituiu em um instrumento de persuasão para, de certo modo, justificar a viabilidade de sua permanência no Serviço Militar Ativo do Exército, uma vez que, a cada situação, os indivíduos contam com um volume e uma variedade específica de capitais, acumulados ao longo de sua trajetória social, para lhes assegurar determinada posição e prestígio no espaço social.

Assim, apesar da maioria das febianas não ser portadora de diplomas outorgados por escolas de enfermagem reconhecidas como “padrão” à época, o acúmulo e articulação de diferentes tipos de capital [social, cultural, militar e simbólico] em função da participação direta na Segunda Guerra se constituiu em um ganho simbólico para este grupo, quando entrariam na arena das trocas simbólicas e materiais no pós-guerra, o que será tratado adiante.

Ou seja, cada enfermeira febiana que retornou da guerra portou consigo um capital simbólico que as distinguiu das demais enfermeiras do país. Por certo, suas experiências em situações operativas junto ao Serviço de Saúde Norte-Americano em muito se diferenciou das tidas pelas enfermeiras brasileiras que cá ficaram. E, provavelmente, tal assimetria provocou alguma “intempérie” entre estes grupos.

Na construção da reputação das febianas no pós-guerra imediato, o Exército, a despeito da desmobilização processada, garantiu também alguns lucros simbólicos para o grupamento. Exemplo aparente disso é o trecho do texto sugestivamente intitulado *As enfermeiras cumpriram o seu dever*, publicado na revista *Nação Armada*, de julho 1945:

Com o drama internacional e as conseqüências que evidentemente apressou para uma sociedade demasiado saudosista dos esplendores da véspera, não mais se trata de discutir a participação crescente da mulher nas lides antes reservadas ao homem. Sua inteligência e seu trabalho já não constituem um caso à parte, que mereça uma classificação especial, o atributo de um *slogan*. O fato entra naturalmente no rol dos acontecimentos quotidianos, perdendo seu ar isolado de novidade. (...) Seu heroísmo, sua capacidade de ação passam a ser tão habituais que não mais provocam espanto ou considerações.

Este tipo de discurso mostra a instituição (masculina) como responsável pelo abrigo da ofensa e da suspeita de mulheres, que participaram dos trabalhos de guerra nos hospitais de campanha. Apesar de se pôr em aparente defesa à sua capacidade de ação, e até de dar a entender que elas tinham alguma distinção a ser reconhecida, não deixa de ratificar o princípio da inferioridade e dos limites da mulher nos espaços reservados aos homens.

Há que se considerar também que a imprensa pôs em evidência certos méritos da atuação das febianas recém-desmobilizadas. Em *O Jornal*, um dos grandes veículos jornalísticos da capital federal do país, foi publicada uma matéria com o título *Prontas as enfermeiras para novas missões*, onde constou uma entrevista com duas enfermeiras que relataram um pouco de suas impressões da guerra. A reportagem fez acompanhar a seguinte fotografia:



Figura nº 08 – Enfermeiras Antonieta Ferreira e Ilza Meira Alkmin em entrevista ao *O Jornal* (*O Jornal*, 13 de junho de 1945)

Estampadas sorridentemente na foto, estão as tenentes Antonieta Ferreira (enfermeira profissional da Cruz Vermelha) e Ilza Meira Alkmin (voluntária socorrista), ladeadas de um repórter, a quem contaram alguns episódios da experiência que tiveram durante um ano e seis dias no “*front*”, ocasião em que fizeram algumas menções autodefensivas sobre o trabalho do grupo:

As enfermeiras brasileiras não foram aprender com as americanas. É pena que alguns correspondentes tenham mandado dizer que nós não sabíamos nem injeções. É uma afirmativa falsa. Todas saíram daqui com os conhecimentos suficientes. Apenas nos faltava prática na aplicação de penicilina, descoberta muito recentemente, e no sistema de transfusão de sangue empregado, mas, mesmo assim, não foi difícil aprender. Nunca nenhum médico ou enfermeira aliada precisou nos ensinar rudimentos, ou fazer referências a falhas nossas.

O texto jornalístico e a fotografia que o acompanhou, aparentemente despretensiosos, indicam a medida de uma necessidade de honrar a imagem das “patrícias que foram voluntárias para prestarem cuidados aos feridos de guerra”. Sem dúvida, a imprensa é objeto de trocas reguladas, que influencia na tomada de posições. E, guardadas as devidas proporções, foi partícipe da construção de uma imagem algo favorável às febianas. Nesse sentido, é oportuna a apresentação de um trecho desta mesma reportagem, que noticiou, inclusive, a prontidão delas para “futuras missões”:

Acaba de regressar da frente italiana mais uma turma de enfermeiras brasileiras... Durante um ano, estiveram na frente italiana, ajudando com esforço e dedicação a combater o inimigo nazi-fascista até a sua derrota final. Agora, quando se aproxima o regresso dos nossos soldados, as enfermeiras voltam à Pátria, após cumprimento de sua missão, (...) e aguardam as ordens das autoridades superiores, prontas para qualquer missão nova. (...)

Outra reportagem, publicada um mês depois, fortaleceu alguns argumentos de que elas deveriam ser aceitas pela sociedade e amparadas pelo Estado:

As enfermeiras do Brasil compreendem que a guerra teve um sentido, que seu esforço não se perdeu e que foram combatentes pela liberdade, e que, por isso, contribuíram para as primeiras liberdades do nosso povo. (...) Elas vão voltando aos seus lares. (...) Podem orgulhar-se de que lutaram pela Pátria contra o fascismo, e o povo quer vê-las fardadas. A farda que elas souberam conquistar, socorrendo os feridos, animando os pracinhas nas neves da Itália. O povo quer vê-las protegidas pelo Estado. A farda distingue os heróis da Pátria. É a medalha maior do combatente. São as queridas enfermeiras do povo que lutaram pelo povo e de quem não se pode tirar o seu uniforme de guerra. A FEB é um exército de época difícil. Não só o

pracinha deve usar a sua gloriosa farda nas datas cívicas, mas também as enfermeiras. Elas fazem parte do exército que venceu o fascismo.⁷⁹

Este fragmento provém de um dos mais importantes diários do Partido Comunista do Brasil, de ampla tiragem diária, que fazia parte de um tipo de imprensa que burlava a censura prescrita pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas. Aliás, nesta época, os comunistas defendiam amplamente o fim do Estado Novo, e posicionavam-se contrários à forma de atuação dos líderes do Exército, como, inclusive, é constatado nas entrelinhas do fragmento destacado (FAUSTO, 1999; RUBIM, 1995; OLIVEIRA et al., 2009b).

Assim é que tais reportagens, além de trazerem em seu bojo as idéias preconcebidas sobre a divisão hierarquizante do mundo social em masculino e feminino, também serviram para encetar algumas estratégias que favoreceriam argumentos para o início de um processo de reinclusão de fbianas no Serviço Militar Ativo do Exército.

A título de curiosidade, nos Estados Unidos, logo apo o término da guerra, existiam 266.256 mulheres norte-americanas militarizadas. A maior parte delas foi desmobilizada com a cessação das hostilidades, no entanto, algumas permaneceram regidas por estatuto temporário. Foi por isso que o Departamento da Defesa solicitou ao Congresso que as mulheres, a partir de então, fossem admitidas por completo nas forças armadas através da chamada *Lei de Integração das Mulheres nas Forças Armadas*, de 17 de junho de 1948. As enfermeiras, por sua vez, foram integradas antes, por uma lei de 1947, no Exército e na Marinha, e por uma de 1949, na Força Aérea. A partir de então, as enfermeiras norte-americanas tomariam parte em todas as expedições ultramarinas, seja na Guerra da Coréia

⁷⁹ Trecho da matéria intitulada *As enfermeiras compreendem que a guerra teve um sentido*, que foi publicada no jornal Tribuna Popular, em 12/07/1945.

(1950-1953), onde elas serviram nos Hospitais Cirúrgicos Móveis do Exército (MASH⁸⁰), seja no Vietnã (1946-1954) (CAIRE, 2002, p.101, 211-2).

Com efeito, a enfermagem militar (dos Estados Unidos), que, como no passado, não estava mais restrita ao âmbito do Teatro de Operações em apoio meramente simbólico, mas de aparato técnico ao mecanismo tático e estratégico em atividades de higiene, evacuações, tratamento e recuperação do soldado, tenderia a ganhar um conceito renovado, cuja amplitude e importância, com o passar dos tempos e registros da memória da profissão, seriam razoavelmente fáceis de conceber. Por isso a emergência de uma enfermagem militar preparada, principalmente no pós-Segunda Guerra, ganharia especial atenção (DONAHUE, 1985).

No Brasil, o aproveitamento de mulheres em tempo de paz para o exercício de funções técnicas (principalmente, de enfermagem), passou a ser alvo de algum ou outro debate no pós-guerra, mas de modo restrito e discreto⁸¹. Apesar dos contragostos e de um ou outro apoio, o fato é que a figura tipo de *enfermeira militar*, que se constituiu num regime ditatorial, fundou as bases para o discurso de defesa da necessidade em se ter uma reserva de enfermagem militar feminina em prontidão no campo do Exército Brasileiro; em contrapartida, apesar de constituída em uma ditadura, esta figura tipo se faria instituída num regime democrático. Sem dúvida, tal intento não seria fácil de se pôr concreto. E, nesse ínterim, e com base inclusive nas iniciativas norte-americanas, algumas estratégias foram moldadas pelas enfermeiras febianas numa tentativa de serem reaproveitadas no Exército, no pós-guerra, como será analisado no próximo capítulo.

⁸⁰ Com o mesmo nome, foi lançado premiado filme norte-americano sob a direção de Robert Altman, em 1970.

⁸¹ Bom exemplo disso são os dois primeiros congressos brasileiros de medicina militar, cujas discussões serão ainda tratados neste estudo.

CAPÍTULO II

Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira em ‘tempo de paz’: as estratégias para a reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército

“Quando não há guerra, é entre guerras, é pré-guerra, é pós-guerra, mas sempre mobilização em torno da guerra” (CYTRYNOWICZ, 2002, p.13); ou seja, é dubitável a aplicação prática da idéia de que existe paz em sentido estrito. Por essa vertente é que passaria a existir, no pequeno universo das enfermeiras da FEB, após aquela guerra aberta que tomaram parte, outra “guerra” de caráter mais particular e até simbólico em relutância à exclusão que adveio de sua recente desmobilização, a qual abreviou sua permanência no Exército, para o quê se aproveita o parecer de Perrot (2005, p.446) de que

a guerra é, em suma, geradora de frustrações, na medida em que ela fecha as saídas que se entreabriram ou que ela mesma abria. Assim, ela contribui para aumentar a tensão entre os sexos, a consciência que cada um deles tem de si mesmo. A longo prazo, ela estimula o feminismo futuro.

Como foi visto no primeiro capítulo, a aparição e atuação pública deste primeiro grupamento feminino de enfermagem do Exército trouxeram embutidas, a despeito dos estereótipos e resistências sentidas, a superação dos seus próprios limites, o que forjou nelas um espírito combativo de que iriam dar provas mais tarde, virtude esta que seria posta em alinhamento com a idéia de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército, que passou a povoar suas mentes.

Por seu turno, quebrar o núcleo aparentemente duro que bloqueava a possibilidade deste intento não seria tão fácil. Além do que, há que se considerar que o número de enfermeiras febianas que se mostraram inicialmente interessadas em serem reaproveitadas parecia ser bem pequeno. Em contrapartida, as enfermeiras que se dispuseram a “lutar” mobilizariam algumas estratégias, que passam a ser abordadas neste capítulo.

Como as especificidades de cada situação estratégica só se tornariam inteligíveis se analisadas em seu conjunto, buscou-se analisar, quando foi possível, desde as mais expressivas e supostamente mais eficazes até as aparentemente singelas. Dessa forma, na

esteira da História das Mulheres, este segundo capítulo valeu-se também do que parecia, *a priori*, sem importância, diminuto, e simbólico.

Finda uma guerra, é esperado pelos militares o “bem nos quer”, ou seja, a acolhida, o aceite, a aprovação, o louvor, a celebração, enfim, a distinção. Aliás, é próprio da cultura militar o uso de elogios que distinguem aqueles cumpridores da missão, merecedores das honrarias e das atenções nos desfiles de suas vitórias.

O tom singular dos elogios militares, com seus códigos bem moldados, deixa ver um encanto de um instante, e incute nos elogiados sentimentos e idéias que visam, no final das contas, a preservação dos valores e do estado das coisas militares. Por certo, os dominantes legitimam a dominação por meio da produção simbólica que os elogios, por exemplo, outorgam.

Nas relações sociais e culturais nem todos os grupos têm o mesmo “poder de identificação”, ou seja, nem todos os grupos têm a mesma autoridade de nomeação e autonegação (CUCHE, 2002, p.186). Somente o grupo que sustenta os processos simbólicos e materiais de produção da alteridade pode impor as suas próprias definições. Dessa forma, os sistemas simbólicos cumprem sua função como instrumentos de imposição ou de legitimação de dominação – violência simbólica –, reforçando, conseqüentemente, as relações de forças expressas nos jogos sociais (BOURDIEU, 2006). Assim, os elogios e as honrarias conferem um poder aos agraciados e um poder sobre os agraciados.

A título de exemplificação, em trecho do livro-testemunho *A FEB pelo seu comandante* publicado em 1947, de autoria do recém-promovido a marechal de Exército João Baptista Mascarenhas de Moraes⁸², está a indicação glamourosa de que: para a conservação da impoluta tradição das armas brasileiras, rica de sacrifícios e pontilhada de glórias imarcescíveis, era necessário o cuidado do estado moral da tropa, além da parte técnica, e que,

⁸² Após o fim da guerra, Mascarenhas de Moraes foi promovido a marechal de Exército em 1946, por ato do Congresso Nacional, e recebeu o comando da 1ª RM na então capital brasileira, Rio de Janeiro (MORAES, 2005).

seria injusto deixar no esquecimento os nomes dos bravos que, pelo desprendimento, pelo esforço, pelas altas qualidades de rigidez de caráter e vero patriotismo, tornaram-se verdadeiros símbolos para a tropa em luta no continente europeu, e quiçá para a Nação Brasileira. Neste comenos, o ex-comandante da FEB não deixou de lembrar o nome das 67 enfermeiras (MORAES, 2005, p.291-2). E, sobre elas, registrou algumas elogiosas opiniões suas, expondo que as enfermeiras fizeram

de sua atuação na campanha um verdadeiro sacerdócio, enfrentando a dura e dolorosa realidade dos hospitais de guerra, com bravura, estoicismo e dedicação; transportadas para uma vida completamente diferente daquela a que estavam acostumadas, plena de sacrifícios imensos e trabalhos sem fim, produziram o melhor dos seus esforços para conceder ao soldado ferido, além da assistência médica, uma atenção carinhosa, que lhe transmitisse um pouco de ânimo nos transe dolorosos que curtiavam. Foram verdadeiras heroínas anônimas e obscuras, trabalhadoras silenciosas, de dedicação sem limites (MORAES, 2005, p.296-7).⁸³

Este elogio, por ter sido professado e registrado por um marechal, porta-voz autorizado e mandatário legítimo do poder institucional do Exército, investiu às febianas o valor consagrador de sua participação na guerra, pois o efeito simbólico das palavras consagradoras depende da posição social de quem enuncia, uma vez que o porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes, “na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (BOURDIEU, 1998, p.89). Assim, esse lucro simbólico atribuiu uma essência ao ser e ao fazer daquelas enfermeiras, além de tê-las identificado positivamente tanto no aspecto pessoal, e, de certa forma, também no profissional.⁸⁴

Além dos elogios, as enfermeiras febianas receberam um diploma honroso, que legitimou sua situação de componentes da FEB em operações de além-mar. Tal concessão, nas próprias palavras de Mascarenhas de Moraes, deveu-se ao “magnífico trabalho executado,

⁸³ O grifo é meu.

⁸⁴ No mesmo livro, está a transcrição de outro elogio do próprio comandante da FEB às enfermeiras (MORAES, 2005, p.320). A versão original está publicada no BI nº 45, de 14/02/1945, da 1ª DIE.

além do patriotismo em deixarem a Pátria para se irmanarem às incertezas e sofrimentos dos seus irmãos combatentes”.⁸⁵



Figura nº 09 – Diploma honroso da 2º tenente enfermeira Ligia Fonseca, 1945 (Casa da FEB, Belo Horizonte)

A concessão de um diploma (mesmo que apenas honroso) dá ao seu portador a possibilidade de exigir benefícios materiais e simbólicos. Não obstante, na definição tácita do diploma, ao assegurar formalmente uma competência específica, está a garantia da posse de uma distinção, tanto mais ampla e extensa quanto mais prestigioso for este documento; ao

⁸⁵ Este diploma só foi recebido pelas enfermeiras da FEB na ocasião de seu afastamento do Serviço Ativo, devido ao fato delas não estarem enquadradas entre os que foram convocados para o Exército após o término da guerra, como aconteceu com alguns oficiais. O mesmo tipo de diploma foi também recebido por funcionários do Banco do Brasil, que foram destacados para a agência que funcionou junto à Força Expedicionária (MORAES, 2005, p.296-7).

mesmo tempo, é impossível fazer qualquer exigência material sobre o que ele garante, formal e realmente. Guardadas as devidas proporções, este efeito de imposição simbólica garante uma competência que se estende muito além do que, supostamente, é garantido por eles, fazendo com que seus portadores sejam intimados a assenhorear-se realmente dos atributos que, estatutariamente, lhes são conferidos (BOURDIEU, 2007a).

Tal efeito se exerce através das aspirações, da auto-imagem, da auto-estima, que as honrarias investem nos indivíduos sobre o valor de suas posições. Também, as diferenças oficiais produzidas pelas honrarias tendem a fortalecer diferenças reais, ao produzirem nos agraciados com diplomas, a crença, reconhecida e defendida coletivamente, nas diferenças (BOURDIEU, 2007a).

Em adição a isso, a titulação, mesmo que apenas honrosa, de *oficial enfermeira da FEB*, guardou alguma eficácia quando impôs um dever-ser às enfermeiras, que tenderiam a corresponder ao papel que a instituição militar iria esperar delas (mesmo desmobilizadas). Entretanto, há que se mencionar que nem sempre tal adesão foi observada, pois, na contrapartida, algumas declarações desfavoráveis à instituição seriam, mais tarde, proferidas por algumas delas.

Não obstante, pelos escritos e pela concessão de um diploma honroso às enfermeiras febianas por parte do ex-comandante da FEB, fica explicitamente manifesta a idéia de que existia mesmo algum reconhecimento favorável dele em relação ao grupo, ou, pelo menos, à boa parte dele. Esta constatação ganha reforço também nos textos fotográficos como o que se segue, onde mostra a figura de um marechal de Exército (em destaque) que se colocou concretamente do lado delas.



Figura nº 10 – As enfermeiras febianas e seus ex-comandantes em solenidade no Clube Militar, 194[?] ⁸⁶ (Acervo da FEB, Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro)

Na fala das enfermeiras da FEB e nos seus registros escritos não há nota que desabone a figura do comandante da FEB. Geralmente, ao se referirem a ele, evocam qualificações meritórias que deixam ver que existia alguma admiração e respeito. Sobre isso, serve de exemplo a fala abaixo:

Ele era uma criatura que você olhava e sabia que tinha uma força tremenda. Era sisudo e sério, mas quando a gente se aproximava, era um pai. Uma ternura de pai! (Isabel Novaes Feitosa) ⁸⁷

Nesta foto do pós-guerra imediato, cujo cenário foi o do Salão Nobre do Clube Militar, está presente uma razoável parcela de febianas, 20 das 67 que participaram da guerra ⁸⁸.

⁸⁶ Apesar de não haver informação escrita sobre a data desta fotografia, das entrevistas realizadas com duas enfermeiras que se fizeram presentes nesta foto, há concordância de que o registro foi feito logo após o término da guerra.

⁸⁷ Trecho de entrevista arquivada no Centro de Memória Dra. Nalva Pereira Caldas da Faculdade de Enfermagem (UERJ).

Sentados, à frente e ao centro, estão o marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes e, mais à direita, o general Emmanuel Marques Porto⁸⁹, este, chefe do Serviço de Saúde da FEB e outro aliado importante nas causas dessas enfermeiras.

Uma enfermeira esclarece que esta foto foi feita

durante uma comemoração no Clube Militar. (...) Todos [na foto] participaram da FEB. (...) Deve ser uma solenidade do Dia da Vitória, de 8 de maio. (...) Geralmente, fazíamos um banquete onde o marechal falava... [O grupo estava coeso]... (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

A fotografia em questão torna possível ver que, apesar da desmobilização, que faria com que o Exército se distanciasse mais dessas enfermeiras, elas não deixaram de acumular capital social/simbólico, mediante o contato continuado com seus ex-chefes no pós-guerra, o que, por certo, franqueou-lhes a possibilidade de suas presenças em alguns cenários militares de relevância social e política, como o do Clube Militar⁹⁰, tradicional agremiação das Forças Armadas e bastidor de importantes decisões políticas, localizado na capital federal do país.

Com efeito, a imagem fotográfica bem atesta a promoção e manutenção do vínculo delas com as coisas do mundo militar, o que bem se conjuga com o seguinte fragmento:

Nós fazíamos muita festa no Clube Militar. Sempre éramos homenageadas. O Clube Militar sempre nos prestigiou, seja antes ou depois da guerra. (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

⁸⁸ De acordo com a enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, as enfermeiras da foto, da esquerda para a direita, são: *Sentadas* – Altamira Pereira Valadares, Elza Cansanção Medeiros, Olímpia de Araújo Camerino, Gemma Imaculata Ottoligrano, Ondina Miranda de Souza, Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, Maria José Vassimon de Freitas (?), Dirce Ribeiro da Costa Leite (?) e Isabel Novais Feitosa. *De pé* – Maria José Aguiar, (não identificada), Novembrina Augusto Cavaleiro, (não identificada), Helena Ramos, Maria Belém Landi, Jurgleide Doris de Castro, Sílvia Pereira Marques, Maria do Carmo Correa e Castro, Lúcia Osório e mais uma (não identificada).

⁸⁹ Cabe mencionar que o general Marques Porto foi quem se preocupou em conceder às febianas o posto de 2º tenente e fardamentos de serviço mais adequados e dignos durante a guerra, no Teatro de Operações.

⁹⁰ O Clube Militar foi fundado em 26/06/1887, na época do Segundo Reinado. Adquiriu expressão nos anos que se seguiram ao fim da Guerra da Tríplice Aliança, quando os militares do Exército passaram a pleitear maior espaço no cenário político do país. Funcionou como uma espécie de porta-voz da oficialidade, papel que manteve durante a República Velha (TAVARES, 2009, p.13).

Esse capital social/simbólico que elas buscavam acumular serviu, inclusive, para que passassem a pleitear a materialização do reconhecimento que julgavam devido a elas mesmas, por sua participação nos hospitais de campanha. Tanto assim que, em ofício dirigido ao ministro da Guerra, em novembro de 1945, Mascarenhas de Moraes chegou a solicitar a efetivação das enfermeiras da FEB no Serviço de Saúde do Exército. Conforme mencionam as enfermeiras Olímpia de Araújo Camerino e Jacyra de Souza Góes (1954, p.579), foram estas as palavras do ex-comandante da FEB nesse pleito:

Considerando os humanitários e patrióticos serviços desempenhados com abnegação e apreciável eficiência pelas enfermeiras da FEB, conforme atestam seus chefes diretos e por mim assim reconhecidos, julgo-me no dever de remeter à consideração e julgamento de Vossa Excelência o caso em apreço.

As mesmas enfermeiras relatam que, ao ser consultado, o diretor de Saúde do Exército à época, general João Afonso de Souza Ferreira, deu o seguinte despacho: “a efetivação das enfermeiras seria um ato de plena justiça que viria prestigiar o Serviço de Saúde do Exército” (CAMERINO; GÓES, 1954, p.579). Mas, controvertidamente, outra enfermeira manifestou o seguinte:

[Alguns ex-chefes nossos tentaram], mas não conseguiram nada, porque o diretor de Saúde do Exército [o general Souza Ferreira], não aceitou. Era o diretor de Saúde quem mandava... (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

A constatação do envolvimento desses chefes neste pleito é reforçada com a fala de uma delas:

[O general Marques Porto sugeriu que as enfermeiras da FEB permanecessem na ativa]. Ele apresentou qualquer coisa nesse sentido, mas não foi levado à frente por causa do machismo... (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Como se depreende da foto e das falas, aqueles que possuem menor capital se submetem aos que o têm em maior amplitude, pois o campo de forças limita sua entrada nos jogos sociais. Nessa vertente, Bourdieu (2006, p.145) assinala que “na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, os agentes detêm um poder à proporção de seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo.”

A despeito do aparente (e suspeito) interesse e apoio dessas autoridades militares, tais medidas e apreciações não chegaram a exercer o efeito desejado naquele momento, e como causa bem provável disso esteve justamente o que apontou o discurso das enfermeiras entrevistadas: os mecanismos da dominação masculina. Aliás, na ocasião da convocação dessas enfermeiras, não chegaram elas a oferecer um risco tão acentuado para a “feminilização” do espaço militar, uma vez que o estatuto das forças não-combatentes do pessoal que integra os serviços de saúde militar em tempo de guerra sempre permitiu que as mulheres estivessem presentes nas frentes de batalha, e compartilhassem os perigos e os sofrimentos dos combatentes. No entanto, a mesma permissividade poderia causar prováveis “desajustes” em tempo de paz (OLIVEIRA, 2007, p.135-6). Ademais, a idéia de “fazer carreira” no Serviço Militar, soava, para as codificações da época, como pouco feminina e até deslocada. De uma forma ou de outra, esta visão aparentemente idílica, de que os chefes militares gostariam que elas fossem mesmo reaproveitadas, teria seus embaçamentos.

Nem só de aliados se fazem os jogos sociais, mas de opositores também. Aliás, se de fato as febianas tinham uma oponente declarada, esta foi Carmela Teles Leite Dutra, esposa do ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra na época da mobilização (1944-1945), e futura primeira-dama da Nação (1946), que, por sua devoção religiosa, era chamada de *dona Santinha* (KOIFMAN, 2002, p.382). Tal constatação é notória no trecho do testemunho a seguir, que descreve um incidente que envolveu a Comissão de Assistência às Enfermeiras da

FEB ⁹¹ e seu esforço para prestar algum apoio às febianas, ainda antes de seu embarque para a guerra:

(...) Foi com essa Comissão que ocorreu um episódio digno de nota como revelação do meio ambiente onde tínhamos que nos mover. Para dar maior relevo às suas atividades, como é usual nessas ocasiões, a Comissão resolveu convidar uma dama da alta sociedade para a Presidência de Honra e, balanceadas as conveniências, a escolha recaiu na esposa do então Ministro da Guerra, atarefado na organização da FEB. Duas moças foram escaladas para comunicar à eleita a distinção de que fora alvo. A distinguida, porém, recebeu as moças da Comissão na porta da rua e foi logo dizendo que em absoluto não aceitava, que era contra o fato de mulheres entrarem no Exército, e quanto mais para tomarem parte direta na guerra, que evidentemente não eram moças que prestassem as que já faziam parte da FEB e por aí afora... Recebidas na porta da rua, da porta da rua mesmo voltaram. Voltaram – por que não dizer? – cabisbaixas e amarguradas. (MORAES, 1949, p.411)

Assim é que as intempéries entre as febianas e Dona Santinha aconteceram mesmo antes do embarque para a guerra, o que bem exemplifica a dificultosa inclusão daquelas mulheres ao meio militar, quando chegaram mesmo a ser marginalizadas neste processo. Tal afirmação pode ser confirmada pelo próximo relato:

Enquanto a Dona Santinha foi viva, nós não tivemos nada! Ela era viúva de um parente do meu pai... Certa vez, ela disse na casa do ex-cunhado dela que as enfermeiras da FEB eram prostitutas que iam para a guerra “fazer a vida”. Ora, ganhando só 520 mil réis! 520 mil réis para enfrentar uma guerra! Mesmo que fosse uma prostituta... Só na cabeça doentia de uma mulher como ela! A sobrinha dela ficou brava, e gritou e brigou com ela em nossa defesa. Foi um “bafafá” danado dentro de casa por causa dessa história! (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Após o término da guerra, os desafetos continuaram. Ao ter sido questionada sobre os responsáveis pela desmobilização das febianas, a enfermeira Elza Cansanção Medeiros manifestou o seguinte: “É, essa tal de Dona Santinha e o Dutra fizeram toda a maldade que você encontrar da época. Pode botar... dizer logo: Foi Dutra e Dona Santinha!” E, ao ter sido ainda questionada sobre o reaproveitamento delas nos hospitais militares no pós-guerra, a

⁹¹ Comissão dirigida por Mabel Shaw, diretora do Posto 23 da Cruz Vermelha, no Largo da Glória, e integrada por moças da sociedade carioca (MORAES, 1949, p.410-1).

mesma enfermeira respondeu: “Todo mundo tentou fazer isso, mas a Dona Santinha não permitiu... Não foi à frente porque ela não deixava!”. E continua:

Ela não deixava a gente voltar, porque tinha ódio da gente. Ela controlava tudo! Ela prejudicou a todos! Não foram só as enfermeiras, não. Ela fez o Dutra criar uma lei em que o oficial não podia casar como aspirante, mas só como 1º tenente. Isto porque ela não queria o casamento do filho com a filha do gerente do Hotel Brasil. Então, ela fez o Dutra criar esta lei, que perdurou por anos e anos... O pessoal casava escondido, e não registrava casamento, e, quando era transferido, não podia levar a mulher. Olha! Foi uma zorra! O que esta mulher fez de ruindade vocês não podem imaginar! Ela conseguia tudo... (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Elza pontua outra “intempérie”:

No final da guerra, vinte e quatro de nós foram promovidas dois postos acima por merecimento. (...) O general Mascarenhas mandou botar as estrelas ainda na Itália. Nós voltamos com as estrelas de capitão. E, quando chegamos aqui, o Dutra cassou a promoção. (...) Nós descemos de capitão para segundo tenente quando chegamos aqui no Brasil. (...) Foi o Dutra, foi o Dutra... (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Do exposto, vale a menção de Ferraz (2003, p.138) para a idéia de que Dutra nunca havia manifestado apreço pelo envio da FEB à guerra; já candidato a presidente, dirigiu o processo de retorno dos expedicionários assinando medidas que significaram o amortecimento do impacto político de sua volta ao país; e na sua gestão presidencial, nem os febianos militares, nem os civis (caso das enfermeiras febianas), tiveram apoio ostensivo ou concreto. E, ainda, o mesmo autor reafirma a grande influência que a primeira-dama tinha na gestão do marido.

Coincidência ou não, três anos depois da morte de dona Santinha, foi promulgada uma lei⁹² que iria conferir às febianas o título de *oficiais da reserva de 2ª classe do Exército*, o que iria favorecer melhores argumentos para uma possível reinclusão delas no Serviço Militar Ativo da Força, conforme será analisado mais adiante. Assim, guardadas as devidas

⁹² Trata-se da Lei nº 1.209, de 25/10/1950.

proporções, é que certos desafetos e argumentos desfavoráveis chegaram a dificultar a possibilidade de reinclusão delas no Serviço Ativo do Exército, pelo menos naquele momento.

Outrossim, esses constantes embates revelam que, na luta pelo monopólio da legitimação de um grupo no espaço social e no campo em disputa, decorre a imposição de uma visão de mundo, que se pode dar mesmo por meio das afrontas de caráter pessoal e do insulto. Portanto, tornar reconhecida a representação simbólica de certo grupo social torna-se um meio para se compreender o poder que ele tem (ou que ele não tem).

Na “guerra” que foi travada para convencer que as febianas não foram apenas “mulheres que seguiram soldados no *front*”, é de interesse o ressalve de que elas se justapuseram às coisas religiosas. A despeito de sua fé, as aproximações com a prática cristã teriam servido de apoio para amenizar as oposições por elas sofridas nessa estada no campo do Exército, quando vincularam suas identidades de enfermeira de guerra às coisas sagradas.

Sendo assim, com o término da guerra, algumas febianas encarregaram-se de se fazerem partícipes de uma cerimônia religiosa de ação de graças pela sua participação na guerra. Sobre isto, uma delas ratificou que: As primeiras que voltaram, rezaram uma missa na Candelária. (...) [A religião da maioria das enfermeiras] era a católica. (Enfermeira Hilda Ribeiro).⁹³

Esta missa foi celebrada por intermédio da Comissão de Assistência às Enfermeiras da FEB através da Cruz Vermelha Brasileira. O trecho abaixo corrobora tal assertiva:

[Durante a guerra], a Cruz Vermelha tinha vários postos. (...) O Posto 23 era o “Posto Madrinha das enfermeiras da FEB”. Tudo que se relacionava com as enfermeiras: presentes que recebíamos no *front*, essas coisas, tudo era recolhido através do Posto 23, que dava assistência a nós... Foi a Cruz Vermelha quem fez esse trabalho... Na guerra, a Cruz Vermelha dava apoio e assistência ao combatente, não só para a parte médica, mas também com apoio moral. O nosso posto, o das enfermeiras, ficava ali na Glória, no Castelinho.

⁹³ Trecho de entrevista arquivada no Centro de Memória Dra. Nalva Pereira Caldas da Faculdade de Enfermagem (UERJ).

Ora, a iniciativa de se celebrar esta missa se justifica pelo fato de que boa parte das enfermeiras febianas professava a religião católica apostólica romana. Além disso, o grupamento foi composto em sua grande maioria por moças formadas pela Cruz Vermelha nos cursos de Samaritanas e de Voluntárias Socorristas, cursos que faziam prevalecer a observância de valores morais e religiosos, e que, por extensão, se esmeravam para construir uma identidade visual (estética) para suas alunas que tivesse boa sintonia com as representações de uma enfermagem que possuísse um cunho religioso.

Nesse sentido, a confirmação de uma imagem associada à religião poderia conferir alguma espécie de lucro para as enfermeiras. Esta idéia pode ser conjugada com o conteúdo da próxima fotografia, que registra alguns aspectos curiosos e de evidente caráter simbólico: *o momento*, que se mostrou distinto e emblemático por coincidir com o término da Segunda Guerra e com o retorno das enfermeiras febianas ao país; *a ocasião*, que se fez pomposa para a aparente singeleza de sua razão: de ação de graças pela atuação que tiveram na guerra, pomposa também pelo número e representatividade das pessoas que se fizeram presentes; e, por último *o local*, pois tal ritual se fez na principal igreja da capital federal do país: a da Candelária.



Figura nº 11 – Missa de Ação de Graças, Igreja de Nossa Senhora da Candelária, 1945 (Acervo da FEB, Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro)

O registro fotográfico evidencia as marcas simbólicas de um ritual que contemplou a prescrição de um ordenamento das pessoas no espaço religioso: à frente estavam os porta-vozes especializados do poder sagrado, as autoridades eclesásticas, seguidos das enfermeiras febianas, em destaque pelas circunstâncias da celebração, entre outros agentes (civis, militares de alta patente, religiosas e voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea).

Estiveram presentes o arcebispo da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, o presidente da Cruz Vermelha, general Sebastião Ivo Soares, o diretor de Saúde do Exército, general João Afonso de Souza Ferreira, além de outros representantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, e de membros da Legião Brasileira de Assistência e da Comissão de Assistência à Enfermeira da FEB, afora outros convidados. Após a leitura do evangelho, o monsenhor Leovigildo Franca, capelão da FEB, pronunciou brilhante sermão, como constou numa nota jornalística que noticiou a cerimônia. Percebe-se,

portanto, que houve um movimento favorável de autoridades civis, militares e eclesiásticas em se fazerem presentes nesta celebração.

Eu me lembro desta missa... Foi muito bonita. Nós todas nos abraçamos e recebemos muitos cumprimentos. A missa nos tocou bastante. (...) Foi a nossa despedida do Exército. (...) Ainda estávamos fardadas, (...) com o uniforme que trouxemos da guerra. (...) Todas nós tínhamos orgulho de botar aquela farda! (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

O uso pelas enfermeiras recém desmobilizadas de suas fardas evidencia uma estratégia de resistência de se fazer ver, de se fazer crer e de se dar a reconhecer mediante a utilização deste signo exterior ao corpo, que, associado aos signos incorporados, como as maneiras de agir e de falar, enfim um *habitus*, tendem a evocar e reforçar a existência de uma identidade de “enfermeira militar” (BOURDIEU, 1998, p.103; OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Assim é que este ritual, para o bem do grupo, possibilitou a reafirmação de um discurso patriótico que se fez fortalecido pelo trabalho voluntário que ofereceram ao bem comum; ao tempo que se exprimiu, através do discurso religioso, o exercício por elas de uma prática cristã que viabilizou algum lucro no sentido de consagrar a boa fé daquelas enfermeiras. Ou seja, pelo discurso patriótico e religioso se incitou a construção, mesmo que circunscrita pelo ritual, de uma imagem de enfermeira de guerra honrada e altruísta, o que, de certa forma, serviria para conferir alguma eficiência simbólica à sua aparição no mundo público.

Por isso é que este ritual não serviu apenas para a ação de graças das enfermeiras da FEB. Ademais, a fala abaixo faz algum nexo com as ilações apresentadas:

Quando nós voltamos da guerra, as pessoas sempre ficaram com o pé atrás por termos vivido no meio de homens... Sempre aquela idéia de que a gente tinha se comportado mal... Mas, depois, começaram a reconhecer o nosso trabalho, por causa das homenagens que recebemos. As poucas, muito poucas homenagens... Com o tempo, passou a haver um pouco de reconhecimento... (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Por outro lado, como assinalado pela entrevistada, o caráter “sucinto” das homenagens dirigidas às febianas no pós-guerra também pode ser explicado mediante a compreensão de que elas fizeram parte de um exército cujos líderes (simpatizantes do nazifascismo) de tudo fizeram para não só desmobilizar, como também despolitizar os expedicionários, antes mesmo de seu retorno ao Brasil. A luta dos ex-combatentes no pós-guerra não seria nada fácil. Assim é que, após 1945, uma série de leis foi criada no país para atender e abrandar as pressões que surgiram com a desmobilização e o retorno da FEB.

No entanto, verificou-se uma razoável demora em legislar sobre as necessidades desses ex-combatentes que, voluntariamente ou não, deixaram no Brasil família, amigos, emprego e um estado emocional que jamais seria recuperado. Assim, acompanhar a trajetória dessas leis é fundamental para se compreender algumas posturas posteriormente assumidas por grande parte dos expedicionários (BARCELLOS, 1965; MELLO, 1978).⁹⁴

Nesse sentido, sobre o processo de reinclusão das enfermeiras febianas no Serviço Militar Ativo do Exército, ponto de interesse desta pesquisa, um aspecto deve ser considerado: o de que suas estratégias foram moldadas, em dadas circunstâncias, em sintonia com a luta de ressocialização dos veteranos da reserva da FEB.

Ademais, após o término da guerra duas alternativas emergiram como possíveis para a resolução dos problemas dos veteranos, de curto e longo prazo. Uma delas, mais contestadora, visava conquistar os direitos e benefícios dos ex-combatentes, bem como manter a chama da memória expedicionária através da intensificação dos conflitos sociais e de classe. Outra, mais conservadora, entendia que a melhor política era não enfrentar o Estado, mas conseguir os benefícios através de negociação com seus representantes, sem enfrentamentos e sem qualquer conotação “esquerdista”. A via conservadora venceu, e foi mantido um padrão de

⁹⁴ Para um aprofundamento sobre os problemas de ressocialização dos ex-combatentes brasileiros após o término da Segunda Guerra, consultar a tese de doutorado *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira: 1945-2000*, de Francisco César Alves Ferraz.

ação política em que os direitos sociais requeridos pelos cidadãos-soldados sempre apareceram como uma concessão das autoridades (FERRAZ, 2003, p.8).

Exemplo disto foi a publicação do Aviso nº 1.052, de 15 de agosto de 1946⁹⁵, que chegou a ser noticiado no mês seguinte na revista *Anais de Enfermagem*, em nota intitulada *Preferência para as enfermeiras da FEB para as vagas dos hospitais militares*, nos seguintes termos:

Tendo em vista os serviços prestados pelas enfermeiras que serviram na FEB durante a última guerra, o ministro Góis Monteiro encareceu a “todas as autoridades administrativas do Serviço de Saúde do Exército a conveniência de se dar preferência a essas enfermeiras, no caso de nomeações para as vagas que se derem nos hospitais militares e repartições congêneres (...)” (Anais de Enfermagem, 1946).

Este encarecimento do general Góis Monteiro, pelo qual as febianas poderiam ser contratadas como “civis” pelo Exército, foi qualificado como “um ato de justiça” pela enfermeira Olímpia de Araújo Camerino, que também referiu que, na época de sua publicação, o Aviso passou despercebido no tumulto daqueles dias, convulsionados pelos acontecimentos políticos e policiais.⁹⁶ Sobre o tal Aviso, ela escreveu algumas palavras em autodefesa do grupo de febianas:

Destacamo-lo da rigidez das publicações oficiais, pelo alto sentido humano que ele encerra e por esse testemunho, entre tantos outros, de que o nosso Exército conserva em sua pureza as virtudes e os sentimentos mais profundos do povo brasileiro, solidário com os nossos sacrifícios e atento às nossas angústias. As brasileiras que, em 1944, abandonaram o lar, a vida tranqüila, a segurança da Pátria, para acompanhar a trajetória heróica da FEB, revelaram o mesmo heroísmo e a mesma bravura dos pracinhas. (...) Deve-lhes a Pátria uma compensação. A mais justa e a mais lógica é essa que vem de ser determinada pelo ilustre ministro da Guerra. E a mais doce, também, ao coração das enfermeiras brasileiras; porque, nesse gesto, elas encontram um reflexo de sua feminina doçura, impregnando de galanteria e de máscula gratidão e altivez da alma do soldado. (CAMERINO, 1983, p.99).⁹⁷

⁹⁵ Publicado no DO nº 188, de 17/08/1946 (p.11.825), e transcrito no BE nº 34, de 24/08/1946 (p.2.618).

⁹⁶ A publicação deste Aviso foi divulgada no jornal *Correio da Noite*, de 29/08/1946.

⁹⁷ Grifo meu.

Perguntada sobre as circunstâncias desta medida, uma das entrevistadas esclareceu que

(...) algumas [febianas] pediram, imploraram, e conseguiram ficar como civis contratadas. Contratadas, mas não efetivadas. (...) (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

A próxima fala ratifica a utilização desta benesse por uma parte do grupo:

(...) Elas tiveram que fazer uma “provinha”. Todas passaram, naturalmente. E foram nomeadas pelo [Departamento Administrativo do Serviço Público]⁹⁸ como enfermeiras civis [contratadas] do Exército, onde trabalharam como “enfermeiras de verdade” (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Contudo, a realização daquela “provinha” não foi objeto de aspiração para outras febianas, muito provavelmente pelo seu capital social e também pelo capital simbólico que julgaram ter acumulado até então. Aliás, o pagamento não fora tão atrativo, e a posição que assumiriam no Serviço de Saúde do Exército seria algo desvantajosa, pois, na condição de civis contratadas, estariam sob as ordens, inclusive, dos sargentos enfermeiros, que foram seus subordinados nos hospitais de campanha, e que, depois da guerra, foram promovidos⁹⁹ (CAMERINO; GÓES, 1954, p.579). O próximo trecho rememora bem esta situação:

Aquelas que se sujeitaram, por não terem emprego, foram trabalhar como civis contratadas nos hospitais e policlínicas do Exército. Eu não! Como contratada eu não iria nunca! Eu não passaria de cisne a pato. Como é que eu, que tinha sido chefe das enfermeiras, iria trabalhar sob as ordens de sargentos, que tinham sido meus subordinados!? (...) Não era possível uma coisa dessas! E eles “descascavam em cima” do pessoal! (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)¹⁰⁰

⁹⁸ O DASP foi criado durante o Estado Novo para dar conta de uma política de reforma e modernização da administração pública. Prevista na Carta de 1937 e criada por um decreto-lei de julho de 1938, era um órgão ligado à presidência da República que possuía poderes bastante amplos, incluindo a instituição de um controle central sobre o pessoal e o material, assim como a responsabilidade de dar assistência ao presidente na revisão das propostas legislativas (FAUSTO, 1999, p.378).

⁹⁹ Na guerra, os sargentos enfermeiros ficaram subordinados às enfermeiras febianas. Eles realizaram os serviços mais simples, mas também os mais pesados e arriscados, apesar de possuírem direito ao exercício profissional, tanto quanto as enfermeiras formadas pela escola-padrão ou escola a ela equiparada, conforme previsto no Decreto-Lei nº 21.141, de 10/03/1932.

¹⁰⁰ Grifos meus.

A metáfora contida nesta fala performática aciona simbolicamente a distinção social das partes dominantes e dominadas que está em jogo num campo, ao tempo que vincula diferenças biológicas (pato/cisne) com diferenças sociais (sargento/oficial), regulando quem é quem nos jogos sociais.

Tal julgamento explícito pode ser entendido como um meio de reafirmar uma vinculação social determinada pelo acúmulo de bens simbólicos nas estruturas do pensamento e da expressão da entrevistada. Parte dessa necessidade de afirmação advém da constituição de seu *habitus*, através do qual os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social que não pode se realizar sem a ação dos agentes e das instituições, de modo a preservar as funções sociais pela violência simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles.

Nesse sentido, seu discurso faz ver e valer seu julgamento que condiciona e legitima, e violenta simbolicamente quem nomeou de “pato”. Com efeito, o *pato*, animal com pouca amplitude de vôo, andar lento e desajeitado, popularmente identificado como mau jogador, é contrastado com o *cisne*, reconhecido como ótimo voador, que percorre grandes distâncias em suas migrações, esteticamente belo, gracioso, garboso, e, figurativamente identificado como poeta, orador, músico célebre (FERREIRA, 2004).

Assim é que na luta por distinção e apropriação de uma identidade legítima e no âmbito das hierarquias de poder que se estabelecem entre os agentes no interior de um determinado campo, há uma tendência permanente de se classificar, de se desclassificar e de se reclassificar as posições que eles ocupam no tempo e no espaço, consoante com o capital acumulado, impulsionados pelos jogos de poder entre estes agentes que se movem no interior do campo e pela própria dinâmica entre o(s) campo(s) e o mundo social.

No breve relato que escreveu sobre sua situação no pós-guerra, a enfermeira Isabel Novais Feitosa contou que voltou a atuar no Serviço de Saúde do Exército no ano de 1948

como civil [“pato”]. Mais tarde, em 1951, o DASP, sem qualquer comunicação ou aviso, exonerou 25 ex-combatentes que foram nomeados para trabalhar no Serviço de Saúde, os quais foram imediatamente substituídos por funcionários concursados. Isabel referiu ainda que tal situação teria chegado ao conhecimento do general João Segadas Viana, veterano da FEB, e que havia sido comandante do 6º Regimento de Infantaria na Itália. Este general recorreu diretamente ao presidente Getúlio Vargas solicitando o retorno dos pracinhas ao Serviço de Saúde. Conforme descreve, o presidente contactou por telefone o diretor do DASP e ordenou-lhe que providenciasse o retorno destes ao Serviço Público. Desse modo, no mesmo ano, os ex-pracinhas foram encaminhados a diversos órgãos públicos, e ela, designada para trabalhar junto à Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura (FEITOSA, 2002; CRUZ, 2002, p.162).¹⁰¹

Há que se considerar que a contratação de algumas febianas para o Serviço de Saúde do Exército, na condição de civis, serviu para intensificar um pouco a força simbólica do grupo, quando tornou mais constante a interação funcional delas com os militares da ativa, o que consistiu numa estratégia para aquelas egressas de guerra, um ganho simbólico. O próximo trecho ajuda a adensar esta idéia:

[Com a chegada de febianas como civis contratadas] é que começou o movimento. (...) A Vassimon, uma delas, é quem liderou esse movimento do nosso retorno [ao Serviço Ativo]. (...) Todo mundo queria voltar à ativa, mas a campanha contra era grande. (...) (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Retomando a questão das medidas de amparo que até então foram tomadas em favor das febianas após a guerra, há que se registrar as críticas que o capitão de fragata Gerson Sá Pinto

¹⁰¹ Na reforma da administração pública brasileira, realizada na década de 1930, foi introduzida a admissão no Serviço Público por mérito. Entretanto, diversos fatores de ordem política, dentre eles a política de clientela, diluíram o impacto dessa reforma. Dessa forma, em 1958, dos 229.422 funcionários que trabalhavam no Serviço Público, apenas 28.046 eram concursados pelo DASP. Deve-se ressaltar ainda que vários textos legais transformaram empregados contratados, não concursados, em funcionários públicos (LAFER, 1975).

Coutinho (1954, v.1, p.712) fez sobre a questão das preferências, ao tratar de assunto relacionado ao acesso nos Serviços de Saúde das Forças Armadas:

É interessante chamar a atenção para a prática da preferência por ex-combatentes que se vem desenvolvendo por medidas legislativas e que é baseada ou no conceito de prêmio, ou no de caridade, mas que, de qualquer modo, contraria o sistema do mérito. Como é difícil abolir esta prática, o aconselhável é estabelecer medidas restritivas ao mesmo.

Não precisando estar tão sujeitas a certas conjecturas, algumas febianas tiveram uma “melhor sorte” depois que foram desmobilizadas, como pode ser constatado destes fragmentos:

Para mim, [a desmobilização] não influenciou grandes coisas, porque eu tinha uma vida social já estabelecida, tinha uma situação boa. [Após a guerra], eu passei dois anos passeando e descansando. Depois, resolvi fazer concurso para o Banco do Brasil... (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Quando voltei, eu me apresentei ao meu serviço. Eu já era funcionária da prefeitura, onde exercia a função de prática de laboratório. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Quando terminou a guerra, cada uma foi cuidar da sua vida. (...) Então, (...) saiu no jornal que estavam procurando moças capacitadas para trabalhar na Associação de Crédito à Assistência Rural patrocinado pela Fundação Rockefeller, um grupo norte-americano. (...) Aí, eu fui trabalhar no interior dando assistência às famílias rurais. (...) Era um trabalho de assistência às donas de casa na prática da costura, cozinha, higiene, essas coisas. (...) [A equipe era composta] por engenheiros agrônomos, veterinários, médicos, dentistas, assistentes sociais e enfermeiras. (Enfermeira Roselys Teixeira Gazzinelli)

Logo após a guerra, algumas febianas criaram um curioso clube que batizaram de *Clube de Oficiais Enfermeiras de Guerra*, o “COEGUE”, onde eram feitas algumas reuniões no apartamento da enfermeira Zilda Nogueira Rodrigues, no bairro do Leme, Rio de Janeiro. Nesses encontros, seus contatos eram estreitados e suas reminiscências do passado recente no *front* eram discutidas. Ao que parece, esta “estratégia”, ao tempo que reavivava os laços que existiram entre elas, também servia para amplificar o movimento de retorno delas ao Serviço Ativo. A fala apresentada a seguir favorece esta depreensão:

O COEGUE foi uma “coisa muito particular” que a Zilda fez no apartamento dela. Então, nós fomos ser sócias. Eu tenho a camisa do COEGUE até hoje. (...) Na época, nós não nos apresentávamos na sociedade representando o Clube. Era “íntimo”. Também, não podíamos nos apresentar, porque não tínhamos um título para isso [de oficial enfermeira do Exército]. Foi uma estratégia pra gente se “enganchar”. A Zilda trabalhou muito nisto, mas ela não conseguiu nada. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Parafraseando uma das próprias febianas, na guerra, a FEB aproximou quem era “cisne” de quem era “pata”. No pós-guerra, os rumos tomados e as necessidades seriam bem distintos:

(...) A Carminha Viana era milionária, dona da América Fabril. Esta, não voltou a trabalhar. A Maria do Carmo Correa e Castro era alta funcionária do Banco do Brasil, e voltou para lá. (...) A Jacira de Souza Góes era do Ministério da Justiça, e para lá voltou. A Olímpia voltou para o Exército, mas não como enfermeira, ela ficou no gabinete da Diretoria de Saúde [como civil]. (...) A Sílvia de Souza Barros foi fazer medicina e se dedicou à psiquiatria... (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Assim, após a guerra, um grupo de enfermeiras febianas foi contratado para trabalhar como civis no Serviço de Saúde do Exército, outras foram (re)empregadas em diversas repartições do país, uma parte retomou sua vida doméstica, e algumas foram reformadas¹⁰². Aliás, esta última situação, a princípio, fora resultado do tipo de trabalho que elas tiveram nos hospitais de campanha, pelas inúmeras horas de um trabalho tenso e contínuo, o que favoreceu o risco de adoecimento e de acidentes.¹⁰³ As falas que se seguem esboçam um pouco os motivos das reformas de algumas delas:

Na guerra, a Graziela escorregou numa tábua que servia de ponte, e bateu com a cabeça no chão, e “rachou” a coluna. (...) E, mandaram ela de volta para o Brasil. (...) Uma outra foi a Guilhermina, que foi jogada de encontro a uma mesa por causa da explosão de uma granada, (...) o que afetou a coluna dela. Ela ficou semiparalítica. (...) A Maria de Lourdes Mercês ficou neurótica. Ela foi andar de avião com um aviador doido varrido, que a levou para cima das linhas alemãs, sob tiros. A mulher ficou feito louco dentro do avião. *Vamos embora, vamos embora, vamos embora!*

¹⁰² A reforma é a aposentadoria definitiva de militar ao qual faltam condições físicas, mentais ou morais para o Serviço Militar. Ela pode ocorrer a pedido ou *ex-officio* (FERREIRA, 2004).

¹⁰³ Sobre isso, é oportuno recorrer a Valadares (1976) cuja obra oportuniza atestar que, das 67 enfermeiras que estiveram no Teatro de Operações, nove (13,4%) adoeceram e foram evacuadas para o Brasil ou para os Estados Unidos da América.

Volta, volta, volta, volta, volta, volta! E desceu já “perturbadinha”. Ela foi mandada de volta. É uma das que foram repatriadas. (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Depois que voltei, eu estava tão mal que era incapaz até de segurar uma colher. Acabei sendo desligada do Serviço Ativo em outubro de 1945. (...) Em junho de 1949, (...) em virtude de males adquiridos durante a guerra, fui reformada no posto de 1º tenente. (...) Adquiri uma alergia (ou algo do tipo) que ensopava uma toalha. Às vezes, as lágrimas espirravam longe, embora eu não estivesse chorando. Fizeram várias juntas médicas, fui operada; melhorei pouco. Nunca ficou claro qual era o meu problema de saúde. (...) (VALADARES, 2001, p.89).

Ainda sobre a questão das reformas, está o próximo excerto que sublinha algumas circunstâncias um tanto esdrúxulas:

Teve uma febianana que foi reformada, porque foi deportada com uma neurose de guerra. (...) Ela só conseguiu se reformar, porque quem estava de ministro era um antigo freqüentador do *rendez-vous* dela. Um dia, como a reforma estava demorando, ela saiu do HCE de penhoar, e foi na porta da casa dele, e fez um escândalo. Na mesma hora, ela foi reformada. (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Apesar de expressar algum sentimento de revanche, o recorte anterior revela também que a reforma seria uma vantagem razoável a quem dela pudesse se beneficiar pelas prerrogativas a ela vinculadas, como a percepção regular de proventos e indenizações.

O embuste de ter sido enfermeira de guerra se aplicou também à palavra pública, que, diga-se de passagem, pouco foi franqueada às febianas, logo após o término da guerra. Nesse sentido é que merece especial destaque o texto escrito pela enfermeira Bertha Moraes intitulado *Testemunho de uma enfermeira*, publicado no livro *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. Aliás, pelas fontes acessadas, é bem provável que este seja o primeiro registro escrito publicado por uma febianana no pós-guerra, que tenha desvelado, com algum rigor, os problemas pelos quais elas passaram durante sua mobilização.

Neste livro, além do texto de Bertha Moraes, há outros de oficiais que eram reservistas do Exército, e, com a convocação para a guerra entre 1942 e 1944, foram trazidos de volta à Força. Os autores eram médicos, advogados, engenheiros, professores e outros profissionais

liberais, que escreveram sobre as dificuldades de materialização de uma força militar oriunda de um país ainda agrário.

Sem dúvida, representa uma das obras mais críticas e rigorosas a respeito da FEB, ainda que elaborado pelos próprios expedicionários. Lançada pouco depois do término da guerra, enfrentou alguma dificuldade com a censura getulista em 1947, por conter duras críticas ao governo, Exército e, sobretudo, à atuação dos comandantes da Força Expedicionária. Praticamente todos os “depoimentos” se empenham em apontar problemas dos mais variados tipos e proporções, e assumiram uma postura crítica raramente encontrada nas memórias dos combatentes, contradizendo, em vários aspectos, o discurso oficial a respeito da FEB. Trata-se de um polêmico, revelador e proveitoso livro sobre a FEB.¹⁰⁴

Há que se mencionar que a censura deste livro fez flagrante a diferença que existia entre o “Exército de Caxias” e o “Exército da FEB”.¹⁰⁵ Comentar os episódios de guerra, apontar os méritos, mas também os erros, poderia ser muito comum num exército como o norte-americano, mas não no brasileiro (FERRAZ, 2003; CANSANÇÃO, 2003, p.243). Em parte, tal idéia é representada pela próxima fala:

[No Exército Norte-Americano existe uma relação] mais social, porque era mais flexível a [questão da] disciplina, de conduta militar, de tratamento... (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Mais do que zelar pela memória docilizada da participação brasileira na Segunda Guerra, a proibição do livro fez ver uma reação temerosa dos militares de alta patente do Exército de que a imagem da instituição pudesse ser maculada, mesmo porque, comentários

¹⁰⁴ No prefácio da 2ª edição do livro *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*, de 1949, estão descritas algumas das reações desfavoráveis que a 1ª edição, publicada em 1947, obteve (ARRUDA, 1949).

¹⁰⁵ Desde os navios de transporte norte-americanos, no retorno ao Brasil, os expedicionários faziam referências, informalmente, a dois tipos de exército, em tudo diferentes de si. De um lado, o “Exército de Caxias”, aquele que ficara no país para a suposta defesa do território, caracterizado por seus quartéis pouco higiênicos, pelas exteriorizações excessivas de disciplina, com pouca serventia para a guerra real, pela maior importância que conferia às perdas materiais do que às baixas de combate; de outro o “Exército da FEB”, que atravessou o oceano para a luta direta contra o nazi-fascismo, baseado no modelo militar norte-americano, mais democrático, no qual as relações humanas entre oficiais e praças visavam à eficiência em combate, e não a exteriorização de uma superioridade social imanente do oficialato. Este é um dos pontos que marcam as críticas encontradas em *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB* (FERRAZ, 2005, p.52).

algo depreciativos dirigidos a certos atos superiores, consistia, à primeira vista, em transgressão disciplinar.¹⁰⁶

Ademais, as conhecidas motivações e formas de controle e de censura sobre a memória nos regimes de exceção são indutoras de um esquecimento organizado, na sua reconversão para tempos de democracia (Alemanha pós-nazista, França pós-Vichy, Espanha pós-Franco) (BURKE, 2000, 87). De certa forma, é isto que estava em questão na América Latina do pós-ditaduras. Mas, se na Europa de pós-guerra, com exceção da Alemanha e de algumas antigas regiões de forte presença fascista, o advento da democracia impôs a tese da lembrança, da confirmação do ocorrido e da memória como reverso valioso do esquecimento (RABOSSI, 1989, p.11), na América Latina, o pós-ditadura foi significativamente diferente. Sobre tal situação, Galeano (1999, p.214) escreveu que, na região, a justiça e a memória são luxos exóticos: “O esquecimento, diz o poder, é o preço da paz, enquanto nos impõe uma paz fundada na aceitação da injustiça como normalidade cotidiana. Acostumaram-nos ao desprezo pela vida e à proibição de lembrar”. A institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foram fundamentais para desresponsabilizar os culpados e impor o anestesiamento e a amnésia do silêncio final. Assim, a memória virou campo de batalha político (MORAÑA, 1997).

Nessa vertente, há que se mencionar que, algum tempo depois de lançado o livro *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*, foi publicado o Aviso nº 698, de 16 de outubro de 1951¹⁰⁷, que reiterava recomendações sobre a conduta dos militares pela palavra falada ou escrita, aconselhando: disciplina, trabalho e lealdade.

Especificamente sobre o seu “depoimento”, Bertha Moraes manifesta, neste livro censurado, parte do descontentamento das enfermeiras que participaram da FEB, quando evidencia os conflitos e contradições da experiência que tiveram na guerra, além de reduzir

¹⁰⁶ A censura a atos superiores ou sua desacreditação, seja em círculos militares ou entre civis, era regulada através do número 109, do artigo 13, do Decreto nº 2.429, de 04/03/1938 (Estatuto dos Militares).

¹⁰⁷ Publicado no DO nº 241, de 19/10/1951 (p.15.537), e transcrito no BE nº 43, de 27/10/1951 (p.3.929).

um pouco o silêncio e abrandar seu esquecimento no pós-guerra imediato. Sobre o teor do texto de Bertha, uma febianiana manifestou o seguinte:

As críticas que ela fez são verdadeiras. Recolheram o livro e tal... Mas, ele circulou muito. [A proibição] foi no tempo de Dutra, quando ele era presidente... (Enfermeira Elza Cansação Medeiros).

Outra febianiana comenta algo do perfil de Bertha e do que escreveu em nome das febianas:

Berta trabalhou comigo na guerra. Era muito competente, falava inglês corretamente, ajudava muito a *chief nurse* na transmissão das ordens para as colegas brasileiras que não sabiam falar inglês. (...) Era elemento de ligação, uma espécie de chefe do grupo de enfermeiras brasileiras. (...) Ela não admitia “eles” não darem confiança a gente, de não nos botar na ativa. Ela também ajudou muito nesse movimento. (...) Ela disse a verdade nua e crua, sem “maltratar”, pois era educada. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Única mulher no conjunto de autores deste livro, Bertha testemunhou as diversas adversidades verificadas durante o voluntariado, treinamento, viagem, rotina dos hospitais, até o retorno sofrido e melancólico ao Brasil, passando pelas humilhações e preconceitos sentidos. É um relato valioso da experiência das enfermeiras febianas na guerra.

Surpreende em seu texto, diferentemente de outros publicados por algumas enfermeiras anos mais tarde, a presença de indícios de que o tempo passado no Exército teria sido um tempo (quase) morto, praticamente perdido, sem estímulos, de muitos sacrifícios, “sem nenhuma paga, a não ser a consciência do dever cumprido”. Esta é uma das sensações que se têm quando procedida a leitura de seu “testemunho” (MORAES, 1949, p.418).

Nas reflexões finais que escreveu, Bertha ressaltou que

a criação do quadro de enfermeiras militares é uma necessidade imediata que salta à vista. A experiência da organização da FEB deve ser meditada. Os resultados obtidos com o parco contingente feminino enviado à Itália devem

ser pesados, assim como as lições dos outros exércitos com que convivemos em campanha. (MORAES, 1949, p.419).¹⁰⁸

Bertha prossegue suas reflexões com indagações que chegaram mesmo a afrontar as autoridades militares da época, que julgou como “culpadas” pela falta de iniciativa em favorecer o aproveitamento de enfermeiras (mulheres) nos quadros das Forças Armadas:

Por que as autoridades militares não tratam de organizar imediatamente um quadro de enfermeiras profissionais e de comprovada competência?

Por que não existe uma Escola de Enfermeiras Militares, como existe uma Escola de Saúde para os médicos e sargentos enfermeiros?

Por que não cercar desde logo de todos os estímulos morais e materiais, dando-lhes o lugar que compete na hierarquia militar, às enfermeiras?

Por que não se procura desde logo dar-lhes um padrão de vida condizente com suas nobilíssimas responsabilidades? (MORAES, 1949, p.419).

Tais questões são emblemáticas para caracterizar o tipo de argumento que o grupo utilizou para construir suas reivindicações, geralmente pautado por um discurso, à primeira vista e aparentemente, feminista (?), porém não pacifista. Sem dúvida, a Segunda Guerra Mundial foi um grande negócio que não só moveu a fronteira entre os sexos, mas que hipnotizou coletivamente homens e mulheres quando mobilizou suas mentes e práticas.

Os bons exemplos devem ser imitados e um bom exemplo é a organização militar americana, pelo menos, na parte que nos interessa aqui, no Serviço de Saúde e dos seus componentes. Não só deveríamos criar nossa organização feminina, como deveríamos trazer algumas especialistas para nos orientarem de início. Sem essa orientação geral, nada conseguiremos, pois, para termos um quadro de enfermeiras adequado serão precisos anos de estudo, de trabalho e entusiasmo. (MORAES, 1949, p.419).

O entusiasmo desta fala é um exemplo de que a convivência com a organização militar norte-americana e a observação de seus métodos e estruturas conferiu outras amplitudes às perspectivas de muitos expedicionários, entusiasmados e impressionados com toda a

¹⁰⁸ Grifo meu.

capacidade industrial, bélica e organizacional dos Estados Unidos, que seriam, a partir de então, tomados como (bom?) modelo a ser seguido, e aliados preferenciais nos projetos de desenvolvimento do país.

Por fim, Bertha termina seu testemunho com uma “prescrição de enfermeira de guerra”:

E nunca mais se diga que a zona de combate não é lugar para mulher! Venham ver o que uma enfermeira pode fazer de bom e milagroso a um homem ferido! Muitas e muitas vezes, uma mão carinhosa sobre uma testa escaldante, um lençol bem esticado, um sorriso, uma face de mulher fazem mais pelo ferido. (MORAES, 1949, p.419).

A observação das entrelinhas desse tipo de “prescrição”, bem dirigida aos homens, trás à tona a visão idealizada sobre a valoração feminina nos tempos de guerra, quando mulheres enfermeiras se fazem necessárias para fazer o que é bom e até milagroso a um homem ferido (parafraseando Bertha). Tal clamor evocou, pois, o que há de simbólico no trabalho de enfermagem nos conflitos, a idéia do compromisso humanitário e dos sentimentos de abnegação, carinho, amabilidade, espírito missionário, prontidão, como elementos morais imprescindíveis para a sua prática. No âmbito e na reprodução desse tipo de discurso, tais atributos femininos só acabam estigmatizando a prática. Com efeito, o texto de Bertha apropria e aproveita um discurso que é masculino numa causa feminina, o que, em suma, promove a manutenção da ordem estabelecida (CHARTIER, 1995, p.40).

Entretanto, no final das contas, seus argumentos acabaram encontrando alguma força por terem sido publicados num livro, instrumento eficaz de comunicação pública, ainda mais sendo ele proibido, o que por seu turno teria conferido à sua publicação alguma curiosidade. Isso porque “o verdadeiro princípio da magia dos enunciados performativos reside no mistério do ministério, isto é, na delegação ao cabo da qual um agente singular recebe o mandato de falar em nome do grupo” (BOURDIEU, 1998, p.63). Sendo assim, o livro como veículo de comunicação consegue fazer com que seus leitores tratem o discurso nele contido como ele

quer ser tratado, e é nesse contexto que a violência simbólica se faz presente em todo discurso ideológico.

Assim, entre uma crítica mais direta e um argumento mais idealizado, aquela febiana anunciou enfaticamente às lideranças militares e à sociedade da época, a sua posição acerca da viabilidade de se haver um lugar para as mulheres na “zona de combate”. Além disso, Bertha visou prestar um serviço à causa e à história das enfermeiras febianas, quando socializou aspectos nunca antes sabidos, ou, pelo menos, tornados públicos da singular experiência que tiveram na guerra.

Sem sombra de dúvidas, as mulheres enfermeiras que aqui escutamos reproduziam discursos que ratificavam as diferenças entre os sexos, o que significa dizer que seus discursos não consideram necessariamente o êxito do feminismo como evidente, mas uma submissão ao desejo, regras ou funções impostas por outros, pois retratam constantemente os estigmas sobre as mulheres. Os poucos textos que produziram no pós-guerra reduzem as condutas femininas a simples exemplos, conscientes ou não, voluntariamente ou não, dos efeitos da dominação de uma cultura dominada pelos homens. Ao pleitear um lugar para a mulher na “zona de combate”, por exemplo, Bertha manifesta também uma inquietação diante da evocação de um “feminismo” não integrado ao mundo político (TOURAINÉ, 2007).

E ainda, os discursos das febianas também falam de uma participação idealizada de mulheres na guerra, sem referendar seus esforços e idéias para a paz, cobrando dos chefes militares de uma Força Armada despreparada (emergente) de um país ainda atrasado uma posição adiantada e alinhada à norte-americana, cobrando também sua proteção com salários e garantias em tempo de paz.

No plano legal, a própria constituição brasileira de 1946, reconhecida por ser democrática e progressista para a época, demarcava bem os limites das possibilidades das

mulheres quando o assunto era o Serviço Militar, apesar de garantir que todos eram iguais perante a lei:

Art 181 - Todos os brasileiros são obrigados ao Serviço Militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei.

§ 1º - As mulheres ficam isentadas do Serviço Militar, mas sujeitas aos encargos que a lei estabelecer.

Como se pode depreender, a distinção entre os sexos no militarismo nacional à época tinha amparo nas prescrições legais, mas também sócio-culturais. Ademais, o mundo militar se punha distante por se sustentar com seus mitos masculinizados e suas atividades de alto risco de vida, sujeição aos preceitos rígidos de tradição e hierarquia, dedicação, prontidão, vigor físico, entre outros. Outrossim, ao menos em nossa civilização ocidental, o esforço físico sustentado, a capacidade para certa ascese e para uma disciplina rigorosa, a coragem obstinada e, pode-se até dizer, um certo gosto pela violência, quase sempre foram propriamente qualidades mais masculinas do que femininas (D'ARAÚJO, 2003). Sendo assim, como pontua Raymond Caire (2002, p.154), “não se faz guerra com flores”.

Essa demarcação do que seja função “de macho” foi o que, em diferentes épocas, constituiu-se em justificativa fundamental para não se aceitar mulheres nas corporações militares. Na intolerância quanto à natureza biológica feminina se expressa uma visão da mulher como “sexo frágil”, contribuindo para a reprodução dos valores masculinos na socialização das mulheres que ousassem a pensar em transpor os muros dos quartéis e, com isso, reforça-se o discurso da incompatibilidade feminina com os valores atribuídos ao conceito de *ser militar*. Dessa forma, permite-se que haja uma socialização do biológico e uma biologização do social, mascarando a divisão dos gêneros na organização militar (ROSA; BRITO, 2008; TAKAHASHI, 2002, p.125; BOURDIEU, 2003).

Assim é que, os princípios, que presidiram a utilização de mulheres nos exércitos ocidentais, priorizaram aquelas funções à retaguarda, para liberação de uma mão-de-obra

masculina necessária no *front*. Envidou-se, portanto, o esforço de recrutamento para os domínios onde as mulheres podiam prestar os melhores serviços, o mais cedo possível, sem formação prévia, ou quase sem ela. E, de certo modo, a enfermagem representou a primeira mão-de-obra que deu prova de sua capacidade de adaptação e atendimento às necessidades patrióticas, políticas e dos exércitos (CAIRE, 2002, p.155; DONAHUE, 1985).

E estes seriam os argumentos fundamentais das febianas para conquistarem seus ditos direitos, em um contexto nacional algo desfavorável para elas (de pacificação). Para reverter essa situação, os jogos sociais incorporaram-se aos jogos políticos, estratégia que lhes renderia os frutos esperados.

Pela via conservadora é que foram apresentadas à Câmara dos Deputados, no ano de 1947, duas proposições de autoria do deputado José Correia Pedroso Júnior¹⁰⁹, representante do Estado de São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro, que visaram à concessão de alguns benefícios às enfermeiras febianas.¹¹⁰

No texto do primeiro projeto de lei¹¹¹ apresentado pelo deputado, fez-se constar o seguinte: “Às enfermeiras que integraram a FEB ficam com direito à percepção dos vencimentos dos postos em que foram arvoradas, a partir da data em que o tenham sido até a da sua desmobilização.”

Para justificar o direito a este benefício, Pedroso Júnior fez uma extensa exposição que considerou o problema passado pelas febianas de terem sido arvoradas no posto de segundo tenente, ao chegarem ao Teatro de Operações, e de não terem recebido o soldo correspondente a este posto, e sim ao de cabos e terceiros sargentos. Como afirmou: “Houve, não há dúvida,

¹⁰⁹ O deputado José Correia Pedroso Júnior, do PTB, foi um dos parlamentares que participaram da Constituinte de 1946. Nascido em 8 de dezembro de 1907 (Aguai, SP) foi jornalista, ferroviário, contador, e também cronista social do *Diário do Povo* de Campinas, SP (1924), redator-chefe do *Diário do Povo* (1934-1944), e fundador do jornal *A Defesa* (1935), e publicou *Do direito ao trabalho* (1939) (BRAGA, 1998, p.694-5).

¹¹⁰ Nas fontes consultadas, não foi encontrado como se deram as aproximações e articulações amiúde entre o deputado Pedroso Junior e as enfermeiras da FEB, para que fossem apresentadas essas proposições.

¹¹¹ Trata-se do PL-535, de 01/08/1947.

flagrante injustiça quanto às nossas abnegadas patricias, que tudo deram pela vitória das nossas forças no *front* europeu.”

O deputado continuou sua exposição com o seguinte apelo:

É chegada a ocasião de ressarcir essas dignas brasileiras dos prejuízos morais e financeiros sofridos por terem, voluntariamente, corrido a prestar serviços à Pátria. (...) Busca-se, assim, uma forma equânime, visto como já uma estranha analogia entre as vítimas do Eixo e as enfermeiras da FEB, que também o foram, pois que foi a guerra lançada pelo Eixo que as obrigou aos imensos sacrifícios feitos na recuperação daqueles brasileiros vitimados pelo Eixo no campo de batalha.

Para finalizar a justificação do seu projeto de lei, o deputado relembra as enfermeiras febianas que pagaram seu “tributo de sangue” na guerra:

Duas enfermeiras da FEB – Guilhermina Rodrigues Gomes e Graziela Affonso de Carvalho – invalidadas no Teatro de Operações da Itália, foram reformadas como primeiro tenente, com os vencimentos deste posto. Vale o fato como um reconhecimento tácito da qualidade de titulares do posto de segundo tenente de suas não menos heróicas companheiras.

Da leitura da justificativa do deputado Pedroso Júnior, pode-se atestar que os artifícios políticos pelos quais se buscava construir a imagem das febianas foram marcados por julgamentos, prenoções, sentimentos, que, em muito, foram influenciados pelas mediações do campo social. Este esforço era cabido para se gerar uma espécie de *marketing* favorável do grupo.

Mas, apesar do “trabalho das emoções” despendido com argumentos de que as febianas pagaram seu “tributo de sangue” na guerra e a “estranha analogia” entre elas e as vítimas do Eixo, os resultados não foram tão favoráveis naquele momento, como se atesta no parecer da Comissão de Constituição e Justiça:

Sempre temos opinado, (...), que a lei, a bem do seu próprio prestígio, nunca deve conter ou acobertar ou impor uma ficção ou inverdade. Como mandar pagar como tenente quem tenente não era? (...) Gostaríamos de poder concordar com o ilustre colega autor do projeto, e poder satisfazer as dignas patricias que tão valorosamente contribuíram com seu quinhão de

devotamento e patriotismo para a vitória contra o Eixo. Mas, a verdade é que os deveres e as responsabilidades do legislador nem sempre se conciliam com os desejos da boa vontade e com as injunções do sentimentalismo.¹¹²

Não obstante, apesar dos apontamentos sobre a identidade militar das febianas e sobre o diagnóstico de sentimentalismo do texto do projeto, os membros da Comissão tentaram um substitutivo para poder amparar, dentro do que julgaram como possível, as enfermeiras febianas, cuja redação ficou assim:

Art 1º - Ficam incluídas na Reserva do Exército, no posto de segundo tenente, as enfermeiras que serviram junto à FEB, excluídas as que, a qualquer título, permaneceram no território nacional.

Art 2º - São extensivos às enfermeiras da FEB, no que lhes for aplicável, os dispositivos das leis de amparo e assistência aos ex-combatentes.

Art 3º - Para os efeitos desta lei, consideram-se enfermeiras da FEB as que, efetivamente, dentro do setor de sua especialidade, participaram das operações de guerra da FEB, excluídas as que, a qualquer título, permaneceram, então, no território nacional.

Este substitutivo do PL nº 535, proposto pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável da Comissão de Segurança e também da Comissão de Finanças. Cabe, pois, a transcrição de algumas partes do parecer dessa Comissão de Segurança, por conter aspectos sobre a natureza do serviço que as febianas prestaram na guerra e a viabilidade deste substitutivo.

Em princípio, a inclusão na Reserva se subordina a prestação anterior de Serviço Militar.

Todavia, a essa regra não estão sujeitas as mulheres, que são favorecidas com a isenção de que trata o art. 2º § 1º da Lei de Serviço Militar.¹¹³

Logo, não se podendo exigir delas a prestação de Serviço Militar, sua inclusão na Reserva, como na hipótese de que trata o projeto, independe daquela condição.

Ademais, deve-se ter em vista que as enfermeiras da FEB, acompanhando as tropas brasileiras ao teatro de guerra, não tiveram atuação apenas platônica ou contemplativa; chegaram a realizar encargos, e esses encargos estão compreendidos na conceituação do que seja Serviço Militar, em caso de mobilização.

¹¹² Grifos meus.

¹¹³ Trata-se do Decreto-Lei nº 9.500, de 23/07/1946.

Sob esse aspecto, se a isenção não existisse, poderiam aquelas enfermeiras alegar que prestaram serviço às Forças Armadas.

Conseqüentemente, do ponto de vista técnico-militar, não há o que censurar no substitutivo.¹¹⁴

Há que se considerar que o princípio básico sobre a isenção de mulheres no Serviço Militar era bem demarcado. À época, como rezava a própria Lei do Serviço Militar (1946), os homens, e somente eles, eram submetidos a obrigações militares que, depois de prestarem o serviço militar obrigatório, poderiam ser convocados, até certa idade limite, para assim colaborar com a defesa da nação. Já as mulheres, apesar de isentas, poderiam voluntariamente habilitar-se de acordo com regulamentos especiais em cursos de enfermagem e em outros compatíveis com suas aptidões para o desempenho de funções, em caso de mobilização. Como notado, não estão claros nesta lei os pormenores sobre a mobilização de mulheres (enfermeiras) e os tipos de regulamentos especiais que seriam utilizados nesse processo.¹¹⁵

Cabe mencionar que outro projeto de lei foi apresentado no mesmo mês, também de autoria do deputado Pedroso Júnior, e que dispôs sobre o registro dos certificados de cursos de enfermagem de que eram portadoras as enfermeiras que serviram a FEB.¹¹⁶ Este projeto de lei foi arquivado no mesmo dia, nos termos do regimento interno da Câmara dos Deputados, por motivos desconhecidos.

Mais tarde, outra proposição foi apresentada pelo deputado Ruy Santos¹¹⁷ da União Democrática Nacional (Bahia), justamente no quinto aniversário de criação do QERE, em 13 de dezembro de 1949, que tentou melhorar o amparo às febianas com a oportunidade de reincluí-las no Serviço Ativo. Dizia a ementa deste projeto de lei: “Dispõe sobre o aproveitamento das enfermeiras da FEB e dá outras providências”. Não obstante, por motivos

¹¹⁴ Os grifos no texto são meus.

¹¹⁵ Lei do Serviço Militar (1946).

¹¹⁶ Trata-se do PL nº 537, de 05/08/1947, cujo texto não foi possível ser acessado em sua íntegra.

¹¹⁷ O deputado baiano Ruy Santos foi médico, jornalista e professor. À época de sua proposição era deputado federal, no mandato de 1946 a 1951. Teve vários trabalhos publicados. Alguns anos depois, apresentou o PL nº 3.082/1955 que dispôs sobre o ensino da enfermagem no país. (Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2229&li=44&lcab=1971-1974&lf=44. Acesso em: 3 abr. 2010).

também desconhecidos, este projeto de lei foi arquivado nos termos do regimento interno da Câmara dos Deputados.¹¹⁸

A aliança com políticos começou concretamente a render bons frutos para as febianas quando, em 25 de outubro de 1950, o projeto de lei do deputado Pedroso Júnior, anteriormente analisado, foi transformado na Lei nº 1.209, com a sanção do presidente da República Eurico Gaspar Dutra. A lei determinava: “Incluir na Reserva do Exército as enfermeiras que participaram das operações de guerra dentro do setor de sua especialidade, junto à FEB”.¹¹⁹

Como previsto, esta inclusão na Reserva do Exército se fez mesmo no posto de segundo-tenente para somente as enfermeiras que, de fato, atuaram diretamente na guerra. Por isso, excluiu as que, embora tivessem sido incorporadas na FEB, tenham permanecido no território nacional, sem atuar diretamente no Teatro de Operações.

Apesar do parecer da Comissão de Constituição e Justiça não ter sido favorável à questão da indenização levantada ainda na fase de apresentação do projeto de Pedroso Júnior, com a promulgação da Lei nº 1.209, as enfermeiras puderam gozar da percepção de vencimentos dos postos em que foram arvoradas, desde a data da mobilização até a sua desmobilização. Tal despesa correu pelo Fundo de Indenização de Guerra. Foram também garantidos às febianas os dispositivos das leis de amparo e assistência aos ex-combatentes, que se tornaram extensivos e aplicáveis a elas.

Uma vez promulgada esta lei, foi publicada em Diário Oficial¹²⁰ uma relação com as 63 enfermeiras que foram nomeadas no posto de 2º tenente para o Quadro de Enfermeiras da Reserva de 2ª Classe, no Serviço de Saúde do Exército. Entre as que não constaram desta

¹¹⁸ Trata-se do PL nº 1.189, cuja íntegra do texto não foi possível acessar. Além disso, pelas fontes consultadas, não foi diagnosticado como se deram as aproximações e articulações entre o deputado Ruy Santos e as enfermeiras da FEB para que fosse apresentado este projeto de lei. (Arquivo disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>. Acesso em 02 nov. 2009).

¹¹⁹ O texto na íntegra está disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1209-25-outubro-1950-363505-publicacao-1-pl.html>.

¹²⁰ Seção I do DO de 27/11/1950 (p.7.032).

publicação, estiveram as enfermeiras: Altamira Pereira Valadares¹²¹, Graziela Affonso de Carvalho¹²², Guilhermina Rodrigues Gomes¹²³ e Lindáurea Galvão¹²⁴.

Sobre a Lei nº 1.209/50, a enfermeira febiana Olímpia de Araújo Camerino reconheceu que este instrumento “concretizou parte das aspirações das enfermeiras, uma vez que elas foram efetivadas no posto de 2º tenente, e inclusas na Reserva de 2ª Classe do Exército, com o mesmo posto do período de guerra” (CAMERINO, 1983, p.121).

Olímpia refere que só uma “parte das aspirações” foi concretizada, porque o lugar das febianas na Reserva de 2ª Classe não lhes conferiu a possibilidade de retornarem ao Serviço Militar Ativo, pois, não foram elas inclusas na Reserva de 1ª Classe. Porém, esta conquista fez abrir algumas brechas para se defender uma possível inclusão delas no Serviço Ativo do Exército. Vejamos:

Uma vez nomeadas oficialmente como *segundo-tenente da Reserva de 2ª Classe do Exército Brasileiro*, as febianas passaram a ter o direito de possuir uma carta patente, que é uma espécie de diploma confirmatório do posto de oficial militar.

¹²¹ Em seu auto-resumo biográfico, a enfermeira Altamira Pereira Valadares relata que foi reformada no posto de 1º tenente, desde 02/06/1949, conforme DO de 07/06/1949, p.8.396 (VALADARES, 1976, p.23).

¹²² Em virtude de ter sido evacuada para o Brasil e ter sido internada no HCE, foi a primeira enfermeira a ser condecorada com a Medalha de Campanha em cerimônia que contou com a presença do presidente Getúlio Vargas, em maio de 1945. Após dois anos, foi reformada no posto de 1º tenente em consequência de acidente de serviço, o que abriu precedentes para as demais. Foi a primeira enfermeira da FEB a falecer (VALADARES, 1976, p.87; CANSANÇÃO, 2003, p.88).

¹²³ Por suas precárias condições físicas, foi reformada pelo Decreto de 14/11/1946 (p.15.513). E, depois de estar a mais de um ano internada no HCE, e ter sido beneficiada com a lei de confirmação no posto que possuía na guerra, foi promovida a 1º tenente (VALADARES, 1976, p.91).

¹²⁴ Após a guerra, foi reformada no posto de 1º tenente, em consequência de mal adquirido em campanha (pé de trincheira), através do Decreto nº 3.940, publicado no DO nº 129, de 07/06/1948 (VALADARES, 1976, p.61).

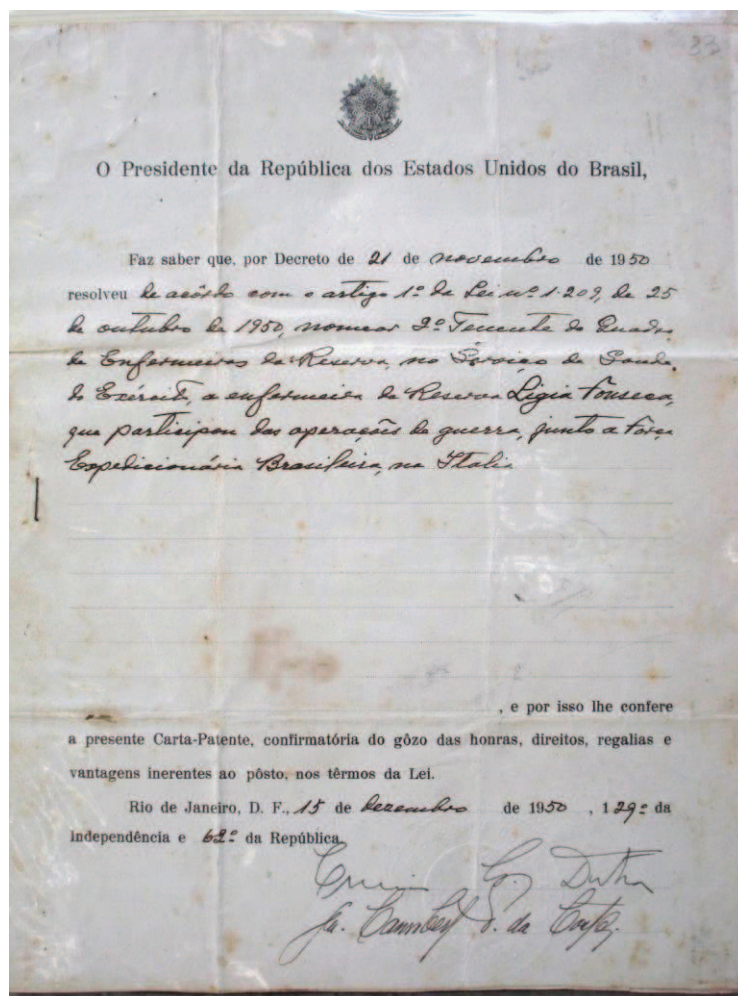


Figura nº 12 – Carta patente da 2º tenente da Reserva de 2ª Classe Ligia Fonseca, 1950 (Casa da FEB, Belo Horizonte)

O porte de carta patente consiste na materialização da distinção a quem detém o posto de oficial, sendo uma prerrogativa deste grupo de militares, ao tempo que confirma o gozo das honras, direitos, regalias e vantagens inerentes ao posto, sem, entretanto, confirmar seus deveres, como pode ser notado no seu próprio texto. Com efeito, a carta-patente é um instrumento que também institui uma identidade e uma competência, e faz consagrar os limites que posicionam hierarquicamente os agentes no campo. Sobre isso, é proveitoso o trecho a seguir de Bourdieu (1998, p.100):

A instituição de uma identidade (...) é a imposição (...) de uma essência social. Instituir (...) uma competência é o mesmo que impor um direito de ser, que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a

alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade.

Para as febianas, mais que posicioná-las hierarquicamente nos espaços militares, a carta patente funcionou como uma espécie de “passaporte” para adentrarem os muros dos quartéis. Através de suas cartas, essas mais novas oficiais de baixa patente do Exército conseguiram ampliar o acúmulo de um capital militar, que lhes garantiu um poder simbólico para se fazerem tidas com maior aceitação nos cenários castrenses¹²⁵.

Um exemplo é o caso da enfermeira Ligia Fonseca, que, na ocasião do recebimento da sua carta patente, foi comandado seu compromisso à bandeira nacional, por ter sido promovida ao primeiro posto. Encontrados em uma espécie de pasta pessoal¹²⁶ estavam a carta patente, objeto da ilustração anterior, e um ofício datado de 1º de março de 1952¹²⁷, que solicitou seu comparecimento dois dias depois à 13ª Circunscrição de Recrutamento para o compromisso. No corpo do documento fez-se constar um pequeno texto, que deveria ser por ela reproduzido na ocasião: “Perante a bandeira nacional e pela minha honra, prometo cumprir os deveres de oficial do Exército, e dedicar-me inteiramente ao serviço da Pátria.”

Cabe lembrar que as febianas não tinham posto até a promulgação da Lei nº 1.209/50, que, enfim, assegurou o posto de oficial da reserva de segunda classe a elas, por isso é que foram requeridas para prestarem o compromisso a este que, por força da lei, foi o primeiro posto.

Este ritual para o qual foi convocada a enfermeira Ligia Fonseca, e mui provavelmente por todas as outras febianas, onde ela fez seu juramento à bandeira nacional, pode ser entendido como uma espécie de rito de legitimação, pois ela “deixou de ser” *civil* para ser *militar*. Com efeito, este tipo de rito tende a inculcar o domínio prático da lógica imanente do

¹²⁵ O adjetivo castrense refere-se à classe/atividade/serviço/ambiente militar.

¹²⁶ Esta pasta foi localizada na Casa da FEB (Belo Horizonte) em novembro de 2008, sendo gentilmente franqueada pelo Sr. Roberto Graciani.

¹²⁷ Ofício nº 060-S, de 01/03/1952, da Chefia da 13ª Circunscrição de Recrutamento.

campo militar e a impor a submissão aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo (BOURDIEU, 2006).

Dentre as honras, direitos, regalias e vantagens que as enfermeiras da Reserva de 2ª Classe do Exército passaram a gozar, estava a possibilidade de participarem dos círculos dos oficiais do Exército, oportunidade em que, inclusive, foram aceitas como sócias honorárias do Clube Militar da Reserva do Exército¹²⁸, resultado também da promulgação da Lei nº 1.209/50, o que demonstrava seu engajamento e predisposição de manter, com seus pares, uma relação de comunicação mais estreita, conferindo-lhes uma espécie de trunfo para os jogos sociais que passaram a jogar a partir de então.

Além da promulgação da Lei nº 1.209/50, outra estratégia utilizada para a reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército foi a presença de febianas em rituais militares, o que ajudaria, em parte, a garantir alguns lucros simbólicos. Mesmo porque, quando os rituais militares tornam-se públicos, seus efeitos simbólicos podem garantir aos seus partícipes, de certa forma, alguma distinção.

Dentre os rituais militares, a celebração do Dia da Pátria tem grande destaque, pois, através das tradicionais paradas de Sete de Setembro, os militares mostram-se à sociedade. É aí que as “coisas são ditas” com mais clareza e concretude. As mensagens de patriotismo estão ali estampadas, ocasião em que se destacam certos valores como a honra, a coragem destemida, a bravura, enfocados em gestos, gritos de guerra, hinos e discursos. É quando os homens transformam-se em um só corpo, em um só gesto, em um só uniforme, em um só espírito. Aliás, este tipo de ritual é um elemento importante na constituição da masculinidade dos homens ali presentes, como forma de culto à figura do herói, do bravo, do guerreiro

¹²⁸ O Clube Militar da Reserva do Exército foi declarado de utilidade pública através do Decreto nº 13.968, de 9 de novembro de 1943, publicado na Seção 1 do DO, de 11/11/1943 (p.16.596), e transcrito no BE nº 46, de 13/11/1943 (p.4.093). Seu estatuto, aprovado em 1934, foi publicado no BE nº 51, de 15/09/1934 (p.641). No livro de Altamira Pereira Valadares (1976, p.108) consta a figura de um certificado seu de sócia honorária do referido Clube, datado de 25/01/1951.

destemido, pronto para defender a nação, cuja imagem é reforçada através dos movimentos uniformemente bruscos e da controlada violência dos gestos (MENDES, 2002).

Indubitavelmente, os desfiles cívico-militares são uma oportunidade em que o Estado trabalha as emoções e sentimentos a favor de si, pela materialização do discurso patriótico. A ordem e a distribuição estratégica dos pelotões, os hinos e canções nacionais, as bandeiras, os uniformes, as armas, o sincopado do som da marcha, tudo isso colabora para a “hipnose coletiva”, e para o “delírio da multidão” (DOMENACH, 1955, p.80).

Nesse sentido, é oportuna a apresentação da próxima fotografia:



Figura nº 13 – Parada cívico-militar de Sete de Setembro, Belo Horizonte, 1953 (Casa da FEB, Belo Horizonte)

Trata-se de uma foto do desfile de Sete de Setembro em 1953 nas ruas da cidade de Belo Horizonte, que contou com grande adesão da população local, e que estampa alguns membros da Associação de Ex-Combatentes da capital mineira, em marcha.

O grupamento que está à frente é composto de homens fardados que são, *a priori*, militares de carreira (da reserva de 1ª ou 2ª Classe) e de um em traje civil, cuja função à época era de presidente desta Associação de Ex-Combatentes, o então 2º sargento reformado Divaldo Medrado. No grupamento mais à retaguarda vêem-se dois oficiais fardados: um homem e uma mulher. Esta é a febiania Ilza Meira Alkmim (em destaque). Atrás deles, está um grupamento de homens em trajes civis, possivelmente todos praças e membros da Associação.

O que bem chamou a atenção no texto fotográfico foi o fato da presença feminina solitária de uma enfermeira febiania e da mesma ter se apresentado fardada ao desfile. Sobre isto, estão os seguintes recortes:

Acabou a guerra, acabou a vida militar. (...) Porém, nas datas cívicas era permitido o uso de farda a qualquer oficial da Reserva¹²⁹ (...). (Enfermeira Elza Cansação Medeiros).

Nessas datas a gente podia usar a farda. É Sete de Setembro, representação da FEB. (...) Esta é a Ilza Alkmim. (...) Ela tinha mania de se apresentar fardada. (...) A Ilza gostava de ir fardada aos lugares. (Enfermeira Carlota Mello)

Fazer-se fardada e mostrar-se em destaque num desfile cívico-militar significa informar aos espectadores que aquela pessoa ocupa algum espaço e goza de algum *status* naquele grupo, posto que o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação e/ou de simulação de poder (BOURDIEU, 2007b, p.160-3).

Ademais, os efeitos de sua presença no meio de homens “heróis” da Nação, trás a idéia da (re)construção e da (re)apropriação de uma identidade de “enfermeira militar”, ao tempo que promove um senso de pertencimento às Forças Armadas, ao fazer-se ver e fazer-se crer

¹²⁹ Cabe esclarecer que, logo após o término da guerra, os expedicionários que foram licenciados do Serviço Ativo do Exército foram proibidos de usar seus uniformes (Aviso nº 2.256, de 21/08/1945, publicado no DO nº 192, de 24/08/1945, p.13.923, e transcrito no BE nº 34, de 25/08/1945, p.2.752).

“enfermeira militar”. Mas também, os rituais instituem e consagram as diferenças, fazendo mover determinados grupos de uma esfera à outra, como do privado ao público, do mundano ao sagrado, do esquecimento à lembrança, pois instituir é consagrar, ou seja, sancionar ou santificar um estado de coisas. Por isso, os rituais são responsáveis por reforçar os laços sociais entre os indivíduos e o grupo em que estão inseridos, produzindo como efeito uma espécie de reafirmação identitária de um grupo social (SEGALEN, 2002).

Com efeito, a presença da Associação de Ex-Combatentes naquele evento reúne os atributos simbólicos que sustentaram uma luta travada pelos pracinhas para a defesa de seus interesses particulares e de sua história e memória no mundo social. E disso, algumas febianas bem tomaram parte, politicamente e esteticamente.

Sobre a adesão de febianas às associações de ex-combatentes, uma das enfermeiras entrevistadas relatou o seguinte:

Além de nós expedicionários, todo mundo que trabalhou na fábrica, no mar, ou em qualquer outro lugar, e que pôde comprovar que trabalhou para feito de guerra, (...) pôde fazer parte das associações de ex-combatentes. A Ilza se associou a ela. Eu e muitas outras fizemos parte, também. (Enfermeira Carlota Mello)

Doravante, a passagem delas da Reserva de 2ª Classe para a de 1ª Classe (leia-se: Serviço Ativo) seria uma questão de tempo, mas de novas alianças, que seria mesmo impulsionada pelos reflexos da promulgação dessa Lei nº 1.209/50, a qual, inclusive, serviu de base para que o deputado Lutero Vargas¹³⁰, filho do presidente da República em exercício, apresentasse em 2 de maio de 1951, à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, o PL nº 265, que teve a seguinte ementa: “Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviços no 1º Grupo de Caça, as disposições da Lei nº 1.209 [...]” De certa forma, sob o abrigo das leis que

¹³⁰ Há que se mencionar que Lutero Vargas, filho do então presidente Getúlio Vargas, incorporou-se à FAB durante a Segunda Guerra, quando atuou como médico junto às enfermeiras no 1º Grupo de Caça. E, agora, posicionava-se como defensor das causas dessas ex-companheiras de farda. A última ação por que passou o referido projeto ocorreu em 19/07/1952, quando foi transformado na Lei nº 1.647 em 18/07/1952, que foi publicada no DO de 23/07/1952.

amparavam as enfermeiras do Exército, estavam as enfermeiras da Aeronáutica, que, como as do Exército, também foram desmobilizadas ao término da guerra.¹³¹

Com o amparo da Lei nº 1.209/50 as febianas não estavam mais classificadas na condição de civis, e sim na de militares, mas da Reserva de 2ª Classe. Condição esta que, como abordado, não dava direito a elas de poderem retornar ao Serviço Ativo, além de remuneração regular, entre outros. Dessa forma, elas somente faziam parte de um corpo de reserva, que poderia ou não ser mobilizado em caso de guerra futura. Ademais, essa “ruptura” delas do arcabouço jurídico-legal do Exército parecia ser o bastante para o contexto e para um campo cujas estruturas simbólicas bem sacramentavam a distinção entre os sexos (CAMERINO, 1983, p.120-1).

Porém, como escreveu umas das febianas, “os anos se passaram, e a luta das colegas para regularizarem a situação não foi infrutífera!” (CANSANÇÃO, 2003, p.259). Sobre o empenho nesta “luta” que rendeu frutos, algumas febianas se destacaram das outras:

Todo mundo queria voltar à ativa, mas a campanha contra era grande. E a Vassimon conseguiu. (...) Na realidade, deve-se a Vassimon a liderança desse movimento de retorno, de efetivação da turma como militar. Ela é quem ia para a Câmara “chatear” e “futucar” com os deputados, com os senadores, e com todo o mundo. Ela vivia pedindo a todo mundo... Eram umas três ou quatro só que estavam nesse movimento, mas a líder, a “bola mestra” era ela, Maria José Vassimon de Freitas. O Congresso era aqui, né!? Era fácil de a gente ter acesso. E cada uma de nós que tinha amizade com alguém do poder, ia fazendo o trabalho... (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Assim é que as alianças com parlamentares seriam de importância capital no processo de reinclusão das enfermeiras da FEB. Aliás, a próxima fala, de outra febiana, além de complementar a anterior, aponta o nome do deputado que serviria de porta-voz do grupo:

(...) “Todo mundo” queria [ser reincluída], mas (...) quem procurava e trabalhou junto ao Fernando Ferrari foi justamente a Maria José Vassimon de Freitas e a Isabel Novaes Feitosa. (...) Elas eram “metidas” em tudo! (...)

¹³¹ Ao regressarem ao Brasil, algumas enfermeiras que atuaram no 1º Grupo de Caça na guerra foram trabalhar como civis nos hospitais da FAB (CANSANÇÃO, 2003).

As duas não largavam o Ferrari. Tinha ainda a Olímpia Camerino, que estava a par de muita coisa. A Maria José Aguiar, também. Ela era funcionária do Ministério da Guerra... Este grupo é que se juntou ao Ferrari. Aí, umas outras apareceram, como a Zilda Nogueira Rodrigues. E aí, saiu o projeto. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Pelas fontes escritas e orais reunidas, há indícios significativos de que a consecução da reinclusão de febianas no Serviço Ativo obteve mais concretude quando o general Emmanuel Marques Porto, enquanto comandou o Serviço de Saúde do Exército, entre os anos 1951 e 1954, assessorou o deputado Fernando Ferrari na elaboração de um projeto de lei para atender este fim.¹³² O próximo recorte ratifica tal assertiva:

Eu lembro que o deputado Ferrari teve muito contato com o general Marques Porto, que foi dando informações ao deputado, porque ele era civil. (...) O deputado não tinha conhecimento das coisas. Ele achou valorosa a nossa participação na guerra. Mas, ele não conhecia os pormenores. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Assim, o ceticismo da improvável reinclusão das febianas no Serviço Ativo do Exército começou a perder sua sustentação, quando elas passaram a contar com o peso do capital político do consagrado deputado federal Fernando Ferrari, do Partido Trabalhista Brasileiro.

Foi ele quem fez o projeto de lei para nós. Ele foi o nosso padrinho... Ele fez tudo por nós. Ele atendeu ao pedido de Vassimon e de outras mais. Ele entendeu a nossa situação, e comprou a briga. O Ferrari fazia tudo pela gente e pelos militares. (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Ao que parece, a “escolha” do deputado Fernando Ferrari para aliado esteve atrelada à sua origem partidária, à sua trajetória política bem sucedida, inclusive em defesa dos membros das Forças Armadas, além da proximidade que mantinha com Juscelino Kubitschek,

¹³² Há que se considerar também que o próprio marechal Mascarenhas de Moraes, outro aparente aliado das febianas, estava na função de chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) na época dessas aproximações políticas, o que, apesar de não ser mencionado nas fontes consultadas, pôde ter garantido alguma vantagem no processo. A título de curiosidade, o EMFA foi criado a partir da Constituição de 1946, e trata-se de um órgão de integração das três Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) subordinado ao Poder Executivo, que foi responsável por toda criação, aplicação e conclusão das estratégias de segurança e defesa nacionais; além de ter sido incumbido de resolver assuntos de ordem financeira, administrativa e cultural. Com a ascensão dos militares ao poder em 1964, as Forças Armadas passaram a ter autonomia única de decisões.

um dos nomes fortes da política pública do país, que seria candidato à presidência da República poucos anos depois.¹³³

Ao se fazer porta-voz (autorizado) do grupo de enfermeiras da FEB, ele dotou-se do poder de falar e de agir em nome do grupo. Nesse sentido, ao referirem que foi dele o apadrinhamento político decisivo que tiveram nesta empreitada, as enfermeiras personificaram magicamente a sua representação na figura deste agente, que lhes fez representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, assumindo, ele, o direito de representação, ao falar e agir pelo grupo.

Sendo assim, a 12 de novembro de 1953, o deputado Ferrari apresentou seu anteprojeto, cuja ementa foi a seguinte: “Regula o aproveitamento, no Serviço Ativo do Exército, das enfermeiras que integraram a FEB, no TO da Itália”.¹³⁴

No texto da justificação que apresentou, Ferrari fez constar o seguinte:

(...) Como é notório, nossas patrícias prestaram excelentes serviços profissionais durante as operações de guerra na Itália, excedendo-se em carinho e elevado espírito de solidariedade (...), o que foi atestado pelos Chefes do Serviço de Saúde da FEB, assim como pelos comandantes norte-americanos (...). Eis porque, decorrido algum tempo, após o término da II Grande Guerra, impõe-se a necessidade de ser examinada a atual situação dessas patrícias, muitas exercendo funções da especialidade, em repartições públicas e outras como burocratas.

Mais uma vez o sentimento patriótico arrebatado dos tempos de guerra era trazido em interesse das febianas. Na guerra das palavras, o próprio deputado tomou como referência o capital simbólico acumulado por elas, prefaciando o prestígio do grupo. Assim, as estratégias simbólicas por intermédio das quais os agentes procuraram impor a sua visão das divisões do

¹³³ Fernando Ferrari, graduado em Ciências Econômicas e em Direito, ajudou a fundar o PTB com o processo de enfraquecimento do Estado Novo, em 1945. Foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1950 para mandato de 1951 a 1955, quando apresentou o PL que visou à reinclusão das febianas no Serviço Ativo, e, mais tarde, foi reeleito em 1954 para mandato de 1955 a 1959 (LEMOS, 2001).

¹³⁴ Trata-se do PL nº 3.832, de 12/11/1953, que está publicado em sua íntegra na Seção I do DO de 13/11/1953 (p.4.121-4). Este PL está disponível também em: www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=216344, acesso em 30/09/06.

mundo social e da sua posição nesse mundo pode situá-los no que Bourdieu (2006, p.146) chama de “ato de nomeação oficial”,

que é o ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima.

O deputado continua sua justificação rememorando a Lei nº 1.209/50, que foi bastante oportuna para o projeto que apresentou:

(...) As enfermeiras da FEB só têm motivos de admiração, simpatia e gratidão aos seus parlamentares, pois foi de um modo particularmente carinhoso que o Congresso Nacional acolheu o projeto, posteriormente transformado em lei – Lei nº 1.209-50, pretensão tão justa como esta ora apresentada.

Para fundamentar o seu projeto, Ferrari evocou legislações que serviriam de argumento praticamente irrecusável para uma possível aprovação do mesmo. Um exemplo foi o Decreto-Lei nº 8.159, de 3 de novembro de 1945, que regulou o aproveitamento no Serviço Ativo do Exército de oficiais subalternos e praças da Reserva de 2ª Classe. Sobre este dispositivo, a defesa de Ferrari pesou quando aguçou que: “se as enfermeiras da FEB fossem, na época da promulgação, segundos tenentes da Reserva de 2ª Classe – como hoje o são em face da Lei nº 1.209/50 – teriam também gozado do aproveitamento outorgado no preceito do decreto-lei”.

Ou seja, as enfermeiras febianas não puderam requerer sua permanência no Serviço Ativo, com base neste decreto-lei, porque não eram da Reserva de 2ª Classe após o término da guerra, e sim de 3ª Classe, que, como mencionado antes, foi uma classificação praticamente exclusiva para o grupamento de enfermeiras desde antes do embarque, que não deu

inicialmente ao grupo o direito ao posto militar, o que já aparentava uma bem provável posição estratégica da Força em não precisar mantê-las em seus quadros no pós-guerra.¹³⁵

Pela via política (conservadora), através de apelos simbólicos e das alianças políticas, a pretendida reinclusão das febianas no Serviço Ativo do Exército passou a reunir alguns lucros, pois as febianas souberam capitalizar esses apelos e alianças para lograrem seus intentos. Em contrapartida, chama atenção a abstenção de algumas febianas neste processo, conforme revela o trecho a seguir:

O deputado Ferrari era meu vizinho. Morávamos no mesmo edifício em Laranjeiras, no edifício Paissandu. Às vezes, eu descia junto com ele no elevador... E papai me proibiu! Ele dizia: *Não toca no assunto, porque vocês merecem receber esse título sem projeto. O Exército e a Pátria devem essa obrigação a vocês, de modo que trate muito bem o Ferrari, mas não peça. (...) Você tem a sua posição, o seu trabalho. Você tem o seu pai, e não vai estar por aí pedindo a deputado, porque eu não gosto desse negócio!* (...) Então, eu não pedi. Eu sabia pelas colegas, participava ao meu pai, e ele dizia para que elas resolvessem... (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

De um modo ou de outro, as idéias do pai de Virgínia tangenciam o que descreveu Perrot (2005, p.375) de que “o campo da política, sobretudo, é uma reserva de caça masculina”, onde não se convém a uma mulher se meter. Aliás, a família tende a funcionar como um espaço em que se constituem as competências julgadas necessárias em determinado momento, ou seja, como um mercado que, por suas sanções positivas ou negativas, controla o desempenho, fortalecendo o que é “aceitável”, desincentivando o que não o é, votando ao desfalecimento gradual as disposições desprovidas de valor (BOURDIEU, 2007a).

Há que se considerar ainda que a atitude e a opinião do pai desta enfermeira, oficial de alta patente do Exército, estavam aparentemente consoantes com o *habitus* militar por ele incorporado. Assim, a posição do pai-general pôde ter emergido da exteriorização de disposições morais que regulam a conduta cotidiana por meio do *ethos* militar, inclusive na

¹³⁵ Em seu artigo 15, o Decreto-Lei nº 8.159 estabeleceu o prazo de 60 dias, após a sua promulgação em 3 de novembro de 1945, para que fossem encaminhados os requerimentos, o que impediu que as febianas requeressem quando foram classificadas na Reserva de 2ª Classe somente em 1950, pela Lei nº 1.209.

forma de se movimentar as relações entre o mundo interior (militar) e o mundo exterior (civil) (CASTRO, 2004; ROSA, 2007).

Outra enfermeira febianana deixa claro em sua fala que não chegou a se envolver também neste processo:

Essa parte não me tocou! Quando acabou a guerra, cada qual teve que arranjar o seu emprego, porque, se não tivesse emprego, ia morrer de fome! Então, o que a gente fez? Cada uma foi cuidar da sua vida! (...) Eu fui logo trabalhar nisso, naquilo... Então, eu não fiquei naquela expectativa, preocupada, aguardando as coisas... (Enfermeira Roselys Teixeira Gazzinelli)

Estas falas deixam ver que não houve uma adesão efetiva de todo o grupo na defesa direta da reinclusão delas no Exército. Por certo, poucas mesmo foram as que se dispuseram a se mobilizar na busca por apoio político, uma vez que boa parte delas não necessitava prover de seus próprios meios para se sustentar, ou ainda porque não desejavam se expor nos meios sociais que pertenciam.

Não obstante, nas fontes acessadas, é comum o registro de que a representação pública das enfermeiras febianas era tida como estranha, transgressora, e criadora de certo mal-estar. O trunfo que o grupo bem sabia utilizar para não parecer tão “fora de lugar” era, geralmente, o de articular-se e de envolver-se com pessoas que bem possuísem capital social e simbólico, para que, assim, pudessem participar melhor dos jogos sociais em diversas circunstâncias.

Nisto, o general Emmanuel Marques Porto, ex-chefe do Serviço de Saúde da FEB, foi uma referência proveitosa para o grupo.¹³⁶ A título de demonstração, a fotografia que se segue ajuda a reforçar a idéia dos laços que o general e suas ex-comandadas nutriam entre si:

¹³⁶ Como descrito por Moura (1991, p.443), Marques Porto dedicou-se inteiramente à medicina castrense; atuou na Revolução de 1930, no Movimento Constitucionalista de 1932, e na Segunda Guerra Mundial; conquistou vários títulos nacionais e estrangeiros; chefiou os serviços de saúde da 1ª e 4ª RM; dirigiu hospitais militares; foi instrutor na Escola de Saúde do Exército e na Escola de Estado-Maior do Exército e da Aeronáutica; eleito presidente da União Pan-americana de Medicina Militar; organizou o curso de formação de sargentos especialistas de saúde, bem como proporcionou vários cursos de especialização para oficiais e graduados; presidiu a Academia Brasileira de Medicina Militar; elaborou um novo regulamento para o Serviço de Saúde do Exército em 1953 que, inclusive, reestruturou a Diretoria Geral de Saúde; entre outros feitos.



Figura nº 14 – Residência do general Emmanuel Marques Porto, s.d. (Acervo pessoal da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Outra demonstração de aliança com o antigo chefe, e que rendeu algum lucro simbólico para o grupo, foi a escolha da febiania Altamira Pereira Valadares para proferir um discurso na ocasião da inauguração do busto de Marques Porto, no pátio externo do Hospital Central do Exército, na manhã de 26 de novembro de 1953, por ocasião de seu afastamento do cargo de diretor de Saúde do Exército¹³⁷. Há que se mencionar que, há pouco, ele havia sido promovido ao posto de marechal.¹³⁸

¹³⁷ Na época, a enfermeira Altamira Pereira Valadares estava reformada como 1º tenente (VALADARES, 1976, p.14).

¹³⁸ Sua promoção ocorreu em 25/06/1953.

Alguns trechos desse discurso são reveladores das expectativas criadas em torno da participação delas na Segunda Guerra Mundial, e que, naquele ritual, serviram de argumento para a reconstrução social de uma imagem pública positiva de “mulher militar”.¹³⁹ Ei-los:

Recebi com júbilo a honrosa incumbência da Comissão Organizadora desta sincera homenagem (...) para saudar o nosso ex-chefe. (...) Ele agia com o coração, com humanidade, com ponderação, com respeito, na defesa e proteção desse punhadinho de brasileiras [enfermeiras da FEB], que destemidamente se expuseram a cooperar, com uma pequenina parcela, suavizando as dores físicas, levantando o ânimo de nossos bravos feridos, doentes e combatentes. (...) Elaborou um projeto, na criação de um Quadro de Enfermeiras Militares, oficializado, a fim de atender às necessidades do Exército, em melhores condições pecuniárias do cargo e ao país, quando preciso fosse. Enquanto aguardamos a concretização desse projeto, nós do Brasil ficamos na retaguarda dos demais países evoluídos. (...). Sentimos, é certo, a vossa retirada, privando-nos de vossa mão protetora. (...).

O recorte a seguir trás o testemunho de uma das febianas que participaram desta solenidade, ao tempo que demonstra sua relação próxima com aquele marechal:

Eu fui nesta inauguração do busto. Foram umas quatro ou cinco enfermeiras. (...) Ele foi colega de turma da mamãe de escola primária, depois, continuou com a amizade. (...) Ele também foi muito amigo do meu pai. (...) Tanto que eu ia ser até afilhada dele quando nasci, mas a minha tia pediu ao papai para ser minha madrinha... Papai o chamava de “marquês”. A [enfermeira] Olímpia Camerino também era muito amiga dele... (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

De certa forma, a inauguração do busto do ex-comandante das febianas no hospital de maior importância do Exército e as próprias palavras do discurso de Altamira podem ser tidos como uma maneira de se evitar que o afastamento dos corpos mortais - que, durante um período, encarnaram o grupo, ou seja, representantes, chefes e porta-vozes - afete a existência do grupo e da função na qual ele se realiza: *dignitas non moritur*¹⁴⁰. Posto isso, o busto, o retrato, a representação, a cerimônia comemorativa pelos quais o grupo oferece tributo de

¹³⁹ O texto completo deste discurso está publicado no livro de Altamira Pereira Valadares intitulado *Álbum biográfico das febianas* (1976, p.13-4).

¹⁴⁰ Expressão clássica que significa: *a dignidade não morre*.

homenagens e de reconhecimento, são todos instrumentos pelos quais ele tende a utilizar para garantir o privilégio social de bem eternizá-lo (BOURDIEU, 2007a).

Por essa mesma vertente, não há como deixar de mencionar as providências daqueles que participaram da FEB em conferir toda a qualidade de eternização aos soldados brasileiros que morreram nos campos de batalha. Vê-se, pois, na ilustração a seguir, alguns vestígios deste intento de ex-combatentes em cultuar os que tombaram.



Figura nº 15 – “Um tostão de cada brasileiro” (recorte de jornal), 195[?] (Acervo da FEB, Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro)

Nesta fotografia que acompanhou uma reportagem jornalística, vê-se sentado a uma mesa o presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, no momento da abertura do livro

de doações de flores para as sepulturas dos soldados brasileiros no Cemitério de Pistóia, na Itália, por ocasião das comemorações do Dia de Finados. Da esquerda para a direita está a enfermeira febianana Helena Ramos, seguida de um homem não identificado, que tem ao seu lado outra febianana, Elza Cansanção Medeiros, mais outro homem de óculos não identificado, ladeado pelo general Araquém, e, por fim, um outro homem também não identificado. A legenda refere todos como “dirigentes da Associação de Ex-Combatentes”.

Trata-se de uma reunião que ocorreu entre os anos de 1951 e 1954¹⁴¹, período do segundo governo de Vargas. No texto fotográfico, as pessoas sorriem discretamente, o que denota o sentimento de algum contentamento. A presença de duas enfermeiras febianas naquela reunião mostra, através de suas aproximações com a Associação de Ex-Combatentes, as marcas das representações presentes no universo feminino da época de que a mulher tinha um papel a cumprir na sociedade. Com esta forma de atuação neste tipo de questão assistencial, de se levar flores para os túmulos dos soldados heróis da Pátria, elas fizeram ver, nas suas práticas, as representações que povoavam o universo feminino, principalmente da elite, cujos princípios estavam no maternalismo feminista ou feminismo maternal, fazendo reproduzir as idéias da Pátria-Mãe (em luto), novamente.

Sobre esse momento, uma das enfermeiras fotografadas disse:

Isto foi no Palácio do Catete, no gabinete de despacho do presidente. (...) É a Campanha do Tostão. (...) Todo ano nós mandávamos buquês de flores já prontos para cada sepultura do cemitério de Pistóia (chorando). E os órfãos italianos colocavam os buquês nos túmulos, em nome dos órfãos brasileiros... Era um trabalho muito bonito... Eu era da diretoria também. Então, nós fomos buscar o tostão do Getúlio. E foi muito interessante, porque ele deu só um tostão que catou do bolso. Depois, ele deu um cheque. Nas estações de estradas de ferro nós colocávamos umas caixinhas e, depois, não conseguíamos recolher de tão pesadas que ficavam (...) (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

¹⁴¹ Não foi possível precisar a data exata e o nome do jornal que publicou esta reportagem. Entretanto, pelo cruzamento de outras fontes, é bem possível que tenha ocorrido no ano de 1953.

Por certo, este é um exemplo que mostra enfermeiras febianas engajadas na preservação da memória da FEB, e por extensão, na preservação de suas próprias memórias e na (re)construção de uma imagem que as favorecesse no campo social. Isso porque os rituais que celebram os mortos, ao tempo em que transmitem para a posteridade as realizações da pessoa ou grupo homenageado, também contribuem para a sua eternização, cuja qualidade depende da qualidade do grupo encarregado de consagrar/celebrar. Assim, para as enfermeiras febianas, posar ao lado do presidente da República em um evento que remonta a participação da Força Expedicionária na Segunda Guerra Mundial conferiu visibilidade ao grupo, mediante sua divulgação em uma fotografia que apresenta a autoridade máxima do país, o que denota a eficácia do capital social do grupo fotografado.

Outra estratégia utilizada pelas febianas para serem reincluídas no Serviço Ativo foi a divulgação de seu trabalho de enfermagem de guerra em cenários de discussão de cunho científico, como no do Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar (ICBMM), ocorrido entre os dias 11 e 15 de julho de 1954, na cidade de São Paulo, sob os auspícios da Comissão do IV Centenário de São Paulo¹⁴² e da Academia Brasileira de Medicina Militar, cuja presidência estava a cargo do marechal médico Emmanuel Marques Porto, ex-comandante do Serviço de Saúde da FEB (1944-1945).

À época, este conclave veio de encontro às necessidades de ordem organizacional e científica sentidas pelos Serviços de Saúde das Forças Armadas do país, após a experiência na Segunda Guerra Mundial. Ao todo foram expedidos cerca de 5.000 ofícios às autoridades civis e militares, bibliotecas, entidades culturais, autarquias e agremiações particulares, além de 25.000 circulares dirigidas aos profissionais de saúde de todo o país. A idéia da realização do Congresso surgiu no âmbito da Academia Brasileira de Medicina Militar que, com a

¹⁴² A cidade de São Paulo fez 400 anos em 25/01/1954. Nas comemorações de seu 4º centenário de fundação, foram inaugurados na cidade a Catedral da Sé, o Monumento às Bandeiras, e o Parque do Ibirapuera, sendo este o local onde foi realizado o ICBMM.

aquiescência do Ministério das Relações Exteriores, chegou também a endereçar convites especiais às nações amigas (Anais do ICBMM, 1954, v.1, p.33).¹⁴³

Com este investimento, as adesões ao Congresso atingiram o elevado número de 1.300 congressistas, aproximadamente. Entre os partícipes estavam delegados estrangeiros da França, Estados Unidos, Chile, Colômbia, Peru, Paraguai e Uruguai, representações do governo federal e estadual, de instituições do país, além de militares de alta estirpe, tais como o general Euclides Zenóbio da Costa, ministro de Guerra e representante do presidente da República no evento (Anais do ICBMM, 1954, v.1, p.36).

Marcado por seu caráter internacional, este congresso representou o primeiro do gênero no país, e um dos maiores dos que já se realizaram no mundo, conforme anunciou o governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, na cerimônia de abertura em 11 de julho de 1954. Nesta mesma solenidade, o general George E. Armstrong, diretor de Saúde do Exército dos Estados Unidos, chegou a expressar que “sem dúvida, nos anos vindouros, o historiador dirá que a realização desse Congresso foi um momento de maior importância nos anais da medicina militar do Brasil.” (Anais do ICBMM, 1954, v.1, p.60, 67).

Do total de inscritos, apenas 60 foram de mulheres¹⁴⁴, o que equivaleu a aproximadamente 4,6%. Deste número [60], 14 eram enfermeiras da FEB¹⁴⁵. Tal diferença entre o público masculino e feminino era esperada para a época e para aquele tipo de campo [militar]. Mesmo assim, há que se referir que, no que diz respeito à questão do acesso ao

¹⁴³ Sobre o público-alvo, é de interesse o que constou no artigo 9º do Regulamento do ICBMM: “São considerados membros efetivos do 1º Congresso Brasileiro de Medicina Militar: a) os médicos, farmacêuticos e dentistas, civis e militares, da ativa e da reserva que, mediante prévia inscrição, satisfizerem as necessidades estabelecidas. b) os representantes oficiais das entidades oficiais e científicas convidadas e devidamente credenciados.” (Anais do ICBMM, 1954, v.1, p.28).

¹⁴⁴ As mulheres que constaram como inscritas nos Anais do ICBMM eram: enfermeiras da FEB (n=13), enfermeiras militares estrangeiras (n=2), enfermeiras diplomadas civis (n=3), enfermeiras civis com outras formações (n=12), médicas (n=11), dentistas (n=2), farmacêuticas (n=2), assistente social (n=1), professora (n=1), secretária de Escola de Enfermagem (n=1), e outras não identificadas (n=12).

¹⁴⁵ As febianas que tiveram seus nomes mencionados como membro do ICBMM foram: Alice Neves Maia, Altamira Pereira Valadares, Elita Marinho, Elza Cansação Medeiros, Helena Ramos, Jacyra de Souza Góes, Maria Aparecida França, Maria do Carmo Correia e Castro, Maria José Vassimon de Freitas, Novembrina Augusta Cavallero, Olímpia de Araújo Camerino, Ondina Miranda de Souza e Virgínia Leite. Apesar de não constar na lista, também esteve presente a enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, o que totaliza um número de 14 febianas presentes no evento.

conhecimento, desde a noite dos tempos, pesa sobre as mulheres um certo interdito ao saber, entendido como contrário à feminilidade. Como é sagrado, o saber é apanágio de Deus e do Homem, seu representante sobre a terra. É por isso que Eva cometeu o pecado supremo. Ela, mulher, queria saber; sucumbiu à tentação e foi punida por isso. Com efeito, algumas rupturas foram se fazendo como o próprio feminismo anglo-saxão, que é tido como um tipo de feminismo do saber. A título de exemplificação, Florence Nightingale é uma figura que preconizava, para as moças oriundas das classes medianas, um ofício que fosse qualificado, paramédico, e com salários decentes (PERROT, 2007, p.91).

Nos anais do Congresso foram publicados os textos de nove temas oficiais e quase duas centenas de temas livres, o que denota o caráter vultoso que tomou o evento à época. Desses temas oficiais, chama a atenção o intitulado *Racionalização do recrutamento, aperfeiçoamento e acesso dos integrantes dos Serviços de Saúde das Forças Armadas*, que teve como relatores o coronel Luiz Paulino de Mello, o capitão de fragata Gerson Sá Pinto Coutinho e o capitão Carlos Maia de Assis, médicos brasileiros do Exército, Marinha e Aeronáutica, respectivamente. Em 92 páginas, inúmeras são as recomendações que eles desenvolvem, inclusive para a enfermagem militar.

Luiz Paulino de Mello (1954, v.1, p.658) denunciou a dificultosa situação pela qual sempre passou o Serviço de Saúde do Exército. Dentre as crises, foram apontadas a de homens, pelos claros existentes nos quadros de oficiais; organizacional; de recursos financeiros; de material técnico para a paz e para a guerra; e de inexistência de quadros, indispensáveis para que haja eficiência técnica, de enfermeira, de oficiais auxiliares de saúde e de auxiliares (femininas) de enfermagem. Pelas fontes acessadas, é deste coronel médico uma primeira defesa, em caráter acadêmico e circunstanciado, da necessidade de se ter um quadro de enfermeiras femininas no âmbito do Exército. A propriedade de sua visão sobre

esta questão devia-se ao fato de ser ele ocupante de cargo ligado às questões de pessoal e de aperfeiçoamento no âmbito do Exército.

No corpo de sua argumentação, ele evocou a experiência das enfermeiras da FEB na Segunda Guerra, ao tempo que traçou sua escrita com base na predestinação feminina à prática de enfermagem, e, ainda, desqualificou a enfermagem executada por homens, quando tentou conferir predicativos feminilizantes para caracterizar a profissão. Em destaque, alguns trechos de seu texto:

Não é somente a nossa experiência, nos campos da Itália, mas a de todos os demais países, que afirma peremptoriamente a insubstituível qualificação da mulher no delicado mister de prestar assistência a enfermos e feridos. O básico sentimento materno, que estrutura a personalidade psíquica da mulher, a mais sutil delicadeza de manuseio, a capacidade inconfundível de dedicar-se ao que sofre, gerando fortaleza de ânimo e resistência física insuspeitadas, fazem da mulher o elemento predestinado à missão da enfermagem. A enfermagem masculina, por mais eficiente que seja, falta-lhe essa suave delicadeza, essa característica de poder dobrar-se sobre a alma sofredora e infundir-lhe, insinuando-se pela leveza do toque e pelo carinho no trato, uma nova vontade de viver. Quando essas qualidades inatas estão servidas por indispensável eficiência técnica, elas obram militares. Confortam na dor e reanimam na desesperança, com mãos hábeis e sutis (MELLO, 1954, v.1, p.670).

O referido autor complementa tais idéias da seguinte forma:

Os mais adiantados meios científicos do mundo reconheceram, de muito, a importância e justeza desses argumentos, entregando a enfermagem de suas instituições hospitalares ao profissional do sexo feminino. O Serviço de Saúde, organização destinada à conservação dos efetivos combatentes, preservando a saúde da tropa e recuperando os incapazes, e, em tempo de paz ou na zona de interior, a tratar, também, as pessoas da família dos militares, reconhece a evidência das razões expostas, e se vale de sua própria experiência durante a última guerra, para afirmar a necessidade da existência de enfermeiras em seu quadro permanente (MELLO, 1954, v.1, p.670).

Ao rememorar a participação de enfermeiras no Serviço de Saúde da FEB durante a Segunda Guerra, este agente, detentor de um capital militar distinto, deliberadamente ou não, acabou por favorecê-las na reprodução de seus próprios argumentos para, inclusive, uma possível reinclusão delas no Serviço Ativo do Exército. Assim, o ganho simbólico verificado

com a primazia dessas enfermeiras da FEB servia, pelo bem delas, para potencializá-las em seus argumentos.¹⁴⁶

No seguimento de seu texto foram enfaticamente evocados alguns dispositivos da Lei nº 775/49, que regulava o exercício de enfermagem, para o quê o coronel fez a seguinte dedução:

Não possuindo os atuais enfermeiros cultura de nível universitário e não exigindo o seu curso de formação de alto padrão de eficiência técnica, não conta o Serviço de Saúde com ENFERMAGEM, no exato conceito atual, situação a que não se deverá conformar o alto interesse do Exército por seus componentes (MELLO, 1954, v.1, p.671).¹⁴⁷

Pelo conteúdo deste recorte percebe-se uma aberta frente aos “enfermeiros masculinos” calcada na competência e no gênero. Em sua exposição, este coronel médico proferiu julgamentos que, se não foram encaminhados e valorizados a contento por seus superiores hierárquicos, pois a enfermagem militar continuou a ser praticada principalmente por enfermeiros masculinos por anos a fio, ao menos violentou simbolicamente os exercentes da profissão (homens) no campo do Exército.

Do mesmo recorte, nota-se a elaboração de uma distinção entre a enfermagem de nível universitário, de alto padrão, com a enfermagem não-universitária, e, por isso, sem a eficiência técnica desejada. Neste mister, é necessário rememorar a condição das enfermeiras da FEB que, durante a guerra, não possuíam, em sua grande maioria, o curso de enfermeira profissional, e nem o fizeram ou desejaram fazê-lo após o término da guerra, como apontaram os dados colhidos.

Outrossim, a contratação de pessoal sem qualificação, de longa data, era uma realidade no Exército Brasileiro. Não obstante, as intervenções e iniciativas da ABEn, com base no seu arcabouço jurídico legal, contribuíram para mobilizar pensamentos sobre a necessidade de

¹⁴⁶ Além da argumentação que escreveu, não foram reunidos elementos para se comprovar possíveis articulações deste coronel com o processo de reinclusão no Serviço Ativo do Exército das enfermeiras febianas.

¹⁴⁷ Destaque em maiúsculo do autor.

modificações na configuração da equipe de enfermagem no campo militar, como foi demonstrado nos escritos ora analisados (NASCIMENTO, 2004).

Pelo que pontuou o coronel médico, o reconhecimento da necessidade de enfermeiras nas organizações militares viabilizou a adoção de quadros militares femininos de enfermagem na maioria dos exércitos. No Exército Brasileiro, entretanto, este assunto passou a ser cogitado somente a partir de 1947, na administração de Florêncio de Abreu, em 1951, na direção de Marques Porto, e, em 1954, pôs-se novamente em foco quando passou a ser objeto de estudos e cogitações. Aliás, como premissas básicas para a consecução de um quadro feminino de enfermagem no Exército, o autor indicou duas: “1) enfermagem é profissão feminina; e 2) exige condições intelectuais e morais IDÊNTICAS às exigidas para os oficiais”¹⁴⁸ (MELLO, 1954, v.1, p.671).¹⁴⁹

Dentre todos os trabalhos apresentados no ICBMM sobre enfermagem¹⁵⁰, um é especial para este estudo, cujo título (sugestivo) foi *Cooperação das enfermeiras na última guerra: necessidade de criação de um quadro permanente de enfermeiras militares nas Forças Armadas*, de duas febianas, as tenentes da Reserva de 2ª Classe Olímpia de Araújo Camerino e Jacyra de Souza Góes.¹⁵¹

O texto de Olímpia e Jacyra resume a história da criação do Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército. Nele, elas fizeram desfilar aspectos do voluntariado, do treinamento, da habilitação, da nomeação como enfermeiras de 3ª classe, do cotidiano dificultoso nos hospitais de campanha, da cadeia de evacuação dos doentes nos hospitais, do serviço de

¹⁴⁸ Destaque em maiúsculo do autor.

¹⁴⁹ As condições para a matrícula seriam: a) ser brasileira nata; b) ter no mínimo 18 e, no máximo, 30 anos de idade; c) ter idoneidade moral comprovada; d) ter aptidão física; e) ter sido diplomada como enfermeira por escola oficial ou equiparada; f) se casada, apresentar consentimento do marido, reconhecendo as obrigações que sua esposa contrairá, segundo as necessidades do Exército e a legislação militar em vigor (MELLO, 1954, v.1, p.671).

¹⁵⁰ Da leitura dos anais, foram identificados oito trabalhos que trataram da enfermagem militar.

¹⁵¹ Além destas enfermeiras, outras enfermeiras febianas também apresentaram trabalhos no ICBMM. Entre elas, a enfermeira Altamira Pereira Valadares foi autora de *Síntese da atuação das enfermeiras brasileiras na 2ª Grande Guerra Mundial*, que, segundo constou em seu livro (1976, p.23), o trabalho deveria, mas não foi publicado nos anais por ter sido extraviado. A enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero também relatou que a mesma situação aconteceu com ela neste Congresso.

evacuação aérea de feridos e doentes, da desmobilização do grupamento de enfermeiras, e, por fim, e estrategicamente, da necessidade de criação de um quadro permanente de enfermeiras militares nas Forças Armadas.

Alguns trechos do trabalho evocam, com certa exaltação, algumas situações do cotidiano do grupamento de enfermeiras da FEB nos hospitais de campanha, que, de certa forma, serviram como argumento irrefutável de se justificar suas presenças naquele evento de medicina militar:

(...) Como instrumentadora, no preparo do material cirúrgico, nas enfermarias, na sala de choque ou no transporte aéreo, sua tarefa era firmemente desempenhada. Num ininterrupto trabalho de oito horas e durante um período de quinze dias de pernoite, venciam a fadiga com verdadeira dedicação profissional. Ao lado das “nurses” americanas o seu trabalho não sofreu inferioridade (CAMERINO; GÓES, 1954, v.2, p.574).

A título de recomendações, elas fizeram alguns apontamentos e ajuizamentos:

(...) A excelência de um corpo de enfermeiras, a organização admirável dessa máquina de eficiência hospitalar, é um dos mais importantes problemas na assistência ao ferido de guerra. Para desempenho da enfermagem, num hospital de sangue, não é bastante ser técnica. A enfermeira deve possuir habilidade, iniciativa e principalmente, senso de responsabilidade. (...) É ainda mister da enfermeira, cuidar da parte psicológica do doente: confortá-lo, animá-lo e levantar sua moral. Se a vida da enfermeira é, em todos os tempos, uma vida de sacrifício, em tempos de guerra, é ela ainda mais cheia de desprendimento, altruísmo e amor ao próximo. Como soldado da caridade é a sentinela invariável a velar pelo doente. Seu lema é ser boa e caridosa, seu tirocínio é acompanhar o sofrimento. Só ela pode dar ou retirar a esperança. Num hospital de sangue, mais sublime é a sua coragem, mais real o seu valor (CAMERINO; GÓES, 1954, v.2, p.574-5).

Do trecho acima, as autoras reproduzem imaginários do trabalho das enfermeiras de guerra, afora outros atributos, como o de “máquina admirável”. Elas se dizem os “soldados da caridade”, na tentativa de atribuir um lugar e uma condição particular às enfermeiras mulheres. Essas são representações do imaginário privado reproduzidas na palavra pública, que alimentam mesmo a dominação masculina. Em contrapartida, o discurso estereotipado

não deixa de ser uma estratégia feminina onde está embutida a necessidade da dissimulação: de ser carinhosa, amorosa, boa e caridosa. Nessa perspectiva, o discurso performativo que enaltece o papel funcional da mulher, destaca uma forma legítima de garantir-lhe certa autonomia e reconhecimento, inclusive para que sejam tidas (forjadas) como merecedoras do título de oficial.

Na sequência do texto, estas febianas, sagazmente, complementaram suas idéias com o seguinte auto-elogio: “As enfermeiras brasileiras foram dedicadas colaboradoras do Serviço de Saúde da Força Expedicionária Brasileira.” E, também teceram comentários sobre algumas iniciativas que foram e estavam sendo tomadas por importantes autoridades militares, no sentido de fazer com que elas fossem reincluídas no Serviço Ativo do Exército. Uma delas foi a do general Marques Porto que, após a guerra, exerceu o cargo de diretor de Saúde do Exército, quando propôs a criação de um Quadro Especializado no Exército, o qual chegou a ser aprovado pelo Estado Maior e passou a estar sob o poder do general José Vieira Peixoto, diretor de Saúde em 1954 para aprovação do ministro da Guerra, e conseqüente mensagem ao presidente da República (CAMERINO; GÓES, 1954, v.2, p.578-9).¹⁵²

Nas considerações finais, estrategicamente, Olímpia e Jacyra fizeram uma provocação, que deixou algo aparente a existência de possíveis opositores desta idéia no próprio campo do Exército:

[Por que as enfermeiras expedicionárias] não poderiam exercer suas funções no posto que lhe confere sua carta patente de 2º tenente [conseguida através da Lei 1.209/50], como reconhecimento dos trabalhos realizados durante a guerra e do meritório serviço que prestaram à Pátria? (CAMERINO; GÓES, 1954, v.2, p.579).

Pela visibilidade que gozou este trabalho, ao estar inserido num evento e ocasião propícios, pode-se constatar que o esforço dessas duas febianas foi um exemplo bem sucedido de estratégia para propagar idéias que objetivavam sua reinclusão no Serviço Ativo do

¹⁵² Não foram encontradas outras fontes sobre esta proposta.

Exército. Ademais, o fato de terem sido protagonistas da primeira experiência feminina no Exército trouxe uma maior competência para falar não só de sua vivência pregressa neste campo, como também maior efetividade no seu discurso sobre a questão de criação de corpos militarizados com mulheres.

Sobre a sua participação no evento e a repercussão do trabalho apresentado, uma enfermeira comentou o que se segue:

Foi Olímpia quem me chamou. (...) Ela sempre nos chamava para essas coisas. (...) O congresso reuniu médicos, e nós fomos assistir. (...) O trabalho dela [Olímpia] foi muito aplaudido. (...) O [marechal] Marques Porto [presidente do congresso] sempre nos prestigiou muito. Por ele, nós ficaríamos na ativa mesmo. Mas, tinha general, diretor de saúde, e ele não podia se manifestar acima de sua patente. (...) No congresso, ele nos deu atenção, (...) e elogiou o trabalho apresentado. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

É comum nas falas das febianas entrevistadas que Olímpia de Araújo Camerino foi uma figura importante em todo o processo de reinclusão delas no Serviço Ativo, e que gozava de grande prestígio dentre os chefes militares, como inclusive pode ser atestado na fotografia a seguir, que estampa Olímpia entre várias autoridades civis e do alto escalão das Forças Armadas:



Figura nº 16 – Solenidade durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar, 1954
(Acervo pessoal da sobrinha da enfermeira Olímpia de Araújo Camerino)

Apesar de não se ter nenhum registro escrito que esclareça a data e a ocasião em que foi produzida esta fotografia, com o cruzamento de outras fontes¹⁵³, deduz-se que a foto registra um momento solene havido no âmbito do Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar, em 1954. A relevância deste registro encontra justificativa em ter congelado a imagem da enfermeira Olímpia de Araújo Camerino numa posição destacada para uma mulher naquele cenário e ocasião, o que atesta sua boa rede de relações (capital social) e de prestígio (capital simbólico) no Exército. Logo à sua retaguarda e ao centro da mesa, está o marechal Emmanuel Marques Porto, ladeado por outros oficiais generais. Como explicou uma febiana: “A Olímpia era muito ‘destacada’ por eles, porque ela já era funcionária antiga [do Ministério da Guerra] e amiga deles.”

¹⁵³ As fontes foram entrevistas e os anais do ICBMM, onde foram publicadas outras fotografias e textos das solenidades realizadas no congresso.

Pelo teor dos textos que foram publicados nos anais deste que foi o primeiro encontro científico que reuniu médicos militares das três forças armadas, das forças auxiliares e de forças estrangeiras, este congresso representou um importante marco simbólico para a enfermagem militar do país, por ter acolhido em suas discussões uma série de recomendações para o desenvolvimento da prática de enfermagem nas organizações militares. Aliás, embora num congresso de medicina, nunca antes o tema *enfermagem militar* foi tão amplamente debatido e defendido em sua importância e necessidade.

Outrossim, o ICBMM permitiu também que febianas se fizessem inscritas como membro efetivo, e que aproveitassem para fazer circular idéias e intentos seus sobre a reinclusão delas no Serviço Ativo do Exército, inclusive como prática de um senso de modernização da Força. Assim, em 1954, deu-se um primeiro passo no espectro acadêmico para a criação de um quadro feminino de enfermagem no seio do Exército, e se endossou, de certa forma, os argumentos para esta reinclusão.

Há que se mencionar que após a experiência feminina do Exército e da Aeronáutica na Segunda Guerra, a Polícia Militar do Estado de São Paulo resolveu incorporar mulheres em seus quadros, no ano de 1955 (CAPPELLE, 2006), definindo um marco inicial que poderia criar algum precedente para a inserção de corpos femininos nas Forças Armadas, uma vez que, mesmo com missões diferenciadas, ambas as instituições [Forças Armadas e Forças Auxiliares] compartilhavam de um ponto de origem comum e de um mesmo *ethos* masculino em suas dinâmicas organizacionais. Outrossim, a incorporação de mulheres nas Forças Armadas, *a priori*, era dificultada em muito pela sua posição mais conservadora do que nas Forças Auxiliares (ROSA; BRITO, 2008).¹⁵⁴

¹⁵⁴ Ao todo foram incorporadas 13 mulheres à Guarda Civil, ocasião em que foi criado o Corpo de Policiamento Especial Feminino através do Decreto nº 24.548, de 12/05/1955. Tal iniciativa foi proposta por um grupo de assistentes sociais no I Congresso Brasileiro de Medicina-Legal e Criminologia, realizado em 1953, com o argumento de que a formação psicológica feminina traria vantagens para a atuação policial em certas áreas específicas, como o trabalho junto a mulheres, idosos e menores delinqüentes ou abandonados. Desse modo é que a Polícia Militar do Estado de São Paulo foi pioneira na inserção feminina, apesar de se tratar de um corpo feminino de guardas civis. Em 1959, ainda como parte da Guarda Civil, o Corpo de Policiamento tomou a

No pós-guerra, a persistência estratégica da presença de febianas em diversos cenários, ocasiões e circunstâncias evoca a idéia da viabilidade e da necessidade de se ter mulheres enfermeiras para cuidar nos hospitais militares, mesmo em tempo de paz. Outro exemplo disso aconteceu em 8 de maio de 1955, dia da Vitória, quando foi levado a público o curioso livro *Nas barbas do tedesco*, de autoria da febiana Elza Cansanção Medeiros¹⁵⁵, que reuniu algumas cômicas crônicas dos pracinhas durante a guerra. Ela conta que o livro “teve a intenção de mostrar às gerações após guerra, com o máximo de simplicidade e clareza, o lado humano, o lado burlesco de nossa vida de campanha” (MEDEIROS, 1955, p.10).

Nas palavras que Elza selecionou para a feitura de seu livro, estiveram também às de reação ao tratamento que as enfermeiras tiveram no âmbito social. E ela não economizou adjetivos:

Línguas ferinas se encarregam de, ou por despeito ou por inveja, procurar desmoralizar as enfermeiras militares. Devo entretanto esclarecer que só a pequenez de espíritos mesquinhos assim o fazem. Não afirmarei que eram santas, nem que eram as melhores enfermeiras do mundo, porém, com a responsabilidade do cargo que ocupei, (...), afirmo que minhas companheiras, de um modo geral, nada deixavam a desejar em sua atuação profissional... (MEDEIROS, 1955, p.253)

O livro, editado pela Biblioteca do Exército, teve seu lançamento noticiado pela imprensa jornalística à época, como pode ser observado a seguir:

designação de *Polícia Feminina* e ficou subordinado à Secretaria de Segurança Pública. Em 1969, passou a denominar-se *Superintendência de Polícia Feminina*. Com a fusão da Força Pública e da Guarda Civil em 1970 – fusão da qual se originou a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) –, a Superintendência transformou-se em *Quadro Especial de Policiamento Feminino* e ganhou infra-estrutura de batalhão. Em 1975, adotou o nome de 1º Batalhão de Policiamento Feminino, incorporando-se plenamente ao arcabouço da PMESP (SOARES; MUSUMECI, 2005, p.15, 27-8).

¹⁵⁵ Após sua participação na guerra, Elza pertenceu à segunda turma de jornalistas da antiga Faculdade Nacional de Filosofia e Ciência Política (1949/52). Esta faculdade é hoje o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Figura nº 17 – A enfermeira Elza Cansanção e o marechal Mascarenhas de Moraes no lançamento do livro *Nas barbas do tedesco*, 1955 (Acervo da FEB, Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro¹⁵⁶)

Na legenda que acompanhou a fotografia fez-se constar o texto: “FLAGRANTE – Colhido na Biblioteca do Exército, vendo-se a ex-enfermeira da FEB, Elza Cansanção Medeiros, autografando um exemplar do livro de sua autoria ‘Nas barbas do Tedesco’, para o marechal Mascarenhas de Moraes.”

Do texto fotográfico cabe a leitura de que, a presença da maior autoridade do Exército à época num evento em que recebeu um livro autografado sobre a FEB¹⁵⁷, e o fato de se deixar fotografar ao lado da autora, traz em si o registro de um momento de trocas materiais e

¹⁵⁶ Esta ilustração foi encontrada em formato digital no Acervo da FEB. Não foi possível identificar o nome do jornal que veiculou esta foto e a data de sua publicação. Entretanto, como a 1ª edição do livro foi publicada em 1955, e tomando por base a fala da própria Elza, é bem provável que a foto tenha sido publicada neste mesmo ano.

¹⁵⁷ Em 1953, o marechal Mascarenhas de Moraes foi nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, oportunidade em que acompanhou a crise política que levaria ao suicídio de Getúlio Vargas no ano seguinte. Depois do suicídio do presidente, em agosto de 1954, ele retornou para a reserva e publicou as suas memórias, como comandante da Força Expedicionária Brasileira

simbólicas. Com efeito, a aproximação de uma febianana com o marechal e com as coisas e causos do campo militar, expôs a rememoração de representações pretéritas daquelas enfermeiras no Exército.

Em entrevista, Elza tece alguns comentários sobre sua proximidade com este oficial:

O marechal Mascarenhas gostava muito de mim. Era muito carinhoso comigo. Ele era o mais velho general da guerra... Eu, todo sábado, lanchava com o Marechal na casa dele. Quando eu não ía, ele, ao me encontrar, dizia: *A senhora está zangada comigo?* Aí, eu me desconcertava! *Não, Marechal! Eu não pude ir por isso, por aquilo...* (...) Depois da guerra, todo sábado eu tinha que lancher com ele. Tinha uma meia dúzia de pessoas ligadas a ele, que ele gostava. (...) Eu havia pedido a ele para prefaciar o livro. Mas, ele não aceitou, porque tinha uma história que ele não gostou, a do caso de um soldado muito safo que foi preso, e os alemães começaram a interrogá-lo: “Como se chama o seu capitão? Banana d’água. E o tenente? Laranja seleta. E o sargento? Abacaxi azedo. (...)” O soldado botou nome de fruta em todo mundo, e no final disse que o nosso exército era comandado por frutas! (risos) Aí, o marechal queria que eu tirasse, e eu disse que não ía tirar. Por isso, ele não prefaciou o livro. (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Sobre o livro, ela faz o seguinte comentário:

(...) Foram tirados dez mil exemplares, e, em menos de dois anos, não tinha mais nenhum! Hoje em dia não se encontra nem em sebo. (...) Este trabalho foi considerado o primeiro de psicologia de guerra, sendo utilizado por muitos anos na Escola de Estado Maior, porque eu mostro a parte humana, a reação do soldado [nos campos de batalha]. (...) (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Assim, como foram observadas neste capítulo, as mostras de um senso de pertença de algumas febianas às coisas, casos e causos militares reforçam a idéia de que elas estavam mesmo dispostas em se ocupar nestes e destes espaços...

CAPÍTULO III

De volta à caserna: a reinclusão de ‘oficiais enfermeiras de guerra’ no Serviço Militar Ativo do Exército

Nos dois capítulos anteriores deste estudo foram abordadas as circunstâncias que antecederam o processo de reinclusão de enfermeiras da FEB no Serviço Militar Ativo do Exército, bem como as estratégias adotadas por elas para a conquista desta reinclusão. Por conseguinte, neste último capítulo, o que se ressalta é justamente a consecução de tais estratégias. Para tal, há que se considerar que o contexto político-social que precedeu a iminência do reaproveitamento destas enfermeiras no Exército foi extremamente complexo:

Com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954, acentuou-se ainda mais as tensões existentes entre os grandes partidos políticos do Brasil. Assim, o cenário político nacional dividiu-se em campos opostos: de um lado, os varguistas (que se denominavam nacionalistas) e, do outro, os que fizeram oposição ao ex-presidente Vargas. Foi nesse clima de alta tensão que teve início mais uma campanha eleitoral no país, em 1955 (SANTA CRUZ, 2005, p.82).

O médico mineiro Juscelino Kubistchek de Oliveira, sujeito carismático, de estilo moderno, e com idéias avançadas, despontou como favorito na corrida presidencial. Não obstante, a UDN não aceitava que um candidato apoiado pelo PTB, seu grande rival, fosse eleito. Ademais, o candidato à vice-presidência lançado pelo PTB, João Goulart, considerado o principal herdeiro de Vargas, era acusado de defender idéias esquerdistas muito radicais, e o apoio do PCB a Juscelino Kubistchek (JK) fez com que os udenistas passassem a temer ainda mais o avanço da esquerda no Brasil. Entretanto, JK e Goulart obtiveram resultado favorável na corrida eleitoral, o que provocou uma reação udenista, que tentou, com o apoio de militares e políticos influentes, uma intervenção que pudesse impedir a posse dos vitoriosos (BIROLI, 2004; SANTA CRUZ, 2005, p.83-5).

Em contrapartida, o general Henrique Duffles Teixeira Lott, ministro da Guerra e figura-chave do governo, não apoiou esta iniciativa e forçou a ocorrência do chamado Golpe Preventivo de 11 de novembro (Contra-Golpe Legalista), a fim de garantir a posse do

presidente eleito. Na ocasião, as tropas do Exército ocuparam edifícios governamentais e estações de rádio e jornais. Os comandos do Exército ficaram ao seu lado, como o marechal Mascarenhas de Moraes, ex-comandante da FEB, e, inclusive, o próprio deputado petebista Fernando Ferrari, autor do projeto de lei que objetivou a reinclusão das febianas, em 1953. Já os ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciaram a ação, tratando-a como ilegal e subversiva. Diante disso, as bases Navais e da Aeronáutica foram cercadas pelo Exército, para se evitar um possível confronto entre as Forças Armadas (FAUSTO, 1999, p.421-5; CARLONI, 2010).

Com o discurso de defesa da Constituição e da democracia e comprometido com a posse dos eleitos, Lott fez com que este episódio atualizasse para a década de 1950 um componente estrutural decisivo da política brasileira: o poder militar. Tanto é que, após o Golpe Preventivo, este general preferiu manter-se no controle do aparelho militar durante praticamente os cinco anos de mandato presidencial, o que resultou num importante fator de estabilidade política durante o governo de Kubitschek, quando atuou como ministro da Guerra, apoiando militarmente o presidente (GOMES, 1996, p.268; SILVA, 1984).

Com efeito, o oficialato das Forças Armadas, em especial o do Exército, estava disposto, em sua maioria, a preservar a ordem interna. Por sua vez, Juscelino demonstrou acentuada tendência a indicar militares para ocupar postos governamentais estratégicos, como na Petrobrás e no Conselho Nacional do Petróleo. Aliás, durante seu mandato (1956-1961), JK assinou uma série de vantagens aos militares, a fim de atender reivindicações específicas da corporação militar, inclusive no plano dos vencimentos e de equipamentos, mui provavelmente em reconhecimento ao apoio do Exército no Golpe Preventivo (FAUSTO, 1999, p.424).¹⁵⁸

¹⁵⁸ O lema do Governo JK era: “50 anos de progresso em cinco anos de governo”, cuja política econômica foi definida num programa que abrangeu 31 objetivos, distribuídos em seis grupos: transportes, alimentação, energia, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, sua meta-síntese (FAUSTO, 1999).

Inclusive, em dada ocasião, Juscelino chegou a manifestar que estava “chocado com o esquecimento a que, dez anos depois, eram relegados os pracinhas”¹⁵⁹, e tomou algumas medidas que beneficiaram os ex-combatentes, como, por exemplo, o início da construção de um núcleo residencial composto por dez blocos de edifícios de quatro pavimentos no bairro de Benfica, na Capital Federal, e outro conjunto com casas populares no bairro de Caiçara, em Belo Horizonte.

Na memória dos brasileiros, os anos do Governo JK são lembrados como um período de otimismo associado a grandes realizações (FAUSTO, 1999, p.429), o que se coaduna, de certa forma, com a memória de algumas enfermeiras febianas, pois, foi justamente neste período que seria finalmente aprovada sua reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército. O próximo enxerto relembra um pouco disso:

A guerra já tinha acabado há dez anos... Esqueci do Exército... Não gostava e não me sentia bem em falar de guerra... Dez anos depois, resolveram “chamar” as enfermeiras... Isso foi na gestão do Lott como ministro da Guerra e na de Juscelino como presidente da República. Nessa época, retiraram da gaveta um projeto que já estava lá há anos. Quando esse projeto veio à tona, a gente nem pensava mais em voltar... (Enfermeira Carlota Mello)

Ao ser “retirado da gaveta”, este projeto de lei de número 3.832/53 foi transformado na Lei nº 3.160, que foi sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1º de junho de 1957, e que concretizou, finalmente, a possibilidade de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército das febianas que a desejasse. Eis a transcrição integral do texto da almejada lei¹⁶⁰:

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

¹⁵⁹ Jornal *O Estado de São Paulo*, “O Brasil na guerra, sem meias verdades” (19 jun. 2000, Caderno D, p.3).

¹⁶⁰ A Lei nº 3.160/57 foi publicada no DO nº 127, de 04/06/1957, e transcrita no BE nº 023, de 08/07/1957. Em 12/11/1957, foi realizada a leitura e publicação da matéria no Plenário sobre a inscrição: DCN1 12 11 53 PAG 4121 COL 04 (Arquivo disponível em www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=216344. Acesso em: 30 set. 2006).

Art. 1º - São incluídas no Serviço de Saúde do Exército, na situação de convocadas, as enfermeiras que integraram a FEB, durante as operações de guerra na Itália, nos anos de 1944 e 1945, no posto de 2º tenente.¹⁶¹

Art. 2º - São assegurados às enfermeiras: a permanência nas fileiras até a idade limite, facultada a transferência para a reserva remunerada após 25 (vinte e cinco) anos de serviço; e gozo dos direitos, vantagens e regalias inerentes aos oficiais da ativa, exceto o acesso que será até o posto de 1º tenente.

Art. 3º - Para a promoção ao posto de 1º tenente serão aplicadas as exigências do artigo 9º, ressalvado o disposto em sua letra *a*, do Decreto-Lei nº 8.760, de 21 de janeiro de 1946, devendo as propostas de promoção serem organizadas pela Diretoria Geral de Saúde, e, encaminhadas ao Ministro da Guerra.

Parágrafo único - Serão aplicadas também a esses oficiais as disposições dos artigos 7º, e seu parágrafo único, 17º, e as letras *a*, *b*, *c*, parágrafo 1º, do artigo 22 do Decreto-Lei nº 8.760, de 21 de janeiro de 1946.¹⁶²

Art. 4º - Os oficiais que quiserem gozar do aproveitamento previsto nesta lei, deverão requerê-lo por intermédio da Diretoria Geral de Saúde, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, sendo o requerimento encaminhado ao Ministro da Guerra, para fins de convocação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de junho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

Juscelino Kubitschek

Henrique Lott

Embora a base legal para a admissão de enfermeiras no campo do Exército (em tempo de guerra) tenha sido estabelecida num período autoritário e ditatorial, durante o Estado Novo de Vargas, a inclusão efetiva de um corpo feminino (em tempo de paz) ocorreria após a redemocratização do país, num contexto desenvolvimentista e de evolução da atividade intelectual, na gestão de Kubitschek.

Ademais, a promulgação da Lei nº 3.160/57 representou uma conquista e tanto para as febianas, ao tempo que forçou uma tolerância à novidade de se ter mulheres oficialmente incorporadas no campo militar. Por ela, a admissão de pessoal feminino no efetivo do Exército, ainda que restrita, passou a ser uma realidade, e, guardadas as devidas proporções,

¹⁶¹ Embora o texto da Lei nº 3.160/57 fale de “inclusão no Serviço de Saúde do Exército”, deu-se preferência neste estudo à expressão “reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército”, por ter sido julgada mais inteligível/clara, e porque o próprio projeto que deu origem a esta lei tinha como ementa o seguinte: “regula o aproveitamento, no Serviço Ativo do Exército, das enfermeiras que integraram a FEB, no TO da Itália”.

¹⁶² A idade de 58 anos era o limite para a permanência das febianas no Serviço Ativo, quando deveriam ser reformadas compulsoriamente (Parágrafo Único do Artigo 7º, do Decreto-Lei nº 8.760, de 21/01/1946).

veio de encontro ao caráter modernizador que a instituição pretendia.¹⁶³ Além do que, com a novidade, as Forças Armadas do Brasil deixavam, mesmo que simbolicamente, de ser território exclusivo de homens. Suas portas passaram a estar entreabertas, o que não significa dizer que chegou a haver quebra de tabus, modificações estruturais importantes, ou a criação de um novo campo de trabalho para outras mulheres.

Por seu turno, as estratégias empreendidas pelas enfermeiras da FEB para serem reincluídas no Serviço Militar Ativo do Exército foram, à primeira vista, eficazes, posto que elas conseguiram a criação de uma lei federal em conformidade com os seus interesses próprios. E, neste jogo, apropriaram-se de vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida (BOURDIEU, 2006).

Do curto texto da Lei nº 3.160/57, alguns aspectos são merecedores de ressaltar. Vejamos: apesar de seu texto não fazer menção aos deveres e responsabilidades, mas somente ao gozo de direitos, vantagens e regalias de oficiais da ativa, ao requererem a convocação, as febianas estariam novamente sujeitas às prescrições do estatuto, dos regulamentos e normas militares em vigor à época, entre as quais a do exercício da atividade militar com dignidade e eficiência, a do zelo pela honra e reputação da classe, com a observação de procedimento irrepreensível na vida pública e particular, a de estar preparada física, moral e intelectualmente para o cabal desempenho de sua função, a de ser leal em todas as circunstâncias; entre outras.¹⁶⁴

Diferentemente do episódio ocorrido durante a guerra, as febianas a serem convocadas fariam jus a soldos equilibrados com os dos homólogos masculinos, o que pode ser atestado como uma demonstração de avanço, se comparada com a situação de grande parte das

¹⁶³ Esta idéia pode ser atestada através da análise dos textos publicados nos anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar de 1954.

¹⁶⁴ Os deveres e responsabilidades dos militares estão relacionados no Capítulo IV, do Estatuto dos Militares (1946), e, no seu artigo 11 está previsto que a situação jurídica do oficial era definida pelos deveres e direitos inerentes ao título – carta patente – que lhe fosse outorgado.

mulheres inclusas no mercado de trabalho à época, apesar das prescrições constitucionais e das leis do trabalho em vigor, que vedavam a discriminação salarial entre os sexos. Concretamente, as febianas passaram a representar um segmento feminino que bem se distinguia neste item, no campo social.¹⁶⁵

Outro aspecto sobre o texto da lei é o de que, em determinados trechos, faz-se menção às enfermeiras da FEB como se do sexo masculino fossem, conforme consta no parágrafo único do Artigo 3º, onde se lê: “... Serão aplicados também a *esses oficiais...*”, ou no Artigo 4º que diz: “... *Os oficiais* que quiserem gozar do....”. Este embaraço (proposital?) na redação da lei traduz, salvo melhor juízo, a surpresa do semi-ineditismo da presença de mulheres nas Forças Armadas, o que parecia ser objeto de confusão, inclusive na gramática.

Outra ressalva é a de que as enfermeiras reincluídas não teriam acesso ao posto de capitão. Ou seja, seriam convocadas no posto de segundo tenente e promovidas futuramente no de primeiro tenente, sendo este o posto máximo a que teriam acesso, por direito, na escala hierárquica do Exército, o que deixa evidente a certificação das restrições de suas possibilidades para a ocupação de posições nos escalões hierárquicos mais elevados da Força (SILVA, 1995, p.157-8; CANSANÇÃO, 2003, p.259-60).¹⁶⁶

Assim é que a reinclusão de febianas no Serviço Ativo do Exército passou a estar legalmente garantida, uma vez que passaram a reutilizar fardamentos e a gozar das regalias e direitos de oficiais da ativa. Entretanto, elas não chegariam a usufruir do mesmo prestígio, poder e autoridade dos homens neste campo.

¹⁶⁵ Sobre isso, ver a Constituição Brasileira (1946) e a Consolidação das Leis do Trabalho (1943). Também, as discussões sobre salário e *status* profissional da profissão de enfermagem nas décadas de 1940 e 1950 nas publicações da RBEn.

¹⁶⁶ As condições previstas para a promoção a 1º tenente seriam: interstício mínimo de 5 anos no posto de 2º tenente; capacidade física comprovada em inspeção de saúde; e juízo favorável do comandante sobre a capacidade profissional demonstrada, além de dedicação ao serviço, idoneidade moral, espírito militar, conceito no meio de seus pares e no meio civil, e, ainda, a conveniência para o Exército. Estas condições estão descritas nas letras *b*, *c* e *d*, do Artigo 9º, do Decreto-Lei nº 8.760, de 21/01/1946, que dispõe sobre a criação do Quadro Auxiliar de Oficiais, referenciado no Artigo 3º da Lei nº 3.160/57.

Em contrapartida, mais do que enxergar o Exército como uma instituição consagradora de relações sociais sexuadas, por si só desiguais, hierarquizadas, assimétricas, antagônicas, e de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas (HIRATA, 2002, p.276), está a necessidade de se entender as possibilidades de uma organização ainda mal estruturada à época em ter que se haver com essa novidade. Por certo, pode-se atestar que as entrelinhas da Lei nº 3.160/57 foram escritas com base nas relações generificadas de dominação do masculino sobre o feminino, mas também que a criação dessa lei conferiu um lucro real e simbólico para aquelas mulheres, naquele tempo.

Além do que, os problemas dos direitos sociais e trabalhistas eram enfrentados por toda a classe trabalhadora brasileira à época. Até a década de 1960, por exemplo, os trabalhadores rurais não desfrutavam praticamente de direito trabalhista algum. Mesmo os trabalhadores urbanos tinham dificuldades na conquista de direitos sociais como aposentadoria, descanso remunerado, indenização por acidentes de trabalho etc. O próprio uso jurídico das expressões “benefícios” e “vantagens” já qualificavam seu destinatário como um cidadão diferente dos outros (FERRAZ, 2003, p.290-1).

Dessa forma, tal concepção qualificava os direitos sociais no país como privilégio e não como direito. Na prática, os trabalhadores ganhariam seus direitos pela concessão de leis sociais por parte do governo, e não porque as conquistaram na luta política e nos sindicatos. A consequência mais flagrante foi a divisão das classes trabalhadoras urbanas entre aqueles que aceitavam os direitos sociais como uma concessão do Estado, evitando a luta política aberta, e aqueles que somente concebiam esses direitos como uma conquista, fruto de mobilização lastreada no conflito social. Portanto, não foi mera coincidência que a opção histórica da maioria dos ex-combatentes tenha sido a mesma da maioria dos trabalhadores urbanos em todo o país (CARVALHO, 2001, p. 114-5, 124).

Nessa esfera, a conquista da reinclusão no Serviço Ativo do Exército pelas febianas, ao ser entendida como benefício do Estado, foi uma excepcionalidade conseguida por um grupo que construiu uma aparência estratégica de vencido, e que bem soube se articular com pessoas influentes (chefes militares, associações de ex-combatentes, políticos e até eclesiásticos), com quem conjugou o peso do capital social e simbólico que boa parte delas tinha posse.

Neste caso, aplica-se com algum conforto a noção de patrimonialismo¹⁶⁷, ou mesmo a idéia do “jeitinho brasileiro” como um recurso de poder, que pode tornar a administração pública algo flexível para o interesse político de determinados agentes, que decidem a melhor ação (estratégia) para alcançar seus objetivos, de acordo com a posição em que percebe os demais agentes (ALMEIDA, 2007; BOURDIEU, 2006).

Sob este prisma, de todas as estratégias tomadas para a reinclusão, as enfermeiras febianas consideraram que a mais eficaz foi a do *lobby* arquitetado por elas com o marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes e com o general Emmanuel Marques Porto, na tentativa bem sucedida de aliançar com o renomado deputado Fernando Ferrari, do PTB¹⁶⁸. Não é à toa que, de todos os agentes que se envolveram nessa “causa”, elas destacam este político como quem as apadrinhou de fato. Sua cordialidade, bem como o “jeito” emotivo e generoso com que o deputado as tratou no texto da justificção de seu projeto de lei junto à Câmara dos Deputados (ainda em 1953) pode ser atestada aqui:

Temos a honra de submeter à consideração (...) o presente Projeto de Lei, que regula o aproveitamento no Serviço de Saúde do Exército (...) das enfermeiras veteranas da FEB. Como é notório, nossas patrícias prestaram excelentes serviços profissionais, (...) excedendo-se em zelo, carinho e

¹⁶⁷ A noção de patrimonialismo foi consagrada por Sérgio Buarque de Holanda que, já em 1936, demonstrou em seu livro *Raízes do Brasil* a característica fundamental do “homem cordial” brasileiro que, em sua débil vida pública, era tenazmente propenso a não considerar a fundamental diferença entre seu interesse privado e a dimensão da esfera coletiva que o cingia (HOLANDA, 2006, p.159-61).

¹⁶⁸ A título de curiosidade, em 1959, por razões de ordem interna e ideológica, Fernando Ferrari rompeu com o PTB e fundou o Movimento Trabalhista Renovador - MTR, em cuja sigla foi candidato a vice-presidente da República em 1960, sendo o mais votado no Rio Grande do Sul. Obteve mais de 2 milhões de votos (Arquivo disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Trabalhista_Renovador. Acesso em: 18 out. 2010).

elevado espírito de solidariedade junto aos nossos heróicos combatentes hospitalizados (...).¹⁶⁹

Estas palavras do deputado Ferrari podem ser consideradas como as de um porta-voz autorizado que falou em nome do grupo de enfermeiras da FEB. Sendo assim, o efeito simbólico exercido por seu discurso consagra as marcas simbólicas sobre as quais se produz, por intermédio de ações de imposição e de inculcação, o reconhecimento de uma identidade social. Por isso, as idéias do deputado Ferrari, que foram professadas em nome do grupo, podem ser tidas aqui como idéias-força que ajudaram a creditar o benefício almejado, mediado pelo conhecimento e o reconhecimento da participação das enfermeiras febianas na guerra.

Outrossim, este mesmo trecho reúne o uso de termos que evocam sentimentos e valores de cunho particularista e até anti-político, talvez; uma espécie de “invasão” do público pelo privado (HOLANDA, 2006, p.82). Em outras palavras, o que se percebe é a busca pelo atendimento de uma vontade particular (privada) de um pequeno grupo de enfermeiras, que encontrou uma forte aliança na esfera pública, e que, a princípio, não serviria aos prováveis interesses de outras mulheres (enfermeiras) brasileiras sobre a possibilidade de incorporação de segmentos femininos no campo das Forças Armadas. Isto é, o privilégio das febianas foi limitado aos seus interesses particulares, o que, de certa forma, impediu que o princípio de igualdade de todos perante a lei fosse aplicado. Desse modo, mantém-se a incolumidade das esferas privilegiadas de poder ocupadas pela elite política “dirigente” e pelas pessoas associadas por meio das “redes pessoais”.¹⁷⁰

Sobre isso, é aparentemente apropriada a idéia de Bourdieu (2006, p.159) de que “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos.” Assim, os porta-vozes, ao utilizarem-se do

¹⁶⁹ Trecho do texto publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção I), 13/11/1953 (p.4121-2).

¹⁷⁰ D’Araújo (1990, p.201) refere que o nepotismo e o clientelismo passaram a ganhar vulto no âmbito do PTB na década de 1950, logo após a morte de Vargas.

poder que a política lhes confere, em falar em nome de um grupo e sobre este grupo, acabam colocando a existência desse grupo em questão, pela operação de magia que é inerente a todo ato de nomeação.

Ora, pois, a Lei nº 3.160/57 passou a fazer parte de uma ampla legislação de amparo aos ex-combatentes, que em boa parte envolvia o sistema clientelista de distribuição de cargos e vantagens aos protegidos de políticos. Aliás, numa estrutura política como a brasileira, em que os representantes eleitos pelo povo são medidos pela sua eficiência na distribuição dos dividendos da política do favor, os ex-combatentes sempre foram concorrentes diretos à parte mais importante da distribuição de vantagens e sinecuras de políticos do Legislativo e do Executivo. E nisso, não se pode deixar de incluir as enfermeiras febianas (FERRAZ, 2003, p.233).

Outrossim, os próprios veteranos aceitavam essa ordem das coisas. O clientelismo, espécie de derivação do patrimonialismo, era prática aceita e bastante comum entre os ex-combatentes. E nada melhor do que pertencer a esse esquema paternalista, distribuidor de empregos e favores, diretamente, ou através de seus mediadores autorizados. Estes podiam ser os políticos afinados com o governo de ocasião, ou a associação, que deveria ter boas relações com as autoridades, para mediar a concessão de benesses. Assim, sua relação com o poder público era a de estadania, e não cidadania (CARVALHO, 2001, p.110-5, 124-5, 221-3).

Sem dúvida, o objetivo de milhares de ex-combatentes era pertencer ao Estado, dele depender e nele se acomodar. Sobre isso, um presidente de associação de ex-combatentes, com invulgar sinceridade, chegou a declarar: “sejamos realistas: a maioria dos pracinhas queria mesmo era um emprego público, estável, bem remunerado, queria mesmo era a troca de favores, se arrumar, toma lá, dá cá...” (FERRAZ, 2003, p.234).

Em proveito do privilégio conquistado pelas febianas, houve uma movimentação no plano político para se incorporar outras enfermeiras que teriam sido comandadas para a FEB,

mas que não chegaram a embarcar para o Teatro de Operações Europeu. Comprovação disto é a apresentação de um projeto de lei pelo deputado Benjamin Farah, do Partido Social Progressista (Distrito Federal) à Câmara dos Deputados, em julho de 1957, um mês após a promulgação da lei que reincluiu as febianas no Serviço Ativo do Exército. A ementa deste projeto¹⁷¹ foi a seguinte:

Inclui na Reserva do Serviço Público de Saúde do Exército, no posto de segundo tenente, amparados pelas disposições da Lei nº 3.160, de 1º de junho de 1957, as enfermeiras que foram comandadas para a FEB e, posteriormente, designadas para permanecerem nos hospitais militares de Natal ou do Recife, nos anos de 1944 e 1945.

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados rejeitou este projeto em 9 de agosto de 1957. Como se vê, no palco de disputas por benesses calcadas pela política clientelista, algumas enfermeiras, que não atuaram nos hospitais de guerra na Itália, buscaram alcançar condições e crenças objetivas, a fim de conquistarem certos bens materiais com base na lei que reincluiu as febianas. Tal precedente fora aberto com as “leis da praia”, que beneficiaram, já na década de 1940, militares e convocados não-expedicionários que, durante a guerra, estavam em unidades ao longo do litoral brasileiro, e que não chegaram a entrar em combate no Teatro de Operações.

Sobre a reinclusão no Serviço Ativo do Exército, as enfermeiras da FEB que a desejasse deveriam passar por uma inspeção de saúde através de junta medica¹⁷². Foram dispensadas de provas de capacidade física, de conhecimentos técnicos na área que iriam atuar (enfermagem), e de testes psicológicos para verificar as tendências vocacionais e a inteligência global das interessadas. Uma vez deferidos seus requerimentos, foi publicada uma portaria pelo Ministro de Estado e Negócios da Guerra em setembro de 1957¹⁷³, que convocou, do total de 67

¹⁷¹ Trata-se do PL nº 2.891, de 05/07/1957.

¹⁷² O BI nº 142, de 26/06/1957, da PGSE (p.667) publica resultado de inspeção de saúde de enfermeiras febianas pela Junta Central de Saúde do Exército.

¹⁷³ Trata-se da Portaria Ministerial nº 1.859, de 18/09/1957, que foi publicada no DO nº 214, de 18/09/1957 (p.22.207), e transcrita no BE nº 38, de 21/09/1957 (p.1.964).

enfermeiras que compuseram a FEB, 44 (65,7%) delas para o Serviço Ativo. As outras, ou não se apresentaram ou já estavam reformadas por incapacidade adquirida na guerra.¹⁷⁴

Das falas e textos analisados, a motivação para requererem a reinclusão teve relação com o sentimento delas de estarem vocacionadas com o militarismo, com o crédito que o Exército desfrutava socialmente à época, com a perspectiva de ascensão social, e com a garantia de estabilidade financeira e profissional. Não obstante, a dúvida que pairou sobre o destino que tomaria as enfermeiras reincluídas no Serviço Ativo chegou a prorrogar um pouco a decisão de algumas:

Eu fui uma das primeiras a se apresentar, porque era vantajoso para mim. (...) No Exército, eu passei a ganhar o dobro. (...) As duas outras daqui de Minas não foram de imediato. (...) Uma era casada e a outra não precisava, eu acho. Elas ficaram esperando para ver se havia a possibilidade de trabalhar por aqui, porque não queriam sair de Minas, e tinham receio de ter que ir para Brasília. (...) Na época, quase tudo que era feito era para Brasília. (...) Ninguém queria ir para lá. (...) Parecia que iria para o fim do mundo. (...) Nós tivemos três meses para resolver se queríamos ou não. (...) E elas ficaram observando, esperando... Quando elas viram que eu fui classificada no Colégio Militar de Belo Horizonte, e que elas tinham a possibilidade de também se manterem aqui, aí é que elas se apresentaram. (...) Eu servi de “cobaia” para as minhas colegas. (Enfermeira Carlota Mello)

Especificamente sobre a sua tomada de decisão, uma enfermeira manifestou que

o retorno para o Serviço Ativo não foi compulsório, foi optativo. Só voltou quem quis... Eu tirei uma licença sem vencimentos no Banco do Brasil, e voltei para experimentar aonde é que eu queria ficar: se no Banco do Brasil ou no Exército. Lógico que eu preferi o Exército, porque o Banco do Brasil era um antro de comunistas, e eu não tinha mais condições de ficar lá... (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Para outras febianas, o retorno às fileiras do Exército não chegou a ser objeto de aspiração. Os principais motivos indicados recaem no fato delas estarem bem empregadas

¹⁷⁴ Uma relação com os 44 nomes está disposta num quadro algumas páginas adiante. Cabe mencionar que, conforme registrado no livro de Olímpia de Araújo Camerino (1983, p.121), o número de enfermeiras que requereram convocação foi de 46. Entretanto, no processo de feitura desta pesquisa, não foi possível a identificação das outras duas enfermeiras em documentos oficiais.

noutras instituições, além da opção de algumas pela reclusão doméstica/matrimonial/familiar, como se depreende desta fala:

Algumas tinham empregos muito melhores: Tribunal de Justiça, Tribunal do Trabalho, Banco do Brasil, e por aí... Elas já eram funcionárias antes de ir para a guerra. Então, voltaram a seus trabalhos de origem [quando a guerra terminou]. Elas ganhavam muito mais. Por isso é que não se interessaram em voltar para o Exército. (...) A Carmem Bebianio era milionária. (...) Já a Neuza de Mello Gonçalves e a Ignácia de Mello Braga se casaram... (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

A situação “fora do comum” de se aproveitar mulheres nas fileiras do Exército chegou a ser noticiada pela imprensa, sobre o quê, duas das entrevistadas fizeram a seguinte menção:

Quando as enfermeiras voltaram ao Serviço Ativo, a imprensa deu uma ou outra “noticiazinha”, mas com pouco destaque. Comigo, de vez em quando, saía qualquer coisa. (...) Eu e a Virgínia é quem mais saía em foto e notícia de jornal. (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Eu sei que eu era procurada... A Olímpia, a Bertha e a Elza, também. (...) Quanto a mim, com certeza, é porque havia muitos militares na minha família. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Nas reportagens e fotografias publicadas há mesmo uma atenção especial à Virgínia, a exemplo do que já havia acontecido na época da guerra.¹⁷⁵ Em seu diário pessoal foram encontrados quatro recortes de jornal desse momento, que destacam especialmente o seu retorno ao Exército.

O primeiro deles intitulado *Funcionária municipal assume posto de oficial do Exército* consta que foi publicado no Lux Jornal, em 24 de novembro de 1957. Nele, está o elogio do diretor do Departamento de Saúde Escolar¹⁷⁶ a então escriturária da prefeitura Virgínia. “Justa e merecida fora esta homenagem por ela recebida em decorrência de sua patriótica atitude em

¹⁷⁵ A família desta enfermeira, composta por muitos militares, fez com que ela se destacasse em dadas circunstâncias. Tal depreensão também foi feita por Bernardes (2003, p.131-2) em sua dissertação de mestrado.

¹⁷⁶ Este departamento era um órgão vinculado à Secretaria Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal.

ter se feito voluntária na guerra”, mencionou o jornal.¹⁷⁷ Nesta mesma data, uma nota do jornal *Diário Carioca* com o título *Mulher tenente do Exército*, também fez referência à sua assunção no oficialato do Exército.

Em 8 de dezembro de 1957, uma coluna com o título *Virgínia Maria Portocarrero serviu na guerra mundial*¹⁷⁸ acresceu uma entrevista com ela. Alguns trechos são dignos de ressaltar, pois refletem a opinião desta enfermeira febianana apenas seis meses após a promulgação da Lei nº 3.160/57:

[Virgínia] declara-se satisfeitiíssima em servir o Exército, cujo amor traz em seu sangue. *Mas* – acrescenta logo com modéstia – *não queria ser focalizada. Minhas companheiras trabalharam muito, tanto quanto eu.* (...) Virgínia Maria Portocarrero (...) serve agora na Policlínica Central do Exército, com todos os deveres e regalias militares. (...) O tipo feminino que mais admira é o da mulher que exerce suas atividades em casa. *A mulher brasileira nasceu para o lar, definido pelo braço do homem, o coração da mulher, o cérebro de ambos. Lar que abrange toda a imensa família brasileira* – disse Virgínia. Foi considerando a humanidade como parte de um grande lar que ela quis servi-la, indo para a guerra.

A representação do trabalho doméstico ocupou razoável espaço nesta reportagem, para o quê se aproveita o discurso de Perrot (2007) de que este mesmo trabalho é fundamental na vida das sociedades, ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e na vida das mulheres. Mas também, é um peso nos seus ombros, pois é responsabilidade delas. É um peso também na sua identidade: a dona de casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. Assim, o caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona de casa. Isso se espera também da perfeita enfermeira nas guerras (nos exércitos): que esteja sempre pronta e que cuide bem dos soldados e das enfermarias.

¹⁷⁷ Conforme consta no diário de Virgínia, o elogio foi emitido em 20/11/1957 pela direção do Departamento de Saúde Escolar, e publicado pela Portaria 207-DSE, no mesmo dia.

¹⁷⁸ Do que se conseguiu identificar deste recorte de jornal, estão o nome da coluna “A entrevistada da semana”, o nome da provável repórter “Domiciana”, e o possível nome do jornal “Shopping Notícias”.

Por seu turno, a imprensa, através dos jornais diários, atribui-se a autoridade para exigir, em nome da sociedade, o cumprimento das normas, de tal modo que confere modelos distintos para o homem e para a mulher. Essa “delegação auto-outorgada” configura uma manipulação dissimulada, com finalidade persuasiva de cunho ideológico. Isso porque a imprensa, como formadora de opiniões, modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza e universaliza posições e interpretações.

Ao mesmo tempo, é importante perceber o discurso jornalístico como um espaço de produção de sentido, na medida em que ele aponta as suas opiniões e opera um posicionamento pré-definido. Ou seja, além do papel social definido em feminino e masculino, as representações e imagens de gênero constroem e esculpem os corpos biológicos não só enquanto sexo genital, mas igualmente moldando-os a práticas normativas. Com efeito, nas imagens e textos selecionados podemos encontrar representações sociais que instituem o mundo em suas clivagens valorativas, nos recortes significativos que definem as categorias de percepção, análise e definição do social (ORTOLAN, 2007, p.2-4).

Sobre sua fala pretérita anteriormente transcrita, que bem valorizou o trabalho doméstico, o que pareceu até avesso (impróprio) àquele momento de retomada das febianas de posições nos espaços do Exército, a mesma enfermeira comentou depois:

Pois é, eu falei do lar... Eu nunca casei. Eu fiquei sempre morando com meus pais. Quem era a chefe da casa era a minha mãe. Eu não posso dizer que fizesse qualquer coisa [em casa]. Eu ia fazer coisas fora. (...) Mas, se eu tivesse casado... (lamentando). Eu acho mais bonito a mulher ficar do lado do seu marido... (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)¹⁷⁹

Conjugada a este tipo de discurso está a idéia de que as mudanças da condição feminina obedecem a lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino. Não obstante a presença feminina no Exército, os homens continuariam a dominar o espaço e,

¹⁷⁹ O grifo é meu.

por conseguinte, as áreas de poder neste mesmo espaço, ao passo que as mulheres ficariam destinadas, predominantemente, a reproduzirem neste espaço, atividades de reprodução da esfera da vida privada. Portanto, as estruturas antigas de divisão sexual dominam até mesmo a direção e a forma das mudanças, isso porque, além de estarem objetivadas nos cargos, nas carreiras, nas patentes militares, elas também atuam através de três princípios práticos que determinam as escolhas das mulheres, quais sejam: 1) funções que convêm às mulheres como extensão do trabalho doméstico; 2) mulheres não podem ter autoridade sobre os homens; e, por fim, 3) o homem deve ter o monopólio dos objetos técnicos e das máquinas (BOURDIEU, 2003, p.112-3).

Numa quarta notícia¹⁸⁰ intitulada *A bisavó da tenente servira como enfermeira na Guerra do Paraguai*, Virgínia explicou como fora despertada a sua vontade em servir ao Exército, ao tempo em que teceu comentários sobre sua descendência militar:

Estou muito feliz por estar incorporada ao Exército Nacional, pois sempre me senti familiarizada com as Forças Armadas, a cujo serviço estiveram e estão vários dos meus antepassados e parentes vivos. (...) Realmente, desde minha infância, quando compulsava o álbum de família, sentia honra e entusiasmo pelo Serviço Militar. Deleitava-me ao ver as fotos de meus bisavôs paternos, marechal Hermenegildo Portocarrero e sua mulher, dona Ludovina Portocarrero que, na Guerra do Paraguai, tiveram destacada atuação. Meu bisavô comandou o Forte de Coimbra, recebendo o título de Barão de Porto Coimbra, sendo que hoje [1957], aquele Forte, no Estado de Mato Grosso¹⁸¹, tem o nome de meu bisavô. Minha bisavó, a baronesa de Forte Coimbra, foi uma das primeiras enfermeiras brasileiras em serviço na guerra. Atendia os feridos nas batalhas e auxiliava os soldados comandados por seu marido, preparando munições. Pelo lado materno, sou bisneta, ainda, do marechal Conrado Jacob Niemeyer, fundador do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Meu pai foi o general Tito Portocarrero, falecido há um ano, sendo meu tio o general Hermenegildo Portocarrero. Tenho irmãos e primos servindo ao Exército e a FAB.

¹⁸⁰ Esta reportagem estava disposta num recorte-colagem do diário pessoal de Virgínia. Não foi possível identificar adequadamente o jornal (talvez, Diário da Noite) e a data exata de sua publicação (segundo semestre do ano de 1957, provavelmente).

¹⁸¹ O Estado de Mato Grosso foi dividido pelo governo federal em 1977, formando os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo este o local onde atualmente se encontra o Forte Coimbra.

Com bisavôs marechais, bisavó ‘enfermeira de guerra’, pai e tio generais, irmãos e primos também militares é compreensível, em parte, que toda essa menção especial à Virgínia na imprensa da época haja decorrido do capital militar e social que sua família era detentora, o que estreita bem seu *habitus* primário com as coisas do campo militar.

Três meses após a promulgação da Lei nº 3.160/57, seu texto foi publicado na íntegra através da Seção *Legislação* da *Revista Brasileira de Enfermagem (RBEEn)*, com o seguinte preâmbulo: “Temos procurado, na medida do possível, dar andamento aos projetos de interesse profissional ora em tramitação na Câmara Federal”. Curiosamente, foi comentado o seguinte:

(...) Tal lei, como está bem claro no seu conteúdo, se refere apenas às enfermeiras da FEB. E para que nossos irmãos da FAB sejam igualmente beneficiados já, um projeto sob número 2.817/57 se encontra em tramitação na Câmara Federal, e ora está recebendo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (RBEEn, 1957, p.284-5).¹⁸²

A referida proposição, de autoria do deputado Lutero Vargas (PTB/DF), filho do ex-presidente Getúlio Dornelles Vargas e médico que atuou no Serviço de Saúde do 1º Grupo de Caça da FAB, foi elaborada com vistas à reinclusão, na Aeronáutica, no posto de 2º tenente, das enfermeiras que também integraram o 1º Grupo de Caça durante a guerra na Itália.¹⁸³

Pela forma em que a divulgação da reinclusão das enfermeiras febianas no Exército foi redigida na RBEEn, tem-se a impressão de que havia um maior interesse na defesa dos anseios das enfermeiras que participaram do 1º Grupo de Caça no Serviço Ativo da Aeronáutica, o que era esperado, sendo estas todas diplomadas pela Escola Anna Nery, e que, provavelmente por isso, tenham sido ditas “nossos irmãos” no texto, apesar de estranhamente flexionado no masculino.

¹⁸² Este grifo é meu.

¹⁸³ Arquivo disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=207019. Acesso em: 8 out. 2010.

Isto é, tal publicação deixa ver uma espécie de apoio às enfermeiras que atuaram no 1º Grupo de Caça por enfermeiras que detinham o poder de enunciar e ditar o que interessava ou não à enfermagem brasileira da época, num veículo de expressivo apelo sócio-profissional, a RBEn. Ademais, ao se fazer referência às enfermeiras do 1º Grupo de Caça como “nossos irmãos”, as outras enfermeiras, as da FEB, não foram tidas como integrantes dessa “família”. Neste caso particular, este pode ser um resultado de uma luta propriamente simbólica em que as agentes envolvidas, quer individualmente quer coletivamente, disputavam a conservação das relações de forças e vantagens simbólicas para um ou outro grupo (BOURDIEU, 2006).¹⁸⁴

Sobre a apresentação de algumas enfermeiras febianas recém-convocadas para o Serviço Ativo tem-se a próxima fotografia, que registra a presença de 15 mulheres fardadas aproximadamente, algumas sorrindo para a objetiva. De um modo geral, o grupo aparenta tranqüilidade e contentamento. O espaço fotográfico representado na foto indica tratar-se de um corredor de acesso localizado no prédio da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, o que foi confirmado diretamente com duas febianas.

¹⁸⁴ A impressão deste interesse da ABEn para com a reinclusão das enfermeiras do 1º Grupo de Caça ganha força numa outra nota que foi publicada cerca de um ano após, na mesma seção *Legislação* da RBEn, que deu destaque à situação de alguns projetos inerentes à profissão de enfermagem, e que estavam em tramitação na Câmara Federal, dentre eles o próprio PL nº 2.817/57, sobre a reinclusão das enfermeiras da FAB no Serviço Ativo desta Força. Na nota, fez-se menção de que o referido projeto havia sido aprovado em sua redação final e que fora encaminhado ao Senado (RBEn, jun.1958, n.2, p.166).



Figura nº 18 – Apresentação de enfermeiras da FEB convocadas para o Serviço Militar Ativo, 1957
(Acervo pessoal da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Vale ressaltar que, no que se refere às “coisas militares”, o apresentar-se *pronto(a) para o serviço* indica que uma pessoa está aprioristicamente em condições de exercer atividades inerentes à caserna [quartel], para o que são previamente considerados seu estado de saúde, condicionamento físico, formação técnico-militar e preparo psicossocial, que, em conjunto, favorecem a mobilização de atributos consoantes com as expectativas da Força em que se pretende estar inserido(a).

Perguntada sobre este momento, uma das enfermeiras entrevistadas declarou:

[Esse foi o dia da apresentação] no Ministério do Exército, justamente quando nós fomos convocadas. (...) Eu me lembro que nos apresentamos à Diretoria de Saúde, e o diretor nos encaminhou para a 3ª Seção, [a mesma que nos apresentamos para sermos desmobilizadas logo após a guerra]. Depois da apresentação, foi publicada em boletim da Diretoria de Saúde a

designação para a unidade onde fomos classificadas. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)¹⁸⁵

A fotografia deslinda os significados embutidos na prontidão ao serviço daquelas recém-convocadas, quando as mostra novamente fardadas em público, fazendo ver a quem quisesse e/ou devesse que elas passaram a existir novamente para a Força. Ademais, o uso de uniformes simboliza esteticamente o aspecto hierárquico das instituições castrenses. Não ao acaso, os símbolos de distinção, que os uniformes encerram, definem as possibilidades de cada agente no espaço social, e condicionam sua superioridade ou subalternidade. Assim, eles representam um indicativo de *status* social e de poder daqueles que os vestem, independente de suas características pessoais, cultura individual, posição social e origem sócio-econômica. Também, por isso, representam um artifício que iguala um grupo, e, paralelamente, distingue-o dos demais (BOURDIEU, 2001a, p.63).

São os investimentos de valores [trajes e acessórios] que o agente passa a vestir, que o configuram em um agente transformado, dando-lhe outra aparência capaz de, com seus novos efeitos de sentido, qualificá-lo, particularizá-lo, diferenciá-lo entre os demais pelas escolhas expostas, vestidas em seu próprio corpo (CASTILHO, 2002). Por isso é que, ao contrário da maioria das roupas civis, o uniforme é, com frequência, consciente e deliberadamente simbólico, pois identifica aquele que o veste como membro de algum grupo, e o situa em uma hierarquia (LURIE, 1997, p.33).

Ao se fazerem ver novamente com seus uniformes, aquelas recém-convocadas mostraram-se como mulheres uniformizadas nas regras e condutas que deviam orientar suas atuações no campo militar. Destarte, é proveitosa a idéia de Lurie (1997, p.33-4) de que “o uniforme simboliza uma forma extrema de roupa convencional, sendo um traje totalmente

¹⁸⁵ No currículo de Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, consta que, em 20/09/1957, através da Portaria nº 1.859, de 16/09/1957, o Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolveu convocá-la para o Serviço Ativo do Exército (DO de 18/09/1957); consta também que se apresentou em 20/09/1957 à DGE por motivo de convocação para o Serviço Ativo, que ficou adida à Diretoria de Saúde a 20/09/1957, aguardando classificação, que foi classificada a 14/09/1957 na Policlínica Central do Exército, e que lá se apresentou pronta para o serviço em 18/09/1957.

determinado pelo outro e que, em termos de discurso falado, representa estar, parcial ou totalmente, sob censura”.

Ao retomarem o uso cotidiano de uniformes, as enfermeiras febianas passaram a recomunicar a apropriação de comportamentos, atitudes e valores, uma vez que “uniformes são indicadores extremamente eficazes da codificação de regras apropriadas de conduta e sua internalização” (CRAIK, 2003, p.6).

Também, a farda funciona como uma espécie de signo institucional, que trata dos seus de modo grupal, pouco subjetivo, cujo uso tem certa tendência em assexuar quem a veste, como pode ser observado na foto anteriormente mostrada, que estampa um pouco da atenuação de certos signos distintivos de feminilidade, conjugado, inclusive, com o estilo de corte de cabelo (que deveria ser curto) e o uso discreto de adornos em exterioridades.

Tal situação evidencia um pouco dos efeitos da hierarquia entre os sexos, que tende a se impor mediante a disciplina relativa ao uso do corpo, trajes e penteados adequados, uma vez que as divisões constitutivas do mundo social e, mais precisamente, as relações sociais que são instituídas entre os gêneros, inscrevem-se sob a forma de *hexis* corporais opostas e complementares e de princípios de visão e divisão, que classificam as práticas sociais segundo oposições entre o masculino e o feminino. A mulher é, antes de tudo, uma imagem, feita de aparências que, na cultura judaico-cristã, ora se oculta, ora se mostra. Códigos bastante precisos regem suas aparições, assim como as de tal ou qual parte de seu corpo (PERROT, 2007, p.49-50).

Sobre as discussões e desentendimentos sobre a criação de uma farda “apropriada” para as febianas convocadas, uma das enfermeiras manifestou:

Foi a Comissão de Fardamento [quem idealizou a nossa farda]. Eu fui chamada para dar opinião. (...) Uma das coisas que nós usávamos lá na Itália era o sapato norte-americano, que era marrom. Nós não tínhamos onde comprar as coisas, inclusive a farda... Então, nós passamos a comprar tudo do americano, até o sapato. Com a nossa reinclusão no Serviço Ativo, a Comissão queria botar sapato preto e luva marrom. Eu disse: *Os artigos de*

couro se combinam. Se o sapato for preto, a luva tem que ser preta. E eles disseram: Ah, não! (...) Só a Cavalaria usa luva preta! Aí, foi uma confusão dentro da Comissão de Fardamento! Os generais reunidos, e eu lá discutindo isso. (risos). Vocês não entendem nada de moda! Não têm bom gosto! (...) Foi um bafafá danado por causa da história da cor da luva. (...) Olha! Foram brigas... (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)



Figura nº 19 – Itens do fardamento das febianas convocadas para o Serviço Ativo do Exército (Acervo pessoal da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Dois anos depois da reinclusão, um decreto complementaria o Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército com especificidades sobre o uniforme das novatas oficiais enfermeiras.¹⁸⁶ Nos artigos acrescidos são consideradas a atenção a adição de peças de vestuário feminino como saias (com 15 cm abaixo do joelho), vestidos brancos para o serviço interno, e bolsa de cromo, e ainda, algumas recomendações como a proibição de jóias junto com os uniformes. Assim, como dito, o tipo de uniforme das febianas teria que atender a incorporação da disciplina de base militar para uma honrosa atuação na esfera pública, além de reunir algumas especificidades de caráter feminino, claro.

Sobre as características dos uniformes, estão os próximos recortes:

¹⁸⁶ Trata-se do Decreto nº 43.934, de 03/07/1958, que acresceu ao Regulamento aprovado pelo Decreto nº 30.163, de 13/11/1951 o Título VI, e, ao aprovado pelo Decreto nº 34.999, de 02/02/1954, o Título V, referentes aos uniformes das oficiais enfermeiras.

[O nosso fardamento] se assemelhava ao dos homens, com exceção do quepe e da saia. Esse fardamento foi o que eu sempre usei logo que fui convocada, desde segundo tenente até a passagem para a reserva remunerada. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

A gente passou a usar a “mesma” farda dos militares homens... Se nós quiséssemos, podíamos usar a calça comprida verde oliva, mas naquela época as mulheres quase não usavam. (...) Como eu era muito delgada e tinha um tipo atlético, eu ficava bem com a farda... (Enfermeira Carlota Mello).

No trecho a seguir é notável a influência do estilo do uniforme das enfermeiras norte-americanas, no que diz respeito ao emblema que foi criado na ocasião para fazer parte da farda das febianas:

O emblema de saúde dos americanos é feito pelas letras iniciais [em maiúsculo]: “D” para os *dentists*, “N” para as *nurses*... No emblema de todo o pessoal da Saúde tem a cobra, o que muda é a letra... O nosso emblema foi inspirado no modelo norte-americano. (...) Ele tem a letra “E” de enfermeira, e uma cobra envolvendo um sabre. (...) Fui eu quem pediu que o nosso emblema fosse feito assim, porque o nosso antigo era um esmalte preto com um fio dourado formando a cruz; e, a cruz representa a Cruz Vermelha, que é uma entidade particular, o que não tinha nada a ver... (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)¹⁸⁷



Figura nº 20 – Emblema da farda das oficiais enfermeiras convocadas pelo Exército Brasileiro (Acervo pessoal da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

¹⁸⁷ Grifo meu.

Como se pode perceber da fala, os agentes investem em representações objetais (emblemas, uniformes, medalhas etc.) enquanto estratégias interessadas de manipulação simbólica tendentes para determinar a representação (mental) que os outros podem construir a seu respeito. Assim, a seleção de itens de um uniforme com base no modelo norte-americano, cujo Exército se consagrou na Segunda Guerra, demarca uma estratégia de diferenciação e de identificação favorável no mundo social (BOURDIEU, 1998).

Além dos signos distintivos, como as insígnias e as fardas militares que elas passaram a usar, a conquista do posto de *segundo tenente da Reserva de 1ª Classe* funcionou como um trunfo num jogo, onde o que também interessava era não só o desfrute de uma posição de proeminência no campo militar, mas também no campo social.

Com efeito, as febianas convocadas alcançaram, com a nomeação de “oficial enfermeira”, a posse de uma identidade juridicamente garantida, que lhes conferiu prestígio, além de reconhecimento social, quando passaram a tomar posse de um título profissional, que “é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito; um capital institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)” (BOURDIEU, 2006, p.148).

Contudo, os predicativos “oficial” e “enfermeira” são passíveis de discussão. Disso, há que se referir que, ainda no Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar de 1954, um médico da Marinha deu ênfase sobre o problema de se aplicar erroneamente a denominação tradicional “enfermeiro” aos especialistas do Corpo do Pessoal Subalterno da Marinha, que eram recrutados entre pessoal de nível primário de educação, e faziam um curso de dez meses, em dissonância com as prescrições da Lei nº 775/49, que prescrevia o período de 18 meses. De fato, o termo “enfermeiro(a)” à época deveria designar profissional formado por um curso de ensino superior, com duração de três anos, e para o qual se exigia, à época, o curso secundário (COUTINHO, 1954, v.1, p.722).

A despeito dessa orientação legal, as febianas foram convocadas através da Lei nº 3.160/57 como “enfermeiras”, mesmo sem a posse de título profissional, mantendo, assim, a antiga nomeação dos tempos de guerra, quando foram incorporadas ao Exército cidadãs portadoras de qualquer tipo de diploma de enfermagem, inclusive o de voluntárias socorristas.

Uma vez convocadas, as 44 enfermeiras da FEB foram classificadas em diversas unidades do Serviço de Saúde do Exército instaladas pelas cidades do país, como pode ser verificado no quadro a seguir:

Quadro nº 02 - Relação das enfermeiras febianas que requereram convocação para o Serviço Militar Ativo do Exército¹⁸⁸:

Nome	Data de nascimento	Naturalidade	Formação em enfermagem na época da seleção para a guerra	Organizações Militares onde atuaram após a convocação
Alice Neves Maia	(?)	Cataguazes – MG	VS	(?)
Antonieta Ferreira Villas Boas	31/01/14	Rio de Janeiro – RJ	Profissional/CVB	Policlínica Central do Exército (RJ)
Carlota Mello	12/10/14	Salinas – MG	VS	Colégio Militar de Belo Horizonte
Dirce Mancebo de Paiva	07/08/16	Belém – PA	VS	(?)
Edith Fanha de Jesus	19/06/17	Curitiba – PR	VS	Hospital Geral de Curitiba e Hospital Geral de Brasília
Elita Marinho	09/05/11	(?) – RN	VS	Hospital Central do Exército (RJ)?
Elza Cansação Medeiros	21/10/21	Rio de Janeiro – RJ	Samaritana	Posto Médico da Praia Vermelha e Policlínica Central do Exército (RJ)
Elza Ferreira Vianna	(?)	Rio de Janeiro – RJ	VS	Hospital Geral de Curitiba
Elza Miranda Souto Maior	10/06/19	São Paulo – SP	VS	Posto Médico da Praia Vermelha
Gemma Immaculata Reis	(?)	Rio de Janeiro – RJ	VS	(?)
Haydée Rodrigues Costa	(?)	Santa Maria Madalena – RJ	VS	Hospital da Academia Militar das Agulhas Negras (RJ)

¹⁸⁸ Este quadro foi construído através dos dados coletados dos seguintes documentos: Portaria nº 1.859, de 18/09/1957 (publicada no BE nº 038, de 21/09/1957) e Portaria nº 2.277, de 02/12/1957 (publicada no DO de 05/12/1957, p.27.241), ambas do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra; boletins internos de organizações militares do Exército; além de folhas de alterações e resumos biográficos de enfermeiras febianas. Cabe ressaltar que certos nomes mencionados neste quadro diferem da listagem nominal apresentada no Apêndice A, devido ao fato de que algumas enfermeiras contraíram matrimônio no pós-guerra. Outrossim, alguns dados não foram localizados, o que explica a inscrição de um ponto de interrogação em alguns espaços do quadro.

Nome (continuação)	Data de nascimento	Naturalidade	Formação em enfermagem na época da seleção para a guerra	Organizações Militares onde atuaram após a convocação
Heloísa Cecília Villar Mendes Franco	21/11/16	Petrópolis – RJ	Samaritana	(?)
Hilda Ribeiro	06/05/17	Conchas - PR	Samaritana	Hospital Militar de Curitiba e Policlínica Central do Exército
Ilza Meira Alkmin	08/12/18	Diamantina – MG	VS	Colégio Militar de Belo Horizonte
Isabel Novais Feitosa	17/08/22	Propriá – SE	VS	Posto Médico da Praia Vermelha
Jacy Chaves Lasseré	10/03/16	Curitiba – PR	Samaritana	Hospital Militar de Curitiba
Jacira de Souza Góis	09/01/10	Santana de Ipanema – AL	VS	(?)
Jandyra Faria de Almeida	16/12/22	Itaparica – BA	VS	Posto Médico da Praia Vermelha e Colégio Militar do Rio de Janeiro
Jandira Meireles Mendonça	(?)	Cachoeira – BA	VS	Hospital Geral de Salvador
Joana Simões de Araújo	23/07/22	Riachão – SE	Samaritana	Hospital Central do Exército, Instituto Biológico do Exército, Policlínica Central do Exército e Posto Médico do Ministério da Guerra (RJ)
Jurgleide Doris de Castro César de Oliveira	02/10/17	Cruzeiro do Sul – AC	VS	Policlínica Central do Exército
Lenalda Campos Duboc	09/03/22	Capela – SE	VS	Hospital Central do Exército
Lygia Fonseca	05/03/02	Três Corações – MG	VS	Escola de Sargentos das Armas (MG)
Lília Pereira dos Santos	13/10/22	Campos – RJ	VS	Hospital Militar de Porto Alegre e Posto Médico da Praia Vermelha
Lúcia Osório	17/07/21	Rio de Janeiro – RJ	Samaritana	(?)
Maria Aparecida Franca	01/11/08	Niterói – RJ	Profissional/USP	Hospital Geral de São Paulo
Maria Belém Landi Macieira	25/08/20	Rio de Janeiro – RJ	Samaritana	Hospital de Guarnição Vila Militar (RJ)
Maria Celeste Fernandes	02/12/23	Rio de Janeiro – RJ	VS	Hospital Central do Exército e Hospital Geral de Salvador
Maria da Conceição Suarez Greger	02/02/09	Curitiba – PR	VS	Hospital Militar de Curitiba
Maria José Aguiar	14/01/17	(?) – RS	VS	Posto Médico do Ministério da Guerra
Maria José Vassimon de Freitas	18/06/21	Campos - RJ	VS	Colégio Militar do Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Saúde (RJ) e Posto Médico da Praia Vermelha
Maria Luísa Vilela Henry	23/05/17	Petrópolis – RJ	VS e Assistente Social	Hospital Central do Exército, Hospital Geral do Recife e Diretoria Geral de Saúde
Mathilde Alencar Guimarães	07/01/12	Rio de Janeiro – RJ	VS	Posto Médico da Praia Vermelha

Nome (continuação)	Data de nascimento	Naturalidade	Formação em enfermagem na época da seleção para a guerra	Organizações Militares onde atuaram após a convocação
Nair Paulo de Mello	16/04/17	Vitória – ES	Profissional/EAN	(?)
Nícia de Moraes Sampaio	15/12/14	Rio de Janeiro – RJ	VS	Hospital Central do Exército
Nilza Cândido Carvalho	14/10/23	Rio de Janeiro – RJ	VS	Policlínica Central do Exército e Policlínica de Niterói
Novembrina Augusta Cavalléro	21/11/19	Rio de Janeiro – RJ	Samaritana	Policlínica Central do Exército e Diretoria Geral de Saúde
Olga Mendes	26/03/13	Rio de Janeiro – RJ	Profissional/EAN	Devido à enfermidade, não retornou ao Serviço Ativo, apesar de ter requerido ¹⁸⁹
Olímpia de Araújo Camerino	19/11/08	(?) – AL	VS	Diretoria Geral de Saúde
Roselys Teixeira Gazzinelli	09/11/14	Araguari – MG	VS	Colégio Militar de Belo Horizonte
Semíramis Queiroz Montenegro	24/04/16	Manaus – AM	VS	Hospital de Guarnição de Manaus
Silvia Pereira Marques	26/06/18	Niterói - RJ	VS	Hospital Militar de Curitiba
Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero	23/10/17	Rio de Janeiro – RJ	Samaritana	Policlínica Central do Exército
Vanda Sofia Majewski	26/05/18	Curitiba – PR	VS	(?)

Os dados do quadro mostram que praticamente a metade das enfermeiras febianas que requereram convocação (45,5%) é nascida no Estado do Rio de Janeiro (distrito federal), seguido de Minas Gerais e Paraná (11,4% cada), Sergipe (6,8%), Alagoas e Bahia (4,5% cada). Nos outros sete Estados da Federação, tem-se apenas uma em cada (2,3%). Além disso, os dados revelam predomínio de enfermeiras na faixa etária compreendida entre 33 e 55 anos, com média de 41,1 anos.¹⁹⁰

Também é observado que, das 44 enfermeiras, quatro (9,0%) eram profissionais, nove (20,5%) eram samaritanas, e 31 (70,5%) possuíam o curso de voluntárias socorristas, o que demonstra que a grande maioria delas teve uma formação muito precária em enfermagem, posto que, em geral, o curso de voluntária socorrista (VS) previa apenas três meses de

¹⁸⁹ Conforme Cansação (2003, p.211) e Portaria Ministerial nº 1.859, de 16/09/1957.

¹⁹⁰ O dia 1º de junho de 1957, da promulgação da Lei nº 3.160, foi tomado como referência para cálculo da idade das febianas que, em geral, foram convocadas entre setembro e dezembro de 1957. Das 44, não foram identificadas as datas de nascimento de cinco enfermeiras, as quais não foram consideradas para efeito do cálculo da média da faixa etária das que requereram convocação.

duração. Entretanto, há que se comentar que, após a experiência de guerra, boa parte delas foi empregada em atividades profissionais onde exerceram a prática de enfermagem em alguns hospitais e serviços.

O quadro registra ainda as unidades do Exército em que as enfermeiras convocadas foram servir ao longo de sua permanência no Serviço Ativo, além de mostrar que algumas delas também chegaram a atuar em mais de uma organização militar. Os Estados da Federação onde foram classificadas foram: Rio de Janeiro (a grande maioria), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Amazonas e Brasília, a capital do país em construção.¹⁹¹

O trecho a seguir retrata o momento da apresentação e acolhida de uma delas na unidade onde acabara de ser classificada:

No primeiro dia que cheguei ao Colégio Militar de Belo Horizonte, o comandante me chamou no seu gabinete, e explicou o militarismo. Disse que eu levantasse a cabeça, estufasse o peito, e enfrentasse a vida militar, e que eu não me deixasse abater por qualquer coisa que acontecesse. (risos). Ele foi um verdadeiro pai! Eu era nova [no militarismo]. Não estava acostumada com aquilo. Eu fui militar na guerra, mas [em tempo de paz] era diferente... (Enfermeira Carlota Mello)¹⁹²

Esta fala sugere a idéia de *paternalismo*, que é tratada por Colbari (1996, p.214-5) como tendo sido um componente cultural importante na construção ideológica do mundo do trabalho na transição para o capitalismo industrial, que sobreviveu como estratégia efetiva de controle e como ideologia, e que fornece um repertório de valores e símbolos para um modelo de ordem social que opera, aqui, a identificação do comandante com a figura do pai, responsável pela manutenção do quartel (família) e pelo sustento material e moral de seus subordinados (filhos). A contrapartida pode ser deduzida assim: os subordinados (filhos) devem obediência e respeito ao comandante (pai) e dedicação e responsabilidade com o

¹⁹¹ Vale salientar que foram registradas no quadro nº 02 as organizações militares onde foram classificadas as enfermeiras da FEB no ato de sua convocação para o Serviço Ativo do Exército, bem como as organizações em que foram classificadas mais tarde.

¹⁹² Os grifos são meus.

quartel (casa, família), o que se coaduna com a afirmação de Caire (2002, p.242) de que a tarefa que resta a todos os chefes, em todos os níveis, é exercer uma autoridade compreensiva, inteligente, positiva, e mesmo bastante firme sobre todos os soldados.

O trecho a seguir, da fala da mesma enfermeira, reforça essa idéia:

Eu fui muito bem recebida pelos militares no Colégio Militar, apesar da dureza da época para que a mulher fosse aceita pela sociedade. (...) Quando eu cheguei, o general comandante deu ordem para que todo o efetivo do Colégio se formasse no pátio. Então, vieram professores, oficiais militares do primeiro escalão, civis, soldados, estudantes, cozinheiros, faxineiros, todo o mundo. (...) Todos eles ficaram em forma. O pátio ficou cheio. O general, depois que me apresentou, dirigiu-se aos alunos e falou que qualquer reclamação minha através de parte iria pegar tanto quanto catapora e sarampo (risos). (Enfermeira Carlota Mello)¹⁹³

Como se vê, a orientação jocosa do comandante do Colégio Militar conteve em seu âmago a representação mental da segregação masculino-feminino, que deveria ser observada pelos partícipes daquela organização, quando visou proteger, inclusive sob pena de punição, aos que desrespeitassem àquela “recém-chegada”. Este “*apartheid* de gênero” serviria, de alguma forma, para re-orientar certas tradições informais nas relações entre os homens militares naquele espaço. Ademais, instaurar o medo e inibir e cercear o outro são meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos. Então, é sob os círculos que se estabelece o protótipo do sistema disciplinar, objetivando os comportamentos condicionados e enfatizando um compromisso com o bem-estar maior da corporação e um bem-estar menor do sujeito (CALAZANS, 2004; TAKAHASHI, 2002).

Também, a atitude algo cuidadosa do comandante com a chegada daquela mulher revela um tratamento diferente, mais atento e preocupado, que se traduz num mecanismo de relação de poder, porque revela a proteção do mais forte ao mais fraco, do dominante sobre o dominado (CARVALHO, 1990, p.146). Nesse sentido, Rosa (2007, p.6) afirma que

¹⁹³ Grifo meu.

a mulher é vista como um estrangeiro que deve aprender um novo idioma, uma nova forma de expressão verbal e corporal, assumindo o olhar do outro para que possa se movimentar no novo espaço. Todavia, assumir esse olhar não resulta necessariamente numa igualdade de tratamento e reconhecimento. Pois, mesmo falando o idioma e se portando de forma similar, será sempre um estrangeiro (mulher).

Sobre a questão da chegada daquelas “estranhas”, o próximo recorte demonstra um pouco de como se deram as reações à presença delas:

A meninada não estava acostumada com aquilo [presença de mulheres no Exército] (...) O Colégio Militar tinha só menino grande com mais de 12 anos. (...) Então, já era menino safado, que estava na adolescência. (...) Eles poderiam fazer chacota ou me faltar com o respeito, mas eles me receberam bem e me respeitaram muito. Um dia, um já grande falou assim: *Ô tenente! Posso te falar uma coisa? (...) A senhora é uma mulher atleta, bonita...* (risos). Ele já deveria ter uns dezesseis anos... E, eu falei: *Olhe! Você pode olhar-me, admirar à vontade, e encher seus olhos com a minha beleza, com o meu porte atlético e elegante. Você tem direito. Mas, falar não pode, porque não fica bem...* (risos) Ai, ai... Era tão engraçado! (Enfermeira Carlota Mello)

Ao estar oficialmente instituída da identidade de “oficial”, ela impôs um direito seu de ser e também um dever seu de ser, ao tempo que fez ver ao aluno o que ele é, e, ao mesmo tempo, mostrar que ele tinha de se comportar em função de tal identidade. Em contrapartida, ao ressaltar as impressões daquele aluno sobre sua feminilidade, a oficial enfermeira ratificou a faculdade da diferença dos homens em atitudes, palavras, mentalidade; mas também, resgatou os mesmos mitos construídos pela tradição sobre o que é próprio do feminino: saúde, mocidade, beleza, sexo, e por extensão, maternidade e cuidados com o lar. Todos voltados para a mulher como objeto simbólico (ALVES, 2003). Aliás:

a dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser é um ser-percebido, tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até apagadas. E a pretensa ‘feminilidade’ muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego (BOURDIEU, 2003, p.82).

Mesmo reincluídas por um dispositivo legal, as falas das febianas fazem ver que elas percebiam-se no Exército como “estranhas” e “fora de lugar”. Tal situação foi motivadora da mobilização de constantes artimanhas para conquistarem espaço e reconhecimento em um meio hegemonicamente masculino, principalmente nesta chegada delas:

Eu cheguei ao Colégio Militar três meses antes das minhas colegas... Quando elas chegaram, melhorou. No princípio, quando eu entrava no refeitório para almoçar, só havia homens. E, com a cara e com a coragem, eu me acostumei rápido, mas porque eram professores e oficiais. Se fosse refeitório de soldados e alunos, onde tem “coisas”, talvez fosse mais difícil. Mas, lá era ambiente de ensino. Era um colégio onde todo mundo tinha um nível de educação diferenciado, inclusive os próprios militares. (...) Havia pessoas cultas. Isso facilitou muito! (Enfermeira Carlota Mello)

É bem verdade que, em certos casos, algumas enfermeiras conseguiram uma melhor adaptação e sucesso no uso de suas funções de autoridade, seja por certa humildade de boa cepa, seja por seu fino trato com seus subordinados, e, em alguns casos, pelo capital militar herdado de seus familiares e do exercício de funções militares prévias (na guerra). Todos esses elementos contribuiriam para que elas fossem bem aceitas na instituição, tornando-a mais dócil a estas “recém-chegadas”.

Trabalhei no Colégio Militar de Belo Horizonte. (...) Foi um tempo muito bom. (...) Eu não tive problema nenhum. (...) Eu trabalhei na enfermagem. (...) Fui amiga de todos, desde o general até o soldado. (...) Todos se davam muito bem comigo e eu com eles, sem problema. (Enfermeira Roselys Teixeira Gazzinelli)

Em contrapartida, com a reaparição pública dessas mulheres uniformizadas, alguns deboches, preconceitos e dificuldades, que sempre recorriam ao fato delas serem do “segundo sexo”, vieram à tona:

As pessoas estranhavam... Todo mundo ficava olhando e perguntando: *Que bicho raro é esse?* (...) Nós causávamos estranheza. (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Na rua, havia muita reação. Ficavam debochando a toda hora: *Êêê... Mulher fardada!? Mulher, não! Mulher, não!* - era o que diziam os homens

nas ruas, pejorativamente. (...) O meu uniforme ficava na Policlínica. Eu me trocava lá para não ouvir essas coisas, porque eu era meio encabulada, e ficava revoltada quando ouvia essas coisas. (...) Já as mulheres, elas achavam que a gente ia para namorar o marido delas... (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Não somente nas ruas, mas também no âmbito da própria Associação de Ex-Combatentes, o reaproveitamento das febianas era assuntado com algum desdém:

[Eu era sócia da] Associação dos Ex-Combatentes do Brasil. (...) Quando fomos convocadas, o Jamil, que era o presidente na ocasião, escreveu [com certo menosprezo] que: *Até as enfermeiras foram convocadas...* Aí, eu me senti ofendida! Por que ‘até’? Eu fui à Associação falar com o Jamil: *Olha, eu vim pedir meu desligamento*. Ele disse: *Por que, minha amiga? É porque você botou no jornal que “até” nós fomos convocadas. Você acha que nós não fizemos nada?* (...) Naquela ocasião, havia uma tentativa de se convocar os padres da FEB, e estava acontecendo certo embaraço nisso... Depois, o Jamil ficou se dando comigo, mas eu não fiz mais parte da Associação. (...) (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Em certos momentos, suas presenças em público eram tidas como algo estranho, indiscreto, incrédulo, e, inclusive, até vergonhoso para elas mesmas. Apresentar-se fardada, bem como fazer carreira no Exército, era uma noção pouco feminina, viril e deslocada para uma mulher da época, ao que parece (PERROT, 2005). Aliás, as diferenças de tratamento – ora cuidadoso demais, ora preconceituoso – expressam as oscilações sobre o nível de aceitação delas no militarismo.

Coincidentemente, a Lei nº 3.160/57 foi promulgada um pouco antes do início do auge da luta do movimento feminino (anos 60), que visou demarcar o espaço da mulher na sociedade como um todo, não apenas no setor profissional, mas também no respeito e confiança em outros setores sociais, principalmente dentro de suas casas, nos relacionamentos com os maridos e filhos. Muitas eram as discriminações da sociedade, que não se adaptou à revolução silenciosa representada pela firme determinação das mulheres em ocupar o mercado de trabalho, e nele ter tanto êxito quanto os homens (FÁZIO, 2003).

Há que se considerar que a transição das febianas da vida civil para a militar (em tempo de paz) deve ter sido mesmo algo impactante, posto que a sua presença nos quadros do Exército foi uma grande e estranha inovação para os militares de um exército talhado pelo tradicional “espírito de Caxias”, hierarquicamente rígido, formalista ao extremo, draconiano na separação de “castas” de oficiais e praças, e indiferente ao bem estar dos homens que a compunham (FERRAZ, 2005). Por sua vez, esta instituição também sofreu os impactos da chegada dessas oficiais enfermeiras em seus espaços, num contexto em que a maioria das mulheres permanecia enredada nas tramas da exclusão social.

Hoje tem mulher fardada em todo o canto. Na época [da reinclusão], ninguém via mulher fardada. Aqui em Belo Horizonte éramos três. Apenas três. (Enfermeira Carlota Mello)

Na década de 1950, o pessoal subalterno das Forças Armadas era, em geral, de nível educacional baixo, quando muito possuía o primário. Os oficiais das Armas o eram na categoria de ensino secundário, uma vez que o Estado se encarregava de sua formação nas Escolas Preparatórias, no Colégio Naval, e nas Academias Militares e Escola Naval. Já os oficiais dos Serviços de Saúde – médicos, farmacêuticos e dentistas – eram recrutados no nível de ensino superior. No que diz respeito aos militares que exerciam a enfermagem no âmbito do Exército Brasileiro de então, há registros que mencionam que esta era uma atividade exercida por soldados, cabos e sargentos enfermeiros, estes, formados pela Escola de Saúde do Exército desde 1921.

De fato, a racionalização de recrutamento para obtenção de pessoal qualificado para os Serviços de Saúde das Forças Armadas era preocupação evidente de suas lideranças, e foi justamente sob tal circunstância que as febianas, há pouco convocadas, tiveram que passar pela provação de ter que demonstrar sua competência no desempenho não só de atividades militares, mas também de prática de enfermagem, sem terem frequentado um curso de formação ao oficialato e sem serem de fato enfermeiras, o que, num primeiro momento, possa

ter interferido na decisão de seus chefes para que elas fossem aproveitadas em trabalhos técnicos. Os trechos que se seguem ratificam um pouco dessa depreensão:

Quando nós chegamos, exercemos a função de assistente social. Nós ficávamos no corredor atendendo as famílias, levando para a portaria para pegar o *ticket* para ir ao médico, levando para aqui e para ali... Qualquer coisa era conosco. (...) O coronel médico Luiz Paulino de Mello [diretor da Policlínica Central do Exército] mandou que todas as que lá foram servir que fossem matriculadas num curso de relações públicas no Clube Militar. (...) [Depois é que ele] resolveu dar uma clínica para cada uma... (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Eu fui servir no HCE, na administração. (...) E eu adorava aquilo lá. Eu é que tomava conta daqueles pavilhões, do material, daquelas ferramentas todas, do controle do material carga. Era a “dona” da carga, de tudo que existia no centro cirúrgico e nos quartos dos doentes. (...) Eu era da administração do pavilhão, ligada ao Diretor. (Enfermeira Lenalda Lima Campos)¹⁹⁴

Eu tinha bons enfermeiros para tomar conta dos meninos [no Colégio Militar], e achava que eles eram mais indicados para cuidar dos alunos. Então, eu ficava mais como uma fiscalizadora para ver se tudo estava indo bem. Nesse meio tempo eu podia exercer outras atividades [administrativas]... (Enfermeira Carlota Mello)

Através da leitura das folhas de alterações de algumas febianas, de boletins internos das unidades onde foram servir, e de depreensões de conversas com alguns de seus familiares, constatou-se que elas chegaram mesmo a trabalhar em serviços administrativos, de natureza mais burocrática, e inclusive com cargos de chefia; enquanto que algumas outras, em serviços técnicos, mais voltados para a prática de enfermagem.

Chama a atenção que, de todas as febianas convocadas, nenhuma buscou obter o diploma de enfermeira expedido por uma escola superior de enfermagem, o que as colocaria, de certa forma, numa posição mais vantajosa no campo¹⁹⁵, pois a posse do capital cultural institucionalizado tem o efeito simbólico de conferir reconhecimento ao seu portador, posto

¹⁹⁴ Trecho de entrevista arquivada no Centro de Memória Dra. Nalva Pereira Caldas da Faculdade de Enfermagem (UERJ).

¹⁹⁵ A exceção é de duas enfermeiras: Antonieta Ferreira, profissional formada pela Cruz Vermelha Brasileira e Maria Aparecida França, pela Universidade de São Paulo, que, mesmo antes de participarem da guerra, já haviam realizado o curso de enfermagem.

que o diploma acadêmico é tido como símbolo de um saber válido – como um objeto mágico, um amuleto (BOURDIEU, 1992, p.82).

Em contrapartida, se algumas fronteiras foram moldadas e subsistiram entre as enfermeiras militares e as diplomadas civis, as próprias trajetórias profissionais traçadas pelas febianas e seus argumentos também definiam essa ordem das coisas. Exemplo disso é a resposta enfática de uma delas para os motivos que levaram as febianas a não realizarem um curso superior de enfermagem, no pós-guerra: “Não, não... Por que e para quê? Nós sabíamos muitíssimo mais do que as enfermeiras diplomadas!”. E ela se justifica e se defende assim:

Vocês não fazem idéia do que foi o trabalho que nós realizamos lá [na guerra], e o que nós tivemos que atender. (...) Coisas que jamais foram vistas aqui... Tudo o que nós tínhamos lá era completamente diferente do que se tinha aqui... Enquanto aqui nós tínhamos “lixo”, pinça enferrujada, e essas “porcarias” todas, lá, nós tínhamos o que havia de mais moderno possível. Foi a primeira vez que se abriu um coração, para o quê foi criada a técnica na hora. (...) Um ano de guerra vale por seis anos de Escola de Enfermagem... Tanto que os estudantes de medicina do 5º ano foram diplomados quando voltaram. (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Ela continua, exaltando o seu mérito e o do grupo que comandou nessa experiência prévia:

Uma coisa que eu me ressinto é de não terem me dado o título de *Honoris Causa*, porque eu chefei um hospital de 1.200 leitos. Quem naquela época aqui no Brasil já tinha visto um hospital de 1.200 leitos? No dia 23 de dezembro de 1944, eu tinha cerca de 1.000 doentes brasileiros internados no hospital, e os americanos tinham 200. (...) Eu tinha 24 enfermeiras, e os americanos tinham 67. Nosso trabalho não era brincadeira, não. Nosso trabalho era de sete as sete durante quinze dias, e de sete as sete durante quinze noites. (...) Era pesado! E tinha que saber fazer de tudo! Nós tínhamos que nos valer aos americanos, que tinham enfermeiras especializadas, que não tínhamos. (...) A ordem que eu dava às meninas era a seguinte: *Veja como elas fazem, e façam melhor!* Esta era a minha ordem, e eu cobrava. Por isso é que nós [quase] não tivemos problemas. (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Apesar de a posse de um diploma nem sempre ser penhor seguro de competência, a forma improvisada da participação das febianas na sua inclusão durante a guerra, e a

reinclusão delas como enfermeiras no Serviço de Saúde do Exército em 1957, mesmo sem possuírem o título profissional, é exemplo das fragilidades havidas sobre o capital profissional dos indivíduos que exerciam a enfermagem no campo do Exército.

É praticamente consensual a idéia de que a formação do capital escolar tende a garantir um rendimento simbólico alto e certo grau de distinção, por estar ligado às variações das competências (BOURDIEU, 2007a), o que faz do devido preparo um ponto crucial. Por isso é que os improvisos no ensino e na prática de enfermagem militar tendem a provocar riscos para a operação efetiva das atividades e estratégias de uma doutrina militar séria, seja no tempo de guerra ou mesmo no de paz.

Assim é que se pode ressentir de que a incorporação de enfermeiras com formação adequada não tenha sido objetivada em escolas do mesmo nível que a dos outros oficiais especialistas em medicina, odontologia e farmácia, o que, desde o início, poderia conferir uma maior legitimidade ao exercício da profissão de enfermagem neste campo. Não são ao acaso as ressalvas escritas por um coronel médico do Exército, que denunciou as agruras que se faziam sentir no processo de incorporação de cidadãos julgados verdadeiramente aptos para o Serviço de Saúde do Exército na década de 1950:

Vocação hoje em dia é uma questão pragmática, interesseira. Não há mais vocação sem interesse imediato. Há, sim, interesse sem vocação. Disso temos muitos exemplos, principalmente depois dessas leis de favores pessoais, que permitiram o ingresso no Serviço de Saúde de elementos sem vocação de espécie alguma, mas aproveitando-se de uma oportunidade para melhores proventos e posição. Não viam o Serviço de Saúde um fim, mas um meio para os seus objetivos individualistas. Leis que, do ponto qualitativo, quanto à maior eficiência técnica do pessoal de saúde, que se deve ter sempre em mira, nada produziram. Ao contrário, fazendo ingressar no Serviço de Saúde esses elementos, independente de qualquer seleção, psicológica, física ou intelectual, concorrem para agravar ainda mais a situação (MELLO, 1954, v.1, p.662-3).

Este problema, sentido pelo Serviço de Saúde do Exército à época, refletia negativamente na qualidade do exercício de sua enfermagem. Não é à toa que, quando foi

inaugurado no HCE, em 1956, o moderno Pavilhão Marechal Ferreira do Amaral, apelidado de *Martha Rocha*¹⁹⁶, construído com o propósito de hospitalização de oficiais para quem se priorizou um tratamento melhorado (diferenciado), viabilizou-se a contratação de enfermeiras profissionais, detentoras de maior capital cultural e, por isto, recomendadas para exercerem suas atividades neste pavilhão. Inclusive, uma delas chegou a ascender ao cargo de chefe do Serviço de Enfermagem do HCE, em 1959 (NASCIMENTO, 2004, p.59, 75).

Especificamente em relação às febianas convocadas, a pertença a um quadro composto por oficiais do Serviço de Saúde do Exército, em que praticamente todos tinham nível superior, pôde ter provocado algum desconforto. Mesmo porque, a condição de oficial exige (inclusive) um satisfatório nível de conhecimento militar, administrativo e técnico para o exercício efetivo da função. E, a falta deste preparo chegou mesmo a ser sentida por elas mesmas, como se depreende do trecho a seguir:

[Depois que fui reincluída, o comandante do Colégio Militar] me perguntou: *O que você sabe do meio militar?* Eu respondi: *Eu sei pouco.* (...) Ele me ensinou as coisas, e até como eu devia colocar o quepe na hora de cumprimentar ou de entrar num lugar. (Enfermeira Carlota Mello)

No que tange ao aspecto técnico, há que se referir ainda que a prática de se contratar pessoas sem qualificação para os serviços de enfermagem foi uma das preocupações da Associação Brasileira de Enfermagem ao longo de sua história. Especificamente nas décadas de 1940 e 1950, este assunto esteve em debate em várias edições dos Congressos Brasileiros de Enfermagem, que foram organizados pela Associação.¹⁹⁷

¹⁹⁶ O apelido *Martha Rocha* do referido Pavilhão devia-se ao fato dele ser “o mais bem arrumado, mais novo e mais bonito” do HCE (NASCIMENTO, 2004, p.53). A título de curiosidade, Maria Martha Hacker Rocha foi eleita Miss Brasil em 1954 aos 18 anos. Logo depois, Martha Rocha ficou em 2º lugar no concurso de Miss Universo, mas passou a ser reverenciada em todo o mundo como uma das mulheres mais belas do planeta (Arquivo disponível em: <http://www.martarocha.com.br>. Acesso em: 20 out. 2010).

¹⁹⁷ Como exemplo, no II Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn) em 1948, o tema foi “Aumentar o número de enfermeiras é contribuir para a saúde mundial”. No V CBEn (1951) foi solicitado ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio apoio ao desenvolvimento da enfermagem no país, promovendo o cumprimento da legislação vigente sobre quem deveria usar o título de enfermeiro e a denominação de auxiliar de enfermagem. No VI CBEn (1952) foi posto em destaque o tema “Vigilância das leis que dispõem sobre o exercício da enfermagem pelos Poderes Executivo e Legislativo”. Já no VII CBEn (1954), um dos assuntos tratados foi o

Paralelamente, nesse mesmo período, além das dificuldades do Serviço de Saúde do Exército com o suprimento de mão-de-obra especializada nos seus diversos órgãos de tratamento, pesquisa e produção, várias medidas de fortuna [improvisações] eram tomadas, para que as atividades não fossem interrompidas, posto que não existiam no Exército unidades para a assistência médica às famílias dos militares e de seus funcionários civis, com exceção do HCE, da Policlínica Central e de alguns poucos hospitais gerais, que a faziam parcialmente (MELLO, 1954, v.1, p.676). Era esta uma época de desenvolvimento da assistência social, de aparecimento dos IAP's¹⁹⁸, onde os trabalhadores que contribuíam para a Previdência sentiam-se com direito de serem atendidos dentro de sua classe (CAIADO, 1954, v.2, p.311). Tendo em conta que o Exército estava espalhado por todo o país em diversas regiões militares, este era um problema complexo da Força naquele momento.

A fala seguinte reflete um pouco dessa situação, quando descreve alguns detalhes da dificultosa organização do Posto Médico da Praia Vermelha¹⁹⁹, unidade de saúde do Exército recém-criada, onde foram servir algumas febrianas:

Depois que retornei à ativa, eu fui servir no Posto Médico da Praia Vermelha (...). O Posto tinha sido inaugurado na sexta-feira, e eu fui para lá na segunda-feira seguinte. Eram dois apartamentinhos... (...) Neles, tinha clínica médica, pediatria e uma pequena salinha de curativo. (...) Com o tempo, eu fui tomando os outros apartamentos... Tomei um onde funcionava uma biblioteca, outro passou a ser a farmácia. (...) Para montar o setor de raios-X, eu desmanchei uma viga de amarração do prédio. Tive uma briga com os engenheiros, mas consegui vencer... Eu sempre obtinha tudo aquilo que eu queria. (...) Agora, eu tinha todo pessoal conhecido por aí nas chefias. Muitos tinham pertencido à FEB. (...) Eu cheguei a fazer um negatoscópio de madeira de cinco corpos,

recrutamento e seleção para cursos de auxiliar de enfermagem, considerando a necessidade brasileira de profissionais bem preparados. E no XI CBEn (1958) foi posta em discussão a situação da enfermagem no Brasil, com a divulgação do relatório final sobre o Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem (CARVALHO, 1976; FONSECA; FORCELLA; BERTOLOZZI, 2000).

¹⁹⁸ A partir de 1933, surgiram os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), entidades de grande porte que abrangiam os trabalhadores agrupados por ramos de atividades. Entre os institutos criados havia: o IAPTEC (para trabalhadores em transporte e cargas), o IAPC (para comerciários), o IAPI (para industriários), o IAPB (para bancários), o IAPM (para marítimos e portuários) e o IPASE (para servidores públicos). Esse modelo de assistência médica não era universal e baseava-se nos vínculos trabalhistas. (PAULUS JÚNIOR; CORDONI JÚNIOR, 2006, p.14).

¹⁹⁹ Esta unidade foi criada pela Portaria Ministerial nº 065 - Reservada, de 22/05/1957, com a finalidade de se atender aos alunos das escolas militares ali sediadas e seus dependentes.

com vidro de alpalina. (...) Tudo ali na Praia Vermelha foi feito assim. Eu ia ajeitando com o que eu podia. (...) Quando eu fui para lá, o diretor era o major médico Osvaldo de Mello Schmidt, um pediatra, um amor de pessoa! Ele trabalhava “pra burro”. Eu, para despachar com ele, agarrava na bata dele e ia correndo atrás. (...) Na realidade, quem mandava ali era eu, porque ele deixava tudo na minha mão. Ele só fazia assinar os papéis... (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Sobre outros imprevistos que tinham que ser feitos, inclusive na assistência, a mesma febiana fez o seguinte ressaltar:

[No Posto Médico da Praia Vermelha] éramos umas quatro enfermeiras. (...) Nós trabalhávamos no ambulatório, meu filho, nas várias clínicas de cirurgia, ortopedia..., e onde precisasse. Aliás, eu era a ortopedista de plantão... Quando acontecia qualquer coisa de ortopedia, eu atendia, porque lá não tinha médico ortopedista. Era eu quem fazia as imobilizações, o atendimento de primeira urgência... Já estava acostumada... Eu era “tudo” dentro daquele posto! Eu não tinha setor certo, não. (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Outra unidade do Exército que também estava em vias de criação/organização à época da chegada das enfermeiras febianas foi o Colégio Militar de Belo Horizonte.²⁰⁰ Os trechos seguintes tratam desse momento e das variadas atividades que as febianas, que lá foram servir, passaram a desenvolver:

Quando eu voltei para o Exército, (...) fui trabalhar no Colégio Militar, que ainda não tinha nada... Depois, fizeram um prédio lá na Pampulha. Eu entrei justamente nessa mudança. Então, eu tive um trabalho imenso. (...) Eles me botaram para fazer de tudo. (...) (...) Eu organizei uma enfermaria para atender as crianças, outra menor para atender os casos mais graves, fundei um consultório médico, um gabinete para a enfermeira chefe, um gabinete odontológico, uma farmácia. (...) Eu também trabalhei no aprovisionamento, onde fazia o cardápio semanal das crianças, quando fiz um curso de nutrição. (...) Mais tarde, trabalhei na instalação de uma lavanderia para as roupas dos meninos, e na organização de uma mercearia só para militares, onde o preço era mais barato. (...) Tudo o que eles mandavam, eu fazia. (...) E eles me botavam pra fazer de tudo! (...) Eu fiz muita coisa no Colégio fora da enfermagem. Eu era, pode-se dizer, “pau pra

²⁰⁰ O Colégio Militar de Belo Horizonte foi criado no dia 12/09/1955 pelo Decreto nº 37.879. De acordo com este documento, o Colégio seria instalado no prédio destinado ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, no bairro da Pampulha. Provisoriamente, funcionaria no edifício antes usado pelo Colégio Estadual de Minas Gerais, localizado na Avenida Augusto de Lima, próximo ao centro da cidade, até o término das obras na Pampulha. A inauguração e o início das aulas realizaram-se a 21/04/1956. Com a conclusão das obras, em fins de 1959, finalmente foi possível o funcionamento do Colégio, totalmente reunido na Pampulha, a partir de 1960 (Histórico do CMBH, s.d.).

toda obra”. (...) Foi um tempo que eu trabalhei muito. (...) Mas, foi bom porque eu estava entrando no “meio” (...). Eu não estava acostumada, então o trabalho fez com que eu pulasse por cima das dificuldades. (Enfermeira Carlota Mello)

Acerca das necessidades de apoio de saúde específicas para o Colégio Militar de Belo Horizonte, tem-se o próximo recorte:

Naquela época era importante o cuidado com a saúde dos meninos, porque eles vinham de toda parte do Brasil para estudar aqui. Eram poucos os colégios militares que existiam. Não era em todo lugar, como existe hoje. Não tinha em Brasília, no Nordeste, no Sul, mas só no Rio de Janeiro e em São Paulo. Depois é que fundaram o de Belo Horizonte. Então, vinha menino de toda parte do Brasil pra cá. E eles iam passar o fim de semana em casa. Quando eles voltavam, traziam as doenças. Era gripe, sarampo, catapora, caxumba, e não sei mais o quê... Quando era doença grave, eles ficavam internados, ou então em isolamento de hospital. A gente foi trabalhando com higiene, saneamento, essas coisas... (Enfermeira Carlota Mello)



Figura nº 21 – Enfermaria do Colégio Militar de Belo Horizonte, 1958/1959 (Álbum *Histórico do Colégio Militar de Belo Horizonte*, CMBH, Belo Horizonte)

Esta fotografia posada mostra um pouco do cotidiano de trabalho de uma das três enfermeiras que serviram no Colégio Militar de Belo Horizonte, Ilza Meira Alkimin, que está sentada mais ao centro da composição, assumindo uma postura recatada. Seu posicionamento leva a inferência de que a mesma mantinha uma liderança do espaço representado pela fotografia. Ao seu lado está, provavelmente, um cabo enfermeiro, além de cinco meninos “acamados”. Esta mesma foto foi publicada no primeiro número da Revista do Colégio²⁰¹ com a seguinte legenda: “Baixados à enfermaria. Os enfermeiros são dedicados e a tenente Alkimin tem cuidados maternos com os doentes”. Escrita deste modo, tal inscrição é um exemplo por excelência da evocação e legitimação da natureza feminina do tipo de trabalho daquela oficial representado na fotografia.

O breve excerto abaixo evidencia justamente um pouco das práticas cotidianas (feminilizadas) que essas enfermeiras febianas imprimiram, como, inclusive, extensão do trabalho das mães daqueles alunos, que, em casa (noutros Estados), ficavam:

As mães dos meninos gostavam de nós. (...) Eu conversava com eles... Eu ia lá para o auditório, e ensinava a meninada a comer, a tomar banho, a limpar a orelha, a lavar as partes íntimas, o nariz, os olhos... (risos). Eu tinha que ajudar em tudo! (Enfermeira Carlota Mello)

O aspecto tutelar, o “toque feminino”, e a adaptação (limitada) da instituição à presença dessas primeiras mulheres chegariam a amenizar e flexibilizar, muito sutilmente e restritamente, alguns dos efeitos masculinizantes do militarismo. Com sua chegada, uma espécie de fenda se abriu no rigoroso e misógino terreno militar, consentindo, a despeito das resistências, a infiltração de novos valores. A absorção delas indicou mais do que uma simples mudança estética na imagem externa do Exército, mas também, a extensão de valores tidos como feminilizados para o cotidiano dos quartéis (SOARES; MUSUMECI, 2005). Entretanto, não se pode correr o risco em afirmar que essas mulheres chegaram a provocar

²⁰¹ Revista do Colégio Militar de Belo Horizonte, ano I, n.1, 1958/1959.

grandes rupturas às instituições militares após terem sido reincluídas, mas, ao menos, trouxeram vida nova e certo frescor.

A transcrição abaixo, de um elogio consignado pelo Chefe da Formação Sanitária do Colégio Militar à enfermeira Ilza Meira Alkimin (a que aparece na foto), corrobora os dizeres anteriores ao tempo que endossa o aspecto tutelar do trabalho das febianas para com os alunos:

2º Ten ILZA MEIRA ALKIMIN – Muito dedicada aos alunos do Internato, onde presta os seus serviços, trata-os sempre com muito carinho e cuidado, cooperando eficientemente para o bom andamento do Serviço de Saúde naquele setor, especialmente no tocante à boa apresentação das suas dependências. Disciplinada, pontual, finamente educada, faço-lhe este justo elogio e agradeço-lhe a valiosa cooperação (INDIVIDUAL).²⁰²

Comuns na cultura militar, os elogios, sobretudo os individuais, tendem a fazer distinções e promover diferenças, ou seja, distinguir os agentes de um campo. Enquanto prática motivacional, eles geralmente reúnem em si certos valores que são tidos como essenciais para a formação, dignificação, e distinção de um membro das Forças Armadas, valores estes que servem para a formação de um quadro mental (espírito) tido como típico desses espaços, um *habitus*, enfim (TAVARES, 2009). O excerto do depoimento abaixo corrobora essa assertiva:

Na Policlínica, eu era muito elogiada. (...) Graças a Deus, eu sempre tive elogio. Nunca fui chamada a atenção de nada. (...) (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Da análise de alguns elogios dirigidos às febianas convocadas logo após sua reinclusão, há certos indícios do tipo de trabalho que elas passaram a desenvolver e do grau de aceitação/reconhecimento (induzido?) delas nas unidades onde foram servir. Dentre os valores (virtudes) militares que geralmente foram ressaltados nesses elogios, estiveram os de

²⁰² Publicado no BI nº 43, de 24/02/1959, do CMBH.

responsabilidade, iniciativa, pontualidade, zelo, desempenho, eficiência, desprendimento, educação, organização, assiduidade, entusiasmo, disciplina, dedicação e interesse ao serviço, valores estes que, em muito, fazem nexos com as necessidades de uma vida castrense regrada, e, por isso, bem alinhada com os anseios do comando e da instituição.²⁰³

Portanto, o foco era o de ambientá-las no campo e de formatar seus comportamentos para a devoção das normas e prescrições estabelecidas. Nesse caso, as palavras têm o efeito de consagrar uma identidade consoante com as coisas e práticas militares, uma vez que o tratamento distintivo tende a penhorar o sujeito consagrado a se comportar de acordo com a sua nova identidade social (BOURDIEU, 1998, p.101).

Há ainda que se considerar que, de acordo com as unidades aonde foram classificadas, as febianas convocadas passaram a servir com irmãs de caridade, enfermeiras profissionais (diplomadas), auxiliares de enfermagem, atendentes e auxiliares de serviços médicos, além de soldados padioleiros, cabos e sargentos enfermeiros masculinos. Todos estes exercentes de enfermagem já se encontravam distribuídos pelos hospitais, policlínicas, postos médicos, colégios militares e outras organizações onde elas foram lotadas, e, *a priori*, eram detentores de um capital militar (principalmente no caso dos sargentos enfermeiros) e cultural/profissional de enfermagem (especialmente no caso das enfermeiras profissionais).

Com estes exercentes, alguns registros mencionam que as febianas convocadas chegaram a ter um ou outro conflito de interesse e até algum embate. Corroborando esta idéia, é apropriada a afirmação de Bourdieu (2006, p.150) de que “todo o campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo”. Com efeito, as organizações militares do Exército Brasileiro são lugares de poder em que se concentram um “campo de forças” e um “campo de lutas”. E, na luta pelas posições de prestígio e de poder, ensejadas pelo volume e peso do capital

²⁰³ Dentre os elogios consultados, estão os publicados nos boletins internos: nº 43, de 24/02/1959, nº 64, de 20/03/1959, e nº 250, de 11/12/1959, todos do CMBH. Além destes, estão os publicados nas folhas de alterações de Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero e de Carlota Mello, entre os anos de 1958 e 1959.

militar/cultural/profissional/simbólico que cada exercente de enfermagem tinha posse, esses outros agentes resistiram no que puderam, para reconhecer, mesmo que veladamente, a nomeação e o reconhecimento das febianas como oficiais e como enfermeiras do Exército.

Como exemplo, a fala de uma das enfermeiras febianas demonstra a existência de dificuldades no trato com as irmãs de caridade²⁰⁴ lotadas no Hospital Central do Exército, unidade em que também se incorporou as febianas²⁰⁵:

HCE... Lá ficavam as freiras... As freiras eram insuportáveis! Elas queriam mandar de qualquer jeito nas que foram convocadas! E as convocadas tiveram muitos aborrecimentos com as freiras... (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)

Sobre o relacionamento com os cabos e sargentos enfermeiros²⁰⁶, as dificuldades foram minoradas bastante pela existência de um código de conduta baseado na observância da posição hierárquica entre eles e as febianas:

²⁰⁴ A título de ilustração, as primeiras irmãs da caridade chegaram aos hospitais militares no período da Guerra do Paraguai (1864-1870), graças a um contrato celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e a Irmandade de São Vicente de Paulo. No Hospital Militar da Guarnição da Corte, mais tarde chamado Hospital Central do Exército, ingressaram dez irmãs. Dentre as mudanças havidas, estiveram as de natureza administrativa, como a alteração do organograma do hospital, quando todo o pessoal de enfermagem, inclusive o enfermeiro-mór, que era militar, ficou subordinado à irmã superiora (PASSOS, 2000, p.83-4). Suas atribuições foram mais tarde especificadas através do Decreto nº 15.230/1921. Já em 1932, foi aprovado o Regulamento para a Organização do Quadro de Enfermeiros do Exército, e criado o Curso de Enfermeiros da Escola de Saúde do Exército. Nesta ocasião, as irmãs da caridade tiveram que frequentar cursos especiais organizados nesta Escola, que permitiram que elas viessem a trabalhar como auxiliares de enfermagem. Mais tarde, o Regulamento do Serviço de Saúde do Exército, de 1953, também previu a admissão de religiosas, de qualquer Congregação ou Ordem, desde que “(...) mediante contrato, onde exerceriam funções auxiliares de enfermagem e outras tarefas compatíveis com suas condições e possibilidades (...)”. Mas, ao longo do tempo, as atividades das irmãs ficaram restritas a atuações fora da enfermagem (NASCIMENTO, 2004, p.29-31; BRASIL, 1953, p.902).

²⁰⁵ Um relato bem humorado dessas dificuldades de relacionamento das irmãs de caridade com os exercentes de enfermagem do HCE pode ser encontrado no livro: *Casos da Guerra que heroínas e heróis da FEB contam* (2002, p.192-3), organizado por Mario Ribeiro da Cruz.

²⁰⁶ O Decreto nº 1.900, de 07/03/1857, regulou a inclusão de enfermeiros no Corpo de Saúde do Exército, que foram distribuídos pelos hospitais e enfermarias militares da Corte, sendo mantido um quantitativo no Quartel Permanente da Corte em caso de guerra imprevista (PASSOS, 2000, p.59-60). Tempos depois, através do Decreto nº 15.230, regulamentou-se em 1921 a formação de enfermeiros no Corpo de Saúde do Exército, que constituíam o pessoal subalterno do Serviço de Saúde da Força. Esses homens passaram a ser considerados profissionais desde 1932, quando, através do Decreto nº 21.141, o Chefe do Governo Provisório da República, Getúlio Vargas, aprovou o Regulamento para o Quadro de Enfermeiros do Exército, conferindo a esses militares, que tivessem concluído o Curso de Enfermeiros da Escola de Saúde do Exército, os mesmos direitos do exercício profissional que possuíam as profissionais formadas pela Escola Oficial Padrão (Escola Anna Nery), ou qualquer outra Escola de Enfermagem a ela equiparada. Tal decreto livrou o Exército e a Cruz Vermelha da obrigatoriedade de, enquanto órgãos formadores em enfermagem, terem que se equiparar à Escola Anna Nery (CARVALHO, 1976).

Na Policlínica, tudo foi muito bem. (...) Lá, havia muitos sargentos enfermeiros. (...) Umas febianas até foram madrinha de filho de sargento... Havia completa harmonia. Eu tenho a impressão que ali na Policlínica eram todos escolhidos, porque eram todos competentes. Não tinha nenhum sargento “boboca”, (...) assim como na guerra, onde eu não peguei um que desse “palpite”. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Apesar da mencionada competência dos sargentos enfermeiros, auferida pela sua prática e experiência, a ética militar tende a beneficiar as camadas mais altas da hierarquia: entre um oficial e um praça perdura a razão da existência da disciplina e da hierarquia, e o oficial quase sempre terá preferência política nos eventos, trazendo a necessidade de controle sobre o prevalecimento e a indignação subalterna (ANDRADE JÚNIOR; SILVEIRA, 2002).

Este outro recorte também ilustra um pouco as impressões de uma enfermeira sobre a administração desse pessoal sob seu comando:

Eu precisava de pessoas capacitadas para me ajudarem no serviço, e a turma de sargentos era a melhor do mundo... Os oficiais sabem, mas não querem fazer nada, porque eles têm os de cá embaixo: se ele é capitão, ele tem um tenente para ajudar. Já o tenente joga tudo pra cima do sargento. Mas, o sargento vê que não pode mandar tudo para o soldado. Então, ele é capacitado para fazer de tudo. E também, o sargento, quando chega a ser sargento, já é universitário, já é bom de trabalho, e entende de tudo. Agora, quando mandavam um sargento ruim, eu não falava nada com ele, mas eu ia, sorrateiramente, e dizia para o comandante: *Olha, a gente tem que mudar, porque ele não está me ajudando bem. Não está trabalhando como eu gosto.* (...) Precisava ter muita paciência e muita tática... Então, tinha essas “coisinhas”... (Enfermeira Carlota Mello).

Uma situação algo delicada, que foi experienciada pelas enfermeiras convocadas, foi a do exercício do comando de subunidades. Vista do ângulo masculino, a entrada praticamente inesperada de mulheres no Exército era uma excentricidade que precisaria ser ainda assimilada tanto pelos chefes quanto pelos subordinados das febianas convocadas. Por certo, algumas reações masculinas em virtude da invasão “pacífica” de seus “domínios” reservados deve ter acontecido, mesmo sendo para o exercício de uma especialidade técnica e *a priori* feminina, como era, no meio civil (mas, não no militar), a enfermagem.

A esse respeito, é ajustável a idéia de Raymond Caire (2002, p.172) de que a força da tradição favorece a tomada de poder pelos homens, e que tal “falocracia” é mantida por três fatores históricos: o exercício das responsabilidades familiares por parte das mulheres, a ausência de uma formação de base com orientação técnica, e a falta de formação profissional contínua em cursos de carreira, e que, a isso, adiciona-se certa reticência das mulheres em exercer cargos de responsabilidade.

Ainda no plano das relações, no que diz respeito às das febianas com exercentes civis de enfermagem, está o seguinte recorte:

No início, o nosso trabalho foi mais social, depois é que passamos a atuar como as enfermeiras civis. Nós passamos a trabalhar nas clínicas, onde atendíamos nos serviços de raios-X, metabolismo basal, coleta de sangue... Todos os trabalhos que as enfermeiras civis faziam, nós fazíamos, com preferência a nós no lugar delas... E elas reagiam “direitinho” e com delicadeza. (...) Tinha enfermeira profissional e não profissional. As civis profissionais ficavam geralmente no HCE, mas não havia muitas. O Exército não cogitou desse negócio de enfermeira profissional. [O Exército] nomeava e a pessoa passava a ser enfermeira. (...) (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

No âmbito da Força, a presença de enfermeiras (civis) profissionais/diplomadas somente se concretizou em 1956, quando da chegada das primeiras no Hospital Central do Exército, que foram indicadas pela ABEn e por algumas Escolas de Enfermagem para, como já fora comentado, prestar assistência aos oficiais e seus familiares. Mesmo porque, a legislação em vigor²⁰⁷ exigia a contratação de enfermeiras diplomadas para a direção dos Serviços de Enfermagem das instituições hospitalares, sendo o ano de 1956 o prazo limite para o cumprimento da mesma. Por isso também é que o Exército resolveu contratar as primeiras enfermeiras civis diplomadas, que tiveram que superar algumas dificuldades e conflitos para o reconhecimento de seu trabalho neste campo. Este pequeno grupo trazia consigo o *habitus* profissional calcado no “padrão ananéri” (NASCIMENTO, 2004, p.62-3, 79).

²⁰⁷ Especificamente, o Artigo 21, da Lei nº 775, de 06/08/1949.

À primeira vista, essa visada inserção de enfermeiras diplomadas no Serviço de Saúde do Exército foi uma estratégia bem sucedida de ocupação de novos espaços pelas enfermeiras profissionais, mas também, paradoxalmente, mostrou-se desconforme a um dos princípios fundamentais que regiam/regem a profissão de enfermagem, a de cuidar dos pacientes sem distinções (posição hierárquica/social).²⁰⁸

Cerca de um ano depois da inserção dessas enfermeiras no HCE, chegaram aproximadamente cinco enfermeiras febianas convocadas para o Serviço Ativo. Diante da magnitude do hospital e da complexidade de seu funcionamento, decorrente dos seus vários pavilhões, com mil leitos em média, as poucas civis e febianas recém-chegadas que lá se apresentaram ficaram algo “diluídas” naquele grande cenário, e, por algumas falas analisadas, não chegaram a ter muito contato laboral.



Figura nº 22 – Pose grupal durante as comemorações do terceiro aniversário do Colégio Militar de Belo Horizonte, 12 de setembro de 1958 (*Álbum Histórico do Colégio Militar de Belo Horizonte*, CMBH, Belo Horizonte)

²⁰⁸ À época, o tipo de tratamento dispensado aos usuários do Serviço de Saúde do Exército se fazia de acordo com a hierarquia militar. A propósito, vale lembrar que no HCE existiam enfermarias para oficiais e praças, o que comprova a existência da separação e classificação dos clientes por patente (NASCIMENTO, 2004, p.53).

Nesta foto, estão destacados cinco oficiais da Formação Sanitária Regimental do Colégio Militar de Belo Horizonte. Da esquerda para a direita vêem-se: um capitão farmacêutico, as tenentes enfermeiras Roselys Teixeira Gazzinelli, Ilza Meira Alkimin e Carlota Mello, e um capitão dentista. Ao fundo e de frente está o comandante do Colégio, em palestra com convidados.

Se for considerada a noção de que as cerimônias têm como uma de suas funções a reanimação de um grupo, e se também for apreciado o lugar de destaque que aquelas enfermeiras ocuparam na imagem, e que esta foto foi inclusive publicada pouco tempo depois na revista do próprio Colégio²⁰⁹, há que se convir que o registro fotográfico serviu como meio profícuo para eternizar e solenizar este momento da vida social dessas febianas, o que também serviu para sancionar a presença feminina naquela unidade militar.

Ao rever este registro, uma das febianas fotografadas comentou que

Por isso é que eles [seus chefes] diziam que eu era *disciplinada e disciplinadora*. Olhe o jeito comportado que eu estou sentada, toda retilínea... Eles diziam que eu era “isso”, mas não era pra ser? (risos) (Enfermeira Carlota Mello).

Em adição às impressões retidas nesta fala está o elogio recebido por ela mesma, da chefia da Seção de Saúde do CMBH. Ei-lo:

2º Ten CARLOTA MELLO – Auxiliar direta desta Chefia, encarregada que é da burocracia da Seção de Saúde, é um exemplo de pontualidade e de interesse pelo serviço. Disciplinada e disciplinadora, além de manter em ordem e em dia todas as suas obrigações, ainda dispõe de tempo para fiscalizar e dirigir os serviços da enfermaria. Está sempre pronta para colaborar em outros setores com boa vontade e eficiência (INDIVIDUAL).²¹⁰

A posição correta e digna é condizente com um comportamento que exalte o sentimento de honra, dignidade e responsabilidade, para ser visto aos olhos dos outros, onde é importante

²⁰⁹ Uma fotomontagem desta fotografia foi publicada na Revista do Colégio Militar de Belo Horizonte, ano I, n.1, 1958/1959, p.24.

²¹⁰ Publicado no BI nº 250, de 11/12/1959, do CMBH. O grifo é meu.

apresentar a esses outros a imagem de si o mais honrosa possível e apropriada, para alguém que se quer fazer crer como oficial de Exército. Assim, assumir a postura correta é uma forma de respeitar a si próprio e de exigir respeito. Outrossim, a concessão conferida a elas de se fazerem destacadas na fotografia (entre militares de maior posto hierárquico) garantiu, para elas mesmas, o testemunho e o endosso de suas presenças naquele espaço social (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006).

Um aspecto que merece destaque é o de que, ao tomarem parte dos rituais militares, as febianas se investiram de uma “identidade militar”. Mesmo porque, os ritos institucionais marcam esteticamente e solenemente a passagem de uma linha simbólica, que instaura uma divisão fundamental da ordem social mediante seu efeito de consignação estatutária, pois aquele que é instituído sente-se compelido a ser e agir conforme sua nova identidade no espaço social. Sobre isso, tem-se o seguinte recorte:

Tudo quanto era evento que o Colégio Militar era convidado, eu era escalada para ir. Na primeira vez que eu tive que subir num palanque e falar, um ex-combatente me deu o braço, e subiu comigo. Ele viu que eu estava tremendo, e disse: *Vai! Se te derem a palavra, você fala. Fala o que vier na sua boca, fala bobagem, mas fala!* E eu fui na “onda”. Falei “bestagem” que não acabava mais, e era aplaudida... (risos). Desse dia em diante, o Colégio Militar passou sempre a me mandar aos eventos para representá-lo, e eles foram se acostumando a me ver e em saber que eu era enfermeira do Exército. (...) Isto, em vez de ser orgulho para mim, era motivo de sofrimento, porque eu sabia que eles não estavam acostumados, e nem eu a fazer aquilo. Mas, eu tinha que ir, pois estava representando uma entidade... Eu subia, sentava lá com eles, e, com o tempo, eu fui me acostumando... (Enfermeira Carlota Mello)

Como se pode perceber, em suas reaparições públicas como oficiais, as febianas tiveram que desenvolver estratégias de enfrentamento para darem conta do exercício da atividade militar e de suas formalidades. Em outras palavras, elas tinham que reatualizar seu *habitus* militar em situações e condições ora inóspitas, ora insólitas.

Outrossim, as normas e regulamentos adotados nos espaços onde foram servir as febianas definiam não somente o seu funcionamento, como também determinavam suas

funções e atribuições para a organização da conduta hierárquica e disciplinar. Assim, ao tempo que a enfermeira recém-chegada precisava ser disciplinada, ela também tinha que disciplinar/educar. A submissão a esse esquema pode ser, em parte, percebida aqui:

Eu achava até graça... Eu tinha que andar muito [no Colégio Militar]. E aí, quando eu passava perto dos alunos, eles faziam a continência. E quando eu voltava, vinha todo mundo fazer a continência novamente. Se tivesse que voltar dez vezes, dez vezes eles deixavam a distração deles ou o que estavam fazendo para fazer a continência. E eu explicava: *Não precisa de mais continência! Continência é apenas uma saudação...* (Enfermeira Carlota Mello)

Sobre as prescrições e adaptações à vida na caserna, uma febiana comentou que

o regime militar não é nenhum bicho de sete cabeças. Se você tem uma formação educacional rígida, você vive muito bem no regime militar, porque as normas militares nada mais são do que as normas de boa educação. Você não entra na casa de ninguém sem pedir licença, e a maneira do militar pedir licença é batendo continência. (...) Há o respeito à hierarquia militar. (...) Quem teve uma formação familiar pesada como eu tive, com governanta alemã, não tem problemas de adaptação dentro do Exército. (Enfermeira Elza Cansação Medeiros).²¹¹

Embora as diversas falas das enfermeiras tenham pontuado possibilidades de adaptação à vida militar, vale ressaltar que, por muito tempo, os militares construíram uma fachada fechada e uma cultura muito particular, onde alguns valores internalizados orientadores de suas ações fomentaram um senso de distinção e seu afastamento do mundo civil. Aliás, desta diferenciação deriva a distinção claramente perceptível na caserna entre nós/militares e eles/civis. Nesta relação, os militares aparecem “classificados” em melhores postos, quer dizer, são considerados detentores de melhores condições morais que os civis. Em seu estudo, Castro (2004, p.44) pontua outros atributos morais que reforçam e ampliam a fronteira entre militares e civis: o senso de honestidade e retidão de caráter; a preocupação com causas

²¹¹ Trecho de entrevista arquivada no Centro de Memória Dra. Nalva Pereira Caldas da Faculdade de Enfermagem (UERJ).

nobres e elevadas – Pátria, Brasil (...); o espírito de renúncia e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia”.

Guardadas as devidas proporções, para Ferreira (2000, p.32), esta distinção ocorre porque os civis se orientam e estão submetidos apenas às leis nacionais, que regulam o que é legalmente aceito. Ao contrário, os militares se orientariam não só pelas leis nacionais, mas também, por normas próprias aplicáveis apenas aos membros da instituição, que regulam não o que é legal, mas o que é eticamente aceitável. Resulta desta distinção que, em termos comparativos, os militares estariam moralmente em melhor posição – não compreendendo como, no mundo civil, por vezes, o imoral pode ser considerado legal. Portanto, o processo de formação militar tende a levar os membros de suas instituições a se afirmarem como diferentes e, em determinada medida, superiores aos civis.

Também, é própria da cultura e prática militar a preocupação em se internalizar nos integrantes das Forças Armadas uma série de virtudes tidas como imprescindíveis para que possam cumprir, com proficiência, sua missão. Assim, o caráter, o espírito militar, a disciplina, a lealdade, a obediência, o respeito, a coragem, a iniciativa, a honra, a abnegação, o espírito de corpo, a camaradagem, o amor ao trabalho, a postura, a assiduidade e pontualidade, a franqueza, a auto-estima e a fé, enfim, todas estas e outras virtudes reunidas fazem parte de um arcabouço que, conjugadas aos fundamentos de uma educação moral rígida tomada no seio familiar, dão a base de sustentação para a formação de um *habitus* militar (SCHIRMER, 2007).

Alinhada a essas questões, em estudo onde foram abordados certos discursos masculinos tradicionais, Barreira (1999, p.127) apresenta a idéia de que o *discurso militar* traz o apelo do amor à pátria e a crença absoluta no valor da corporação, fundamentos da construção do “espírito militar”; e complementa com a idéia de que o *discurso patriótico* foi apropriado pelas mulheres, em diferentes tempos e lugares, como argumento irrecusável à sua

aparição no mundo público, o que se coaduna, inclusive, com o caso das enfermeiras febianas aqui tratado.

Portanto, há que se mencionar que, em vários capítulos da história da enfermagem (brasileira), a cultura e as virtudes militares, a *hexis* corporal e as representações objetais (uniforme, bandeira, diploma, condecorações), os rituais e os discursos militares, além de seus organogramas e regulamentos, em várias ocasiões e em diversos momentos, foram herdados, apropriados e reproduzidos para servirem de modelo para as escolas de enfermagem, como meio fundamental de controle e persuasão. Com efeito, a incorporação desse *habitus* paramilitar foi testemunhado sobretudo entre as décadas de 1920 a 1950, também com o intuito de se enunciar e consolidar um modelo de enfermeira altruísta, adestrada, abnegada e virtuosa para a sociedade (BARREIRA, 1999; PORTO, 2007; SANTOS; BARREIRA, 2002; OLIVEIRA, 2007; VELANDIA M., 1993).

Dentre as instituições que seguiam essa orientação paramilitar, a Cruz Vermelha Brasileira bem se destacou, como foi notável durante e após a Segunda Guerra Mundial. Por certo, tal situação pode ser atestada na próxima fotografia, que mostra o momento em que uma das enfermeiras febianas recebeu uma condecoração, num rito de homenagem da Cruz Vermelha à memória de Ana Néri e de comemoração de seu 50º aniversário de fundação, que foi realizado no dia 20 de maio de 1958, na sede à Praça da Cruz Vermelha, na capital federal, sob a coordenação de um general de Exército:



Figura nº 23 – Cerimônia de concessão da Medalha de Bons Serviços (bronze) da Cruz Vermelha Brasileira, Rio de Janeiro, 1958 (Acervo pessoal da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Em nota publicada no jornal *Diário de Notícias* do mesmo dia, fez-se menção de que seriam condecoradas 30 febianas ex-alunas do curso de enfermagem dessa entidade (samaritanas e voluntárias socorristas)²¹², e que o evento contaria com a presença de autoridades civis e militares, entre as quais a do marechal Mascarenhas de Moraes e da oficialidade do Serviço de Saúde do Exército. Na imagem de foto-jornal²¹³, vê-se a enfermeira reformada Bertha Moraes, enquanto recebe solenemente a Medalha de Bronze de Bons Serviços.²¹⁴

Vale dizer que, os emblemas (militares), por seu turno, engendram uma cultura peculiar que promove uma mitologia própria para a construção de um senso de heroísmo. É um modo algo eficaz de distinguir quem se fez merecedor, e de se consagrar os seus feitos. Nesse sentido, o recebimento de emblemas (medalhas) por um determinado grupo permite, de certo

²¹² Uma listagem com o nome das que seriam condecoradas neste ritual foi publicado numa nota jornalística da época, que foi localizada como recorte no acervo pessoal da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, cuja fonte não foi possível identificar.

²¹³ Não foi possível identificar o jornal e a data exata em que foi publicada esta foto.

²¹⁴ Não foi possível esclarecer a identidade da outra mulher presente na foto, que colocava a medalha no peito da febiana condecorada. Salvo melhor juízo, trata-se de Jacyra de Souza Góes, febiana reformada.

modo, que seja favorável o julgamento do que representou a prática deste grupo, o que acaba por conferir mais afinidade de sua prática com o próprio sistema militar e sua cultura.

Assim, com o passar do tempo, as enfermeiras febianas acumularam um capital militar cujo peso e volume lhes conferiu, dentro de certos limites, um melhor espaço como oficial nas unidades de saúde do Exército em que atuaram. Não obstante, este capital, que encontrou o seu valor dentro dos limites internos do próprio campo do Exército e nalgumas instituições de enfermagem paramilitares a ele diretamente vinculadas, como a Cruz Vermelha, não fora suficiente para bem posicioná-las no campo da enfermagem, posto que raríssimas, muito pontuais, incontroversas, e às vezes algo contraditórias foram as menções sobre a existência dessas oficiais enfermeiras do Exército, como se pode perceber no comentário publicado na RBEn sobre a Cerimônia de Concessão de Medalhas de Bons Serviços da Cruz Vermelha Brasileira:

A Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira aproveitou o “Dia da Enfermeira” para entregar medalhas de mérito às enfermeiras da Cruz Vermelha que integraram a FEB. (...) Momentos de confraternização como esses, acentuam a situação segura da enfermeira nos ambientes hospitalares de mentalidade nova e sadia (RBEn, jun.1958, n.2, p.168).

Outro comentário, não com esse mesmo tom laudatório, mas tomado por certa incredulidade, seria também publicado um ano depois nesta mesma revista. Trata-se de um fragmento que constou de um relatório escrito por Maria da Glória Leite Rozas²¹⁵, integrante de um grupo de enfermeiras designado pela ABEn para participar do Segundo Congresso Brasileiro de Medicina Militar (IICBMM). Este relatório ganhou publicidade no número 4 da RBEn, de dezembro de 1959. Eis o trecho donde se atesta tal ilação:

²¹⁵ Enfermeira diplomada pela Escola Anna Nery. Foi uma das fundadoras da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 04/04/1950. No mesmo ano, em 23 de setembro, foi sócia fundadora da Seção de Porto Alegre da ABED. Mais tarde, assumiu a direção desta Escola entre os anos 1963 e 1969. (Disponível em: http://paginas.ufrgs.br/eenf/copy_of_a-escola/centro-de-memoria-1/?searchterm=rozaz. Acesso em: 13 out. 2010).

Em atendimento à indicação feita por D. Marina Resende, que nos credenciou a representar a ABEn e defender os interesses da enfermagem, comparecemos ao referido conclave, fazendo a nossa inscrição e participando do maior número possível de atividades. Seis enfermeiras de Porto Alegre inscreveram-se como sócias efetivas e várias outras compareceram às sessões. As outras “enfermeiras” inscritas eram elementos das Forças Armadas, uma delas dizendo-se enfermeira diplomada pela Escola Ana Néri e as demais com cursos de samaritana ou equivalente.²¹⁶

Ao escrever entre aspas o termo *enfermeiras*, a autora do relatório fez uma provocação à situação das febianas, ao tempo que buscou assegurar os limites derivados do capital profissional, justamente no mais importante instrumento de divulgação dos conhecimentos de enfermagem produzidos à época, a RBEn. Nesse caso, o uso das aspas contribui para que a palavra não signifique aquilo que parece significar, colocando-a em descrédito pela imposição de uma ruptura categórica entre o saber sagrado e o saber profano, de modo a preservar o monopólio de um saber ou uma prática (BOURDIEU, 1998, p.141). Ademais, ao que parece, a identidade de *oficial enfermeira* daquelas enfermeiras (tratadas entre aspas) também contribuiu para reforçar o estigma delas de privilegiadas. Privilégio tido, aparentemente, como quase que inaceitável.

Com efeito, a diferenciação das *bem colocadas*, detentoras de capital institucionalizado, tem no diploma sua garantia, o que as ampara para aplicar seus investimentos no bom momento e no lugar certo; ao contrário, as *mal colocadas*, que não investiram em reunir um capital cultural para, em situações como a do Congresso, estarem em uma condição mais confortável, são obrigadas a se submeter às injunções de instituições e de seus componentes, assim votadas, quase que via de regra, a investir na hora errada e no lugar errado um capital cultural, no final das contas, reduzido (BOURDIEU, 2007c, p.223).

Eis aí um dos mecanismos que, acrescido à lógica de que os periódicos científicos materializam os princípios de visão do mundo social, determinando que se veja este mesmo

²¹⁶ Os grifos são deste autor.

mundo segundo certas divisões (FONTES; SANTOS; OLIVEIRA, 2009), fazem com que o capital cultural seja também instrumento para excluir determinados agentes de certos jogos e práticas, o que tende a provocar um efeito acentuado de legitimação social (BOURDIEU, 2007c, p. 223).

Sobre as divisões calcadas no volume e no peso do capital possuído, uma das febianas manifestou o seguinte:

As enfermeiras profissionais se afastavam muito de nós. Elas não procuravam a nós... Como elas não foram [para a guerra], elas não se aproximavam e nem nos incentivavam, nem coisa nenhuma. Nós vivíamos o nosso grupo. Isso é o que eu me lembro... (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)²¹⁷

Ademais, as enfermeiras febianas não consideraram a necessidade de fazer o curso de enfermagem. Vejamos:

Eu não fiz o curso de enfermagem depois da guerra, porque eu fiquei no Serviço Ativo. O que é que eu ia fazer mais de curso? (...) Eu me dediquei à arte, ao desenho... Isto tirou um pouco a enfermagem da minha cabeça. Depois, eu pensei em continuar, mas veio a reinclusão. Pensei: *Para quê eu vou fazer curso de enfermagem?* E o Exército não cobrava nada. Fui convocada e fiquei trabalhando na Policlínica, e pronto. O Exército não cobrou concurso, atualização, ou coisa parecida... Com a formação que eu apresentei, a Força me aceitou... (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Como se percebe, as febianas passaram a subsistir no Exército, intramuros, abrigadas do mundo externo e, por extensão, da enfermagem civil. Ou seja, se a reinclusão no Serviço Militar Ativo possibilitou que, de certa forma, fosse construída uma identidade social de “oficial enfermeira” para elas no campo do Exército, o mesmo lucro não chegou a ser verificado extramuros, a despeito dos interesses em jogo no campo da enfermagem à época, uma vez que “o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro, e vulgar para um terceiro” (BOURDIEU, 1996, p.447).

²¹⁷ O grifo é meu.

Eu acho que o pensamento da enfermeira profissional era assim: *Que coisa! Nós somos profissionais! Não vamos valorizar muito essas que foram à guerra. Elas são “menos” que a gente, que temos o curso. Vamos ficar “quietas”!* (...) Elas é quem tinham que ter ido para a guerra, porque elas é que eram as profissionais do país. Elas não quiseram se apresentar, então, nós nos apresentamos, e, por isso, fomos divulgadas. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Apesar de manifesta essas divergências, não há como se crer piamente na existência de uma disputa aberta entre as enfermeiras profissionais e as que fizeram parte da FEB, mas, pelo menos, alguma tensão chegou a acontecer, quando o que estava em consideração eram os desígnios para o desenvolvimento da enfermagem no país.

Aliás, no Segundo Congresso Brasileiro de Medicina Militar, realizado entre os dias 24 e 30 de agosto de 1959 na cidade de Porto Alegre, foi notável, a exemplo de sua primeira edição, a apresentação de algumas opiniões modernizadoras sobre a prática da enfermagem. Neste conclave, um dos 13 temas oficiais foi *Bases para a reorganização dos Serviços de Enfermagem nas Forças Armadas*, desenvolvido por três oficiais médicos: general Generoso de Oliveira Ponce, capitão de mar e guerra Geraldo Barroso, e tenente coronel Antônio Amarante (da Polícia Militar).

Dentre suas sugestões estiveram a criação de um quadro nas Forças Armadas para as enfermeiras, que o acesso não fosse limitado ao posto de capitão (situação das febianas), mas que fosse a enfermeira elevada aos mais altos postos como os demais oficiais, e que fosse criada uma Escola de Enfermagem nas Forças Armadas para o preparo de seu pessoal.

Surpreendentemente, alguns bons argumentos foram bem ressaltados pelo referido general e merecedores de transcrição:

(...) Não se compreende mais a enfermagem limitada apenas à execução do trabalho prescrito pelo médico. Reconhece-se que suas funções são mais amplas, mais complexas. (...) Os modernos centros de tratamento não podem prescindir da enfermagem de alto padrão. (...) A Lei nº 775/49 é mostra oficial de elevação de sua categoria. (...) Em 1956, o Serviço de Saúde do Exército recebeu o primeiro grupo de enfermeiras oriundas da

Escola de Enfermagem Anna Nery. Esse conjunto está no HCE atuando com bons resultados. (...) (PONCE, 1961, p.104-5)

Em contrapartida, a questão da incorporação de enfermeiras nos quadros militares não foi de todo unânime, posto que certas restrições foram tomadas pelo mesmo autor:

(...) Não vejo a necessidade e nem vantagem na militarização da enfermagem de naípe feminino, em tempo de paz. Na guerra, sim. Militarizando-as, (...) surgiriam certos problemas que atualmente não existem. (...) A meu ver, deve-se procurar melhorar, como atrativo para recrutamento, os proventos do pessoal civil de enfermagem (...) e dar-lhe estabilidade. (...) No entanto, se as Diretorias de Saúde das Forças Armadas julgarem conveniente, poder-se-á criar o Quadro de Oficiais Enfermeiras (...) (PONCE, 1961, p.105).

Em defesa da idéia de criação de um corpo de enfermeiras militares, inclusive no âmbito deste Congresso, uma enfermeira febianiana ressaltou seu direto envolvimento:

Eu continuei a fazer o movimento, a me bater para que o Exército tivesse seu quadro feminino. Tanto é que, desde 1959, quando apresentei o projeto para a criação do Corpo Auxiliar Feminino para as Forças Armadas em Porto Alegre, eu vivi “em cima”. Eu queria que fosse criado enquanto eu ainda estava na ativa, para que eu pudesse fazer a seleção, a fim de que não houvesse problemas, também. (...) O anteprojeto foi discutido, muito bem aceito, e aprovado por aclamação [no Congresso], (...) mas foi engavetado, como tudo aqui no Brasil. Foi só “fogo de palha”! (...) Na época, não havia força nenhuma. Tinha, como eu disse a você, eu com as minhas amizades particulares... (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

Dentre as conclusões apresentadas nos anais para este tema oficial, que tratou da reorganização e atualização da enfermagem militar, estiveram:

1. O problema da enfermagem nas Forças Armadas apresenta, como fator preponderante, a deficiência de pessoal devidamente habilitado.
2. A Enfermagem feminina, de alto padrão, é necessidade indiscutível para eficiência do serviço de enfermagem nas Forças Armadas.
3. É da maior importância a criação de Escola de Enfermagem de nível universitário para as Forças Armadas, inclusive Polícias Militares.
4. A reorganização das escolas, ou cursos de formação de auxiliares de enfermagem, em funcionamento nas Forças Armadas, é medida complementar de grande importância. (Anais do IICBMM, 1961, v.2, p.737)

Durante o Congresso, há registros de que as enfermeiras que representaram a ABEn chegaram a receber uma carta de sua presidente Marina Andrade Resende²¹⁸ com uma moção que deveria ser encaminhada para votação, onde se propunha que fosse recomendado às Diretorias de Saúde dos Ministérios de Guerra, Marinha e Aeronáutica que estruturassem seus cursos para pessoal de enfermagem, segundo a Lei nº 775/49, para o que se conseguiu 21 assinaturas. Entretanto, esta moção acabou não sendo posta em votação, pois foi alegado que os cursos de enfermagem das Forças Armadas estavam sendo fechados (ROZAS, 1959, p.437).

Sem dúvida, o problema de enfermagem nas Forças Armadas era o mesmo da enfermagem no Brasil (e no mundo, provavelmente), de deficiência de enfermeiros e enfermeiras de alto padrão, como labutavam os hospitais do país à época, o que foi inclusive constatado pela ABEn através do seu Centro de Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem.²¹⁹

Ainda sobre os esforços para a criação de um quadro feminino de enfermagem e, inclusive, sobre os possíveis lucros que a consecução desse pleito poderia trazer às próprias febianas que estavam na ativa, uma das entrevistadas declarou:

Eu me lembro que houve um movimento, que achei justo. Mas também bom, porque, com certeza, iriam aumentar o posto da gente. Achei que nós fôssemos “subir”, e que ia ficar mais conhecida a enfermeira no Exército... Mas, nessa ocasião, a idéia não vingou, pois a própria Diretoria de Saúde do Exército é quem “empatava”. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Apesar de um ou outro esforço ou simpatia para com este Quadro Auxiliar Feminino, não se conseguiu dar concretude à sua criação. Tudo ficara, ao que bem parece, no domínio

²¹⁸ Suas gestões na presidência da ABEn Nacional aconteceram de 1958 a 1960 e de 1960 a 1962.

²¹⁹ Este recenseamento constatou que existiam, até dezembro de 1956, 4.517 enfermeiros diplomados pelas escolas de enfermagem do país, dos quais 3.600 estavam em atividade e assim distribuídos: 2.473 (68,7%) em hospitais, 546 (15,12%) em Saúde Pública, 379 (10,55) em escolas, e 202 (5,6%) em outros campos de enfermagem. O déficit estimado de enfermeiros era de cerca de 4.500 enfermeiros e 74.500 auxiliares de enfermagem.

das promessas, dos desejos, da boa vontade, e das boas intenções. A criação de um corpo feminino de enfermagem passaria a ser um “problema” à espera de solução. Equacioná-lo e resolvê-lo exigiria tempo...

As enfermeiras da FEB só foram reincluídas porque tiveram um apoio grande do general Marques Porto e do marechal Mascarenhas de Moraes... Houve todo esse envolvimento... Mas, depois, acredito, não era mais interesse do Exército manter mulheres. (...) Por muito tempo, ninguém tocou mais no assunto... O que eu achei foi o seguinte: Eles nos engoliram por força de lei, e nos trataram bem pela disciplina. Mas, depois, acharam que não valeria à pena “encher” o Exército de mulher. (...) Ainda tinham aquela “besteira” do homem para com a mulher. Aí, a coisa não ia adiante. Tratavam, tratavam... E não ia adiante. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)²²⁰

Apesar da reinclusão das enfermeiras da FEB no Serviço Ativo do Exército ter sido um “importante precedente para o ingresso efetivo do segmento feminino nas Forças Armadas do Brasil”, como defendeu Elza Cansanção, elas continuariam a ser, por um bom tempo, o único exemplo vivo de presença feminina neste campo.

Assim, o que se viu com esta reinclusão foi o enxerto de uma pequena e delicada amostra de novidade numa velha e patriarcal instituição, que, de certo modo, funcionou como exemplo de um exército que se modernizava. Entretanto, a “reforma” advinda de sua presença no campo militar foi mais estética, que, sem alterar paradigmas, não favoreceria a inclusão de outras mulheres nas Forças Armadas. Aliás, como dantes comentado, do grupamento que fora para a guerra, uma boa parte não requereu a reinclusão, o que também serviu, de certa forma, para desarticulá-las ao longo do tempo, suavizando mais a sua força (simbólica) coletiva e fragilizando sua representação identitária. O fragmento da entrevista com uma febiania evidencia os efeitos da suposta desarticulação do grupo:

No Brasil todo, nós éramos muito poucas. Então, não tinha como sobressair. (...) Muita gente não nos via, logo, não tinha oportunidade de saber que nós existíamos. Então, foi um tempo que teve algumas enfermeiras militares nesse mundo de enfermeiras civis. E a gente não se destacava, não!

²²⁰ Grifo meu.

Agora, é claro, quando nós íamos representar o Colégio Militar, ou quando recebíamos uma medalha ou uma homenagem, nós nos destacávamos. Mas, na vida cotidiana, não havia destaque, inclusive porque a gente tinha vergonha de sair fardada, porque chamava muita atenção. (...) Só usávamos a farda no trabalho. (Enfermeira Carlota Mello)²²¹

Concretamente, a reinclusão de febianas não chegou, nem de longe, a resolver parte da crise de pessoal de enfermagem que se debatia o Serviço de Saúde do Exército à época, que aspirava a soluções que fossem verdadeiramente capazes de atender às suas reais necessidades.²²² Aliás, este nunca foi o seu intento. Entretanto, a Lei nº 3.160/57 representou um novo marco na história da enfermagem militar brasileira, pois, pela primeira vez se incorporou mulheres em caráter oficial no Serviço Militar Ativo do Exército, para servirem em tempo de paz.

Alguns dias depois dos debates sobre a criação de um Quadro Auxiliar Feminino no Segundo Congresso Brasileiro de Medicina Militar (1959), as enfermeiras que participaram do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira colheriam os louros da Lei nº 3.632, promulgada em 10 de setembro de 1959²²³, que as reincluiu no Serviço Ativo da Aeronáutica, para as quais, uma das febianas fez uma crítica:

Tudo foi primeiro para nós. Elas vieram no nosso “rabado”. [Elas não “lutaram”], porque não se uniam conosco. Não se misturavam com a “ralé”. E, depois, vinham atrás da gente... Até lá na Itália elas não se uniram conosco, (...) porque elas eram “ananéri”. Elas se achavam o máximo! A Cruz Vermelha era a “ralé”. Mas, sempre nós estivemos na frente, e elas vinham no nosso “rabado”. (...) [Mesmo quando elas foram reincluídas no Serviço Ativo da Aeronáutica], elas se mantiveram afastadas de nós, sempre. A única que ainda se dava com elas, mais ou menos, e que se encontrava de vez em quando, era eu, porque vivia [nas reuniões do] 1º Grupo de Caça. As outras, não... (Enfermeira Elza Cansção Medeiros)

Outra enfermeira febiana reitera essa distância entre elas:

²²¹ Grifos meus.

²²² No trabalho *Racionalização do recrutamento, aperfeiçoamento e acesso dos integrantes dos Serviços de Saúde das Forças Armadas* (1954), do coronel médico Luiz Paulo de Mello, estão algumas idéias que tratam desta crise.

²²³ Esta lei que as reincluiu teve praticamente o mesmo texto, e previu os mesmos direitos e garantias que obtiveram as do Exército através da Lei nº 3160/57.

[Na guerra], nós dividíamos lado a lado os serviços de enfermagem com as enfermeiras norte-americanas. Já com as da Aeronáutica, não houve relação alguma. Nós não cruzamos com as enfermeiras da Aeronáutica. Inclusive, eu fui conhecer uma delas há pouco tempo... (Enfermeira Hilda Ribeiro).²²⁴

De fato, as conquistas das enfermeiras da FAB na esfera política aconteciam curiosamente após as das do Exército. Como anteriormente comentado, em 1952 foi promulgada a Lei nº 1.647²²⁵, que tornou extensivas às enfermeiras que prestaram serviço durante a guerra no 1º Grupo de Caça as disposições da Lei nº 1.209/50, que classificou as enfermeiras do Exército como *oficiais da Reserva de 2ª Classe*. E ainda, as enfermeiras do 1º Grupo de Caça somente conseguiram efetuar sua reinclusão no Serviço Ativo da Aeronáutica praticamente dois anos após a conquista das enfermeiras do Exército, e com base no precedente aberto pela Lei nº 3.160/57.

A título de ilustração, das seis enfermeiras da FAB, três foram convocadas. Foram elas: Maria Diva Campos, que foi enfermeira-chefe dos ambulatórios do Hospital Central da Aeronáutica; Ocimara Ribeiro, que atuou no Centro Cirúrgico do Hospital do Galeão²²⁶; e Antonina de Holanda Martins, que chegou a exercer a função de chefe de Enfermagem do Hospital do Galeão²²⁷. As outras três, que não requereram convocação, foram: Regina Cerdeira Bordalo, que foi viver nos Estados Unidos; Izaura Barbosa Lima, que à época exercia cargo de chefia no âmbito do Ministério da Saúde e não retornou; e Judith Arêas, que já havia falecido antes da promulgação da lei, em 1953 (VALADARES, 1976, p.100-4; CANSANÇÃO, 2003, p.33-54).

Guardadas as devidas proporções, ao terem requerido a reinclusão no Serviço Ativo da Aeronáutica, elas [as enfermeiras diplomadas da FAB] também contribuíram para a

²²⁴ Trecho de entrevista arquivada no Centro de Memória Dra. Nalva Pereira Caldas da Faculdade de Enfermagem (UERJ).

²²⁵ Esta lei foi promulgada em 18/07/1952, e publicada no DO nº 169, de 23/07/1952.

²²⁶ Ocimara faleceu em junho deste ano de 2010, no Rio de Janeiro.

²²⁷ Em abril de 1963, Antonina foi licenciada do Serviço Ativo a pedido, quando passou a pertencer ao Corpo Docente da Escola Anna Nery.

visibilidade da mulher e da enfermeira no cenário militar. Apesar de ser um grupo diminuto de apenas três profissionais, certamente sacralizaram neste cenário as marcas materiais e simbólicas do capital escolar, legitimado pelo diploma de enfermeira, agregado ao capital militar e profissional acumulado pela participação na Segunda Guerra Mundial.

Com o passar do tempo, especificamente nas décadas de 1960 e 1970, já praticamente no tenso e denso período de Ditadura Militar (1964-1979), as enfermeiras da FEB passaram para a reserva remunerada²²⁸. Logo, a presença “transgressora” de mulheres oficiais passou a inexistir no seio do Serviço de Saúde do Exército, e poucas seriam as chances de se reavê-la naquele contexto. Sobre a passagem para a reserva remunerada, uma enfermeira assim se pronunciou:

Em 1976 saíram as duas últimas, eu e a Vassimon. (...) Eu num dia, e ela no outro. (...) Nós fechamos a porta. Fomos as últimas enfermeiras do Exército. Acabou, acabou... (Enfermeira Elza Cansanção Medeiros)

O registro fotográfico, realizado no pátio frontal da Policlínica Central do Exército, serve para ilustrar o momento de despedida do Serviço Ativo da enfermeira Elza Cansanção Medeiros entre seu comandante, sua colega, a febiana Maria José Vassimon de Freitas, e outros oficiais daquela instituição:

²²⁸ Expressão que se refere à aposentadoria de militar, por idade ou por tempo de serviço.



Figura nº 24 – Despedida do Serviço Ativo da enfermeira Elza Cansanção Medeiros, 1976 (Acervo da Policlínica Militar do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro)

A partir do final da década de 1970, algumas poucas febianas passaram a dar publicidade às suas memórias, principalmente às de guerra²²⁹ que, em geral, reuniram visões mais romanceadas, a exemplo do tom laudatório de boa parte dos escritos de expedicionários brasileiros, muitos dos quais publicados a partir dos anos 50 pela Biblioteca do Exército Editora.

Outra iniciativa delas para rememorá-las e, com isso, livrá-las do esquecimento, foi a do Clube de Oficiais Enfermeiras de Guerra (COEGUE), que, nas décadas de 1970 e 1980, estampou sua logomarca em uma série de objetos. Numa luta propriamente simbólica para se fazer ver e se dar a conhecer, elas buscaram produzir um quadro mental oportuno que serviria para representá-las no mundo social, seja com suas memórias escritas, seja com o uso de representações objetais. Destes últimos artifícios, eis alguns exemplos:

²²⁹ Os livros escritos por algumas delas foram: *Álbum biográfico das febianas: pesquisa da II Guerra Mundial* (1976), de Altamira Pereira Valadares; *A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial* (1983), de Olímpia de Araújo Camerino; *E foi assim que a cobra fumou* (1987), de Elza Cansanção, que também publicou mais tarde: *Eu estava lá!* (2001) e *Um! Dois! Esquerda! Direita! Acertem o passo!* (2003).



Figura nº 25 – Objetos produzidos pelo COEGUE (Acervo pessoal da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero)

Estes e outros objetos criados pelo COEGUE, e estampados com a sua logomarca, reavivam a memória de que um dia existiu um grupo de *oficiais enfermeiras de guerra*, o que remete a uma luta pela manutenção e perpetuação de uma identidade coletiva legítima, e, em consequência, de um poder simbólico. Mesmo porque, “não há poder simbólico sem uma simbologia do poder” (BOURDIEU, 1998, p.63). Sagazmente, o símbolo do COEGUE, ao trazer a estampa de uma mulher fardada em continência à bandeira nacional, traz embutido o sentimento e o discurso patriótico como elemento estratégico para exprimir o envolvimento do grupo com o amor à Pátria, e para justificar sua subsistência no imaginário público. Tais

representações e imagens mentais estreitam o estabelecimento da instauração de uma ordem simbólica, a fim de potencializar sua representação social.

Este poder simbólico de construir imagens e representações heróicas de si, em congressos, solenidades, encontros com veteranos, também reforçava seus laços de amizade, apesar de uma ou outra concorrência entre elas. No que diz respeito às suas relações afetivas entre as febianas, tem-se este recorte:

[A nossa relação pessoal é] de carinho. De carinho muito grande! [A guerra nos aproximou] muito, muito mesmo! É difícil dizer o que a gente sente quando abraça uma colega, uma companheira. É difícil... É mais do que o sentimento de irmão. É mais do que tudo.... Ir para a guerra marca muito. Isso deixou a gente unida... Não dá para descrever... (Enfermeira Isabel Novaes Feitosa)²³⁰

Por certo, as experiências militares (seja em tempo de guerra ou de paz) tendem a irmanar os indivíduos e, ao reuni-los em coletividade, acentuam um espírito gregário. Tal senso de união e de apoio mútuo foi mesmo apropriado pelo grupo em diversas circunstâncias (CASTRO, 2004). Ao viverem juntas a experiência ímpar de participação na Segunda Guerra Mundial, com todas as lutas pessoais e sociais pelas quais passaram, as febianas foram marcadas e diferenciaram-se das outras moças da época, mantendo elos de relações e aproximando-as durante toda a vida (BERNARDES, 2003). Aliás, os participantes de movimentos sociais, por mais divergentes que sejam suas origens, objetivos ou projetos pessoais, adquirem todo um conjunto de traços comuns que lhes dão aparência de família, com reações similares (BOURDIEU, 2001b, p.62).

Esta “comunidade afetiva”, ao seu tempo e ao seu modo, e de acordo com suas possibilidades e classificações, iria tentar (re)estruturar sua memória ao longo dos anos, memória esta que, ao definir o que foi comum a este grupo e o que o diferenciou dos outros,

²³⁰ Trecho de entrevista arquivada no Centro de Memória Dra. Nalva Pereira Caldas da Faculdade de Enfermagem (UERJ).

fundamentou e reforçou os sentimentos de pertencimento e as fronteiras demarcadas pelo capital simbólico que o grupo acumulou (POLLAK, 1989).

Um bom exemplo disso foi a organização, em 1978, do Primeiro Congresso Nacional de Enfermeiras da FEB (ICNEF), patrocinado pelo COEGUE, ou seja, por elas mesmas. A presidência ficou a cargo de Sílvia de Souza Barros, febianas que não reincluiu ao Serviço Ativo e que se diplomou em medicina psiquiátrica após a guerra, e a presidência de honra coube ao marechal Cordeiro de Farias, detentor do bastão simbólico do comando da FEB, e também à capitã enfermeira Olímpia de Araújo Camerino. As comissões executiva, social e financeira ficaram sob a responsabilidade de dez enfermeiras febianas, enquanto que a científica coube à professora (enfermeira) Iracy Braga Reis (Anais do ICNEF, 1978)²³¹. Como resumiu a febianas Elza Cansanção Medeiros, “era meia dúzia de gato pingado”.

O que chama atenção neste evento é a sua programação científica, que se fez constar de temas como reabilitação, traumatologia, anestesia, e até energia nuclear, assuntos estes palestrados apenas por e, à primeira vista, para médicos. Além disso, a grande maioria dos trabalhos que versaram especificamente sobre a enfermagem rememoraram a participação das febianas na Segunda Guerra.²³² O título escolhido para um deles: *A enfermeira militar: a ilustre desconhecida*, do conferencista Hydson Barbosa, simboliza bem o que estava por trás desse congresso: uma luta simbólica de “ilustres” oficiais enfermeiras contra o esquecimento, que envolveu outros agentes (militares, médicos, professoras e enfermeiras). Tais ilações ganham algum reforço no trecho retirado do texto de apresentação do Congresso, escrito pela presidente da comissão científica:

O ICNEF registra um marco, como a própria participação de um grupo de abnegadas, na história de nossa Pátria e da Humanidade, a exemplo

²³¹ Uma segunda edição deste congresso foi realizada entre os dias 5 e 8 de setembro de 1982.

²³² Os títulos destes trabalhos e seus respectivos conferencistas foram: *A presença da mulher brasileira na guerra: enfermagem na FEB*, pela capitã enfermeira Olímpia de Araújo Camerino; *A enfermeira na FEB*, pelo “Dr.” Yvon Maia; *A enfermeira brasileira na História do Brasil*, pelo general Edgardo Moutinho dos Reis; *A enfermeira militar: a ilustre desconhecida*, por Hydson Barbosa; e *A participação da mulher brasileira na II Guerra Mundial*, pelo general Carlos de Meira Mattos (Anais do ICNEF, 1978).

de Florence Nightingale, na Inglaterra, e de Ana Néri, no Brasil. Trinta e três anos após a guerra, este mesmo grupo se reúne com entusiasmo, luta e sacrifício para a realização deste Congresso. (...) A produção científica vem demonstrar que o homem, mesmo nos momentos difíceis, se propõe a obter proveitos para a manutenção do ser humano. Os temas se propõem a reconhecer a contribuição efetiva dos conhecimentos adquiridos na II Guerra Mundial em relação ao desenvolvimento da medicina (Anais do ICNEF, 1978).

Como pontua Halbwachs (1990, p.25), só há lembrança quando algo ou alguém nos remete a ela. Assim, os congressos do COEGUE, onde elas desfrutaram da companhia uma da outra, partilharam idéias, e conversaram sobre suas memórias, serviram para reafirmar e reelaborar sua identidade veterana, que fora construída numa ocasião e cultura muito peculiar (CARVALHO, 2009b).

Nessa vertente, o funcionamento do espaço social baseia-se na vontade de distinção dos indivíduos e dos grupos, isto é, na vontade de possuir uma identidade social própria, que permita existir e sobreviver socialmente. Trata-se, antes de tudo, de ser reconhecido pelos outros, de adquirir importância, visibilidade, e finalmente trata-se de ter um sentido. Existir socialmente é, essencialmente, ser percebido, isto é, fazer com que sejam reconhecidas tão positivamente quanto possível as suas propriedades distintivas. Daí a necessidade de transformar uma propriedade objetiva em capital simbólico. Se, num dado campo, um agente conseguir dar aos outros uma representação convincente do capital que afirma possuir, poderá chegar a tirar proveitos reais de propriedades imaginárias (BONNEWITZ, 2003, p.103).

Desse modo, o que passou a estar em jogo, principalmente após a guerra, foi o poder de se apropriar de vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, a fim de reapropriar coletivamente para o grupo de enfermeiras febianas o poder sobre os princípios de construção e de avaliação de sua própria existência, para se fazerem reconhecer não somente como um grupo de vencidas (OLIVEIRA, 2007, p.125). Parte dos privilégios dessa consagração simbólica residem nas palavras (emocionadas) do fragmento abaixo, que encerrou princípios que elas construíram sobre o reconhecimento de sua própria existência.

Nós sempre fomos muito injustiçadas... Sem falsa modéstia, só o fato de termos nos apresentado para a guerra já foi um feito extraordinário! Porque, por um país tipicamente pacífico, [cujas] revoluções são resolvidas com meia dúzia de palavrões e poucas balas, nós enfrentamos uma guerra. (...) Aliás, nós saímos do conforto de nossas casas para vivermos numa barraca de lona, com 16º abaixo de zero, com alimentação, com tudo diferente do que estávamos acostumadas, pela obrigação do patriotismo para defender a nossa gente, procurando dar o melhor para ajudar na defesa do nosso soldado... Nós não recebemos até então, o agradecimento merecido! (Enfermeira Elza Cansação Medeiros)²³³

Este tipo de discurso, performativo, que geralmente pretende fazer sobrevir o que ele enuncia, proveio de uma febiana que sempre buscou pronunciar-se em nome do grupo, e garantir a divulgação de sua história. Não é à toa, inclusive, que ela quis se fazer presente até onde não esteve, como se observa na capa da revista *Enfermagem Brasil*, cuja fotografia, por ela concedida, mostrou-a incluída através de uma espécie de recorte colagem:



Figura nº 26 – Enfermeiras da FEB na Itália - Segunda Guerra Mundial - capa de periódico (Enfermagem Brasil, Nov./Dez. 2004, Ano 3, nº 6 - capa)

²³³ Grifos meus.

Controvérsias à parte, algumas enfermeiras febianas reconhecem algum mérito de Elza nessa “luta por visibilidade” do grupo, e, por que não dizer, dela mesma:

Se não fosse ela [Elza], aí é que nós não seríamos conhecidas mesmo. Isto se deve a ela, sem dúvida (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero).

Ela é muito afamada. Vive em jornal, solenidades, desfiles, essas coisas... (Enfermeira Carlota Mello)

A imagem fotográfica (adaptada) que ilustrou a capa deste periódico, onde se vê um grupo de enfermeiras febianas no Teatro de Operações, aprisionou simbolicamente a simulação de uma vontade de existir: de se fazer ver, de se dar a conhecer. Aliás, essa fotografia, enquanto mecanismo de memória visual, carrega consigo a magia da (re)criação de um “isso foi” (BARTHES, 1984, p.115) àquele que a observa, uma incitação àquele momento eternizado, de guerra, de glamour. A foto suscita e ressuscita sentimentos, uma qualidade inexorável sua.²³⁴

Em tese, não se pode esquecer que a memória também é um lugar de disputa. Aliás, a referência *orwelliana* imbrica-se com as formas de controle, de manipulação e de deformação da mesma. Assim como a história, a memória é lugar e objeto de luta nas relações de poder em confronto na realidade social (PADRÓS, 2002).

Nessa vertente, a forma como elas lidaram com o não-dito, o esquecido e o silenciado sobre sua trajetória induz a reconhecê-las como um grupo que tentou resistir à exclusão histórica. Ademais, o poder que adveio do exercício de seu *habitus*, (re)atualizado no pós-guerra, promoveu um movimento dicotômico da memória e do esquecimento, e essa

²³⁴ O formato original da fotografia que ilustrou a capa do periódico em questão pode ser encontrado no livro *A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial*, de autoria de Olímpia de Araújo Camerino (1983, p.47). Aliás, nesta foto, estão as enfermeiras que trabalharam no 7th *Station Hospital*: sentadas, da esquerda para a direita, Nilza Cândida da Rocha, Elza Ferreira Vianna, Alice Neves Maia, Nícia de Moraes Sampaio, Lindáurea Galvão e Amarina Franco Moura. De pé: Virgínia Leite, Haydée Rodrigues Costa, Acácia Cruz, Lygia Fonseca e Ilza Meira Alkmin.

dicotomia condicionou-as para consagrarem uma atitude de “interdição do esquecimento” e, por extensão, de luta pela valorização de suas reminiscências (OLIVEIRA, 2007, p.138-9).

Para enquadrar essas ilações, dentre os seus “lugares de memórias”, os diários que algumas poucas febianas escreveram se mostram deveras e simbolicamente especiais. Aliás, sobre o seu diário de guerra, que também registrou passagens de sua vida no pós-guerra, uma das febianas comentou:

[A organização] desse diário foi orientada pelo meu pai. Quando eu parti daqui do Brasil para a guerra, ele disse: *Tudo o que você for passando, escreva, e me mande por um doente baixado que venha transferido para o Brasil, para o HCE. Você dá a ele o meu telefone, que eu vou buscar.* (...) Havia censura na época, então, eu mandava cartas e fotografias para o papai pelos soldados baixados. (...) Quando eu cheguei da guerra, fiz a juntada de tudo, e organizei o meu diário. (Enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero).

Como escreve Perrot (2005, p.97, 92), “toda escrita é, de certa maneira, vontade de viver, ou de sobreviver; toda escrita é mensagem, e mistério”. Também, as famílias mais notáveis/tradicionais (como a de Virgínia) tendem a deixar mais traços do que as outras, pois elas compreendem melhor os efeitos do grande noturno do esquecimento. Com efeito, a partilha desigual também se dá até na memória...

A íntima, breve, mas intensa história de outra febiana, Roselys Teixeira, também foi escrita. Suas recapitulações perpassam entre sentimentos, perplexidades, alegrias, e sofrimentos, narrando uma história sensível que deixou alguns vestígios de um nostálgico passado. Considerado objeto de testemunho da passagem de um estado a outro, de professora primária a enfermeira de guerra, de moça mineira de Araguari a cidadã do mundo, de uma vida privada a uma pública, o seu “caderninho de impressões” encontrou nisso o seu valor simbólico, quando exarou o tempo que serviu de espaço de sua expressão íntima e pessoal. Sobre este seu registro, em entrevista, a própria autora atestou o seguinte:

Esse livro aqui, que chamei de “caderninho de impressões”, eu comecei a escrever poucos dias antes de embarcar para a guerra... Eu nem sabia que ia embora para a guerra. Comecei a escrever no Rio de Janeiro... Depois, eu fui continuando a escrever, a escrever, a escrever... e, quando fui para a guerra, fiquei com piedade de largar o livrinho, sabe!? Então, todo momentinho que eu tinha, escrevia “bobagenzinhas”. Tudo que acontecia, eu escrevia... (Enfermeira Roselys Teixeira Gazzinelli).²³⁵

Destarte, o acesso insólito aos raríssimos diários das febianas a que se teve acesso no processamento desta pesquisa guardam algo de familiar com o modo que, historicamente, as mulheres trataram de seus registros e documentos íntimos, quando excepcionalmente os deixaram chegar ao público, ou então geralmente os destruíram na chegada de sua velhice, preocupadas em não se expor ao olhar indiferente ou irônico de seus herdeiros (PERROT, 2005, p.90).

Sobre isso, recorre-se ao que escreveu o sobrinho de uma das febianas no prefácio do livro “Casos da guerra que heroínas e heróis da FEB contam”:

(...) Realmente, a história de minha tia Carlota mercê [merece] ser contada e recontada, muitas vezes, tempos afora, pois se trata de uma vida de dedicação e de serviço ao próximo, da maneira mais abnegada que se pode imaginar. Entretanto, escrever a história de Carlota, mesmo que eu fosse um exímio memorialista ou biógrafo, seria uma tarefa muito difícil, senão impossível. Carlota jamais se preocupou em escrever um diário, principalmente durante o tempo em que serviu na FEB na Itália (1944-1945) e, posteriormente, quando voltou ao Serviço Ativo do Exército (1957-1969). Além disso, certa feita, Carlota resolveu se desfazer de todos os momentos que tinha do tempo que passou na Itália, e deu-lhe na veneta jogar tudo no lixo. Assim, nada sobrou que um memorialista ou biógrafo pudesse usar como documentação e fonte de referência.²³⁶

Esse tipo de situação encontra nexos com a idéia de Perrot (2007, p.17) de que “são as próprias mulheres que destroem e apagam seus vestígios, porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até certo pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra.” Ao darem cabo de seus vestígios, deixam-se ver numa

²³⁵ Grifo meu.

²³⁶ Grifo meu.

condição que se opera pela construção sexuada de suas memórias, com intuitos de não se deixar traços claros de seus eventuais segredos, sentimentos e histórias. Por certo, quando tais registros são produzidos por mulheres, os mesmos têm certa propensão de se disporem como desvalorizados por elas mesmas. Aliás, paradoxal foi a lida das febianas com a guarda e divulgação de seus registros.

Como complicador dessa situação, por muito tempo, a história da FEB foi um dos temas mais desprezados e esquecidos pela História produzida nas universidades, pois as dificultosas e conflituosas relações entre o mundo universitário e o regime militar de 1964 afastaram os historiadores, em geral à esquerda do espectro político, dos estudos da história militar brasileira (FERRAZ, 2003, p.3). Nesse terreno, salvo algumas iniciativas mais recentes, as 67 febianas figuraram como meras coadjuvantes, excluídas da própria história esquecida dos cerca de 25.000 homens que participaram da FEB.

Não obstante, uma das contribuições desse episódio, onde enfermeiras da FEB foram reincluídas no Serviço Militar Ativo do Exército, é o de que ele deu uma nota prévia da criação dos quadros femininos de enfermagem no âmbito das três Forças. Em 1980, foi a Marinha a primeira a incorporar às suas fileiras candidatas do sexo feminino²³⁷, quando foi criado o *Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha* (de oficiais e graduados). A Aeronáutica também resolveu incorporar mulheres às suas fileiras em 1981²³⁸ através da formação de seu *Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica* (de oficiais e graduados). E, por último, o Exército também abriu suas portas mais uma vez às mulheres em 1989, quando criou o *Quadro Complementar de Oficiais do Exército*²³⁹, podendo as mesmas ingressarem como oficial temporário ou de carreira. Mas, só em 1992, as mulheres ingressaram na Escola

²³⁷ A regulamentação do ingresso de mulheres na Marinha foi amparada pela Lei nº 6.807, de 07/07/1980, entre outros dispositivos legais.

²³⁸ Lei 6.924, de 29/06/1981.

²³⁹ Lei nº 7.831, de 02/10/1989.

de Administração do Exército (EsAEx), onde eram formadas as oficiais enfermeiras (CANSANÇÃO, 2003, p.261-5).²⁴⁰

Aliás, na ocasião da solenidade de formatura da primeira turma de oficiais do segmento feminino da EsAEx ocorrida em 1992, a major reformada Elza Cansanção Medeiros fez mais um de seus discursos performáticos, que apontou o caso das febianas como “exemplo” a ser seguido pelas novas oficiais do Exército:

De acordo com os entendimentos verbais que tive com V. Exa. [general de Exército Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, ministro do Exército], venho complementar efetivamente a doação do prêmio [Veterana da FEB] que ofereci para a aluna oficial que mais se destacasse na turma da Escola de Administração do Exército. (...) Hoje vejo, com alegria, ingressarem aquelas que serão as nossas seguidoras na carreira das armas no Exército. (...) Coube à V.Exa. a primazia de implantar novamente um quadro que se extinguiu quando se reformaram as últimas oficiais enfermeiras da FEB, em 1976. (...) Em 1959 até a data de meu desligamento do Serviço Ativo, lutei para que fossem readmitidas as mulheres no oficialato do Exército, entretanto várias foram as barreiras encontradas. Hoje, vejo com alegria que elas foram superadas. (...) Esperamos, Sr. Ministro, que estas jovens, que ora ingressam no oficialato, se mirem em nosso exemplo. (...) Permita-me parabenizá-lo e ao Exército, por este passo à frente na modernização de seu quadros. (MEDEIROS, 1992).²⁴¹

Sem dúvida, este era um novo tempo, diferente daquele em que as febianas chegaram no Exército há quase cinco décadas para, como voluntárias, atuarem nos hospitais de campanha durante a Segunda Guerra Mundial. A “síndrome de Ana Néri”, nos termos de Nanci Leonzo (1998), passou a ser coisa do passado. Não estava mais em jogo a unidade da Pátria, nem a paz mundial (como nos tempos de guerra), e sim, a sobrevivência, ou melhor, a luta por um espaço no mercado de trabalho e por um melhor salário.

²⁴⁰ Em 1997, houve a abertura de turmas femininas no Instituto Militar de Engenharia. Em 1998, foi implantado um projeto piloto de formação de “atiradoras” na Amazônia sendo desativado em 2001. Das três forças armadas, até o momento, a única que possibilitou o acesso de mulheres numa academia militar foi a Força Aérea com a admissão, em 1996, de 17 candidatas para o curso de Intendência da Academia da Força Aérea, tendo sido a primeira academia militar da América Latina a aceitar mulheres no seu corpo discente (D’ARAÚJO, 2003).

²⁴¹ Grifo meu.

Aliás, em um artigo publicado na Revista do Exército Brasileiro por uma historiadora intitulado *Enfermeiras da FEB: quando as mulheres vão à luta*, é feita uma salutar provocação. Ei-la:

Apenas em 1957, a incorporação dessas mulheres ao efetivo do Exército foi considerada e as febianas puderam se integrar à vida militar. Mesmo assim, no final dos anos 80, as campanhas de alistamento feminino nas Forças Armadas deixavam claro que não houvera antes outras mulheres brasileiras militares. O que houvera então? (LEITE, 2000, p.54)

Hoje, também em atenção à interrogação desta professora, espero que este estudo tenha ajudado a elucidar um pouco mais quem foram essas pioneiras da enfermagem militar no país. E, por extensão, que ele tenha se feito como mais um *lugar de memória* delas, que desde sua aparição pública para a guerra, mobilizaram-se para alcançar uma melhor definição de sua existência no mundo social, e, para isso, sempre partiram de uma visão idealizada, normatizadora, e, por que não dizer, masculinizada mesmo.

Aliás, dentre as muitas contradições inerentes à sua história, o caso particular das febianas pode ser entendido como um epicentro da história das mulheres brasileiras nas Forças Armadas, que, ao estar contida no vasto campo da História da Enfermagem Brasileira, não se constituiu em uma história isolada por si só. Ao contrário, ela conserva um traço comum com a história das mulheres na enfermagem, a qual revela uma diversidade de condições dificultosas que se assemelham com aquelas que, há muito, as enfermeiras brasileiras tiveram que enfrentar, e ainda enfrentam (OLIVEIRA, 2007, p.136).

Enfim, para escrever esta tese, nos domínios da História, busquei não parecer tão passional, no que pude. Se não consegui efetivamente, alivio-me evocando a fala de uma das enfermeiras febianas, que tive a grande honra de ter conhecido: “Cada qual conta a história do seu jeito, sabe!?”

Considerações Finais

Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) foi criada e organizada a Força Expedicionária Brasileira, que viria a se integrar ao V Exército Norte-Americano na Itália, por ocasião da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para dar sustentação ao discurso oficial de que não faltaria socorro aos cidadãos brasileiros que se prontificariam a defender a Nação, o Exército se viu às voltas para organizar um Corpo de Saúde, para o qual houve a necessidade de se contar com enfermagem.

Diante do parco número de enfermeiras diplomadas existentes à época no país e das dificuldades de negociação das autoridades militares com as líderes da enfermagem, a decisão foi a de partir para o recrutamento de voluntárias. Com efeito, o apelo patriótico minou a necessidade de uma melhor seleção e adequado treinamento para aquelas que iriam acompanhar a FEB.

A estratégia de divulgação de notícias pela imprensa, enaltecendo as qualidades da mulher brasileira e da profissão de enfermeira e sua relevância nos tempos de guerra, foi utilizada com eficácia, pois centenas de moças se apresentaram para seleção e treinamento. Dessas, 67 seguiram para o Teatro de Operações, sendo que apenas seis delas eram enfermeiras diplomadas, enquanto que as demais haviam feito cursos de samaritana e de voluntária socorrista.

Simbolicamente, apoiadas pelos discursos militar e patriótico, as enfermeiras operaram rupturas nos discursos tradicionalista e paternalista, que afirmava o lugar da mulher no lar e como procriadora; mas, ao mesmo tempo, enquadraram-se dentro da moldura da metáfora da Pátria-Mãe e envoltas na suposta vocação “natural” da mulher para a profissão de enfermagem, quando evocaria estereótipos de mães, esposas e filhas dos soldados que, no *front*, pelejariam. Não à toa, a figura heróica de Ana Néri, a “mãe dos brasileiros”, era o modelo que foi apresentado a elas para ser seguido.

Várias foram as dificuldades enfrentadas pelas enfermeiras febianas: a falta de apoio de seus familiares e as pechas de populares sobre seu voluntariado e incorporação nos quartéis; o treinamento débil e apressado; a relutância do comando militar em dar-lhes posto ou graduação; a novidade de ter que se haver com a chefia de sargentos enfermeiros do Serviço de Saúde do Exército; as relações assimétricas com as enfermeiras norte-americanas, com maior capital cultural e profissional e incorporadas ao exército que comandava a guerra; as dificuldades de comunicação na língua oficial; a inadequação de suas fardas ao serviço e ao inverno europeu; a realidade cruenta dos hospitais de campanha; o testemunho do alto grau de insensatez que é o de uma guerra; e, acima de tudo, a de não terem recompensados seus esforços e sofrimentos ao término da guerra.

Aliás, nesta ocasião, elas foram desmobilizadas e excluídas do estado efetivo da Força, a exemplo do que aconteceu com a grande maioria dos mais de 25.000 expedicionários que participaram do conflito, episódio este que se fez exemplo clássico na história do país para retratar a preocupação do governo estadonovista, sobretudo das lideranças militares, no controle das idéias democráticas que os integrantes da FEB, que combateram ditaduras na Europa, passaram a entoar. A despolitização e a abreviação dos efeitos da participação da FEB seria um dos intentos de uma desmobilização rápida e mal planejada, o que iria gerar uma série de problemas de ressocialização aos seus cidadãos-soldados.

No pós-guerra, já num contexto de pacificação e democratização, o que passou a estar em jogo para as enfermeiras que compuseram a FEB foi a busca pelo reconhecimento e mérito de sua atuação nos hospitais de campanha, a ponto de servir de justificativa, inclusive, para uma possível reinclusão delas no Serviço Militar Ativo do Exército. Ademais, a experiência pregressa nesses hospitais e o contato com o mundo militar forjariam nelas um espírito combativo de que iriam dar provas mais tarde.

Tanto é que, ao longo das décadas de 1940 e 1950, as febianas mobilizaram algumas estratégias que objetivarem esse seu reaproveitamento pela Força, dentre elas: as alianças com o alto comando da FEB e com políticos renomados e influentes; a presença persistente delas em eventos públicos (missas, paradas e outras cerimônias militares); o aproveitamento do uso de suas fardas nestes eventos, para forjar a existência de uma imagem de enfermeira militar para a sociedade; a concessão de entrevistas e a publicação de fotografias suas em jornais; a escrita de livros, que trataram da história delas e da FEB; a inscrição em congressos científicos onde rememoravam, nos seus trabalhos, os méritos da participação do grupo na guerra; e o conagraçamento e a comemoração dos feitos da FEB com os pracinhas nas Associações de Ex-Combatentes, seja na coleta de fundos para homenagear os que tombaram, seja na luta pela ressocialização dos que voltaram do *front*.

Assim, nestas e noutras diversas ocasiões e espaços sociais, elas se fizeram ver e se fizeram crer como um grupamento de enfermeiras de guerra em prontidão para ser reincluído. Para isso, elas não abriram mão do discurso patriótico, o mesmo que bem viabilizou sua aparição pública durante a guerra. Nessa perspectiva, os diversos tipos de capital (social, militar, simbólico e específico de enfermagem militar operativa) que conseguiram acumular até então e/ou mobilizar a seu favor mostraram-se eficazes no pós-guerra, inclusive para que conseguissem reunir importantes aliados, a fim de que alcançassem o feito de serem novamente reaproveitadas no Serviço Ativo, mas em tempo de paz.

Tal lucro se concretizou com a promulgação da Lei nº 3.160, de 1º de junho de 1957, fruto de um projeto do deputado Fernando Ferrari, do Partido Trabalhista Brasileiro, que teve assessoria do general Emmanuel Marques Porto, que comandara o Serviço de Saúde da FEB, e do próprio marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, que esteve à frente dos expedicionários, na guerra. Apesar de se valer do patrimonialismo e clientelismo, e de suas moedas de troca, a promulgação desta lei encontrou o seu valor simbólico quando exarou,

pela primeira vez na história do país, a incorporação de mulheres, em caráter oficial e regulamentar, nos quadros de efetivo do Exército Brasileiro.

Para as que requereram convocação, novas dificuldades se mostraram nessa transição da vida civil para a militar, pois, uma vez classificadas nas diversas organizações militares do Exército espalhadas pelo país, essas “recém-chegadas” passaram a estar incorporadas numa corporação talhada pelo tradicional “espírito de Caxias”, hierarquicamente rígido, formalista ao extremo, draconiano na separação de “castas” de oficiais e praças, e indiferente ao bem estar dos homens que a compunham, os quais foram pegos de surpresa com a novidade da chegada das febianas. Por sua vez, esta instituição também sofreu os impactos da chegada dessas oficiais enfermeiras em seus espaços, num contexto em que a maioria das mulheres permanecia enredada nas tramas da exclusão social.

Outrossim, alguns embaraços foram ainda observados na sociedade, que via com estranheza essa inserção de mulheres nos espaços castrenses. E, ainda, elas também tiveram algum desconforto com as enfermeiras profissionais da época, que não reconheceram a conquista que as febianas (não portadoras de diploma, a maioria) conseguiram materializar, pois consideravam a sua existência algo dissonante dos desígnios aspirados pelas lideranças da enfermagem à época.

Apesar de uma ou outra dificuldade, a referência prévia positiva que o grupamento de enfermeiras da FEB conseguiu consagrar com sua atuação nos hospitais de campanha na Itália seria o *leitmotiv* com que essas “enfermeiras improvisadas” se resolveriam bem dentro dos muros dos quartéis, no pós-guerra. Inclusive, elas chegaram a dar algumas provas de sua capacidade e esforço em driblarem suas dificuldades técnicas, pois não foram poucos os elogios de seus chefes nas unidades aonde foram classificadas.

Em outras palavras, o *habitus* incorporado durante a atuação das enfermeiras febianas nos hospitais de campanha acabou por ratificar e ajudou a manter quase que inalterada a

crença no carisma especial do grupo, favorecendo o ajuste das que foram convocadas para o Serviço Ativo às novas condições de sua imagem no campo militar.

Com o passar dos anos, as que foram convocadas para o Serviço Ativo passaram para a reserva remunerada, retomando para o Exército a exclusividade masculina de seus quadros de efetivo, pelo menos enquanto duraram os anos de Ditadura Militar no país (1964-1985). Entretanto, mesmo na reserva ou reformadas, elas continuaram a alimentar sua identidade veterana em algumas ocasiões curiosas, no sentido de valorizarem sua memória e, por extensão, de interditar seu esquecimento. Aliás, elas ficariam, para o resto da vida, marcadas com o epíteto de enfermeiras de guerra, o que as distinguia e promovia certos ganhos materiais e simbólicos.

Indubitavelmente, as febianas deixaram um legado para a história da enfermagem (militar) brasileira ao terem dado uma nota prévia do que seria a admissão de mulheres nas Forças Armadas na década de 1980. Um “exemplo”, nos termos da enfermeira Elza Cansanção Medeiros.

Ademais, numa época como a de hoje, em que o conhecimento de enfermagem ainda busca sustentação teórica e prática, estando num “estar por fazer”, o estudo dos exemplos dos tempos passados da profissão, como este caso particular das enfermeiras da FEB, ajuda a entender um pouco os porquês do nosso agora. E mais, conforma mais crítica, reflexão e criatividade nos nossos pensamentos e diagnósticos.²⁴²

No exame da história das febianas, os conceitos da Teoria do Mundo Social de Pierre Bourdieu bem como os estudos sobre a história das mulheres de Michelle Perrot, conjugados com as fontes e métodos eleitos, bem auxiliaram nas versões e interpretações aqui construídas, provisoriamente.

²⁴² Alerto que não tive reais pretensões de simplificar a discussão epistemológica sobre o caráter científico da profissão de enfermagem num único parágrafo. Sobre este complexo assunto, comunico minha simpatia às idéias críticas registradas pela professora Vilma de Carvalho em alguns artigos de sua autoria: CARVALHO, 2007a; CARVALHO, 2007b; CARVALHO, 2009a.

Sem reais intenções de exaustividade, pretendi socializar a trajetória das enfermeiras febianas após o término da Segunda Guerra Mundial, o que nunca havia sido tratado em profundidade no ambiente acadêmico. Com efeito, no processo de pesquisa, algumas questões importantes (talvez essenciais) foram identificadas, mas deixadas de lado. Aliás, da história das enfermeiras da FEB, muitos objetos ainda podem ser pesquisados: as reportagens que noticiaram o voluntariado; os diários e correspondências de guerra; a história do cuidado de enfermagem prestado no Teatro de Operações, os lugares de memória, que elas criaram e organizaram; inclusive, estudos comparados e a própria história ainda não amplamente contada das enfermeiras do 1º Grupo de Caça, que também atuaram na guerra.

Enfim, se a história da micro-revolução das “ilustres (des)conhecidas” enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira tinha uma lacuna, acredito que este estudo tenha contribuído para preenchê-la um pouco. Aliás, devo alertar ao leitor que chegou até estas últimas linhas que não tive mesmo a pretensão de estabelecer pontos finais nesta curiosa história. Ela é vírgula, ponto e vírgula, reticências...

Fontes Primárias

FONTES PRIMÁRIAS

1. ORAIS (Entrevistas):

GAZZINELLI, Roselys Teixeira. **Roselys Teixeira Gazzinelli**: entrevista [4 nov. 2008]. Entrevistador: Alexandre Barbosa de Oliveira. Belo Horizonte, 2008. Entrevista concedida ao projeto “Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no *front* do pós-guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957)”.

MEDEIROS, Elza Cansanção. **Elza Cansanção Medeiros**: entrevista [28 out. 2008]. Entrevistador: Alexandre Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro, 2008. Entrevista concedida ao projeto “Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no *front* do pós-guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957)”.

MEDEIROS, Elza Cansanção. **Elza Cansanção Medeiros**: entrevista [29 out. 2008]. Entrevistador: Alexandre Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro, 2008. Entrevista concedida ao projeto “Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no *front* do pós-guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957)”.

MEDEIROS, Elza Cansanção. **Elza Cansanção Medeiros**: entrevista [23 jun. 2009]. Entrevistador: Alexandre Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro, 2008. Entrevista concedida ao projeto “Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no *front* do pós-guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957)”.

MELLO, Carlota. **Carlota Mello**: entrevista [3 nov. 2008]. Entrevistador: Alexandre Barbosa de Oliveira. Belo Horizonte, 2008. Entrevista concedida ao projeto “Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no *front* do pós-guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957)”.

MELLO, Carlota. **Carlota Mello**: entrevista [6 nov. 2008]. Entrevistador: Alexandre Barbosa de Oliveira. Belo Horizonte, 2008. Entrevista concedida ao projeto “Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no *front* do pós-guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957)”.

PORTOCARRERO, Virgínia Maria de Niemeyer. **Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero**: entrevista [15 set. 2009]. Entrevistadores: Alexandre Barbosa de Oliveira e Margarida Maria Rocha Bernardes. Rio de Janeiro, 2009. Entrevista concedida ao projeto “Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no *front* do pós-guerra: o processo de reinclusão no Serviço Militar Ativo do Exército (1945-1957)”.

2. ESCRITAS:

2.1 Memórias e Relatos:

ARRUDA, Demócrito et alii. **Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB**. 2. ed, s.e., 1949.

BARCELLOS, Luciano Alfredo. A flagelação dos ex-combatentes. *In*: LOUZEIRO, José (org.). **Assim marcha a família**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.153-154.

CAMERINO, Olímpia de Araújo. **A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi, 1983.

CAMERINO, Olímpia de Araújo. Preparação das enfermeiras para a Força Expedicionária Brasileira: Mensagem. *In*: CAMERINO, Olímpia de Araújo. **A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi, 1983, p.29-31.

CANSANÇÃO, Elza. **E foi assim que a cobra fumou**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. **Um! Dois! Esquerda! Direita! Acertem o passo!** Maceió: Cian, 2003

CRUZ, Mario Ribeiro da (org.). **Casos da guerra que heroínas e heróis da FEB contam**. Rio de Janeiro: Frente, 2002.

FEITOSA, Isabel Novais. Caso que Isabel Novais Feitosa conta. *In*: CRUZ, Mario Ribeiro da (org.). **Casos da guerra que heroínas e heróis da FEB contam**. Rio de Janeiro: Frente, 2002.

MEDEIROS, Elza Cansanção. **Eu estava lá!** Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2001.

_____. **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. tomo 5. 2001. p.277-306.

_____. **Nas barbas do Tedesco**. Companhia Editora Americana, Biblioteca do Exército, 1955.

MORAES, Bertha. Testemunho de uma Enfermeira. *In*: **Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB**. 2. ed, s.e., 1949, p.403-19.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

NERICI, Bertha Moraes. **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. tomo 7. 2001. p.195-213.

PORTOCARRERO, Virgínia Maria de Niemeyer. **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. tomo 6. 2001. p.259-76.

REIS, Edgardo Moutinho dos. **Exército de padioleiros e bisturis**. Rio de Janeiro: Mabri, 1969.

SILVA, Alberto Martins da. **Serviço de Saúde do Exército (Memorial)**. s.e., 2001.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

VALADARES, Altamira Pereira. **Álbum Biográfico das Febianas: pesquisa da II Guerra Mundial**. Batatais: Mauro Familiar, 1976.

_____. A Capitã-Enfermeira Altamira Pereira Valadares conta sua participação na FEB. **Revista Amicus**. Batatais, n. 3, p.77-89, maio 2001.

2.2 Legislação sobre as enfermeiras da FEB:

BRASIL. Ministério da Guerra. **Decreto-Lei nº 6.097, de 13 de dezembro de 1943**.

Publicado no Diário Oficial da União nº 290, de 15 de dezembro de 1943. Transcrito no Boletim do Exército nº 51, de 13 de dezembro de 1943 (p. 4.478). Dispõe sobre a criação do Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército Brasileiro.

_____. Ministério da Guerra. **Decreto nº 1.427, de 13 de dezembro de 1943**. Aprova o Regulamento para o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército. Publicado no Diário Oficial nº 290, de 15 de dezembro de 1943. Transcrito no Boletim do Exército nº 51, de 18 de dezembro de 1943.

_____. Ministério da Guerra. **Portaria nº 5.855, de 3 de janeiro de 1944**. Publicada no Diário Oficial da União nº 02, de 4 de janeiro de 1944. Transcrita no Boletim do Exército nº 02-S/1, de 8 de janeiro de 1944. Aprova instruções para o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército.

_____. Ministério da Guerra. **Portaria nº 272, de 10 de maio de 1944**. Publicada no Diário Oficial nº 108, de 12 de maio de 1944. Transcrito no Boletim do Exército nº 20, de 13 de maio de 1944. Dispõe sobre a situação militar das enfermeiras quanto a círculo local de refeições, recompensas e sanções.

_____. Ministério da Guerra. **Decreto Lei nº 6.716, de 20 de junho de 1944**. Publicado no Diário Oficial nº 169, de 22 de junho de 1944. Transcrito no Boletim do Exército nº 31, de 29 de junho de 1944. Eleva os vencimentos das enfermeiras da Reserva do Exército convocadas.

_____. Ministério da Guerra. **Aviso nº 1.665, de 22 de junho de 1944**. Transcrito no Boletim do Exército nº 27, de 1º de julho de 1944. Define a subordinação das enfermeiras convocadas.

_____. Ministério da Guerra. **Aviso nº 1.495, de 26 de junho de 1944**. Publicado no Diário Oficial nº 131, de 8 de junho de 1944. Transcrito no Boletim do Exército nº 24, de 30 de junho de 1944. Declara inteiramente aplicável às enfermeiras convocadas que fizeram parte da FEB os artigos 32 e 37 e as letras b, c e d, dos art. 38 e seus parágrafos da Portaria nº 64.599, de 23 de maio de 1944 e dá outras providências.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 535/47**. Apresentado pelo deputado José Correia Pedroso Júnior em 5 de agosto de 1947. Dispõe sobre vantagens das enfermeiras que integraram a seção hospitalar da Força Expedicionária Brasileira.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 537/47**. Apresentado pelo deputado José Correia Pedroso Júnior em 5 de agosto de 1947. Dispõe sobre o registro dos certificados de cursos de enfermagem de que sejam portadoras as enfermeiras que serviram a Força Expedicionária Brasileira.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.189/49**. Apresentado pelo deputado Ruy Santos em 13 de dezembro de 1949. Dispõe sobre o aproveitamento das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira e das outras providências.

_____. Ministério da Guerra. **Lei nº 1.209, de 25 de outubro de 1950**. Inclui na Reserva do Exército as enfermeiras que participaram das operações de guerra dentro do setor de sua especialidade, junto à Força Expedicionária Brasileira. Publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 1950.

_____. Ministério da Guerra. **Lei nº 3.160, de 1º de junho de 1957**. Publicada no Diário Oficial da União nº 127, de 4 de junho de 1957. Transcrita no Boletim do Exército nº 023, de 8 de julho de 1957. Inclui no Serviço de Saúde do Exército, no posto de 2º tenente, as enfermeiras que integraram a FEB, durante as operações de guerra na Itália.

_____. Ministério da Guerra. PGSE. **Boletim Interno nº 142, de 26 de junho de 1957**, p.667. Publica resultado de inspeção de saúde de enfermeiras febianas pela Junta Central de Saúde do Exército.

_____. Ministério da Guerra. **Portaria nº 1.859, de 18 de setembro de 1957**. Publicada no DO nº 214, de 18 de setembro de 1957, p.22.207. Transcrita no BE nº 38, de 21 de setembro de 1957, p.1.964. Trata de convocação de enfermeiras que compuseram a FEB para o Serviço Militar Ativo do Exército Brasileiro.

_____. Ministério da Guerra. **Portaria nº 2.277, de 2 de dezembro de 1957**. Publicada no DO de 5 de dezembro de 1957, p.27.241. Trata de convocação de outras enfermeiras que compuseram a FEB para o Serviço Militar Ativo do Exército Brasileiro.

_____. Ministério da Guerra. **Decreto nº 43.934, de 3 de julho de 1958**. Acresce ao regulamento aprovado pelo Decreto nº 30.163, de 13 de novembro de 1951 o Título VI, e, ao aprovado pelo Decreto nº 34.999, de 2 de fevereiro de 1954, o Título V, referentes aos uniformes das oficiais enfermeiras convocadas para o Serviço Militar Ativo.

_____. Ministério da Guerra. **Portaria nº 1.886, de 13 de setembro de 1962**. Publicada no DO de 25 de setembro de 1962, p.9.953. Dispõe sobre a promoção de enfermeiras convocadas no posto de primeiro tenente.

2.3 Outros documentos oficiais:

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1937.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 1946.

_____. **Decreto nº 20.109, de 15 de junho 1931**. Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das Escolas de Enfermagem.

_____. **Decreto-Lei nº 1.187, de 4 de abril de 1939**. Dispõe sobre o Serviço Militar.

_____. **Decreto-Lei nº 3.084, de 1º de março de 1941**. Estatuto dos Militares.

_____. **Decreto-Lei nº 6.795, de 17 de agosto de 1944**. Cria no Exército as condecorações denominadas Medalha de Campanha, Medalha de Guerra e Cruz de Combate.

_____. **Decreto-Lei nº 8.760, de 21 de janeiro de 1946**. Cria o Quadro Auxiliar de Oficiais.

_____. **Decreto-Lei nº 9.500, de 23 de julho de 1946**. Lei de Serviço Militar.

_____. **Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946**. Aprova o Estatuto dos Militares.

_____. **Lei nº 646, de 4 de março de 1949**. Dispõe sobre o amparo a participantes da Força Expedicionária Brasileira, que serviram no teatro de operações da Itália, em 1944 e 1945.

_____. **Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949**. Dispõe sobre o ensino de enfermagem no país e dá outras providências.

_____. **Lei nº 1.147, de 25 de junho de 1950**. Estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes.

_____. **Regulamento de continências, sinais de respeito, honrarias e cerimonial militar para o Exército e a Armada**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1937.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 265/51**. Apresentado pelo deputado Lutero Vargas, em 2 de maio de 1951. Torna extensivas as enfermeiras que prestaram serviços no 1º Grupo de Caça, as disposições da Lei nº 1.209, de 25 de outubro de 1950, que incluiu na reserva do Exército as enfermeiras que participaram das operações de guerra junto à Força Expedicionária Brasileira.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei nº 2.891/57**. Apresentado pelo deputado Benjamin Farah em 5 de julho de 1957. Inclui na Reserva do Serviço Público de Saúde do Exército, no posto de segundo tenente, amparados pelas disposições da Lei nº 3.160, de 1º de junho de 1957, as enfermeiras que foram comandadas para a FEB e, posteriormente, designadas para permanecerem nos hospitais militares de Natal ou do Recife, nos anos de 1944 e 1945.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

_____. Ministério da Aeronáutica. **Portaria nº 178, de 10 de julho de 1944.** Convoca enfermeiras para o Quadro de Enfermeiras da Reserva de 2ª Classe da Aeronáutica.

_____. Ministério da Aeronáutica. **Lei nº 1.647, de 18 de julho de 1952.** Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviço no 1º Grupo de Caça as disposições da Lei nº 1.209, de 25 de outubro de 1950.

_____. Ministério da Aeronáutica. **Lei nº 3.632, de 10 de setembro de 1959.** Inclui no Serviço de Saúde da Aeronáutica, no posto de 2º tenente, as enfermeiras que integraram a Força Aérea Brasileira, durante as operações de guerra na Itália.

_____. Ministério da Aeronáutica. **Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981.** Dispõe sobre a admissão de enfermeiras nos quadros da Aeronáutica.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 20.109, de 15 de outubro de 1931.** Estabelece condições para equiparação das demais escolas à Escola Anna Nery na condição de escola oficial padrão.

_____. Ministério da Guerra. **Aviso nº 197-166 (reservado), de 11 de junho de 1945.** Publicado no Boletim Reservado do Exército nº 6, p.50, Arquivo Histórico do Exército. Dispõe sobre proibição aos oficiais e praças da FEB que regressaram da Itália de fazerem declarações ou concederem entrevistas para divulgação pela imprensa, sem autorização do Ministro da Guerra.

_____. Ministério da Guerra. **Aviso nº 217-185 (reservado), de 6 de julho de 1945.** Dispõe sobre a dissolução da Força Expedicionária Brasileira e dá outras providências.

_____. Ministério da Guerra. **Aviso nº 2.256, de 21 de agosto de 1945.** Publicado no DO nº 192, de 24 de agosto de 1945, p.13.923. Transcrito no BE nº 34, de 25 de agosto de 1945, p.2.752. Dispõe sobre a proibição do uso de uniformes pelos que foram licenciados do Serviço Ativo do Exército logo após o término da guerra.

_____. Ministério da Guerra. **Aviso nº 698, de 16 de outubro de 1951.** Reitera recomendações sobre a conduta dos militares pela palavra falada ou escrita, aconselhando: disciplina, trabalho e lealdade.

_____. Ministério da Guerra. **Decreto nº 15.230, de 31 de dezembro de 1921.** Dispõe sobre a regulamentação da formação de enfermeiros no Corpo de Saúde do Exército.

_____. Ministério da Guerra. **Decreto nº 21.141, de 10 de março de 1932.** Aprova o Regulamento para o Quadro de Enfermeiros do Exército.

_____. Ministério da Guerra. **Decreto nº 8.835, de 23 de fevereiro de 1942.** Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército.

_____. Ministério da Guerra. **Decreto nº 32.090, de 14 de janeiro de 1953.** Aprova o Regulamento do Serviço de Saúde do Exército.

_____. Ministério da Guerra. 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária. **Boletim Interno nº 45, de 14 de fevereiro de 1945**. Publica elogio do comandante da FEB Mascarenhas de Moraes às enfermeiras da FEB.

_____. Ministério da Guerra. **Revista Nação Armada**, n.51, p.163-4, 166-8, fev.1944.

_____. Ministério da Guerra. **Revista Nação Armada**, n.53, p.120-1, abr.1944.

_____. Ministério da Guerra. As enfermeiras cumpriram o seu dever. **Revista Nação Armada**, n.68, p.121, jul. 1945.

_____. Ministério da Marinha. **Lei nº 6.807, de 7 de julho de 1980**. Dispõe sobre a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Serviço de Saúde Pública. **Enfermagem - legislação e assuntos correlatos**. 3. Ed, v.1. Rio de Janeiro, 1974.

_____. Ministério do Exército. **Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989**. Dispõe sobre a admissão de enfermeiras nos quadros do Exército.

_____. Ministério do Trabalho. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

_____. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. **Decreto nº 21.076, de 24 fevereiro de 1932**. Decreta o Código Eleitoral.

MELLO, José Luiz Ribeiro (org.). **A legislação do ex-combatente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Expedicionário, 1978.

2.4 Outros documentos escritos em arquivos públicos / institucionais:

2.4.1 Academia Brasileira de Medicina Militar (Rio de Janeiro):

Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Militar:

CAMERINO, Olímpia de Araújo; GÓES, Jacyra de Souza. Cooperação das enfermeiras na última guerra: necessidade de criação de um quadro permanente de enfermeiras militares nas Forças Armadas. *In*: I Congresso Brasileiro de Medicina Militar. **Anais do I Congresso Brasileiro de Medicina Militar**. v.2, 1954, p.573-9.

MELLO, Luiz Paulino. Racionalização do recrutamento, aperfeiçoamento e acesso dos integrantes dos Serviços de Saúde das Forças Armadas. *In*: I Congresso Brasileiro de Medicina Militar. **Anais do I Congresso Brasileiro de Medicina Militar**. v.1, 1954.

Anais do Segundo Congresso Brasileiro de Medicina Militar, 1959 (Publicado em 1961):

PONCE, Generoso de Oliveira. Bases para a reorganização e atualização dos serviços de enfermagem nas Forças Armadas. *In: II Congresso Brasileiro de Medicina Militar. Anais do II Congresso Brasileiro de Medicina Militar.* v.1, 1961.

2.4.2 Arquivo do Monumento Nacional dos Mortos da Segunda Guerra Mundial (Rio de Janeiro):

BRASIL. Ministério da Guerra. **Índice da legislação do Exército:** Manual Técnico. 2ª parte: índice alfabético. v.1 e 2. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1963.

Hemeroteca

2.4.3 Arquivo Histórico do Exército, Palácio Duque de Caxias (Rio de Janeiro):

Documentos diversos referentes ao retorno da Força Expedicionária Brasileira ao Brasil.

Documentos do Destacamento de Saúde da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (caixetas 362, 363, 379 a 385, 386 a 388).

2.4.4 Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro):

FOLHA DA NOITE, Rio de Janeiro, 27 set. 1930.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. O povo quer ver as enfermeiras fardadas: as enfermeiras compreendem que a guerra teve um sentido. Rio de Janeiro, 12 jul. 1945, p.8.

O JORNAL. Prontas as enfermeiras para novas missões. Rio de Janeiro, 13 de jun. 1945.

REVISTA CARETA. As mulheres, a política e a defesa nacional. São Paulo, n.1.282, 14 jan. 1933.

2.4.5 Biblioteca Setorial de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery, UFRJ (Rio de Janeiro):

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. **Relatório final do levantamento de recursos e necessidades de enfermagem no Brasil 1956-1958.** Brasília: ABEn, 1980.

_____. Enfermeiras brasileiras condecoradas. **Revista Anais de Enfermagem.** Rio de Janeiro, n.20, set. 1946.

_____. Seção Legislação. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Rio de Janeiro, n.2, p.166, jun. 1958.

_____. 2º Congresso Brasileiro de Medicina Militar: Relatório apresentado por Maria da Glória Leite Rozas. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Rio de Janeiro, n.4, p.435-8, dez. 1959.

2.4.6 Casa da FEB (Belo Horizonte):

FONSECA, Ligia. **Carta patente**. 15 dez. 1950.

FONSECA, Ligia. **Diploma honroso**. 10 nov. 1945.

2.4.7 Casa de Oswaldo Cruz - Departamento de Arquivo e Documentação, Fundação Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro):

Fundo VP – Virgínia Portocarrero

2.4.8 Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery, UFRJ (Rio de Janeiro):

MEDEIROS, Elza Cansanção. **Elza Cansanção Medeiros**: entrevista [10 out. 2006].

Entrevistador: Alexandre Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro, 2006. Entrevista concedida ao projeto “Signos do esquecimento: os efeitos simbólicos da participação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1943-1945)”.

_____. **Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero**: entrevista [31 ago. 2006]. Entrevistador: Alexandre Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro, 2006. Entrevista concedida ao projeto “Signos do esquecimento: os efeitos simbólicos da participação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1943-1945)”.

_____. **Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero**: entrevista [26 set. 2006]. Entrevistador: Alexandre Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro, 2006. Entrevista concedida ao projeto “Signos do esquecimento: os efeitos simbólicos da participação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1943-1945)”.

2.4.9 Centro de Memória Nalva Pereira Caldas, Faculdade de Enfermagem – UERJ (Rio de Janeiro):

CAMPOS, Lenalda Lima. **Lenalda Lima Campos**: entrevista [13 dez. 2001]. Entrevistadora: Margarida Maria Rocha Bernardes. Rio de Janeiro, 2001. Entrevista concedida ao projeto “O grupamento feminino de enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a 2ª Guerra Mundial: uma abordagem sob o olhar fotográfico (1942-1945)”.

FEITOSA, Isabel Novaes. **Isabel Novaes Feitosa**: entrevista [20 dez. 2001]. Entrevistadora: Margarida Maria Rocha Bernardes. Rio de Janeiro, 2001. Entrevista concedida ao projeto “O grupamento feminino de enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a 2ª Guerra Mundial: uma abordagem sob o olhar fotográfico (1942-1945)”.

GAZZINELLI, Roselys Teixeira. **Roselys Teixeira Gazzinelli**: entrevista [1 fev. 2002]. Entrevistadora: Margarida Maria Rocha Bernardes. Belo Horizonte, 2002. Entrevista concedida ao projeto “O grupamento feminino de enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a 2ª Guerra Mundial: uma abordagem sob o olhar fotográfico (1942-1945)”.

MEDEIROS, Elza Cansanção. **Elza Cansanção Medeiros**: entrevista [28 nov. 2001]. Entrevistadora: Margarida Maria Rocha Bernardes. Rio de Janeiro, 2001. Entrevista concedida ao projeto “O grupamento feminino de enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a 2ª Guerra Mundial: uma abordagem sob o olhar fotográfico (1942-1945)”.

RIBEIRO, Hilda. **Hilda Ribeiro**: entrevista [6 fev. 2002]. Entrevistadora: Margarida Maria Rocha Bernardes. Rio de Janeiro, 2002. Entrevista concedida ao projeto “O grupamento feminino de enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a 2ª Guerra Mundial: uma abordagem sob o olhar fotográfico (1942-1945)”.

2.4.10 Instituições militares:

_____. Ministério da Guerra. Colégio Militar de Belo Horizonte. **Histórico do Colégio Militar de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: CMBH, s.d.

_____. Ministério da Guerra. Colégio Militar de Belo Horizonte. **Boletins Internos (1958-1959)**. Belo Horizonte: CMBH.

_____. Ministério da Guerra. Colégio Militar de Belo Horizonte. **Revista do Colégio Militar de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, ano I, n.1, 1958/1959.

_____. Ministério da Guerra. Policlínica Central do Exército. **Boletins Internos (1945-1959)**. Rio de Janeiro: Policlínica Central do Exército.

2.5 Documentos escritos em arquivos privados:

2.5.1 Acervo pessoal da enfermeira Elza Cansanção Medeiros:

MEDEIROS, Elza Cansanção. Discurso proferido na cerimônia de formatura da 1ª turma do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro. 1992.

2.5.2 Acervo pessoal da enfermeira Roselys Teixeira Gazzinelli:

CLUBE DAS OFICIAIS ENFERMEIRAS DE GUERRA. **Anais do Primeiro Congresso Nacional de Enfermeiras da FEB**, 9 a 13 de julho de 1978.

_____. **Anais do Segundo Congresso Nacional de Enfermeiras da FEB**, 5 a 8 de setembro de 1982.

TEIXEIRA, Roselys. **Caderninho de impressões**. s/e: Brasília, 2006.

2.5.3 Acervo pessoal da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero:

PORTOCARRERO, Virgínia Maria de Niemeyer. **Diário**, s.d.

_____. **Curriculum Vitae**: Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, s.d.

3. ICONOGRÁFICAS:

Acervo da FEB, Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

Acervo da Policlínica Militar do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Acervo do Colégio Militar de Belo Horizonte, Belo Horizonte.

Acervo pessoal da enfermeira Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, Rio de Janeiro.

Acervo pessoal da sobrinha da enfermeira Olímpia de Araújo Camerino, Sra. Cristiane Camerino, Rio de Janeiro.

Casa da FEB, Belo Horizonte.

Internet

Jornais

Livros

Periódicos

Fontes Secundárias

FONTES SECUNDÁRIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.155-202.

ALCANTARA, Leila Milman. **A enfermagem militar operativa gerenciando o cuidado em situações de guerra**. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMEIDA FILHO, Antonio José de. **A Escola Anna Nery (EAN) no “front” do campo da educação em enfermagem e o (re) alinhamento das posições de poder (1931 – 1949)**. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

ALMEIDA FILHO, Antonio José de; SANTOS, Tânia Cristina Franco. Participação da Escola Anna Nery na Revolução Constitucionalista de 1932. **Rev. bras. enferm.** Brasília, v.56, n.5, p.581-585, set./out. 2003.

ALVES, Lídia Maria Nazaré. Mulher nasce mulher? Clarice Lispector: colunista e autora de a hora da estrela. **Em tese**. Belo Horizonte, v.6, p.121-9, ago. 2003.

ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. **Sob o signo da imagem**: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1990.

ANDRADE JÚNIOR, Hermes de; SILVEIRA, Gláucia R. Motta da. A cultura do hospital militar vivenciada por profissionais de saúde. **R. Enferm UERJ**. Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.41-45, jan./abr.2002.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.17, n.49, p.133-150, 2003.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Universidade de Brasília. 1982.

BARREIRA, Ieda de Alencar. A reconfiguração da prática da enfermagem brasileira em meados do século 20. **Texto & Contexto. Enfermagem**. Florianópolis, v.14, n.4, p.480-7, 2005.

_____. Contribuição da História da Enfermagem para o desenvolvimento da profissão. **Esc. Anna Nery**. Rio de Janeiro, v.3, n.1. p.125-141, abr. 1999.

BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza. A (re)configuração do campo da enfermagem durante o Estado Novo (1937-1945). **Rev. bras. enferm.** Brasília, v.55, n.2, p.205-16, 2002.

BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza; SANTOS, Tânia Cristina Franco; PERES, Maria Angélica de Almeida. Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas no contexto da aliança Brasil-Estados Unidos: II Guerra Mundial e Pós-Guerra. **História da Enfermagem: Revista Eletrônica**. Brasília, v.1, p.2-23, 2010.

BARREIRA, Ieda de Alencar; SAUTHIER, Jussara; BAPTISTA, Suely de Souza. O movimento associativo das enfermeiras diplomadas brasileiras na 1ª metade do século 20. **Rev. bras. enferm.** Brasília, v.53, n.4, p.157-73, 2001.

BARROS, José. **O projeto de pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BELLAFIRE, Judith A. **The Women's Army Corps: A Commemoration of World War II Service**. Washington, DC, 1993, 12.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha. **O grupamento feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante 2ª Guerra Mundial: uma abordagem sob o olhar fotográfico (1942-1945)**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Faculdade de Enfermagem, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha; LOPES, Gertudes Teixeira; SANTOS, Tânia Cristina Franco. Base de sustentação militar de Vargas durante a 2ª Guerra e a soberania bélica alemã: percepções de enfermeiras e militares. **Texto Contexto Enferm.** Florianópolis, v.14, n.4, p.544-50, out./dez. 2005.

_____. Enfermeiras brasileiras e enfermeiras norte-americanas no front da Segunda Guerra Mundial: relações de poder simbólico no cotidiano do trabalho. **Temperamentum**. Granada, v.1, 2008.

BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o Governo Kubitschek (1956-1960). In: **Revista Brasileira de História** [online]. São Paulo, v.24, n.47, 2004.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, Maria Elisa Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007a.

_____. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

- _____. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. **A miséria do mundo.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007b.
- _____. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu.** Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.
- _____. **Escritos de educação.** Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Orgs.). 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007c.
- _____. Estruturas sociais e estruturas mentais. *In: Teoria & Educação.* Porto Alegre, n.3, p.113-9, 1991.
- _____. **Meditações Pascalinas.** Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.
- _____. **O poder simbólico.** 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **Razões e práticas: sobre a teoria da ação.** Trad. Mariza Corrêa Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. Rites and acts of institution. *In: PERISTIANY & PITT-RIVERS (Org.). Honor and grace in anthropology.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992, chapter 4.
- _____. **Um art moyen: essai sur les usages de la photographie.** Paris: Les Editions de Minuit, 1965.
- BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Claire. O camponês e a fotografia. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, n.26, p.31-9, jun. 2006.
- BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Brasília. 1998.
- BRANDI, Paulo. "Getúlio Vargas". *In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930.* Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 7.524, de 17 de julho de 1986.** Dispõe sobre a manifestação, por militar inativo, de pensamento e opinião políticos ou filosóficos.
- _____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996.** Sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

_____. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAIRE, Raymond. **A mulher militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo Perspec.** [online]. São Paulo, v.8, n.1, p.142-150, 2004.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas**: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves. **O trabalho feminino no policiamento operacional**: subjetividade, relações de poder e gênero na 8ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.

CARDOSO, Maria Manuela Vila Nova. **Anna Nery**: a trajetória de uma heroína. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1996.

CARLONI, Karla Guilherme. **Marechal Henrique Teixeira Lott**: a opção das esquerdas. (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010.

CARVALHO, Anayde Corrêa de. **Associação Brasileira de Enfermagem**: 1926-1976 – Documentário. Brasília: Folha Carioca, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Vargas e os militares: Aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **As instituições brasileiras na era Vargas**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1999, p.55-81.

CARVALHO, Sônia. **Casa-Caserna**: um percurso diferenciado na vida das mulheres militares. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 1990.

CARVALHO, Vilma de. Acerca da interdisciplinaridade: aspectos epistemológicos e implicações para a enfermagem. **Rev. esc. enferm. USP** [online]. São Paulo, v.41, n.3, p.500-7, 2007a.

_____. Enfermagem e história da enfermagem: aspectos epistemológicos destacados na construção do conhecimento profissional. **Esc. Anna Nery** [online]. Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.500-8, 2007b.

_____. Por uma epistemologia do cuidado de enfermagem e a formação dos sujeitos do conhecimento na área da enfermagem - do ângulo de uma visão filosófica. **Esc. Anna Nery** [online]. Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.406-14, 2009a.

CARVALHO, Virgínia Mercês Guimarães. **Ex-combatentes do Brasil** – entre a História e a Memória (1945-2009). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2009b.

CASTILHO, Káthia. Do corpo à moda: exercícios de uma prática estética. *In*: CASTILHO, Káthia; GALVÃO, Diana. **A moda do corpo, o corpo da moda**. São Paulo: Esfera, 2002, p.59-72.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2004.

CHARTIER, Roger. A história das mulheres, séculos XVI-XVII: diferenças entre os sexos e violência simbólica. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **As mulheres e a história**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p.37-44.

_____. História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **ANPOCS**. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.109, 1994.

COELHO, Cecília Pecego cols. **Escola de Enfermagem Anna Nery**: sua história, nossas memórias. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1997.

COLBARI, Antônia de Lourdes. Imagens familiares na cultura das organizações. *In*: DAVEL, Eduardo; VASCONCELOS, João (Orgs.). **Recursos humanos e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 1996, p.208-29.

COOK, Bernard A. **Women and war**: a historical encyclopedia from antiquity to the present. v.1. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2006.

CRAIK, Jennifer. A política cultural do uniforme. **Fashion Theory**. v.2, n.2, p.5-26, jun.2003.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

CYTRYNOWICZ, Roney. **A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. A serviço da Pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.73-91, mar./jun.2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Partidos trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.3, n.6, p.196-206, 1990.

_____. Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. **Security and Defense Studies Review**. v.3, n.1, 2003.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1955.

DONAHUE, M. Patricia. **Historia de la enfermeria**. Barcelona: Doyma, 1985.

DONATO, Hernâni. **A Revolução de 32**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp; 1999.

_____. **O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FÁZIO, Ednéia. **A presença feminina no Exército e na Aeronáutica do Brasil**. 2003. *In*: VI Research and Education in Defense and Security Studies Seminar (REDES). Chile, 2003.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: A reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira: 1945-2000**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003.

_____. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário eletrônico Aurélio**. versão 5.0. Curitiba: Positivo, 2004. CD-ROM.

FERREIRA, Oliveiros. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; FORCELLA, Hideko Takeuchi; BERTOLOZZI, Maria Rita. **Congressos Brasileiros de Enfermagem: meio século de compromisso da ABEn**. Brasília: ABEn, 2000.

FONTES; Aline Silva; SANTOS, Tânia Cristina Franco; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. *Revista Annaes de Enfermagem: publicações de enfermeiras sobre pediatria (1932-1941)*. **Rev. bras. enferm.** [online]. Brasília, v.62, n.1, p.157-61, jan./fev. 2009.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-49.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. A institucionalização e o desenvolvimento da enfermagem no Brasil frentes às políticas de saúde. **Rev. bras. enferm.** Brasília, v.54, n.3, p.466-74, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOFFMANN, Erving. **Manicômios, conventos e prisões**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HÉRITIER, Françoise. “Masculino/Feminino”. In: **Enciclopédia Einaudi**, v.20, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p.11-26.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras (Ed. Comemorativa 70 anos), ([1936]2006).

KOIFMAN, F. (org) **Presidentes do Brasil**. São Paulo: Cultura, 2002.

KUNZLER, Maria Laci. Participação das mulheres na política representativa. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero – Corpo, violência e poder. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero (8ª edição) – Corpo, violência e poder**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, ago. 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST29/Maria_Laci_Kunzler_29.pdf. Acesso em: 22 fev. 2010.

LACOMBE, Américo Jacobina. **História do Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, Betty Mindlin. (Org.). **Planejamento no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEMOS, Renato. “Fernando Ferrari”. In: ABREU, Alzira Alves de et al (Coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. p.2151-2.

LEITE, Juçara Luzia. Enfermeiras da FEB: quando as mulheres vão à luta. **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, v.137, n.1, p.53-9, jan./abr. 2000.

LEONZO, Nanci. Nossas Marias Quitérias. **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, v.135, p.47-55, 1998.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MARSON, Melina Izar. Da feminista "macha" aos homens sensíveis: o feminismo no Brasil e as (des)construções das identidades sexuais. **Cadernos AEL** [online]. Campinas, v.2/3, n.3/4, p.69-110, 1995/1996.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n.34, p.45-63, 2001.

McCANN, Frank D. **A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Trad. Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MENDES, Juliana Cavilha. **Histórias de quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

MORAÑA, Mabel. (Im)pertinencia de la memoria histórica en América Latina. In: BERGERO, Adriana J.; REATI, Fernando (Orgs.). **Memoria colectiva y políticas de olvido. Argentina y Uruguay, 1970-1990**. Rosario: Beatriz Viterbo, 1997.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.5, n.3, p.621-45, fev.1999.

MOURA, Aureliano. A luta antes da guerra. **Nossa história**. Rio de Janeiro, n.15, p.16-20, jan. 2005.

MOURA, Aureliano Pinto de. O Serviço de Saúde do Exército na República. **Revista de Medicina Militar**. Rio de Janeiro, n.7, p.427-449, jan/abr 1991.

NASCIMENTO, Wilma Gonçalves do. **Hospital Central do Exército: a inserção das primeiras enfermeiras civis diplomadas (1956 – 1959)**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

NEVES, Luis Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1992.

NORMAN, Elizabeth M. **We band of angels: the untold story of american nurses trapped on Bataan by the japanese**. New York: Random House, 1992.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: uma história**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2001.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. **Signos do esquecimento: os efeitos simbólicos da participação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1943-1945)**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

_____. “Em nome da Pátria”: o primeiro grupamento feminino de enfermagem do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl; LAPSKY, Igor; CABRAL, Ricardo; FERRER, Jorge (Org.). **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p.883-903.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; SANTOS, Tânia Cristina Franco. Condecorações de Guerra às ex-enfermeiras febianas. **Esc. Anna Nery** [online]. Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.19-25, jan/mar. 2010.

_____. Entre ganhos e perdas simbólicas: A (des)mobilização das enfermeiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial. **Esc. Anna Nery** [online]. Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.423-8, set. 2007.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar; LOPES, Gertrudes Teixeira; ALMEIDA FILHO, Antônio José de; AMORIM, Wellington Mendonça de. Enfermeiras brasileiras na retaguarda da Segunda Guerra Mundial: repercussões dessa participação. **Texto contexto-enferm**. Florianópolis, v.18, n.4, dec. 2009a.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de; SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar; ALMEIDA FILHO, Antônio José de. As enfermeiras da força expedicionária brasileira e a divulgação de seu retorno ao lar. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.17, n.6, dez. 2009b.

OLIVEIRA, Cassandra Soares de; BARREIRA, Ieda Barreira. A 2ª Guerra Mundial e o retorno das enfermeiras americanas ao Brasil. **Esc. Anna Nery** [online]. Rio de Janeiro, v.4, n.2, p.209-16, 2000.

ORTOLAN, Fernando Lóris. “Acabou a guerra ... De volta ao lar” Representações das mulheres na imprensa paraguaia durante e após a guerra do Paraguai 1864-1904. **Revista Ágora**. Vitória, n.5, p.1-19, 2007.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; BORENSTEIN, Miriam Susskind. História da enfermagem: ensino, pesquisa e interdisciplinariedade. **Esc. Anna Nery** [online]. Rio de Janeiro, v.10, n.3, p.532-8, dez. 2006.

_____. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto contexto-enferm**. Florianópolis, v.14, n.4, dez. 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. **Literatura e Autoritarismo** [online]. Santa Maria, n.4. 2002.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PASSOS, Carla Christina. **A pedra angular da enfermagem militar**: as irmãs de caridade no Hospital Militar da Guarnição da corte no apogeu do Império. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2000.

PAULUS JÚNIOR, Aylton; CORDONI JÚNIOR, Luiz. Políticas públicas de saúde no Brasil. **Revista Espaço para a Saúde**. Londrina, v.8, n.1, p.13-19, dez. 2006.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Maria Esolina. **Samaritanismo – objetivos e atividades da Cruz Vermelha**. Noções de técnica e de aplicações do Serviço Social. Preparação civil. Defesa civil. Rio de Janeiro, Typografia Baptista de Souza, 1942.

PINHEIRO, Maria Rosa Sousa. Problemas de enfermagem no Brasil. **Rev. Anais de Enfermagem**. Rio de Janeiro, v.4, n.4, out. 1951.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PORTO, Fernando. **Os ritos institucionais e a imagem pública da enfermeira brasileira na imprensa ilustrada: O poder simbólico no *click* fotográfico (1919-1925)**. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

QUÉTEL, Claude. **As mulheres na guerra**. Trad. Ciro Mioranza. v.1-2. São Paulo: Larousse, 2009.

RABOSSA, Eduardo. Algunas reflexiones. In: YERUSHALMI, Yosef H. et al. **Usos del Olvido**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

RENOVATO, Rogério Dias; BAGNATO, Maria Helena Salgado. As contribuições do Serviço Especial de Saúde Pública para a formação profissional da Enfermagem no Brasil (1942-1960). **Rev. bras. enferm.** [online]. Brasília, v.61, n.6, dez. 2008.

ROSA, Alexandre Reis. **(O) braço forte, (A) mão amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras. 2007.

ROSA, Alexandre ; BRITO, Mozar José de. Mulheres Fardadas: reflexões sobre dominação masculina e violência simbólica na organização militar. In: XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração. **Anais do XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

RUBINO, Michelle A. **The Art of War: Visual Propaganda and American Military Recruiting**. An Annotated Bibliography. A Master's Paper for the M.S. in L.S. degree. april, 2007. 55pages. Advisor: Michael Van Fossen. Disponível em: <http://ils.unc.edu/MSpapers/3289.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2010.

SANTA CRUZ, Fábio Santiago. Golpe de Estado em defesa da democracia. **História Viva**. São Paulo, v.22, p.82-87, 2005.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. A duras penas: estratégias, conquistas e desafios da enfermagem em escala mundial. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.15, n.1, mar.2008.

SANTOS, Regina. Regina Santos: depoimento escrito. In: BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza. **O movimento de reconsideração do ensino e da pesquisa em História da Enfermagem**. Conferência apresentada no I Encontro de professores e pesquisadores do Estado do Rio de Janeiro promovido pelo Laboratório de Pesquisa em História da Enfermagem da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (UNIRIO), 22 set. 2003, cópia xerográfica.

SANTOS, Regina Maria dos; TREZZA, Maria Cristina S. Figueiredo; CANDIOTTI, Zandra Maria Cardoso; LEITE, Josete Luzia. Circunstâncias de oficialização do curso de auxiliar de enfermagem no Brasil: estudando as entrelinhas da Lei 775/49. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.10, n.4, p.552-560, jul./ago. 2002.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar. **O poder simbólico da enfermagem norte-americana no ensino da enfermagem na capital do Brasil (1928-1938)**. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ, 2002.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; BARREIRA, Ieda de Alencar; ALMEIDA FILHO, Antonio José de; OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. Las dictaduras de Vargas y Franco: implicaciones de la consagración de la maternidad para la enfermería. **Texto contexto-enferm**. Florianópolis, v.19, n.2, jun.2010.

SANTOS, Tânia Cristina Franco; LOPES, Gertrudes Teixeira; PORTO, Fernando; FONTE, Aline da Silva. Resistência à liderança norte-americana na formação da enfermeira brasileira (1934-1938). **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, v.16, n.1, p.130-5, jan./fev. 2008.

SAUTHIER, Jussara; BARREIRA, Ieda de Alencar. **As enfermeiras norte-americanas e o ensino da enfermagem na capital do Brasil: 1921-1931**. Rio de Janeiro: Escola de Enfermagem Ana Nery/ UFRJ, 1999.

SCHIRMER, Pedro. **Das virtudes militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Cristina Rodrigues da. Masculinidades e Feminilidades nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher. In: I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas: I Encontro da**

ABED. Franca: ABED, 2007. Disponível em: <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page22/files/CristinaRodrigues.pdf>. Acesso em: 24 out. 2009.

SILVA, Hélio. **O poder militar**. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SILVA, Maristela Feitas. **Resgatando a memória: A história das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1995.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.5, p.97-117, set./dez. 2000.

SOMMERVILLE, Donald. **The complete illustrated history of World War Two: an authoritative account of the deadliest conflict in human history with analysis of decisive encounters and landmark engagements**. [S.l]: Lorenz Books, 2008.

TAKAHASHI, Emília Emi. **Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002.

TAVARES, Kleber da Silva. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. Pequenas histórias, grandes revelações. **Nossa História**. Rio de Janeiro, n.4, p.98, 2004.

VELANDIA M, Ana Luisa. Influencia española en la enfermería colombiana. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** [online]. Ribeirão Preto, v.1, n.2, p.129-150, 1993.

VELLOSO, Mônica Pimeta. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Estado Novo Ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

VIGEVANI, Túlio. **A segunda guerra mundial**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1986.

Anexo / Apêndice

ANEXO I

POSTOS E GRADUAÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS

	 MARINHA	 EXÉRCITO	 AERONÁUTICA
OFICIAIS GERAIS	 Almirante  Almirante-de-Esquadra  Vice-Almirante  Contra-Almirante	 Marechal  General-de-Exército  General-de-Divisão  General-de-Brigada	 Marechal-do-Ar  Tenente-Brigadeiro  Major-Brigadeiro  Brigadeiro
OFICIAIS SUPERIORES	 Capitão-de-Mar-e-Guerra  Capitão-de-Fragata  Capitão-de-Corveta	 Coronel  Tenente-Coronel  Major	 Coronel  Tenente-Coronel  Major
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	 Capitão-Tenente	 Capitão	 Capitão
OFICIAIS SUBALTERNOS	 1º Tenente  2º Tenente  Guarda-Marinha	 1º Tenente  2º Tenente  Aspirante-a-Oficial	 1º Tenente  2º Tenente  Aspirante
GRADUADOS	 Suboficial	 Subtenente	 Suboficial
	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento	 1º Sargento  2º Sargento  3º Sargento
	 Cabo	 Taifeiro-Mor  Cabo	 Cabo  Taifeiro-Mor
	 Marinheiro	 Taifeiro de 1ª Classe	 Soldado de 1ª Classe  Taifeiro de 1ª Classe
		 Soldado  Taifeiro de 2ª Classe	 Soldado de 2ª Classe  Taifeiro de 2ª Classe

APÊNDICE A

LISTA NOMINAL DAS ENFERMEIRAS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA²⁴³

1. Acácia Cruz
2. Alice Neves Maia
3. Altamira Pereira Valadares
4. Amarina Franco Moura
5. Antonieta Ferreira
6. Aracy Arnaud Sampaio
7. Arminda Célia Barroso
8. Bertha Moraes
9. Carlota Mello
10. Carmem Bebiano
11. Dirce Ribeiro da Costa Leite
12. Edith Fanha
13. Elita Marinho
14. Elza Cansanção Medeiros
15. Elza Ferreira Vianna
16. Elza Miranda da Silva
17. Fausta Nice Carvalhal
18. Gemma Imaculata Ottolograno
19. Graziela Affonso de Carvalho
20. Guilhermina Rodrigues Gomes
21. Haydée Rodrigues Costa
22. Helena Ramos
23. Heloísa Cecília Vilar
24. Hilda Ribeiro
25. Ignácia de Mello Braga
26. Ilza Meira Alkmin

²⁴³ Listagem realizada a partir do *Álbum Biográfico das Febianas* (1976), organizado pela enfermeira Altamira Pereira Valadares.

27. Isabel Novaes Feitosa
28. Jacy Chaves
29. Jacyra de Souza Góes
30. Jandyra Bessa de Meirelles
31. Jandyra Faria de Almeida
32. Joana Simões de Araújo
33. Juracy França Xavier
34. Jurgleide Doris de Castro
35. Lenalda Lima Campos
36. Lília Pereira da Silva
37. Lindáurea Galvão
38. Lúcia Osório
39. Lygia Fonseca
40. Maria Aparecida França
41. Maria Belém Landi
42. Maria Celeste Fernandes
43. Maria Conceição Suarez
44. Maria do Carmo Correia e Castro
45. Maria de Lourdes Mercês
46. Maria Hilda de Mello
47. Maria José Aguiar
48. Maria José Vassimon de Freitas
49. Maria Luiza Vilela Henry
50. Mathilde Alencar Guimarães
51. Nair Paulo de Melo
52. Neuza de Mello Gonçalves
53. Nícia de Moraes Sampaio
54. Nilza Cândida da Rocha
55. Novembrina Augusta Cavallero
56. Olga Mendes
57. Olímpia de Araújo Camerino
58. Ondina Miranda de Souza
59. Roselys Belém Teixeira
60. Sara de Castro

61. Semiramis de Queiros Montenegro
62. Silvia de Souza Barros
63. Sylvia Pereira Marques
64. Virgínia Leite
65. Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero
66. Wanda Sofia Magewsky
67. Zilda Nogueira Rodrigues